

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Tensões, Compromissos e Articulações entre o Poder Local e as
Dinâmicas Participativas Locais dos Bairros da Adroana, de Alcoitão e
da Cruz Vermelha (Alcabideche, Cascais)

Mariana da Costa e Lima

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2014



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Tensões, Compromissos e Articulações entre o Poder Local e as Dinâmicas Participativas Locais dos Bairros da Adroana, de Alcoitão e da Cruz Vermelha (Alcabideche, Cascais)

Mariana da Costa e Lima

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2014

AGRADECIMENTOS

Acebei de me aperceber que não é fácil agradecer a todos aqueles que me apoiaram nesta longa jornada. Faltam-me as palavras que nunca serão suficientes.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao professor Rogério Roque Amaro. Não só pelo seu acompanhamento ao longo destes meses, enquanto orientador, mas também por ter sido um verdadeiro privilégio durante o curso ter aulas que tanto me aliciaram a estudar estes temas. Muito obrigada por todos os ensinamentos que me transmitiu e pela dedicação.

Agradeço imenso a todos aqueles que prontamente se disponibilizaram para responder às entrevistas, facilitando sempre que possível os nossos encontros, e que partilharam comigo os seus saberes. Nada disto seria possível sem a vossa ajuda. Espero genuinamente que esta dissertação vos possa ser útil pois tenho um grande reconhecimento pelo que está a ser feito na Adroana, em Alcoitão e na Cruz Vermelha. Um agradecimento especial à equipa do K'City, que sempre me acolheu tão bem no Espaço Comunitário de Alcoitão, por toda a ajuda oferecida.

À Sappy, que merece todos os ossos e biscoitos do mundo! Ela que sempre se manteve aqui deitada ao meu lado, com um brilhozinho nos olhos, enquanto eu escrevia estas páginas.

À Nicole e ao Rogério, que deixaram de ser apenas colegas de turma de licenciatura para se transformarem em amigos únicos. O ISCTE não é o mesmo sem vocês!

Aos meus amigos que sempre estiveram lá para mim. Vocês sabem quem são.

À minha sempre melhor amiga, Carina, que é como uma irmã. Pela amizade inigualável ao longo destes anos. Por todos os mimos, por todo o apoio, por todos os nossos momentos.

À minha tia Milu que foi incansável durante a altura que estive em Alcabideche.

Aos meus avós, que todos os dias me perguntavam quando é que eu entregava a tese. Não existem palavras para descrever o quão feliz me sinto por poder partilhar convosco esta fase da minha vida.

Ao meu namorado e melhor amigo, Tiago, por... tudo. Por todos os dias me fazer acreditar que o melhor ainda está para vir.

Aos meus pais. À minha mãe-galinha, a minha heroína, que decidiu prescindir das férias para me acompanhar nesta etapa. Ao meu pai, que sempre me fez observar o mundo com um olhar crítico. Obrigada por todo o vosso (incondicional) amor, por sempre respeitarem e apoiarem as minhas escolhas. Pelos ensinamentos, pelos valores que me inculcaram, que fazem de mim quem hoje sou.

Ao longo destas linhas, encontro um pouco de cada um de vós.

RESUMO

Este estudo é realizado como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Estudos de Desenvolvimento – Diversidades Locais e Desafios Mundiais. A investigação analisa as dinâmicas participativas das comunidades de três bairros da freguesia de Alcabideche (concelho de Cascais): Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha. Os principais objectivos deste estudo são: analisar qual a relação estabelecida entre o poder local e as dinâmicas participativas locais, procurando compreender se as instituições governativas têm ou não apoiado a participação dos grupos de base e as parcerias locais para o desenvolvimento do território; analisar a influência dessas dinâmicas nas decisões públicas; e a sua importância para a consolidação e fortalecimento do desenvolvimento local e da democracia participativa. Utilizando prioritariamente a aplicação de entrevistas semi-directivas e a observação participante, como técnicas de investigação, foi possível concluir que existe uma diversidade de formas participativas nestes bairros que contribuem positivamente para o desenvolvimento local, cujas dimensões são parcialmente satisfeitas. No entanto, a comunidade é ainda confrontada com uma série de obstáculos que a impossibilitam de participar plenamente no seu desenvolvimento, destacando-se os condicionalismos inerentes ao centralismo do poder local.

Palavras-chave: desenvolvimento local; democracia participativa; participação; poder local.

ABSTRACT

This study is conducted as a partial requirement for the attainment of a Master's Degree in Development Studies – Local Diversities and Global Challenges. The study analyzes the participatory dynamics of communities of three districts of the parish of Alcabideche (Cascais municipality): Adroana, Alcoitão and Cruz Vermelha. The main objectives of this study are: to analyze the relationship established between the government institutions and the participatory local dynamics and trying to understand whether or not local government have supported the participation of the base groups and local partnerships for the development of the territory; analyze the influence of these dynamics in public decisions; and its importance for the consolidation and strengthening of local development and participatory democracy. Primarily using the application of semi-directive interviews and participant observation as research techniques, it was concluded that there is a diversity of participatory forms in these neighborhoods that contribute positively to local development, whose dimensions are partially satisfied. However, the community is still facing a number of obstacles that prevent them from participating fully in its development, stressing the constraints of the local government centralism.

Keywords: local development; participatory democracy; participation; local government;

ÍNDICE

Agradecimentos	III
Resumo	IV
Abstract	V
Índice.....	VII
Índice de quadros.....	X
Índice de figuras	XI
Glossário de Siglas	XII
Introdução	1
PARTE I. QUADRO TEÓRICO	5
Capítulo 1. Desenvolvimento Local	5
1.1. Do desenvolvimento eurocentrado à reformulação do conceito.....	5
1.2. Desenvolvimento Local: afirmação e definição do conceito	8
1.3. Princípios orientadores do Desenvolvimento Local.....	10
1.4. A emergência do poder local e do retorno do ator	13
Capítulo 2. Participação	15
2.1. Contextualizando a participação	15
2.2. As perspectivas da participação no Desenvolvimento.....	17
2.3. Governança participativa.....	20
2.4. Participação e cidadania: identidade e ação colectivas.....	22
2.5. Potencialidades, constrangimentos e ambiguidades da participação	24
Capítulo 3. Democracia Participativa	28
3.1. Concepção hegemónica da democracia e da participação	28
3.2. Concepções contra-hegemónicas da democracia e da participação	29
3.3. Democracia (mais) participativa para um desenvolvimento local e participativo	31
PARTE II. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO	35
Capítulo 1. Questões de partida e modelo analítico.....	35
Capítulo 2. Metodologias e técnicas de análise adoptadas.....	37

Capítulo 3. Caracterização do concelho, da freguesia e dos bairros em análise	38
3.1. Caracterização geodemográfica e sociodemográfica.....	38
3.2. Percepções sobre os principais problemas sociais e soluções identificadas	39
3.3. Atores-chave do território	42
PARTE III. ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
Capítulo 1. Percepções sobre a participação.....	45
Capítulo 2. Balanço do tipo e do grau de participação e envolvimento da comunidade.....	47
Capítulo 3. Potencialidades das dinâmicas participativas	50
Capítulo 4. Constrangimentos à participação.....	51
Capítulo 5. Balanço do tipo e do grau de participação e envolvimento dos parceiros.....	53
Capítulo 6. Balanço do tipo e do grau de participação e envolvimento do poder local.....	56
6.1. Satisfação das necessidades	56
6.2. Canais de participação	58
6.3. Modos de comunicação e decisão	60
6.3.1. Dimensão deliberativa do modelo de governança.....	60
6.3.2. Abertura, clareza e transparência.....	62
Capítulo 7. Envolvimento, influências e modos de comunicação dos atores	63
Capítulo 8. Tensões, compromissos e articulações – sociograma de atores.....	66
PARTE IV. CONCLUSÃO	69
Capítulo 1. Considerações finais.....	69
1.1. Considerações finais sobre as questões de partida	69
1.1.1. Qual a importância das iniciativas locais e, especificamente, da participação popular, para o desenvolvimento local?	69
1.1.2. Qual a importância da participação popular e dos parceiros para a promoção da democracia participativa?	71
1.1.3. Quais os efeitos e a influência dos diferentes tipos de participação dos atores locais sobre as decisões públicas?	72
1.1.4. Qual a relação que se estabelece entre o poder local e as dinâmicas participativas locais (comunidade e parceiros)?.....	73
1.2. Reflexão sobre a adequação do modelo analítico.....	74

1.3. Pistas de investigação científica.....	75
1.4. Pistas de ação política.....	76
Fontes	79
Bibliografia.....	80

Anexos

Anexo A. Grelhas analíticas	86
Anexo B. Guiões de entrevistas	93
Anexo C. Análises verticais das entrevistas	99
Anexo D. Análises horizontais das entrevistas.....	196
Anexo E. Dimensões e indicadores das entrevistas.....	250
Anexo F. Observação participante	273
Anexo G. Programa K'idade– CLDS Cascais (Bº Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha) – Resumo da intervenção.....	283
Anexo H. Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	284
Anexo I. Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014.....	285

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. Conceitos, dimensões e indicadores das grelhas analíticas	36
Quadro 2.2. Problemas sociais e soluções identificados pelos moradores dos bairros em análise	40
Quadro 2.3. Ações e atividades do CLDS 2012-2014 para o BCV, Adroana e Alcoitão	41
Quadro 3.1. Tipologia do envolvimento, influência e modos de comunicação dos atores	64

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1. Tensões, compromissos e articulações – Sociograma de atores.....	67
--	----

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABL	Associações de Base Local
ADL	Associação para o Desenvolvimento Local
BCV	Bairro da Cruz Vermelha
BM	Banco Mundial
CLAS	Conselho Local da Ação Social
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
CMC	Câmara Municipal de Cascais
CSI	Complemento Solidário para Idosos
DIIS	Divisão de Intervenção Social
DL	Desenvolvimento Local
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS	Instituto da Segurança Social
JFA	Junta de Freguesia de Alcabideche
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PIC	Projetos de Inovação Comunitária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRA	Participatory Rural Appraisal
RODA Vermelha	Rede de parceiros para o desenvolvimento dos bairros da Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SCMC	Santa Casa da Misericórdia de Cascais
SEA	Agência de Empreendedores Sociais
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
UE	União Europeia

INTRODUÇÃO

A crise multidimensional dos anos 70 permitiu ao desenvolvimento descobrir um novo caminho, afastando-se de uma visão economicista e de uma perspectiva etnocêntrica, assente no paradigma funcionalista, em favor do paradigma territorialista, visando uma resposta integrada e adaptada aos problemas locais, estimulando uma abordagem "a-partir-de-baixo", assente num processo de descentralização edificado pela horizontalidade entre os vários intervenientes.

Inscrito nestas mudanças, o conceito de participação adquiriu uma importância crescente nos projetos de desenvolvimento nos anos 70, sendo redefinido quer na perspectiva política, enfatizando a governança e a transparência, quer na perspectiva do desenvolvimento, ancorado ao *empowerment* e à capacitação. Durante esta década, predominou por isso a ideia de que as pessoas são as protagonistas do seu próprio desenvolvimento, devendo ser incluídas nas tomadas de decisão de igual para igual, reequilibrando-se assim a estrutura de poder na sociedade ao serem protegidos os interesses das comunidades – sobretudo das mais vulneráveis.

Embora tenha sido feita uma grande aposta nos projetos de menor escala, a partir da década de 80, favorecendo o acolhimento do Desenvolvimento Local, só nos anos 90 a U.E. reconheceu o potencial contributo da iniciativa local.

A década de 80 representou o "retorno do ator", isto é, o surgimento do indivíduo participativo e ativo, responsável pela sua mudança de vida, e a emergência do poder local, adoptando-se princípios de governança de base territorial aos níveis locais. Constituindo a transferência de competências dos governos centrais para os locais, bem como o surgimento de indivíduos com influência no planeamento territorial, esta emergência do poder local e do "retorno do ator" evidenciam um vasto leque de mudanças, que implicam a participação, a descentralização e a governança, transformando o Estado num conjunto de redes interorganizacionais, num contexto onde os vários intervenientes interagem entre si para planear e gerir o território.

Estas transformações, contudo, não se traduzem em menor governabilidade. Alguns autores defendem, aliás, que o Estado continua a ser o centro do poder, desempenhando um papel de liderança na definição de prioridades, desde logo porque, embora exista uma maior redistribuição do poder com a descentralização, poderão ser reconhecidas situações de pessoalização do poder autárquico e/ou de "presidencialismo municipal", afastando os outros atores dos processos de decisão e acentuando o autofechamento do poder, simultaneamente.

Contudo, o surgimento do poder local aparece como uma solução promissora para uma "dupla crise", decorrente da evolução da democracia liberal: uma crise do Estado, associada ao distanciamento entre as instituições governativas e a sociedade, e a crise da democracia, causada pela sobrevalorização dos mecanismos de representação. Esta crença parte do princípio que o local é o nível de governação que melhor poderá acolher a democracia participativa, sendo o seu aprofundamento, por sua vez, favorável à consolidação do desenvolvimento local e participativo.

Mesmo institucionalizadas a democracia e a participação, no entanto, está latente a possibilidade das mesmas serem adoptadas como mecanismos de regulação política de forma a não

levantar questionamentos sobre os valores democráticos e participativos proclamados. Desde os anos 80, a aplicação de métodos participativos nos projetos de desenvolvimento conduziu a uma certa banalização e vulgarização da participação, abrindo espaço de reflexão sobre alguns problemas ligados à adopção dos processos participativos.

Segundo alguns autores, a participação tem sido ocasionalmente utilizada de forma a legitimar o poder político uma vez que a comunidade ganha uma aparente legitimidade no campo político mas sem ou com pouco impacto de influência de decisões. Resulta disso, portanto, uma certa distância entre o valor simbólico da participação e a efetivação da mesma, decorrendo disso dois perigos: por um lado, a criação de falsas expectativas pois, embora seja envolvida e mobilizada neste "jogo", a comunidade não tem qualquer poder de decisão; por outro lado, os projetos de desenvolvimento acabam por perder credibilidade e, conseqüentemente, as pessoas sentem-se cada vez menos interessadas em participar.

No âmbito destas problemáticas pretende-se, na presente dissertação, apresentar uma reflexão sobre as interações que se estabelecem entre o poder local e as dinâmicas participativas locais, a influência dessas dinâmicas nas decisões públicas e a importância das iniciativas locais para o desenvolvimento local e para a democracia participativa, tendo como objecto de estudo os bairros da Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha (Alcabideche, Cascais). Estas reflexões traduzem-se em quatro objectivos específicos:

1. Analisar a relação que se estabelece entre o poder local e as dinâmicas participativas locais, procurando compreender se as instituições governativas têm ou não apoiado a participação dos grupos de base e as parcerias locais para o desenvolvimento do território;
2. Analisar os efeitos e a influência dos diferentes tipos de participação dos actores locais sobre as decisões públicas;
3. Analisar a importância da participação comunitária e dos parceiros para a promoção da democracia participativa; e
4. Analisar a importância das iniciativas locais e, especificamente, da participação, para o desenvolvimento local.

A escolha deste objecto de análise prende-se com a vulnerabilidade social e económica da comunidade em questão, desafiada sobre os mais variados pontos de vista, e pelo facto da intervenção neste território ter em vista o desenvolvimento local, assente num modelo de participação e *empowerment*, adequando-se por isso às problemáticas que pretendemos investigar.

Enquanto se observa um declínio das formas participativas tradicionais, observa-se simultaneamente ao crescimento de vários tipos de iniciativas assentes na cidadania ativa que visam o aprofundamento da democracia e a transformação das relações de poder. Acreditamos que as respostas participativas comunitárias poderão enfrentar múltiplos desafios ao seu desenvolvimento e constituir formas de resistência inovadoras ao sistema atual dominante que tem aumentado significativamente as desigualdades sociais e enfraquecido a democracia. É sob esta crença e motivação que surge o presente trabalho.

A dissertação é estruturada em quatro grandes partes, (1) o quadro teórico, (2) a apresentação do estudo de caso, (3) a análise dos resultados e (4) as considerações finais. A primeira parte corresponde ao enquadramento teórico e conceptual das principais temáticas sobre as quais o trabalho se debruça, problematizando os conceitos-chave inerentes ao estudo, nomeadamente, desenvolvimento local, participação e democracia participativa. A segunda parte, que pretende apresentar o estudo de caso selecionado, divide-se em dois planos distintos; um deles refere-se às metodologias privilegiadas para a concretização deste trabalho, indicando as etapas de recolha de dados e as técnicas de investigação utilizadas; o outro diz respeito à caracterização do território, permitindo contextualizar o mesmo do ponto de vista geográfico e demográfico mas também segundo um conjunto de informações que proporciona um melhor entendimento sobre os desafios que se colocam àquela comunidade e as intervenções sugeridas para mitigar os diversos problemas sociais existentes. A terceira parte do trabalho analisa empiricamente os dados obtidos através da aplicação de entrevistas semi-directivas e da observação participante. A quarta e última parte, por fim, apresenta as principais conclusões a que chegamos e algumas recomendações no âmbito científico e político, delineando pistas de investigação e de ação, respectivamente.

PARTE I. QUADRO TEÓRICO

1. DESENVOLVIMENTO LOCAL

A primeira parte deste capítulo tem como principal objectivo contextualizar o conceito de Desenvolvimento e as suas consequentes reformulações. Após uma breve análise do seu percurso histórico, o conceito de Desenvolvimento Local será analisado de forma mais detalhada, considerando-se o tema do presente trabalho. Apresentando primeiramente a sua afirmação científica e institucional, o conceito de será depois definido e problematizado segundo um conjunto de princípios teóricos e metodológicos que nos ajudam a compreender melhor as suas práticas. Por último, realizar-se-á uma breve reflexão sobre a emergência do poder local e o "retorno do ator", enfatizando-se os potenciais contributos da coesão territorial e da animação territorial para os processos de Desenvolvimento Local.

1.1. Do desenvolvimento eurocentrado à reformulação do conceito

Após a Segunda Guerra Mundial, devido à independência das ex-colónias, esforços de ajuda específica foram prestados aos novos países ditos *subdesenvolvidos* ou *em desenvolvimento*, o que em grande parte conduziu à nomeação dos anos 60 como "a década do desenvolvimento", resultando disso a vulgar ideia de que o conceito de desenvolvimento remonta a esta época (Amaro, 2003). De facto, o conceito é formalmente institucionalizado e cientificamente fundamentado neste período, onde os desafios da reconstrução europeia e a ascensão de uma nova divisão do mundo contribuíram significativamente para a importância e para o interesse científico e social do desenvolvimento mas, em boa verdade, a problematização do progresso, da mudança e do bem-estar surgiu muito antes disso, em diferentes disciplinas¹.

Profundamente marcado pelas revoluções industrial e francesa, o conceito de desenvolvimento, bem como os seus conteúdos e as suas práticas, assentaram predominantemente no economicismo, no produtivismo e no industrialismo durante os primeiros 30 anos após a segunda grande guerra, independentemente do campo disciplinar que o discutia, o que significa que, ao longo deste período (1945-1970), desenvolvimento e crescimento económico eram constantemente confundidos e tidos como sinónimos². Esta concepção, que poderia ser considerada uma proposta,

¹ Numa perspectiva económica, desde Adam Smith com "A Riqueza das Nações" – considerado por Amaro (2003) como o primeiro esboço de uma teoria do desenvolvimento –, passando por Malthus, Ricardo, J.S. Mill, Marx e Schumpeter, não passando despercebidas outras abordagens, nomeadamente, as da teoria do bem-estar, desenvolvidas por autores como A.Pigou, Hicks e Pareto, e as das ciências sociais, realçando-se o contributo de Weber e Parsons.

² A obra "Etapas do desenvolvimento económico (um manifesto não-comunista)", de Rostow, é uma das referências que melhor elucida este modelo de desenvolvimento. Partindo do pressuposto de que o crescimento económico é a solução para as sociedades se desenvolverem, a teoria segue uma lógica processual histórica, enumerando cinco etapas progressivas pelas quais as sociedades devem *obrigatoriamente* passar, a fim de

tornou-se antes num modelo de desenvolvimento imposto que, tendo sido tomado como referência daí para a frente, foi extrapolado para outros países considerados subdesenvolvidos, edificando o projeto da modernidade europeia: por um lado, o capitalismo e, por outro lado, o socialismo soviético (estalinista). Tudo aquilo que não correspondesse a tal modelo era por isso *subdesenvolvido*, havendo a necessidade de "civilizar" e de desenvolver outras partes do mundo, sem que fosse considerada a sua história, a sua cultura e a sua diversidade. Não descredibilizando as boas intenções por parte de alguns, o processo de cooperação internacional foi totalmente contraditório: apesar de existir todo um discurso de cooperação e de paz, este pacifismo era constantemente intoxicado pelos interesses geoestratégicos das grandes potências.

Foi através desta aceção que, na década de 60, se assistiu na América Latina à emergência de uma escola de pensamento crítico, conhecida pela Teoria da Dependência. Este pensamento encontra o seu fundamento teórico na dicotomia entre o processo histórico e político dos países industrializados e não-industrializados, partindo do princípio que os primeiros apenas alcançam o desenvolvimento à custa dos segundos, perpetuando-se a dependência destes últimos. A este respeito, Frank (1976) argumenta que a expansão económica da Europa, desde o século XV, englobara os países subdesenvolvidos numa única corrente da história mundial originando, simultaneamente, o desenvolvimento de alguns países e o subdesenvolvimento de outros, contrariando a ideia subjacente ao pensamento europeu, isto é, a negação da história dos países subdesenvolvidos. Independentemente das suas variantes ideológicas³, é defendido nesta teoria que a difusão de capital, de tecnologia e do liberalismo económico e social por parte dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, nunca conduziram a sociedade até ao desenvolvimento, não representando outra coisa senão a penetração de influências dos países desenvolvidos sobre os ditos subdesenvolvidos.

O conceito de desenvolvimento começava então a ser questionado sobretudo quando a esta crítica, de cariz ideológico, se somaram outras já mais técnicas que evidenciavam a necessidade de o ver enquanto um processo multidimensional e não meramente económico.

De um ponto de vista mais metodológico, poder-se-á afirmar a importância que algumas ONGs e alguns grupos técnicos da ONU tiveram em colmatar estas falhas. Em 1955, a organização avançara com a proposta de Desenvolvimento Comunitário que, alcançando um maior reconhecimento enquanto método de intervenção na década de 60, pode ser entendido como "o conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral" (Silva, 1963:7). Significa isto que, se é da índole do Desenvolvimento Comunitário a mudança das condições de vida dos indivíduos, cabe à

alcançar o desenvolvimento. O subdesenvolvimento era, por isso, considerado o estado original das sociedades tradicionais.

³ Podem ser distinguidas duas grandes correntes da Teoria da Dependência: a marxista, protagonizada por autores como André Frank e Theotónio do Santos, e a weberiana, menos radical, com um importante contributo de Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado.

comunidade todo o processo de transformação, participando ativamente em todas as fases do processo, responsabilizando-se pelas iniciativas que são formuladas por ela própria. Genericamente, a metodologia associada a esta proposta assenta em três factores principais: partir das necessidades da comunidade; mobilizar os saberes, competências e recursos locais e conjugar perspectivas sobre a natureza dos problemas e das soluções, ou seja, não de forma sectorial mas integrada.

No entanto, a própria história do desenvolvimento atravessou uma crise profunda, questionando-se o seu modelo tradicional, ao longo dos "trinta (anos) gloriosos". Por um lado, continuava a fazer-se sentir a desilusão nos países subdesenvolvidos, perante os modelos de desenvolvimento impostos:

"Os países em vias de desenvolvimento passaram a acumular avultadas dívidas, num quadro realístico de um lento crescimento económico, provocando continuadas dificuldades no que diz respeito à sua solvência, assim como o agravamento das condições de vida das pessoas em situação de pobreza e exclusão social" (Gouveia, 2009:56).

Por outro lado, também os países desenvolvidos começavam a sofrer os custos sociais do desenvolvimento: cada vez mais surgiam sintomas de mal-estar social⁴, tendo sido acentuados quando a crise económica se instalou, com a 1.ª crise do petróleo em 1973, e quando a natureza do crescimento económico se tornou menos criadora de empregos, acompanhada da precarização laboral. Neste contexto importa salientar as crescentes revoltas e contestações sociais⁵, nestes países, bem como a emergência de uma consciência dos custos ambientais dos modelos de desenvolvimento dominantes, incentivada pela conferência em Estocolmo, organizada pela ONU, e pela publicação do estudo "Limits to Growth", do Clube de Roma, ambas em 1972 (Cf. Amaro, 2003).

Este conjunto de factores explica, por isso, grande parte da intensa procura de novas conceptualizações e metodologias ligadas ao conceito de desenvolvimento, a qual deu origem a partir da década de 70 a uma multiplicidade de adjetivos associados ao mesmo (com alguma ordem cronológica): Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado. Com diferentes influências históricas, teóricas e empíricas, é possível operacionalizar e enquadrar cada um destes conceitos de acordo com as fileiras/famílias conceptuais de desenvolvimento descritas por Roque Amaro (2003), a fileira ambiental, a das pessoas e das comunidades e a dos Direitos Humanos⁶.

⁴ Foram reconhecidas nesta época novas formas de pobreza, a par das crescentes situações de exclusão e desigualdades sociais, mas foi também desencadeado um vasto leque de mudanças que contribuiram para situações de mal-estar social, tais como a mobilidade social, o desaparecimento de comportamentos tradicionais, a desintegração das instituições sociais e a individualização das relações.

⁵ Entre outras, as revoltas estudantis em França (1968) e em Itália (1969), as contestações do movimento *hippie*, durante a segunda metade da década de 60, e os protestos contra a Guerra do Vietname, no início dos anos 70, nos E.U.A.

⁶ Com menor peso institucional e científico do que os anteriores, o conceito de Desenvolvimento Integrado é transversal a todos os outros, ficando "de fora" das fileiras descritas.

À fileira ambiental, entendida como uma forma de conciliar o desenvolvimento e as preocupações ambientais, corresponde o conceito de Desenvolvimento Sustentável, proposto no Relatório Brundtland em 1987. Este conceito traduz-se no "processo de satisfação de necessidades atuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras", implicando a solidariedade intergeracional, a integração da gestão dos recursos naturais e a durabilidade dos processos de produção e consumo inerentes ao desenvolvimento (Cf. Amaro, 2003:56).

A fileira das pessoas e das comunidades, tal como o nome sugere, procura que as pessoas sejam as protagonistas do desenvolvimento, o que significa que esta é também a fileira da participação, do *empowerment* e da cidadania. Esta fileira conceptual abrange, por isso, os conceitos de Desenvolvimento Local e de Desenvolvimento Participativo. O primeiro corresponde à satisfação das necessidades e melhoria das condições de vida de uma comunidade com base nas suas próprias capacidades, encarando os problemas e respostas numa perspectiva integrada (Amaro, 2003:57). O segundo, por sua vez, implica a adopção de metodologias participativas, em contextos de mudança e de melhoria das condições de vida, em todas as fases do processo, pressupondo a afirmação da cidadania (*idem*).

A fileira dos Direitos Humanos, por fim, associa o desenvolvimento à dignidade humana, pressupondo-se o respeito pelos Direitos Humanos e a garantia dos limiares mínimos de sobrevivência. Alvo de várias reformulações, o conceito de Desenvolvimento Humano foi o primeiro a surgir no âmbito desta fileira, em 1990, correspondendo atualmente ao:

"Processo de aumento de escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens" (Amaro, 2003:58-59).

Cinco anos depois, surge o conceito de Desenvolvimento Social, isto é, o "processo de garantia de condições mínimas, bem como de promoção da dimensão do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais" (Amaro, 2003:59).

O presente trabalho concentra-se, sobretudo, no Desenvolvimento Local, razão pela qual o conceito será explorado em seguida com maior detalhe, embora seja importante esclarecer que muitas destas abordagens por vezes se associam e sobrepõem.

1.2. Desenvolvimento Local: afirmação e definição do conceito

Face a um conceito largamente contaminado por uma visão economicista e uma perspectiva etnocêntrica, o conceito de Desenvolvimento foi alvo de diversas propostas a partir da década de 70, destacando-se as propostas dos grupos, organizações e iniciativas do terreno e as propostas de países europeus. O Desenvolvimento Comunitário, surgido da ação direta de ONGs e de técnicos da ONU nos países subdesenvolvidos, é um exemplo do tipo de propostas que nasceu do terreno. Já o Desenvolvimento Endógeno e o Desenvolvimento Territorial, propostas europeias mais académicas e

conceptuais⁷, basearam-se na crítica ao paradigma funcionalista (*top-down*), dominante até aí nas abordagens do desenvolvimento, e em favor do paradigma territorialista.

Surgindo como crítica à concentração dos indivíduos nas regiões centrais e aos desequilíbrios intrarregionais, isto é, à subordinação das regiões periféricas, o paradigma territorialista consagrou-se através da valorização do território e da sua diversidade enquanto um processo de descentralização que edifica uma relação horizontal entre os intervenientes, numa resposta integrada e adaptada aos problemas locais, estimulando uma abordagem "a-partir-de-baixo" (*bottom-up*).

O conceito de Desenvolvimento Local (DL) alcançou a sua afirmação científica no final dos anos 80, ancorado a muitas das propostas mencionadas mas especialmente aos princípios e métodos do Desenvolvimento Comunitário. Só a partir dos anos 90, porém, foi alcançado o seu reconhecimento político-institucional, derivado de grandes programas para combater a pobreza, a exclusão social, o desemprego e a precariedade⁸ (Amaro, 2003; 2009). É possível, contudo, considerar duas diferentes visões sobre o DL: uma mais empírica, de base indutiva – Desenvolvimento Local com Estratégias Comunitárias de Base – e outra mais científica e institucional, de base dedutiva – Desenvolvimento Regional Endógeno.

Enquanto na primeira visão o modelo e os processos de desenvolvimento adoptados não têm de ser necessariamente replicados para outros territórios, à segunda visão está subjacente a existência de políticas nacionais de âmbito local; é defendida no Desenvolvimento Regional Endógeno uma visão estrutural e a adopção de uma lógica *top-down* no sentido de orientar e facilitar o aparecimento e evolução de experiências de base local, adoptando-se posteriormente a abordagem *bottom-up*. Esta é atualmente uma visão bastante comum ao nível nacional e mesmo europeu, onde frequentemente se assiste à construção de políticas públicas e de programas de DL que são depois apropriados pelos diversos atores locais, adaptando e integrando-os em diferentes territórios. Significa isto que ao Desenvolvimento Regional Endógeno estão implícitos factores externos que facilitam a ação comunitária e territorial, enquanto nas Estratégias Comunitárias de Base a iniciativa parte exclusivamente da comunidade, bem como as suas dinâmicas, promovidas por parcerias com os serviços públicos locais e autarquias. Apesar das suas divergências, estas não são senão duas faces da mesma moeda: duas formas de DL que apelam ao envolvimento dos cidadãos para a satisfação das suas necessidades e resolução dos problemas da comunidade.

A apropriação do conceito de DL esteve intrinsecamente relacionada com a necessidade de encontrar respostas inovadoras às mudanças ocorridas na década de 70, ou seja, aos efeitos combinados dos processos de globalização, da transição de regime económico e da crise económica

⁷ Não passando despercebidas outras propostas tais como "Village Concept", da OMS, "Another Development", das ONGs nórdicas e "Desenvolvimento Alternativo", dos grupos de base urbanos da Bélgica francófona (Cf. Amaro, 2003:57).

⁸ Destacam-se, para além dos diversos relatórios e conferências organizados por organismos internacionais, os Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza, nos quais Portugal se integrou quando estava em curso o segundo, o Programa "Iniciativas Locais de Emprego", da OCDE, no final dos anos 80, e os Conselhos Europeus de Corfu (1993), de Essen (1994), de Dublin (1996) e de Florença (1997).

e da incapacidade dos governos nacionais para o desempenho da sua função de regulação social. Em virtude da afirmação das correntes neoliberais, é possível falar-se até de "crises do Estado-Nação e do Estado-Providência" (Amaro, 2009:108), assistindo-se a um enfraquecimento dos estados nacionais, sendo que parte vital dos processos de decisão do domínio social e económico foram transferidos para agências financeiras e credores internacionais (Ghai, 1992:18).

Diferentes respostas foram criadas no sentido de combater o mal-estar social proeminente desta época, destacando-se o surgimento de políticas públicas e fiscais que garantissem, respectivamente, as necessidades dos indivíduos e o *crescimento económico com redistribuição*⁹. Por outro lado, o reconhecimento do valor da abordagem *bottom-up*, bem como dos projetos de menor escala, principalmente nas áreas rurais, foram considerados sinais claros de uma crise multidimensional e, simultaneamente, de uma emergência de novas territorialidades e de iniciativas locais que favoreceram o acolhimento do DL.

Invertendo as dinâmicas e as lógicas dominantes do desenvolvimento, o DL propõe que todo o seu processo deve "partir-de-baixo", isto é, das iniciativas e capacidades das comunidades locais, o que significa que o paradigma da territorialidade enquadra a conceptualização do conceito. Este traduz, por isso, uma resposta organizada aos problemas da comunidade, com base nas suas capacidades e competências, visando a satisfação das necessidades e a melhoria das suas condições de vida, sendo por isso também considerado:

"Um processo de diversificação e de enriquecimento das atividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas energias. Será o produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projeto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais. Finalmente, fará de um espaço de contiguidade física um espaço de solidariedade ativa" (Grefe, 1985 *apud* Henriques, 1990:29).

1.3. Princípios orientadores do Desenvolvimento Local

Diversas contribuições foram feitas, por diferentes autores, no sentido de definir e enquadrar teoricamente o conceito de DL, ainda que exista um conjunto de princípios universais, mais ou menos constantes em todas estas contribuições, que auxiliam a delimitação do conceito, nomeadamente¹⁰:

- 1) o papel central de uma comunidade local na protagonização de iniciativas e respostas que visem a melhoria das suas condições de vida e a satisfação das suas necessidades, com tendencial impacto em toda a comunidade;
- 2) a priorização da mobilização dos recursos endógenos, isto é, das capacidades locais, face aos recursos exógenos, salvo se a mobilização destes últimos fertilizem os anteriores (não os substituindo ou inibindo);
- 3) a adoção de mecanismos de *empowerment* e de dinâmicas participativas em todas as fases do processo;

⁹ Cf. Hollis Chenery *et al*, 1974.

¹⁰ Cf. Amaro, 2009.

- 4) a articulação entre os vários atores e instituições locais que, com base numa ação colectiva, adoptem uma perspectiva integrada, e não meramente sectorial, dos problemas e respostas;
- 5) cada território é único tendo, por isso, uma diversidade de problemas, dinâmicas, recursos e resultados que lhe são específicos.

Com base nestes princípios teóricos, é possível deduzir princípios metodológicos sobre os quais se debruça o DL: (1) a territorialização; (2) o *empowerment*; (3) a participação; (4) a parceria; (5) a flexibilidade, adaptabilidade e inovação.

A territorialização é um factor-chave para uma melhor percepção das condições de vida, dos problemas, necessidades, recursos e potencialidades da comunidade. O enraizamento na comunidade torna-se, por isso, extremamente importante no sentido de criar uma ligação com a comunidade, tão valioso no âmbito dos projetos de DL, onde imperam as relações de confiança e de cooperação. Este enraizamento contribui significativamente para o envolvimento ativo dos indivíduos e para o estabelecimento de relações sociais sólidas.

O *empowerment* é particularmente relevante para o acionamento de dinâmicas participativas locais. Se, como visto anteriormente, é do carácter do DL a atribuição do papel de *agente* à comunidade, um factor decisivo para o seu sucesso consiste na capacidade de fazer com que as comunidades participem na valorização das suas próprias potencialidades e na promoção das suas condições de vida. É importante ter em consideração, neste sentido, que algumas pessoas – sobretudo as mais vulneráveis – possam sentir-se reticentes à participação devido às fragilidades resultantes dos processos continuados de exclusão, as quais contribuíram para uma crescente descrença nas suas capacidades e baixa autoestima.

No fundo, a perspectiva do *empowerment* pressupõe uma ação transformadora através da capacitação dos indivíduos mais vulneráveis, uma vez que os *disempowered* (não só os que vivem abaixo do nível de pobreza mas sobretudo estes) não têm poder social necessário para exercer significativamente direitos políticos. Contudo, é importante notar que o *empowerment* político apenas é alcançado através do *empowerment* social, transferindo-se os seus ganhos para o poder político, para que os seus interesses possam ser efetivamente defendidos e aceites. Sobre esta questão, Friedmann (1996) distingue três tipos de *empowerment*: o psicológico, relacionado com a autoconfiança; o social, destacando-se a participação e o acesso a recursos (por vezes materiais mas sobretudo não-materiais, tais como informação e conhecimento); e o político, que corresponde ao acesso ao processo pelo qual são tomadas decisões que afectam direta ou indiretamente o futuro dos indivíduos e da comunidade.

A participação, como será aprofundado adiante, traduz-se no envolvimento ativo dos indivíduos. Várias técnicas têm sido implementadas nos projetos de DL, as quais vão desde reuniões formais com um colectivo alargado ou com subgrupos (temáticos ou organizados segundo determinadas características), conversas/encontros informais e dinâmicas de grupo. Algumas destas técnicas são comuns a outras ciências sociais, tais como discussões de grupo e entrevistas semiestruturadas em profundidade, enquanto outras são mais visuais e interativas (White e Pettit,

2004:5), envolvendo uma maior atividade por parte dos indivíduos, como teatro e pintura de *graffitis*, como "muros de lamentação".

O trabalho em parceria refere-se à cooperação entre todos os atores locais, tais como serviços públicos, autarquias, associações de base local, instituições particulares, empresas e grupos informais. É a partir da década de 80 que o trabalho em parceria – antes referido como partenariado, trabalho em rede, etc. – começa a ganhar uma maior importância, ao ser utilizado como um método de intervenção privilegiado nos projetos de desenvolvimento.

Apesar da ideia de parceria ser cada vez mais banalizada, pelo facto de vários projetos a convocarem constantemente, tal não significa que este não seja um instrumento capaz, dada a difícil missão de chegar a resultados efetivos sem uma resposta conjunta de várias entidades. José Manuel Henriques (2000) nobilita bem esta situação, argumentando que combinação da ação social convencional, da animação económica local e da promoção local do desenvolvimento tem conduzido a importantes mudanças nos contextos locais ao nível dos agregados domésticos, dando como exemplos a associação entre o rendimento mínimo garantido e políticas ativas tendentes à reinserção económica e social ou a associação entre o subsídio de desemprego e a formação profissional.

Capaz de fortalecer interações, capacidades e recursos e de tornar mais consistentes as intervenções, a criação de parcerias é por isso uma mais-valia para o sucesso dos projetos de desenvolvimento enquanto processo de aprendizagem, sobretudo quando o trabalho em parceria é exercido por uma equipa multidisciplinar, uma vez que não só possibilita a realização de diagnósticos e avaliações mais ricos e profundos como permite chegar a uma ação integrada fundamentada numa cultura de cooperação, onde a tradução entre os saberes assume a forma de uma *hermenêutica diatópica*¹¹. Assim, é importante esclarecer o que é a parceria e o que implica:

"Um processo através do qual dois ou mais agentes de naturezas diferentes estão de acordo para poderem atingir um objectivo específico (...) com um resultado que representa mais do que a soma das duas partes. Cada agente mantém a sua individualidade na participação, o que inclui riscos e potenciais benefícios partilhados por todos os parceiros" (Estivill, 2003 *apud* Costa, 2009:24).

Finalmente, a flexibilidade, adaptabilidade e inovação são atributos que encontram a sua importância no princípio de que os territórios são únicos, tendo por isso características específicas. É uma mais-valia o acolhimento de uma lógica de criatividade e inovação na protagonização das respostas de cada comunidade, adaptando as suas características ao território em questão. A valorização da tradição, da cultura e dos costumes das regiões são um importante contributo para a afirmação da sua identidade, cuja preservação deve ser assumida como uma forma de combate à homogeneização da cultura e das formas de vida e não como algo conservador e "estaque". Para além de esta valorização favorecer a diversidade cultural, ela poderá ter também resultados positivos no crescimento económico da comunidade, através do reconhecimento de produtos e serviços dotados de uma certa autenticidade, singularizando o território e tornando-o distinto e distintivo.

¹¹ *Hermenêutica diatópica* corresponde, por assim dizer, à visão integrada desejável a este tipo de projetos, visto que "consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que fornecem para elas" (Santos, 2002:262-263).

Contudo, alguns autores afirmam que as ações populares numa comunidade são raramente inovadoras, havendo a tendência de selecionar um certo número de ações de um repertório já conhecido; a necessidade de minimizar riscos, a falta de tempo para procurar e testar respostas inovadoras e a falta de meios financeiros, materiais e técnicos adequados são algumas das razões que justificam esta tendência (Friedmann, 1996).

1.4. A emergência do poder local e do retorno do ator

A concentração do poder é perigosa para uma sociedade livre desde logo porque invade o social, desvitalizando os seus dinamismos e implicando que os destinos das comunidades sejam determinados por entidades que lhes são estranhas (Jones e Stewart, 1985 *apud* Stoker, 1996:12; Fernandes, 1992:40). A recomposição do tecido social, por isso, exige o retraimento do Estado pois o desenvolvimento só se torna possível quando forem devolvidas aos atores as suas responsabilidades e quando a participação, autónoma e voluntária, for o mais alargada possível, permitindo a realização de objectivos comuns, com base na ação colectiva (Fernandes:40-41).

Os anos 80 representaram o "retorno do ator", o surgimento do indivíduo ativo, participante que, reconhecendo a sua capacidade de participação e responsabilização, seria capaz de passar de vítima a responsável pela mudança da sua vida (Guerra, 2002). Esta questão é particularmente relevante no âmbito do DL, onde é atribuído o papel de *agente* à comunidade, na procura de respostas para a satisfação das suas necessidades, afastando-se da lógica de tratamento clássico e exclusivo dos indivíduos enquanto *beneficiários*. Cada vez mais a sociedade civil intervém no processo de gestão territorial, antes confinado aos grupos de decisores e aos técnicos, no sentido de o tornar mais democrático e transparente.

Por sua vez, este "retorno do ator" foi simultaneamente acompanhado pelo surgimento do poder local: diversos factores têm vindo a redefinir o tradicional modelo de governação, suscitando a adopção de princípios de governança de base territorial, aos níveis locais e regionais. Até então, o Estado ditava as "regras do jogo" mas devido à percepção do pouco impacte das formas tradicionais de gerir a coisa pública e ao reconhecimento de que o espaço público é constituído e apropriado por um grande número de atores, com interesses diferentes e recursos indispensáveis à mudança social, desenvolveu-se uma reflexão sobre a ação pública ("Novo Urbanismo") que assentou no princípio de que a resolução dos desafios que se colocavam exigiam o acionamento desta diversidade de atores e variáveis em jogo (Guerra, 2000; Guerra, 2006).

A emergência do poder local e o "retorno do ator" significam então, respectivamente, a transferência de competências dos governos centrais para os regionais e locais, gerindo conflitos entre os níveis de intervenção, e a emergência de novos agentes com influência no processo de planeamento (Guerra, 2000:38). O poder local está, portanto, no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização e a participação, sendo defendido com base numa série de diferentes argumentos que evidenciam a sua capacidade de limitar a concentração do poder, ao promover o pluralismo e a participação.

Sobretudo a partir dos anos 80, a U.E. tem reconhecido o potencial contributo da iniciativa local, primeiro no contexto da Estratégia Europeia de Emprego, depois no âmbito da Governança Local e, mais recentemente, no quadro da integração territorial de políticas¹². Três importantes documentos têm vindo a realçar a importância da coesão territorial enquanto objectivo da U.E., a par da coesão social e económica, o Tratado de Lisboa (2007), o Livro Verde da Coesão Territorial (2008) e o Relatório Barca (2009).

Para que a coesão territorial seja assegurada, cabe ao Estado local o papel de: (a) financiar iniciativas locais/regionais; (b) diagnosticar, enquanto conhecedor privilegiado do território; (c) avaliar as ações/projetos do território onde intervém; (d) mediar a relação entre o Estado central e o Estado social; (e) promover parcerias para articulação/criação de redes intermunicipais, ao nível local e regional e (f) incentivar/facilitar a criação de redes de entidades do território e interterritórios (Portela, 2008) pois a coesão territorial passa por formas de governança que permitam, simultaneamente, a articulação multinível e a articulação intersectorial para a integração territorial da ação na construção de respostas específicas adequadas a cada território¹³. Isto significa que as políticas de desenvolvimento regional devem partir dos desafios de desenvolvimento na totalidade das regiões, atendendo-se aos efeitos territoriais das políticas macroeconómicas e sectoriais pois, sabendo-se que desafios que se colocam não são independentes dos contextos em que os respectivos problemas se manifestam, tornam-se necessárias respostas únicas para cada território (*context-dependency*) (Henriques, 2010:30).

Por outro lado, torna-se mais importante que o Estado assuma um papel de "animador" do que "regulador", no planeamento territorial (Guerra, 2000), pois nem sempre as iniciativas locais emergem espontaneamente. Os Estados central e local – "molduras do DL" – devem estar interligados e assumir diferentes papéis na temática da Animação Territorial, a qual corresponde a um conjunto de atividades e projetos que visam estimular a iniciativa e a participação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento. Embora o processo de animação seja necessariamente lento e contínuo, é um processo que abrange diversas áreas da vida quotidiana, assumindo a forma de desenvolvimento (Dias, 2004).

Algumas das mais importantes estratégias de animação territorial traduzem-se na criação de novas formas de governança, na mobilização de conhecimentos e aprendizagens, bem como na capacitação individual e colectiva¹⁴. Torna-se, por isso, fundamental identificar e mobilizar o potencial endógeno, reconhecendo e valorizando todas as formas de conhecimento, assim como criar formas

¹² Cf. EQUAL, 2008:20-22.

¹³ A par da literatura sobre a realidade portuguesa é possível verificar que o défice não se coloca tanto ao nível do número de políticas sociais mas sim na sua divulgação, difusão e articulação eficazes e, nesse sentido, as parcerias compostas pelas entidades públicas e pelas diversas ONGs, IPSSs e ADLs têm tido um papel preponderante nos projetos de DL (Castro e Gonçalves, 2002).

¹⁴ Estas são algumas das estratégias de animação que José Manuel Henriques descreve na análise dos resultados da Iniciativa Comunitária EQUAL, em Portugal, as quais nos ajudam a compreender melhor como ações deste tipo podem promover a coesão territorial e o DL. Cf. Henriques, 2010:38-42.

inovadoras de participação social que incluam a definição de prioridades colectivas e decisões a tomar. Por outro lado, as estratégias de animação devem favorecer uma identidade territorial positiva e capacitar os atores a partir da intervenção em processos de "desintegração territorial"¹⁵. O sucesso da animação territorial é por isso dependente do envolvimento da comunidade, por um lado, e da formação contínua de profissionais envolvidos nas ações de animação, por outro, assegurando-se respostas de curto prazo para o desenvolvimento dos projetos e aperfeiçoando-se perspectivas metodológicas, neste domínio.

O pressuposto é que o campo político precisa de ser redefinido e ampliado e isso traduz-se na capacidade dos atores, das organizações e das instituições se reinventarem e de inventarem novos campos de exercício democrático (Guerra, 2000:44). "O retorno do ator" é, por isso, mais do que uma evidência historicamente localizada, tratando-se antes de um pré-requisito para o desenvolvimento. Se o poder local tem a capacidade de revitalizar as formas de associação, de promover a participação e de criar equilíbrios mais democráticos face ao poder centralizado, cabe ao Estado local a função de animar o território através da criação de condições institucionais e organizacionais que conduzam uma ação estratégica que vise a construção da especificidade das respostas e de condições que facilitem a mudança social nos contextos locais.

2. PARTICIPAÇÃO

Este capítulo permite-nos, após uma breve aproximação à noção de participação, conhecer algumas das abordagens da participação no desenvolvimento, nomeadamente, a participação emancipatória, a participação subjacente ao desenvolvimento alternativo e a participação "populista". A questão da Governança, por sua vez, será também um dos principais tópicos de discussão, articulando-a com a noção de participação ("Governança Participativa"). Posteriormente é introduzida para o debate a noção de cidadania, problematizando-a do ponto de vista da participação, privilegiando-se os princípios de construção da identidade e da ação colectivas como meios de conquistar a cidadania. Por fim, serão sistematizadas algumas ideias consolidadoras para o conceito de participação, sobretudo de acordo com os seus diferentes tipos e funções, de maneira a abrir espaço para a reflexão sobre as potencialidades, os constrangimentos e as ambiguidades da participação para o desenvolvimento, embora algumas delas sejam descritas ao longo do capítulo.

2.1. Contextualizando a participação

A questão da participação esteve, desde o seu início, mais relacionada com a dimensão política e, especificamente, com os regimes políticos democráticos. No interior desta esfera, o conceito refere-se ao grau com que os cidadãos exercem os direitos que lhe estão consagrados

¹⁵ Este conceito, de origens diversas, parte da noção de "desintegração regional", proposta por Walter Stöhr, correspondendo à erosão de recursos, subutilização ou sobreutilização de recursos locais, desintegração comunitária e sociopolítica, etc. (Stöhr, 1983 *apud* Henriques, 2010:36).

constitucionalmente, sendo permitido falar de culturas mais ou menos participantes através da análise dos diferentes graus com que os cidadãos exercem estes direitos.

Hoje em dia, parece que a participação se confina ao ato de votar. Esta situação é mais complexa do que se poderá imaginar, dando azo a diferentes interpretações: por um lado, é lida como um sinal preocupante do desinteresse pela política, sendo isso um sinal claro do enfraquecimento dos regimes e da "crise da política", como refere Jouve (2005); por outro lado, justifica-se através de uma espécie de confiança generalizada nas instituições.

O conceito de participação tem vindo a ganhar uma importância crescente nos projetos de desenvolvimento desde os anos 70, onde se começara a questionar quem "dava voz" aos mais pobres e marginalizados e quem participa nas tomadas de decisão. Desta forma, o conceito tem sido alvo de reformulações teóricas que a colocam quer sobre a perspectiva do desenvolvimento, ancorada aos conceitos de *empowerment* e capacitação, quer sobre a perspectiva política, a qual enfatiza a governança e a transparência.

Num artigo publicado em 1969, Arnstein considerava a participação dos cidadãos como um termo categórico para poder cidadão, isto é, "a redistribuição do poder que possibilita que os cidadãos excluídos dos processos políticos e económicos sejam deliberadamente incluídos no futuro" (1969: 216-217). Quer isto dizer que, para a socióloga, a participação tem como objectivo a influência de decisões, sendo a partir da maior ou menor aproximação da participação que se poderá avaliar o sucesso e a qualidade dos seus processos. Neste artigo, Arnstein desenvolveu uma classificação ascendente ("escada da participação"), onde distingue diferentes níveis e tipos de participação.

Apesar do seu contributo para uma melhor compreensão analítica do conceito, "a escada da participação" apresenta algumas limitações: em primeiro lugar, a autora associa indevidamente esta escala empírica, que descreve o nível de influência que os indivíduos têm sobre a decisão colectiva, com aprovação normativa – o que parece ser errado pois o nível de participação considerado mais elevado poderá não ser o mais apropriado para uma determinada comunidade (em certos contextos, o papel consultivo pode ser mais preponderante do que o controlo cidadão, por exemplo); em segundo lugar, desde que o artigo foi publicado, muitos avanços têm sido feitos na teoria e na prática da participação (Fung, 2006:67).

Embora requerendo o envolvimento ativo da comunidade, alguns autores têm vindo a definir a participação como "qualquer processo em que é passada informação de membros do público (ou seus representantes) para entidades responsáveis por políticas, independentemente de como essa informação é usada" (Rowe, Marsh e Frewer, 2004 *apud* Nunes, 2010:4).

As abordagens sobre a participação, por isso, parecem divergir muito de autor para autor. Na perspectiva de Arnstein, poder-se-á assumir uma participação mais direta, um maior controlo por parte dos cidadãos sobre os assuntos que direta ou indiretamente poderão influenciar as suas vidas. Já para Rowe, Marsh e Frewer, a participação surge intrinsecamente relacionada com mecanismos de consulta, onde o indivíduo dá a sua opinião sobre um determinado assunto (podendo a sua opinião ser ou não considerada na tomada de decisão).

Não será, porém, que estas divergências resultam, também, do próprio rumo da História? Na verdade, participação e democracia andam de mãos dadas e, com o enfraquecimento da democracia, parece que também as dinâmicas participativas são cada vez mais limitadas. Há uma clara associação entre a concepção hegemónica da democracia e a indispensabilidade da burocracia, produzindo uma maior perda de controlo dos cidadãos sobre as decisões públicas, decorrentes do controlo crescente por formas de organização burocráticas. Como Bobbio afirma:

"Na medida em que as sociedades passaram de uma economia familiar para uma economia de mercado (...) aumentaram os problemas políticos que requerem competências técnicas. Os problemas técnicos exigem, por sua vez, especialistas, uma multidão cada vez mais ampla de pessoal especializado (...) Tecnocracia e democracia são antitéticas: se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão qualquer" (Bobbio, 1997:33-34).

Em suma, constrangimentos burocráticos têm vindo a restringir as potencialidades da democracia tendo a teoria política liberal transformado o político numa dimensão sectorizada e especializada da prática social e confinando-o a "especialistas", a políticos e ao Estado.

Voltar-se-á a este ponto adiante, sendo mais preponderante no âmbito da discussão da democracia, mas vale a pena reforçar duas ideias principais: em primeiro lugar, a participação encontra-se sempre relacionada com a questão da legitimidade e da representação; em segundo lugar, a distinção entre a participação de carácter consultivo ou vinculativo é uma tensão que atravessa grande parte do debate sobre este tema.

Assim, poder-se-ão considerar diferentes perspectivas da participação: (a) a participação *como um meio* – neste caso a participação é entendida como um processo onde os cidadãos cooperam e colaboram na introdução de programas ou projetos de desenvolvimento; (b) a participação *como um fim* – neste caso a participação é encarada como um objectivo em si mesma, expresso através do *empowerment* dos cidadãos no que se refere à aquisição de competências, conhecimentos e experiências, possibilitando a aquisição de responsabilidades no seu processo de desenvolvimento.

Desta forma, a ambiguidade do termo não é surpreendente e, na verdade, não existe um consenso generalizado sobre o que é a participação, ainda que o envolvimento (mais ou menos ativo) dos cidadãos, na condução à mudança, seja uma visão partilhada e comum na definição do conceito.

2.2. Perspectivas da participação no Desenvolvimento

O debate sobre a participação, que tem sido um assunto central para o desenvolvimento, tem mudado bastante nos últimos anos no que diz respeito às suas críticas e proponentes. Será pertinente, então, começar por uma breve contextualização da história das abordagens da participação, no desenvolvimento.

Durante a década de 60, a participação era analisada maioritariamente no âmbito eleitoral, isto é, no que respeitava ao voto. Contudo, devido a reformulações do conceito, houve alguma dissociação entre a análise da participação com as eleições e os votos, abrangendo outros níveis de

participação (Bliss e Neumann, 2008). A proposta de Desenvolvimento Comunitário, bem como os discursos dos países do Sul (em especial, a Teoria da Dependência), deram conta da necessidade de uma "Participação Emancipatória", pressupondo-se a superação da relação opressores/oprimidos através da consciencialização popular pois, como afirma Paulo Freire na sua famosa obra, *Pedagogia do Oprimido* (1970), apenas os oprimidos compreendem a necessidade de libertação e a necessidade de lutar por ela. Partindo do princípio que o autor considera a participação crucial na vida social e política dos indivíduos, poder-se-á afirmar que a mesma seria crucial em qualquer forma de desenvolvimento. Inseparável de um desenvolvimento efetivo, a participação era reconhecida, então, enquanto um direito promotor de cidadania na subversão do poder opressor e na transformação da ordem social.

Durante os anos 70, predominou a ideia de que as pessoas deveriam desenvolver-se por elas próprias através da tomada de decisões e da sua participação plena, de igual para igual e, por isso, também a questão da responsabilidade pessoal se tornou preponderante para a discussão do conceito. O "Desenvolvimento Alternativo", fortemente influenciado por estas ideias e pelas correntes da "Participação Emancipatória", permitiu uma nova conceptualização do desenvolvimento, associando-o prioritariamente à participação e ao *empowerment* social e político. De acordo com Friedmann (1996), o objectivo do "Desenvolvimento Alternativo" seria o de humanizar um sistema que exclui determinados indivíduos, através da resistência e da luta política, no sentido de reequilibrar a estrutura de poder na sociedade e de proteger os interesses do povo. Por esta razão, as bases de reivindicação correspondiam aos Direitos Humanos, ao "desabrochar humano" e aos direitos de cidadania, tornando a ação do Estado mais sujeita a prestação de contas e aumentando os poderes da sociedade civil.

Para Friedmann, o ponto de partida para este processo seria a localidade, uma vez que a sociedade civil é mais prontamente mobilizável em torno de temas locais, embora considere que o "Desenvolvimento Alternativo" só poderia ser genuíno se, a longo prazo, transformasse a totalidade da sociedade aos níveis nacional e internacional. Foi precisamente devido ao facto de esta transformação mais profunda da sociedade e dos sistemas político e económico não se ter concretizado, isto é, uma transformação social de nível macro, que alguns autores, tais como Rahaman (2004:25) e Hickey e Mohan (2004:4), argumentam que o Desenvolvimento Alternativo representou algumas falhas, pois nunca o plano de ação foi alargado a outros níveis de governação se não ao nível local.

Os anos 80 representaram a afirmação *mainstream* da participação, considerando a banalização e vulgarização da aplicação dos métodos participativos nos projetos de desenvolvimento, o que conduziu, pelo menos para o público mais crítico do Norte, a um certo descrédito do conceito de desenvolvimento (Bliss e Neumann, 2008:18). Poder-se-á considerar que o carácter da participação passou a ser mais tecnocrático, devido a desproporcionais relações de poder bem como a diferentes acessos a recursos e oportunidades, entre os atores. Alguns factores ajudam-nos a compreender porque razão a participação se tornou "populista".

Em primeiro lugar, foram apontadas críticas aos modelos de desenvolvimento eurocêntricos e economicistas implementados nos Países do Sul, por comparação ao sucesso que muitas ONGs tinham ao apostar numa participação mais próxima¹⁶. Em segundo lugar, contribuíram também para esta situação os programas de ajustamento estrutural impostos pelo BM e pelo FMI, no âmbito do Consenso de Washington. Desprovidos de um relativo poder, os estados nacionais delegaram responsabilidades para o povo e, cnicamente, a participação transformou-se na transferência de funções e de serviços para as próprias pessoas e comunidades, outrora da obrigação governamental (Bliss e Neumann, 2008:17). Em terceiro lugar, a participação tornou-se, de acordo com Rahnama (2007:131), numa espécie de *slogan* político apelativo e num dispositivo de angariação de fundos para ONGs, doadores e receptores¹⁷.

A par destas críticas, o conceito de participação começou a ser proclamado, por diferentes entidades, com maior ênfase no acesso e controlo de recursos, bem como nos processos de decisão¹⁸. Por outro lado, estas críticas deram lugar à descoberta de alguns problemas ligados à participação, nomeadamente, a instrumentalização e despolitização da mesma e a distância entre a retórica e a realidade (Ferreira, 2011:23). De acordo com Guerra:

"(...) o planeamento em Portugal tem ainda um cariz técnico, com pouca presença dos cidadãos que estão afastados dos centros de decisão, num processo onde se diluem as decisões e a personalização das relações de proximidade, afastadas em nome de um colectivo técnico ou político impessoal que não serve de interlocutor" (Guerra, 2006:159).

Fruto deste contraste entre a retórica e a realidade decorrem dois riscos principais: por um lado, a criação de falsas expectativas, pois embora sejam envolvidos e mobilizados neste "jogo", os indivíduos não têm qualquer poder de decisão, sentindo-se alvo de aproveitamento político; por outro lado, os projetos de desenvolvimento acabam por perder credibilidade e, nesse sentido, as pessoas sentem-se cada vez menos interessadas em participar. Há, portanto, uma contradição óbvia: os indivíduos ganham aparente legitimidade no campo político mas não existe qualquer impacte de influência de decisões ou efeitos visíveis na melhoria das suas condições de vida (Jouve, 2005; Nunes, 2010), resultando numa certa distância entre o valor simbólico e o funcionamento real da participação, a qual se torna numa espécie de "equivoco" em todo o processo.

¹⁶ Note-se que "a participação das pessoas no planeamento de projetos de desenvolvimento é desejável porque torna os projetos mais eficientes, eficazes e sustentáveis" (McGee, 2000 *apud* Bliss e Neumann, 2008:17).

¹⁷ Esta questão é particularmente importante no que se refere àquilo que Schiefer (2008:11) denomina por "economia dissipativa", isto é, um tipo de economia local para o qual são canalizados recursos que ali são dissipados e desperdiçados. Esta injeção de recursos num sistema de economia local sugere que os recursos são limitados quando, na verdade, eles são muitas vezes apropriados pelos estados e pela liberalização dos mercados de ONGs.

¹⁸ Em 1994, o Participation Learning Group definia a participação como um processo no qual os participantes "(...) partilhavam influência e controlo sobre as iniciativas de desenvolvimento, decisões e recursos que os afectam" (BM, 1994 *apud* Bliss e Neumann, 2008:18). Já no ano anterior, também o Relatório de Desenvolvimento Humano enfatizava as mesmas questões: "(...) o importante é que as pessoas tenham acesso constante à tomada de decisão e poder" (PNUD, 1993 *apud* idem, 2008:20).

Vários autores, como Cornwall e Gaventa (2001) e Bliss e Neumann (2008) têm defendido, por isso, alguma desprofissionalização dos especialistas, no sentido de dar espaço à experiência dos participantes e às suas opiniões, visto que o conhecimento e as capacidades das comunidades locais são elementos centrais no processo de desenvolvimento. Em termos práticos isto implicaria uma adoção real da abordagem *bottom-up*, uma mudança de papéis, já que o especialista tornar-se-ia antes facilitador dos processos de desenvolvimento, e uma experiência de aprendizagem mútua (idem, 2008:16). De acordo com José Manuel Henriques, a aprendizagem mútua deve ser praticada entre o público-alvo da intervenção e os técnicos adoptando-se um *estilo de planeamento transactivo*, supondo a reciprocidade, o diálogo e valor humano. Para o autor, "a ênfase do paradigma não é tanto sobre como os técnicos usam e distribuem o seu conhecimento para a resolução dos problemas mas sobre a sua capacidade de abrir o debate sobre os mesmos" (Henriques, 2006:377).

2.3. Governança Participativa

A questão da Governança Participativa tem sido cada vez mais enfatizada nas discussões sobre a participação e o desenvolvimento, sendo um assunto central para a gestão pública. A revitalização do termo "Governança" foi sobretudo empregue no final da Guerra Fria por agências como o BM e o FMI no sentido de iniciar reformas políticas, económicas e administrativas, principalmente orientadas para a redução de despesas do serviço público e para a privatização. Nos anos 90, porém, o BM viria a perceber que grande parte das crises, nos países em desenvolvimento, era de natureza governativa e, por isso, alterou a sua forma de olhar a Governança, enfatizando questões como a transparência e a responsabilidade (ONU, 2006). De acordo com um documento publicado em 1997, pelo PNUD, Governança significa:

"O exercício da autoridade económica, política e administrativa para gerir os assuntos do país a todos os níveis. Compreende os mecanismos, processos e instituições através das quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercem os seus direitos legais, cumprem as suas obrigações e moderam as suas diferenças" (Cf. ONU, 2006:3).

Governança, por isso, exige a coordenação entre uma grande variedade de atores, com diferentes propósitos (não só o Estado mas também instituições, grupos de interesse, ONGs e organizações transnacionais, bem como a sociedade civil), de forma a melhor lidarem com os desafios que se colocam e a alcançarem resultados positivos para todas as partes envolvidas. Uma definição mais recente, esclarecendo a função do Estado neste âmbito, diz-nos que:

"Governança reflete a transição entre um modelo de regulação social assente no papel central do Estado (governação) para um outro assente em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para-governamentais e não-governamentais em que o Estado tem apenas tarefas de coordenação" (Henriques, 2010:37).

O conceito de Governança inclui, então, o de governação – combinando o conhecimento de processos políticos de regulação social com compromissos em formas institucionais e organizativas – mas, sem se identificar com as formas de ação e controlo tradicionais, surge num contexto de redes de interação, transformando o Estado num conjunto de redes inter-organizacionais (Gualini, 2001

apud Guerra, 2002:57). Afirmar, contudo, que esta transformação implica menor governabilidade ou que o Estado se tornou irrelevante parece não ter fundamento. Alguns autores afirmam que, apesar da Governança corresponder a uma evolução da relação entre Estado-Sociedade, o Estado continua a ser o centro do poder político, desempenhando um papel de liderança na definição de prioridades e objectivos pois, mesmo descentralizando-as na sua concretização e adaptação, é reconhecida ao Estado a legitimidade de conduzir as grandes políticas sociais, ainda que muitos atores queiram partilhar essa tarefa (Pierre e Peters, 2000 *apud* ONU, 2006:3; Guerra, 2002:54).

De acordo com o Departamento para o Desenvolvimento Internacional, quatro componentes principais estão na base de uma "boa governança": legitimidade, prestação de contas (assegurando a transparência), competência (formulação e implementação de políticas eficazes) e respeito pelos Direitos Humanos¹⁹. A ideia, então, é de que uma boa governança é fundamental para o desenvolvimento, na medida em que integra o crescimento económico, a equidade social e Direitos Humanos. Para enfrentar os desafios (maioritariamente, relativos a financiamento) que se colocam ao Desenvolvimento Sustentável, o Consenso de Monterrey²⁰ (2002) entende como elementos cruciais as proteções sociais e a conceptualização dos Direitos Humanos, realçando-se os direitos políticos e as condições de segurança económica, e uma perspectiva alargada e efetiva de participação, isto é, um tipo de participação que transcenda as práticas eleitorais e se traduza em arranjos e mecanismos institucionais diversos (Cf. ONU, 2003).

O conceito de Governança trata-se, portanto, de uma forma participativa de governação transparente que, com base nos princípios de legitimidade e consenso, tem a finalidade de promover os direitos dos cidadãos e o interesse público, garantindo o bem-estar da sociedade e um desenvolvimento sustentável com justiça social (Munshi, 2004 *apud* ONU, 2006:4).

É importante reter uma ideia sobre participação, aqui encoberta: por um lado, a finalidade da participação corresponde a relativa legitimação política e, por outro lado, a participação surge enquanto meio e fim de satisfazer os direitos básicos humanos. A cidadania ativa surge enquanto condição e fim para o alcance da própria cidadania, estando intimamente relacionada com a participação, a qual poderá ser vista como o *direito dos direitos*, uma vez que surge enquanto um direito básico para a realização de outros:

"A participação na tomada de decisões é fundamental para capacitar as pessoas para reivindicar seus direitos. A participação efetiva requer que as vozes e os interesses dos pobres sejam levados em conta, quando se tomam decisões, e que os pobres tenham o poder de manter os decisores políticos responsáveis" (Departamento para o Desenvolvimento Internacional, 2000 *apud* Cornwall e Gaventa, 2001:33).

¹⁹ Para conhecer os 12 princípios que garantem uma "boa governança", Cf. CoE, 2008.

²⁰ Assinado, em 2002, pela ONU, pelo FMI e pela OMC, bem como por vários países do Norte e do Sul.

2.4. Participação e cidadania: identidade e ação colectivas

Como visto anteriormente, participação e cidadania estão intimamente relacionadas, desde logo porque é através da participação que se poderá conquistar política e juridicamente a igualdade, princípio básico da cidadania. Ora, se a igualdade remete para o "mundo comum", poder-se-á deduzir que a propriedade individual é relativizada perante uma propriedade social; liberdade e igualdade, valores morais consagrados pela noção de cidadania, apenas ganham consistência mediante mobilizações colectivas (Martins, 2009:55). É através destas mobilizações que se organizam pressões em prol da diferenciação ou em favor da preservação do *status quo*, o que significa que a acção colectiva permite resolver as tensões que se colocam à cidadania.

Numa primeira fase, entre os séculos XVIII e XIX, os direitos de cidadania correspondiam à liberdade, à igualdade e ao direito à propriedade, isto é, aos direitos civis; no século XIX, os direitos de cidadania passariam também pela participação eleitoral e pela liberdade de associação e organização política, abrangendo também uma dimensão política; só no século XX, porém, a cidadania implicaria uma dimensão social, institucionalizando-se os direitos sociais a partir das lutas operárias e sindicais (idem:56). Há, portanto, uma recente tendência em valorizar a cidadania pela óptica do direito, sendo ela própria vista, por assim dizer, como um direito universal. No entanto, é necessário ter em consideração que os direitos dos indivíduos não são um dado adquirido mas sim construídos no espaço público, por convivência colectiva, pelo que a cidadania não é tanto um direito universal inalienável mas "o direito a ter direitos".

A ilusão de que a cidadania é algo natural resulta do constante processo de interiorização de uma ordem moral que, negligenciando o valor do espaço público, se preocupa em inscrevê-la como uma evidência universal *a priori*, razão pela qual impera a crença no Ocidente de que a cidadania é um valor universal fundado nos Direitos Humanos (idem:58). Na verdade, desde logo porque as modalidades do seu surgimento variam entre sociedades e culturas, a cidadania é um fenómeno histórico localizado e, com efeito, ao "moderno pensamento abissal" estão subjacentes a criação e simultaneamente a negação do "outro lado da linha" ou seja, de uma realidade existente mas que é invisível para os que estão "deste lado da linha"²¹, dividindo aqueles que têm acesso à cidadania daqueles que vêm os seus direitos dissiparem-se.

Achamo-nos, assim, perante uma contradição inquietante: a proteção e a inclusão dos indivíduos deveriam ser salvaguardadas pela cidadania mas ela própria é excludente pelos critérios de inclusão (ou, neste caso, de exclusão) que são aplicados. Em primeiro lugar, estes critérios partem erroneamente do princípio de que o cidadão tem de ser um ser humano, resultando disso exclusões "invisíveis": neste caso, as gerações futuras e entidades incomensuráveis (como a Natureza), não teriam direitos²². Em segundo lugar, critérios de inferioridade justificam também a negação de direitos a certos grupos: crianças e adolescentes, por exemplo, são grupos que comparativamente aos

²¹ Cf. Santos, 2007:7.

²² A negação de direitos às gerações futuras e à Natureza são bastante pertinentes se pensarmos no conceito de Desenvolvimento Sustentável. Vide "Do desenvolvimento eurocentrado à reformulação do conceito", p.7.

adultos, têm menos direitos e, por isso, para eles a cidadania é apenas parcial. Em terceiro lugar, alguns indivíduos e grupos não são considerados autónomos e, por isso, não têm "capacidade" de ser cidadãos, sendo também a eles negada uma série de direitos e, em última instância, a cidadania. Temos vindo a assistir, igualmente, ao surgimento de um "fascismo social" que, por um lado, tem eliminado os direitos sociais e económicos de trabalhadores e de classes populares e que, por outro lado, tem bloqueado o acesso à cidadania a determinados grupos sociais, o que nos poderá fazer pensar se não estaremos em transição para um período "em que as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas" (Santos, 2007:18).

Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos afirma a necessidade de abolir as formas atuais de opressão e de exclusão (Santos, 1995 *apud* Martins, 2009:59), uma observação particularmente importante nas sociedades periféricas, onde a construção da cidadania é permanentemente obstruída por problemas estruturais gerados pela modernização e pelos valores tradicionais (Souza, 2003 *apud* idem).

O sucesso do processo da cidadania resulta, por isso, da prática de uma cidadania democrática onde é exigida a superação entre os interesses individuais e colectivos, por um lado, e de lutas pelo reconhecimento e pela dignidade, pela participação e representação livres e igualitárias, e pelo usufruto comum de direitos, por outro lado. (Martins, 2009:59). Só desta forma as potencialidades da participação e da ação colectiva poderão dar lugar à cidadania e à mudança social desejável pelos indivíduos que querem melhorar as suas condições de vida.

A esta ação colectiva, por sua vez, está inerente a construção de uma identidade colectiva onde, incorporando diferentes dimensões, se destaca: (1) o reconhecimento de si, dos seus interesses e do que representa; (2) o reconhecimento do outro, derivado do primeiro, reconstruindo-se uma identidade comum; (3) a legitimidade de um sistema de ação, permitindo-nos falar de "comunidades de ação" ou de "comunidades políticas" e (4) uma nova forma de regulação societária, pois as lógicas que estruturam interações concretas entre grupos constituem novas figuras de ação colectiva (Guerra, 2006). Significa isto, então, que as ações de base comunitária partem de um "processo de reconstrução identitária que emerge da estrutura da ação colectiva" (idem:24), o que nos indica que a construção do ator colectivo e do próprio sistema de ação pode ser considerado um fenómeno identitário.

Para além do princípio da identidade, ou seja, da definição da identidade do ator colectivo, Touraine (1974) identifica outros dois que servem de base para o processo de formação e conceituação dos movimentos sociais, os quais nos ajudam a melhor compreender como as comunidades dão início à ação colectiva: a oposição e a totalidade. O primeiro corresponde à identificação de opositores e/ou obstáculos a combater, enquanto o segundo se refere aos objectivos a atingir e ao modelo/sistema social de ação a construir (Silva, 2002:252). Em suma, o ator colectivo deve ser portador de uma identidade colectiva – passando pela definição da oposição – que, organizando-se e partindo de uma ação colectiva, se orienta no sentido da mudança social, permitindo o alargamento de processos de aprendizagem, socialização e de comunicação (Guerra, 2006).

No contexto de DL, onde os atores são chamados "institucionais" por representarem interesses colectivos, a construção da identidade colectiva emerge da relação com o problema em questão e a solução que se procura, motivo pelo qual a expressão "a ação faz o ator", de Sandrine Nicourd, tem toda a pertinência. No entanto, os indivíduos confrontam-se também com diversos tipos de conflitos, que vão desde a sua reconstrução da sua identidade até à negação dessa mesma, circunscrita pelos mecanismos de controlo e regulação da ação colectiva (Guerra, 2006:22-23).

As formas de fazer e pensar a ação colectiva, contudo, não são tão simples quanto podem parecer pois a negociação de objectivos e interesses ("estratégia de atores") obedece a influências e pressões entre os participantes. Há que ter em consideração, desde logo, que qualquer negociação é caracterizada por uma relação desigual, onde atores dominam outros, quer porque possuem mais poder e maior capacidade de negociar, quer porque têm maior legitimidade ou protagonismo, definindo possíveis alianças de onde possam retirar vantagens (Perestrelo, 2007:63). Desta forma, num processo de planeamento participativo, há que assegurar a existência de condições para o exercício de uma democracia participativa e o cumprimento dos determinados compromissos, nomeadamente, a comunicação e circulação de informação, a discussão das várias estratégias, dos consensos e dos conflitos e a divulgação dos resultados e opções estratégicas (idem:65).

2.5. Potencialidades, constrangimentos e ambiguidades da participação

Antes de começar pela apresentação das principais potencialidades e dos constrangimentos associados à participação, torna-se pertinente sistematizar um conjunto de ideias que contribuem para uma melhor leitura dos processos participativos.

Na U.E., onde há a tendência de reduzir a participação a procedimentos consultivos, os exercícios de participação são pontuais e, embora a capacidade de vincular os decisores políticos à deliberação seja variável, ela é tendencialmente fraca ou nula (Nunes, 2010:2). Em Portugal, apesar dos elevados níveis de associativismo, as formas de participação associativa são inferiores às médias europeias²³. Nas últimas décadas, Portugal tem vindo a assistir ao desenvolvimento de formas de participação menos institucionalizadas, tais como a construção de atividades no seio de iniciativas de cidadãos e a participação em manifestações ou a assinatura de petições, o que significa que o interesse pela coisa pública está longe de estar em diminuição (Guerra, 2003:291-292).

Após uma exposição sobre as diferentes abordagens da participação, é possível definir o conceito como um processo de exercício de uma certa influência nas decisões públicas que tem impacte na vida das pessoas, sabendo-se que este processo é também um direito, em qualquer sociedade democrática, partindo-se do princípio de que quem é influenciado pelas decisões públicas tem o direito de participar na construção dessas mesmas decisões.

²³ Esta diferença tem sido interpretada como uma especificidade nas formas de organização social local onde se reflete que a ausência da participação institucionalizada é acompanhada de uma maior informalidade nas formas de participação (Guerra, 2003:294).

Em primeiro lugar, coloca-se em questão quem participa. Como foi possível verificar, "o povo" não é homogêneo e, por isso, é necessário o acionamento de mecanismos específicos que possam incluir grupos desfavorecidos (White, 2006:143), tornando-se fundamental definir quem participa no processo e quem define quem participa ou como participa.

Em segundo lugar questiona-se os resultados dos processos participativos. O envolvimento participativo dos atores cria condições que não só influenciam uma pessoa mas toda a comunidade, o que significa que uma dimensão-chave para a análise dos efeitos da participação corresponde ao grau de influência que os resultados da participação têm ao nível individual, colectivo e político²⁴.

Em terceiro lugar, considerando-se que "o povo" não é homogêneo, e partindo-se no pressuposto de que a participação não significa necessariamente a partilha de poder, um outro ponto importante para nos elucidar sobre os processos participativos trata-se dos modos de comunicação e decisão. Como vimos, a participação pode assumir múltiplas formas e servir interesses diferentes e estas formas de participação dependem, logo à partida, do nível de participação, ou seja, do envolvimento dos participantes. Este envolvimento pode ser ativo, quando os atores participam nas diferentes fases do projeto, ou passivo, quando apenas se dirigem a audiências públicas ou a reuniões comunitárias para se manterem atualizados sobre os processos. De acordo com Fung (2006:69) podemos distinguir alguns modelos de comunicação e decisão: o modelo "espectador", quando os participantes recebem informações e apenas testemunham lutas entre políticos, ativistas e grupos de interesse; o modelo "consultivo", quando os participantes expressam preferências; o modelo "interativo", quando desenvolvem preferências, e o modelo "deliberativo", quando as decisões incluem a votação, a negociação de interesses próprios e/ou colectivos e a deliberação.

Depois da publicação do artigo de Arnstein, onde a autora apresentava a "escada de participação", várias outras tipologias sobre participação têm sido construídas. Sarah White ofereceu-nos uma particularmente interessante, onde para cada tipo de participação associa diferentes funções e interesses, cujos efeitos são sempre positivos. São distinguidas a participação nominal, a instrumental, a representativa e a transformativa²⁵.

No primeiro tipo, como o nome indica, a participação é *nominal*, refletindo pouca expectativa de mudança. Nestas situações a participação é evocada para que os departamentos mostrem que estão a "fazer serviço" e que têm "uma base popular", sendo cedidos recursos humanos e materiais para o financiamento de projetos e, por isso, o seu interesse na participação é, em grande parte, para ganhar legitimidade.

No tipo *instrumental*, caracterizado pela necessidade de participação para fornecer mão-de-obra para a construção de instalações, a participação torna-se fundamental e não valorizada em si

²⁴Alguns dos possíveis resultados dos processos participativos, para Fung, são benefícios pessoais, influência comunicativa, consulta, cogovernança e autoridade direta (Cf. Fung, 2006:70). Já Arnstein destacava a manipulação e a terapia, a informação, a consulta e o apaziguamento, a parceria, o poder delegado e o controlo cidadão (Cf. Arnstein, 1969).

²⁵ Cf. White, 2006:144-147.

mesma. Associam-se, por isso, duas diferentes funções: a de custo-eficácia, tornando o projeto mais "rentável", por um lado, e criação de instalações locais, por outro.

Quando a população local "dá voz" ao projeto e a sua participação surge como um meio eficaz através do qual as pessoas podem exprimir os seus interesses, falamos de participação *representativa*. Por esta razão, podemos assumir que este tipo de participação corresponde ao modelo "consultivo". Por outro lado, os atores são convidados a organizar-se em grupos para desenvolverem planos daquilo que querem, influenciando o carácter do projeto e a sua gestão posterior em reuniões e discussões com as entidades promotoras, o que nos indica que a participação representativa pode enquadrar-se também no quadro de um modelo "interativo".

Por fim, no tipo *transformativo*, a participação é um meio de *empowerment* e um fim em si mesmo, pois o processo representa uma dinâmica contínua que transforma a realidade dos atores e a sua concepção de realidade. Neste tipo de participação, é comum que os problemas sejam discutidos a partir de vários ângulos, com o propósito de chegar a um consenso entre todos, o que significa que parte do modelo "deliberativo".

A apresentação desta tipologia permite-nos perceber que, independentemente do modo de comunicação e decisão empregue, a participação tem sempre resultados positivos, embora ela sirva algumas funções com aspectos negativos, por comprometerem a natureza e os objectivos dos arranjos participativos. Desde logo, parece óbvio que quando falamos de bem-estar, formas de capacitação emancipatórias, centradas nas pessoas, são preferíveis às formas "mais superficiais" de participação, tais como a consulta e a partilha de informação (Bliss e Neumann, 2008:19). Após serem evidenciadas, ao longo do trabalho, algumas das potencialidades e constrangimentos associadas à participação, apresentam-se em seguida, as suas principais funções e ambiguidades.

A participação tem uma função de eficiência e de eficácia. De eficiência porque parte da partilha e a sinergia de recursos (materiais, técnicos, etc.) embora isso se possa traduzir em mais tempo para se tomarem decisões (Ferreira, 2011). De eficácia porque tem a capacidade de cumprir os objectivos que norteiam o projeto, podendo resultar em desânimo ou na perda de confiança nas instituições, caso contrário. A questão da eficácia é especialmente importante uma vez que é exigido à participação a formulação clara de objectivos que contribuam para a melhoria da vida humana e a definição de objectivos políticos realizáveis nas condições em que a participação tem lugar (Nunes, 2010:5).

A participação tem também uma função social. Por um lado, como vimos, através de processos participativos sobressaem dinâmicas de socialização e de aprendizagem, criando-se mais capital social²⁶. Por outro lado, a participação assenta num processo de *empowerment*. De acordo

²⁶ Para Putnam (1993), o capital social refere-se às características da organização social (redes relacionais, normas, valores e confiança) que podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando a ação colectiva e criando-se externalidades para a comunidade. O pressuposto desta abordagem é de que o envolvimento cívico e a participação dos cidadãos influenciam fortemente a *performance* social e política das instituições, alcançando-se uma maior responsividade governamental.

com White (2006:146), "a ideia de participação como *empowerment* é de que a experiência prática em estar envolvido na consideração de opções, na tomada de decisões e ter a ação colectiva para combater a injustiça é, em si mesma, transformativa". Assim, a função social da participação poderá corresponder ao total *empowerment*, tendo ela própria uma função transformativa, embora algumas instituições possam sentir-se "desconfortáveis" quando o *empowerment* ocorre efetivamente (Cf. idem:152-153). Não é surpreendente que conferências de consenso tenham sido promovidas em várias partes do mundo, mas especialmente na U.E., como um modelo de inclusão e participação dos cidadãos no debate público, garantindo o controlo e a contenção de conflitos. Neste quadro, posições consideradas mais radicais sobre um determinado tema são silenciadas e atores iniciam processos de "educação" que os tornam participantes legítimos ou qualificados para posteriormente fazerem uma exposição equilibrada da sua posição, transformando-se as suas preferências, visões e opiniões, de forma a evitar posições demasiado firmes ou elaboradas (Nunes, 2010:3; Fung, 2006:68).

Se por um lado a função social da participação permite a inclusão, como vimos, ela pode também por outro lado acentuar exclusões, derivadas de assimetrias de poder e da desigualdade de acesso a recursos indispensáveis ao exercício de uma cidadania ativa. Para que a participação seja um meio através do qual os atores sejam incluídos na mudança social é necessário que sejam articuladas as mediações organizacionais e institucionais da participação e da ação dos cidadãos, o acesso a recursos que suportem a participação e a definição de objectivos políticos realizáveis (Nunes, 2010:5).

A participação tem, por fim, uma função política. De acordo com Fung (2006:69), em muitos espaços participativos, o típico participante tem pouca ou nenhuma expectativa de influenciar as ações, desde logo porque a maioria das políticas públicas e das decisões geralmente não envolvem cidadãos. Contudo, quando envolvidos, os mecanismos de participação podem aumentar a justiça democrática de duas formas: substituir os decisores, cujas ações tornam-se sistematicamente injustas, ou criar pressões populares que obrigam os decisores a agirem com justiça. Para o autor, a participação serve três importantes valores democráticos, a legitimidade, a justiça e a eficácia da ação pública. Os cidadãos podem ser considerados "tropas de choque da democracia" pois, quando presentes o seu conhecimento local, compromisso e autoridade, podem resolver perversas falhas de legitimidade, justiça e eficácia nas instituições representativas e burocráticas (idem:74). A função política poder-se-á traduzir, portanto, numa maior proximidade e responsividade institucional, na transparência do processo e das instituições, na prestação de contas, na reivindicação, e numa maior autonomia política dos participantes.

Desta forma, reconhece-se que do ponto de vista analítico dos processos participativos é necessário insistir numa visão que tenha sempre em consideração as motivações, os interesses, as relações de poder e as relações de confiança inerentes aos processos. Por outro lado, reconhece-se que apesar das ambiguidades e da existência de certos constrangimentos que limitam a participação, não se põe em causa o seu potencial emancipatório e democrático, especialmente dependentes da relação entre a participação e a capacidade de mobilização autónoma de cidadãos.

3. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

O principal objectivo deste capítulo prende-se com a distinção entre as concepções hegemónica e contra-hegemónica da democracia. Na primeira parte será apresentada a versão hegemónica da democracia (liberal representativa), bem como as concepções que permitiram a sua visibilidade e amplitude mundiais. Por oposição, na segunda parte serão apresentadas a versão contra-hegemónica da democracia (participativa) e as principais concepções que lhe dão forma, assim como algumas experiências participativas que colocam em questão a inconclusividade do debate sobre representação e democracia. Após isto, é desenvolvida uma breve reflexão sobre o sentido paradoxal e contraditório que hoje a democracia liberal representativa assume, contrapondo-se o peso que as práticas de democracia participativa têm tido para a inclusão social através dos mecanismos de participação e representação adoptados. Por fim, uma sistematização de algumas ideias sobre democracia participativa permite-nos compreender a sua importância na esfera do desenvolvimento local e participativo e os desafios que atualmente se colocam para o aprofundamento da qualidade democrática.

3.1. Concepção hegemónica da democracia e da participação

Podemos situar o surgimento da teoria hegemónica da democracia na segunda metade do século passado, após as duas guerras mundiais. Na primeira metade do século XX, o debate centrou-se em torno da desejabilidade da democracia mas, na segunda metade, esta proposta hegemónica, particularmente nos países da segunda onda de democratização, implicou a restrição da participação e da soberania popular (Santos e Avritzer, 2003:35).

Em muito contribuíram para a consolidação desta concepção, também conhecida como concepção da democracia liberal, as sociedades capitalistas mas sobretudo os países centrais ao procurar estabilizar e controlar a tensão entre democracia e capitalismo (idem:51). Por outro lado, três concepções que vigoraram durante a segunda metade do século XX contribuíram para a afirmação da teoria hegemónica da democracia:

Em primeiro lugar, a consolidação da teoria hegemónica obedeceu à constituição de regras do processo eleitoral que reduziram a soberania popular, destacando-se a doutrina schumperiana da democracia, cuja vulnerabilidade do argumento não impediu que fosse amplamente utilizado pelas concepções hegemónicas da democracia, e o procedimentalismo em regras para a formação do governo representativo (Cf. Santos e Avritzer, 2003:40).

Em segundo lugar, realça-se o papel da burocracia na vida democrática. Como referido no capítulo anterior, o controlo crescente por formas de organização burocrática, as quais negligenciam o conhecimento dos atores para a solução de problemas em favor de especialistas, originam uma maior perda de controlo dos cidadãos (Cf. idem:41-42).

Em terceiro lugar, contribuiu também para a consolidação desta concepção a percepção da inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala. Para Mill, a assembleia seria capaz de expressar as tendências dominantes do eleitorado, não se questionando por isso a sua

função representativa, ignorando-se o facto de que a representação envolve dimensões de autorização, identidade e prestação de contas (Cf. idem:42-43).

Associada à governação e à regulação, para a concepção hegemónica, a participação serve para legitimar modos hegemónicos de conhecimento e autoridade política. Estas formas hegemónicas de conhecimento incluem o poder para definir agendas, critérios de seleção dos participantes, formas aceitáveis de intervenção, dependentes de conhecimentos considerados relevantes, e a utilização dos resultados dos exercícios da participação nas tomadas de decisão (Nunes, 2010:5-6).

Desta forma, considerando a relação estabelecida entre a concepção hegemónica da participação e a produção do conhecimento, tem toda a pertinência associar-se a "concepção bancária da educação", onde o conhecimento é transferido mediante uma ideologia opressora que absolutiza a ignorância, constituindo aquilo que é denominado por "alienação da ignorância", isto é, quando o especialista aliena a ignorância e mantém posições fixas (Freire, 1970). Desta forma, a rigidez das posições entre "educadores" e "educandos" nega o conhecimento, não deixando lugar à criatividade, à transformação e ao saber, pois:

"(...) só é competente e capaz de participar de maneira responsável e informada aquele cidadão ou cidadã que, através de uma educação que passa pela exposição aos saberes especializados, adquire um conjunto de conhecimentos e de competências discursivas e de argumentação que, no essencial, reproduzem as hierarquias cognitivas e expressivas existentes na sociedade" (Nunes, 2010:7).

Deste modo, parece que a concepção hegemónica da participação, sustentada por esta "concepção bancária da educação", constitui elementos que comprometem a natureza dos objectivos ideais da participação e as suas potencialidades. Caracterizada por esta cultura de opressão, a participação está longe de ser emancipatória, não constituindo ações transformativas na ordem social.

3.2. Concepção contra-hegemónica da democracia e da participação

Ao mesmo tempo que se formava a concepção hegemónica da democracia, surgiram também um conjunto de concepções alternativas, ditas contra-hegemónicas. Estas concepções partem de dois princípios básicos: da criação de uma nova ordem social e cultural e de uma nova institucionalidade da democracia, articulando-se a inovação social e a inovação institucional. Estes critérios são subjacentes ao próprio entendimento da democracia, o qual é construído com base em duas ideias principais: a de democracia como forma de aperfeiçoamento da convivência humana e a de a democracia como uma forma sócio histórica, sendo por isso permeável à instituição de novas determinações, novas normas e novas leis (Santos e Avritzer, 2003:44-45).

Com a extensão do modelo hegemónico para o sul da Europa, nos anos 70, e posteriormente para a América Latina, nos anos 80, este conjunto de concepções contra-hegemónicas veio reabrir a discussão democrática, recolocando em análise três questões²⁷:

Em primeiro lugar foi novamente debatida a questão do procedimentalismo, sugerindo-se que este passasse a ser pensado como prática societária participativa e não como método de constituição de governos²⁸. Por sua vez, devido à participação de movimentos sociais no processo de democratização nos países do Sul, o problema da necessidade de uma nova ordem societária foi trazido para o debate, bem como a necessidade de encontrar uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade.

Em segundo lugar foi redefinida a adequação da solução não-participativa e burocrática ao nível local. Na verdade, o êxito da maior parte das experiências participativas relaciona-se com a capacidade dos atores transferirem práticas e informações do nível societário para o nível administrativo.

Em terceiro lugar, recoloca-se a questão da representação, debatendo-a sob o problema da diversidade cultural e social. O argumento de Mill parece perder credibilidade à medida que se ampliam os atores envolvidos na política, os seus interesses e a sua diversidade étnica e cultural. Acredita-se, sobre esta perspectiva, que a representação no sistema político dos sectores sociais mais desfavorecidos, dos grupos mais vulneráveis socialmente e das etnias minoritárias não se faz com a mesma facilidade dos sectores mais prósperos.

A democracia participativa pode coexistir com a democracia representativa, convivendo com ela sem a subtrair, como acontece nos países centrais, ou pode complementá-la, substituindo partes do processo de representação e deliberação, como começa a emergir nos países periféricos e semiperiféricos (Santos e Avritzer, 2003:64-65). Em nome do aprofundamento da democracia ou da sua restauração, alguns países iniciaram diferentes processos de participação que redefiniram a sua ordem societária vigente. Em qualquer um deles, era a constituição de um ideal participativo e inclusivo que estava em causa, como parte dos projetos de libertação do colonialismo (Índia, África do Sul e Moçambique) ou de democratização (Portugal, Brasil e Colômbia)²⁹:

A crise revolucionária, em Portugal, deu origem a uma situação de paralisia do Estado, provocada por um vazio tanto do poder burguês como do poder operário. Começaram-se a assistir, por isso, a múltiplas experiências de participação popular, como no caso do SAAL³⁰, independentes da relação do Estado ou negociando-se complementaridades com ele. A reivindicação inerente à participação correspondia, essencialmente, aos direitos de moradia. No Brasil, durante o processo de

²⁷ Cf. idem:45-47.

²⁸ Habermas e Cohen não partilhavam com Bobbio a ideia de que o procedimentalismo democrático era um método de autorização de governos, encarando-o antes como uma forma de exercício colectivo do poder político cuja base representa um processo livre de apresentação de razões entre iguais (Santos e Avritzer, 2003:46).

²⁹ Cf. Santos e Avritzer, 2003:49-51.

³⁰ Cf. Nunes, João Arriscado e Nuno Serra, 2003: 215-245.

democratização, movimentos reivindicaram em diversas regiões do país – em particular, na cidade de Porto Alegre –, o direito de participar nas decisões a nível local e o direito a bens públicos distribuídos localmente. A negociação que conduziu à Constituição de 1991, por sua vez, animou um amplo processo de participação que se traduziu num maior protagonismo e visibilidade política dos atores, na Colômbia. O movimento de independência da Índia implicou um projeto de incorporação das massas indianas, confluindo numa Constituição cuja agenda incluía fortemente a ideia de participação e da inclusão política das castas pobres e marginalizadas. No caso da África do Sul, com uma agenda semelhante à da Índia, a luta contra o *apartheid* foi inspirada pelo ideal participativo que reivindicava simultaneamente a igualdade de cidadania e o reconhecimento da diferença. Em Moçambique, a institucionalização da democracia ocorreu nos escombros de uma experiência revolucionária dominada pelos ideais de participação, ainda que muitas vezes confrontada com o autoritarismo revolucionário. Nestes últimos quatro países, Colômbia, Índia, África do Sul e Moçambique, as reivindicações faziam-se sentir por duas vias: quer pelo direito à participação, quer pelo direito à diferença.

Através da análise destas experiências é possível chegar-se a duas conclusões. A primeira esboça um traço comum aos movimentos pós-coloniais, a importância da democracia participativa. A segunda conclusão é que todos os países têm algo em comum no âmbito da teoria contra-hegemónica, apesar das diferenças entre os processos analisados: era colocada em questão, pelos atores que estavam envolvidos nestas experiências de democracia participativa, uma identidade que lhes fora atribuída externamente (por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminador). A reivindicação de todos os direitos referidos questionava, portanto, uma ordem societária e estatal de exclusão, propondo em alternativa uma outra mais inclusiva (idem:49-50).

Estas práticas deram então resposta a problemas concretos, em contextos específicos, descobrindo-se novos horizontes de emancipação social que recolocaram na prática democrática contemporânea a necessidade de uma nova formulação relativamente à combinação das diferentes formas de democracia e a inconclusividade do debate entre representação e participação (idem:60-61), pois estas experiências mostram outros domínios das potencialidades da participação e da ação colectiva na reconstrução de uma ordem social solidária, num quadro contra-hegemónico de crítica à ordem neoliberal associado à emancipação e à libertação (Nunes, 2010:5-6).

3.3. Democracia (mais) participativa para um desenvolvimento local e participativo

Os mais atuais debates sobre a democracia e cidadania colocam-se ao nível da sua variação prática pois é necessário encontrar novos campos de exercício da democracia para combater a desigualdade e exclusão sociais. Na medida em que coexistem, dentro da exclusão social, diversos fenómenos, tais como o desemprego, a discriminação, o estigma e a marginalidade, podemos assumir a exclusão social como um fenómeno multidimensional. Esta é, provavelmente, a forma mais visível da pobreza (isto é, a situação de privação por falta de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e psicológicos), na medida em que o pobre é excluído de sistemas sociais básicos. É neste sentido que Friedmann afirma que “ser economicamente excluído é, para todos os efeitos, ser

politicamente excluído” (Friedmann, 1996:21), pois a pobreza resulta no enfraquecimento do estatuto de cidadania plena, ou seja, no recuo dos direitos sociais, políticos e civis.

Considerando-se como único regime capaz de reunir os elementos fundamentais da legitimidade política, a concepção liberal da democracia tem ganho amplitude mundial enquanto, simultaneamente, convive com uma crescente quantidade de pessoas em situações de pobreza e exclusão social (Dias, 2008). Apesar do seu amplo reconhecimento mundial, a democracia liberal representativa é alvo de um conjunto de críticas que, no fundo, representam a sua própria crise.

Para Norberto Bobbio, a democracia moderna apresenta cinco grandes falhas no âmbito ideal democrático: (1) a perda da soberania popular, dada a desigual distribuição de poder; (2) a dissociação entre a representação política e a representação de interesses nacionais; (3) a rejeição do princípio da liberdade como autonomia, pois a democracia moderna resume-se a um procedimento de legitimação política de determinados grupos; (4) o secretismo associado à democracia, pois as grandes decisões são tomadas em sigilo (chamado "poder invisível" do Estado) e (5) ao invés de promover a educação para a cidadania, a democracia moderna generaliza a apatia política (Dias, 2008:186-187).

De acordo com Sader (2003:543), a desmoralização da política, o desinteresse por tudo o que é público e as privatizações das relações sociais e do próprio Estado levam a uma "crise da política", induzida pela corrosão da estrutura social e da cultura. As críticas à democracia liberal foram também adquirindo uma nova dimensão, no contexto da globalização, considerando o facto de ser antagónica à ideia de democracia, pois esta é constantemente ameaçada pela concentração de poder em instituições que se regem pelo bem privado, fora do alcance do Estado e não eleitas pelos cidadãos³¹. É neste sentido que podemos também falar de uma "crise das democracias modernas", causada pela globalização e pela reestruturação do Estado (Jouve, 2005:321-322). Por outro lado, as elevadas taxas de abstenção em muitos países indicam-nos que o próprio princípio da representatividade da democracia liberal está em crise pois, atualmente, parece que o papel dos cidadãos se resume ao de eleitor (Dias, 2008:185).

Como vimos, baseando-se na democracia participativa, por colocar em contraponto pressupostos da democracia liberal, um vasto conjunto de diferentes pressões populares tem vindo a adquirir progressiva visibilidade mundial ao procurar estabelecer uma nova relação entre a cidadania e a política, quer através do aprofundamento da relação entre cidadãos e decisões do poder político e do resgate de minorias, quer pela luta pela afirmação dos direitos sociais – formalmente consagrados mas negados na realidade (Sader, 2003:546).

Embora estes movimentos contra-hegemónicos se posicionem em diferentes escalas – locais, regionais, nacionais e mundiais –, as primeiras formas de resistência assumiram expressões locais (Dias: 2008:184; Sader: 2003:544-545). Para além do facto de o local ser privilegiado porque a

³¹ No contexto globalizado, grande parte das medidas de regulação da atividade das pessoas e dos Estados, por exemplo, são tomadas por instâncias de carácter supranacional não eleitas democraticamente, como é o caso da OMC. Cf. Dias, 2008:184.

comunidade é mais mobilizável em torno de temas locais (Friedmann, 1996, p.xi; Phillips, 1996:26), o local parece "virar as costas" à democracia representativa e dar preferência à democracia participativa, sendo ela amplamente vista como solução para o problema da confiança política, restabelecendo a ligação entre a esfera política e a sociedade civil sobre novas bases (Jouve, 2005:324). Alguns autores defendem inclusivamente que o território deve mesmo obedecer à lógica da democracia participativa, não se tratando de uma questão de preferência pois, enquanto "lugar de síntese", o território articula os níveis central e local (Fernandes, 1992:54-55).

Do ponto de vista da descentralização, podemos encarar o poder local como uma modalidade de vivência democrática que pode assumir duas vias: ou obedece à lógica de democracia representativa, reproduzindo a mesma estrutura e a mesma lógica do poder central, ou obedece a outra estrutura e a outra lógica, próprias de uma democracia participativa. No caso de se tratar de uma democracia representativa, é provável que sejam desconhecidos os principais problemas da comunidade, a qual apenas atua como um mecanismo de eleição. Já no caso de se tratar de uma democracia participativa, uma "forma de governo que ocupa um lugar intermédio entre a democracia representativa e a direta", a população é a protagonista da resolução dos seus problemas, orientando de forma mais direta o seu destino. A comunidade torna-se a base exclusiva da sua constituição, do seu exercício e da sua legitimação, favorecendo-se assim o seu envolvimento na gestão pública, com diferentes graus de participação (idem:34-39).

As formas participativas contra-hegemónicas são, por isso, mais inclusivas quer sobre uma perspectiva mais ideológica, onde é superada a relação opressores/oprimidos, quer sobre um ponto de vista mais técnico, ao nível dos modos de comunicação e decisão. A concepção contra-hegemónica permite a incorporação dos cidadãos na definição de problemas, na elaboração da agenda, considerando-se o seu conhecimento, experiência e competências, e a criação de um espaço onde todas as posições possam "ter voz" (Nunes, 2010:6). É possível, desta forma, concluir duas ideias principais relativamente à democracia participativa e ao seu impacte no desenvolvimento.

Por um lado, considerando todas as potencialidades emergentes da democracia participativa no que se refere à inclusão e à participação dos atores, bem como à mudança social associada, poder-se-á afirmar o seu contributo para o desenvolvimento já que a sua determinação passa por "(...) uma democracia participada, com o que esta implica de liberdades civis, clareza e acesso alargado a um informação completa, rigorosa e adequada" (Friedmann, 1996:43). Para além disso, as práticas da democracia participativa dão frequentemente lugar ao Desenvolvimento Participativo.

Por outro lado, é possível concluir que do mesmo modo que o local é o nível de governação que melhor pode acolher a democracia participativa, também o aprofundamento democracia participativa favorece a consolidação e o fortalecimento do DL. Se pensarmos na dinâmica da democracia, como meio de desenvolvimento de alternativas, "a localidade pode desempenhar um papel crucial na ampliação da discussão, da deliberação e do debate" (Phillips, 1996:37).

A democracia local tem o dever de criar decisões que sejam "melhores" ou mais adequadas do que as decisões que emanam do centro e isso implica que sejam do interesse local e que correspondam ao conhecimento local (idem:23-24). É verdade que os governos locais têm melhores

resultados do que os governos centrais exatamente por considerarem estas dimensões mas há ainda muito a fazer nesta área, sobretudo no que diz respeito ao aperfeiçoamento da qualidade da democracia, tornando-se fulcral que elementos da democracia direta sejam adotados (idem:31).

Alguns destes elementos passam pelo aumento de questões sobre as quais os cidadãos estão permitidos a votar diretamente³², pelo desenvolvimento de mecanismos de consulta de representantes da comunidade e pela organização de reuniões abertas. As reuniões abertas têm a vantagem de, por um lado, contrariar tendências hierárquicas e de apresentar um maior leque de alternativas (expandindo assim a noção do que as pessoas querem e/ou precisam) e, por outro lado, têm a virtude de redefinir agendas, considerando-se possibilidades anteriormente ignoradas (idem, 33-34). Esta questão é particularmente importante se pensarmos que a democracia passa por conciliar previamente opiniões opostas ou mobilizar novas agendas. Uma das grandes vantagens da democracia é que ela permite que as pessoas reconsiderem as suas posições iniciais, pelo que não podemos esperar que estas sejam mantidas firmemente. Neste sentido, deve haver espaço para a transformação e ser criado algum balanço que permita que os representantes tenham autonomia de ação e, simultaneamente, exigir-se a prestação de contas (idem:30).

Para Nelson Dias, o grande desafio da democracia corresponde, nos dias de hoje, ao aprofundamento da participação, quer sobre uma abordagem quantitativa, baseada no facto de que é necessário trazer o maior número possível de participantes, quer sobre uma abordagem qualitativa, relacionada com a qualidade da própria participação (Dias, 2008:200). Esta questão é particularmente importante de ser analisada pois a qualidade e a integridade dos resultados da participação e da deliberação são determinados pelas instituições, uma vez que são elas que dão forma a estes conceitos e os implementam (Fung, 2002:344).

³² O desenvolvimento de "referendos multiescolha", ao invés da escolha sim/não, permite compreender melhor o tipo de urgência ou prioridade que as pessoas atribuem a cada questão, por exemplo. Cf. Phillips, 1996:33.

PARTE II. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Este capítulo tem como principal objectivo, como do nome decorre, apresentar o estudo de caso do presente trabalho, o qual integra três bairros da freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais: BCV, Adroana e Alcoitão. Segue-se, em primeiro lugar, a apresentação das questões de partida que guiaram o presente trabalho bem como os processos metodológicos através dos quais os dados foram recolhidos. Em segundo lugar, a apresentação do terreno de análise, caracterizando geográfica e socialmente o concelho, a freguesia e os bairros anteriormente referidos, citando os seus principais problemas sociais e as intervenções privilegiadas para dar resposta aos mesmos, identificando as ações interventivas definidas pelo CLDS 2012-2014 e os atores-chave do território.

1. QUESTÕES DE PARTIDA E MODELO ANALÍTICO

Foram construídas quatro questões de partida de forma a responder aos objectivos principais e complementares deste trabalho. Considerando que o principal foco deste trabalho corresponde à interpretação e análise a relação que se estabelece entre o poder local e as dinâmicas participativas, e sendo a participação um dos conceitos de maior relevância, as questões de partida que respondem aos principais objectivos estipulados são as seguintes:

1. Qual a relação que se estabelece entre o poder local e as dinâmicas participativas locais (comunidade e parceiros)?
2. Quais os efeitos e a influência dos diferentes tipos de participação dos atores locais sobre as decisões públicas?

Por sua vez, relacionadas com o DL e com a democracia participativa, foram construídas as seguintes questões para dar resposta aos objectivos complementares definidos para o trabalho:

1. Qual a importância da participação popular e dos parceiros para a promoção da democracia participativa?
2. Qual a importância das iniciativas locais e, especificamente, da participação popular, para o desenvolvimento local?

Em função destas questões, foram elaboradas quatro grelhas analíticas – uma para cada uma das questões – onde se apresentam os conceitos, as dimensões, os indicadores, as fontes de informação e as técnicas privilegiadas³³. No seguinte quadro apresentamos uma síntese dessas grelhas, identificando os conceitos, as dimensões e os indicadores selecionados para o desenvolvimento deste trabalho.

³³ Vide Anexo A. Grelhas Analíticas, pp.83-88.

Quadro 2.1. Conceitos, dimensões e indicadores das grelhas analíticas.

Conceitos	Dimensões analíticas	Indicadores
Desenvolvimento Local	Satisfação das necessidades - tipologia das respostas por área de intervenção: (a) emprego; (b) saúde; (c) educação; (d) apoio social;	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de projetos por domínio de intervenção; - N.º de encaminhamentos e acompanhamentos para o mercado de trabalho; - Taxa de alfabetização; - Descentralização de serviços de apoio social e psicológico; - Acesso a informação; - Eficácia das respostas interventivas (situações resolvidas);
	Mobilização de recursos locais (humanos, logísticos e económicos)	<ul style="list-style-type: none"> - Integração de iniciativas e respostas das OSC e ABL; - Partilha de recursos entre os atores; - Valorização integrada dos recursos locais; - Mobilização de recursos endógenos VS exógenos;
	<i>Empowerment</i> (como resultado das dinâmicas participativas)	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de formações técnicas; - N.º de formações em <i>soft-skills</i>; - N.º de formações informais; - N.º de cursos profissionais; - N.º de formações/atividades emancipatórias; - Adaptação das formações/atividades à comunidade; - Eficácia das formações/atividades para o desenvolvimento sociopessoal e estímulo ao empreendedorismo da comunidade;
	Parceria e visão integrada	<ul style="list-style-type: none"> - Tipologia dos parceiros; - Balanço do envolvimento e participação dos parceiros; - Balanço do trabalho do poder local com os parceiros; - Definição de objectivos comuns; - N.º de projetos/ações/atividades em comum;
Participação	Perfis da participação	<ul style="list-style-type: none"> - Percepções sobre a participação; - Tipologia dos participantes; - Balanço da participação e envolvimento da comunidade; - Tipologia dos canais participativos;
	Impactes da participação	<ul style="list-style-type: none"> - Tipologia dos efeitos das dinâmicas participativas (a) na comunidade; (b) nos parceiros; (c) no poder local; (d) na influência de decisões; (e) no território
	Constrangimentos que se colocam à participação comunitária	<ul style="list-style-type: none"> - Tipologia dos obstáculos que se colocam às dinâmicas participativas (a) por parte da comunidade; (b) por parte do poder local; (c) por parte dos parceiros; (d) constrangimentos externos;
Democracia Participativa	Modos de comunicação e decisão	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração colectiva do diagnóstico social e plano de ação; - Abertura, clareza e transparência das decisões tomadas pelas instituições governativas; - Influência nas decisões públicas; - Utilização de mecanismos de consulta e cogovernança;
	Sustentabilidade e orientação a longo-prazo	<ul style="list-style-type: none"> - Percepções sobre a autossustentabilidade da comunidade; - Imagem e representação dos parceiros (valores).

2. METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE ANÁLISE ADOPTADAS

Tratando-se de um estudo de caso que visa analisar em profundidade determinadas problemáticas de uma população em específico, optou-se por realizar esta investigação segundo o método de pesquisa intensivo. Privilegiando a intensividade da análise em detrimento de uma lógica de representatividade, recorreu-se a técnicas de investigação mais próximas de uma abordagem direta com os atores nos seus próprios contextos de interação, utilizando-se a aplicação de entrevistas semi-directivas³⁴ e a observação participante como técnicas de recolha de informação pois ambas permitem aprofundar, com algum grau de flexibilidade, determinadas percepções sobre as temáticas abordadas (Almeida, 1994:198-213). Para além da análise de conteúdo dos resultados obtidos através destas duas técnicas, foi também realizada uma análise documental de diversos textos, procurando sistematizar a informação mais relevante para este estudo.

Os documentos utilizados para a análise documental, predominantemente de natureza estatística, foram sobretudo utilizados para caracterizar o território, sendo a análise do concelho de Cascais e da freguesia de Alcabideche baseada em dados disponíveis no III PDS de Cascais 2012-2015 e a dos bairros baseada também no Diagnóstico dos Territórios. Por outro lado, quer a observação participante, quer a aplicação das entrevistas com diferentes atores, permitiram um conhecimento mais aprofundado sobre o território ao reconhecer especificidades de cada bairro, desde logo porque decorreram de ambas as técnicas conversas informais que vieram acrescentar ou complementar algumas informações disponíveis nos documentos anteriormente enumerados.

A recolha de dados, quer através da observação como da aplicação de entrevistas, foi realizada entre os dias 19 de Junho e 26 de Agosto, tendo as técnicas sido utilizadas em simultâneo. Só nesta altura foi possível começar a investigação no terreno, derivado do tempo necessário para a construção do quadro teórico e metodológico em que assenta o presente trabalho. Apesar da recolha de dados ter sido efectuada no período de verão, não houve impedimentos nesse sentido.

O processo de seleção dos entrevistados atendeu a dois critérios-chave. Em primeiro lugar, os entrevistados foram organizados por grupos, garantindo a diversidade de pontos de vista (técnicos pertencentes ao poder local, ou seja, da CMC e da JFA, técnicos a intervir em instituições do território, moradores e um observador privilegiado). Em segundo lugar, para garantir a representatividade dos dados, atendeu-se a um equilíbrio do número de entrevistados por grupos. Apesar dos grupos serem construídos *a priori*, o processo de seleção dos entrevistados fez-se, ocasionalmente, através da técnica "bola-de-neve" uma vez as redes de interconhecimento de alguns atores facilitaram o acesso a outros. Dos 13 selecionados, foram entrevistados³⁵:

- Três técnicos pertencentes ao poder local, sendo um deles da JFA e outros dois da CMC;

³⁴ Os guiões de entrevista são constituídos por perguntas previamente estruturadas embora durante a aplicação de entrevistas a ordem e lógica das perguntas tenham sido adaptadas ao discurso dos entrevistados, dando alguma liberdade para os mesmos atribuírem mais ou menos significado a determinados aspectos.

³⁵ Por razões desconhecidas, apesar da insistência, não foi possível entrevistar o presidente da JFA e uma técnica da Cascais Envolvente.

- Três técnicos de instituições a intervir no território, sendo um deles do programa K'cidade, outro da Torre Guia– Cooperativa de Solidariedade Social, e outro da SEA;
- Quatro moradores: um dirigente associativo da Associação de Moradores de Alcoitão, dois membros da Comissão de Moradores da Adroana e um ex-associado de uma associação no BCV. Destes, três participam em diferentes PIC: um deles no Cascais Fight Center, outro nos Jogos Com Todos, e outro na Ginástica Eco-Criativa (grupo informal Cozinha Eco-Criativa);
- Um observador privilegiado, técnico da UCC – Cascais Care, do Centro de Saúde de Alcabideche.

O tratamento dos dados recolhidos através da aplicação das entrevistas foi desenvolvido em diferentes fases, nomeadamente: (a) transcrição das entrevistas; (b) análise vertical (individual), isto é, identificando as ideias-chave de cada entrevistado para cada dimensão analítica; (c) análise horizontal (colectiva), isto é, apresentando os indicadores identificados pelos entrevistados de acordo com os grupos estipulados; (d) codificação dos indicadores identificados, agregando alguns semelhantes e (e) contagem dos indicadores agregados, apresentando quais e quantas vezes surgiam os indicadores identificados pelos entrevistados, primeiro em grupos e depois na totalidade.

Por sua vez, os dados recolhidos da observação participante – conteúdos das reuniões bem como outro tipo de notas mais direccionadas para o envolvimento dos atores – vieram complementar alguns dos resultados obtidos nas entrevistas. A observação foi realizada em dois momentos distintos tendo em consideração o tipo de objecto de análise em questão, privilegiando-se uma observação de diferentes dinâmicas. Uma das observações foi desenvolvida num ambiente mais formal por se tratar de um plenário onde vários parceiros a intervir no território discutiram a introdução de novos projetos e partilharam algumas informações; a outra observação correspondeu à partilha de experiências participativas dos moradores dos bairros em análise, sendo por isso de cariz mais informal.

O tratamento dos dados das entrevistas e da observação participante está disponível nos anexos do presente trabalho.

3. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO, DA FREGUESIA E DOS BAIROS EM ANÁLISE

3.1. Caracterização geodemográfica e sociodemográfica

O concelho de Cascais, com uma densidade populacional de 2.128 habitantes/km², é constituído por quatro freguesias, Cascais e Estoril, Carcavelos e Parede, São Domingos de Rana e Alcabideche. São nestas últimas duas, as mais populosas e envelhecidas, onde existem mais fogos de habitação social³⁶ e em que se verifica um maior número de elementos na família, sendo que os bairros analisados constituem 20% das famílias mais numerosas face à freguesia.

De acordo com os dados do SEF estavam registadas, em 2010, 22.134 pessoas imigrantes em Cascais, correspondendo a 11% da população, sendo a maioria oriunda da América central/sul, de outros países da UE e de PALOP, respectivamente. Relativamente aos bairros em análise, o BCV

³⁶ O n.º de fogos de habitação social é superior em Alcabideche embora o n.º de casos graves de habitação seja maior em São Domingos de Rana (151 em 467 no total das freguesias).

é o mais populoso (3617) e aquele onde mais nacionalidades se misturam, destacando-se a cabo-verdiana, a angolana e a moçambicana, seguindo-se o bairro da Adroana, com 884 habitantes, sendo 50% da população imigrante. Em Alcoitão, o bairro menos populoso (790), grande parte dos habitantes é autóctone.

A maioria da população de Cascais tem entre 25 e 64 anos (56%), assim como em Alcabideche e nos bairros analisados. Relativamente à população mais jovem, é possível verificar-se na última década um crescimento de 143% do número de crianças e e jovens em situação de risco e de perigo. Por outro lado, também os casos de violência doméstica têm vindo a crescer significativamente ao longo dos anos, registando-se 681 denúncias em 2010 (o equivalente a 13 ocorrências por semana), sendo 84% das vítimas do sexo feminino.

Relativamente à educação, a população de Cascais apresenta níveis de instrução elevados comparativamente ao território nacional, sendo que 22% da população tem o ensino superior. No entanto, quando analisados os dados da população dos três bairros em análise, verifica-se que a percentagem de pessoas com essas habilitações é muito reduzida, tendo a maioria concluído apenas o 1.º ciclo³⁷.

Em termos económicos, existe uma incidência significativa de trabalhadores no sector terciário, sobretudo em atividades ligadas ao comércio, ainda que em Alcabideche esse número seja reduzido comparativamente a outras freguesias. Contudo, a taxa de desemprego em Cascais (12,05%) tem vindo a crescer ao longo dos anos, verificando-se uma taxa de crescimento de 43% entre 2001 e 2011. Os bairros analisados representam 18,5% da população desempregada na freguesia de Alcabideche, sendo o bairro de Alcoitão o que apresenta uma maior taxa de desemprego (24,4%).

Assim, também o número de beneficiários de apoios sociais tem aumentado: em 2011, 3% das famílias do concelho eram beneficiárias do RSI, tendo sido abertos 305 processos de Acção Social, e 5% eram beneficiários do CSI, em 2009³⁸. Em 2011, as organizações que auxiliam regularmente os municípios em situação de vulnerabilidade económica apoiaram 2613 famílias, sobretudo ao nível do apoio de bens alimentares, sendo 698 delas de Alcabideche, uma das freguesias com maior número de famílias apoiadas.

3.2. Percepções sobre os principais problemas sociais e soluções identificadas

No quadro 2.2. é possível observar quais, na opinião dos moradores, são os principais problemas sociais dos bairros da Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha, bem como as pistas/soluções

³⁷ Na Adroana e no BCV essa percentagem é de 25% em cada um e de 31% em Alcoitão. Nos três bairros, a percentagem de pessoas com o ensino superior é de apenas 3,4% face à freguesia.

³⁸ Relativamente ao CSI, 70% dos beneficiários são do sexo feminino, o que significa que existe uma maior incidência de pobreza nas mulheres idosas.

identificadas para os resolver. Deste modo, conclui-se que alguns dos problemas do concelho³⁹ são visíveis nestes bairros, nomeadamente no que diz respeito à dificuldade de acesso a habitação digna e a serviços essenciais, à pobreza persistente, à insuficiente resposta das creches, à reduzida oferta de atividades e, relativamente aos mais jovens, às situações de marginalidade, delinquência e de risco.

Quadro 2.2. Problemas e soluções identificados pelos moradores dos bairros em análise.

Bairros	Problemas	Pistas/Soluções
Adroana	<ul style="list-style-type: none"> –Ausência de campos de jogos; –Agravamento das rendas; –Insuficiência de vagas; –Acessos pedonais a equipamentos de infância desqualificados; –Jovens sem percursos alternativos após o 9.º ano; –Choque entre gerações e de referências culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> –Requalificação urbana (campo de futebol fora da zona central, sinalização e lombas e sensibilização da comunidade para o cuidado com o bairro); –Policimento; –Melhorar as condições das casas/rendas (informação sobre o cálculo das rendas e alteração da regra de agravamento das rendas); –Emprego/ALV (TIC, apoio para os jovens prosseguirem estudos e alfabetização).
Alcoitão	<ul style="list-style-type: none"> –Vandalismo e ausência de condições nos prédios e nos espaços; –Barulho, desordem e conflitos no bairro; –Insegurança/assaltos; –Problemas nas casas, rendas/despejos e casas desabitadas; –Desocupação dos jovens e comportamentos desviantes; –Imagem negativa do bairro; –Pobreza; –Ausência de atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> –Requalificação urbana (equipamento desportivo e infantil, limpeza do bairro, <i>gratitas</i>, horta); –Ocupação dos jovens (convívio, entretenimento, artes/música); –Segurança/mais policiamento; –Melhorar as condições do edificado/rendas.
BCV	<ul style="list-style-type: none"> –Sinais de abandono e deterioração de passeios, equipamentos e falta de sinalização; –Insegurança; –Dificuldade de acesso à creche; –Imagem negativa do bairro e estigma; –Desocupação das lojas existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> –Requalificação urbana (equipamentos, sinalização e espaços verdes/hortas); –Ocupação dos jovens; –Mais segurança; –Animação comunitária (pólo comunitário, atividades, torneios, OTL e trabalho com idosos); –Respostas de apoio às famílias (doação de livros, brinquedos e espaços).

Fonte: RODA (2013), Diagnóstico dos Territórios⁴⁰.

Para mitigar este conjunto de problemas foi adoptado no território, em 2008, o CLDS, atualmente na segunda fase iniciada em 2012. Este modelo tem como objectivo combater as situações de exclusão social e pobreza persistente em territórios identificados como mais vulneráveis, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades. O CLDS inclui por isso ações de intervenção obrigatórias que possam responder às necessidades diagnosticadas, sendo organizado de acordo com quatro eixos de intervenção: (1) emprego, formação e qualificação; (2) intervenção

³⁹ Cf. III PDS de Cascais 2012-2015, 1ª parte:17-21.

⁴⁰ Para aceder a esta informação, vide: http://issuu.com/rodacascais/docs/diagnostico_territorios.

familiar e parental; (3) capacitação da comunidade e das instituições e (4) informação e acessibilidade. No seguinte quadro apresentam-se as ações e respectivas atividades definidas para cada um dos eixos de intervenção do CLDS em vigor no território de análise⁴¹, executado pela Fundação Aga Khan através do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano K' Cidade.

Quadro 2.3. Ações e atividades do CLDS 2012-2014 para a Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha.

Eixos de Intervenção	Ações	Atividades	
Emprego, formação e qualificação	+ Emprego – Qualificação e apoio à inserção profissional	Atendimentos/encaminhamentos	
		Formações adaptadas	
		Formações modulares	
		Projeto Comparticipa	
	Desenvolvimento de competências empreendedoras		
	Go Empreende	Projeto Go Empreende	
Intervenção familiar e parental	Repostas/projetos/circuitos integrados de apoio à família e ao cidadão	Apoio à criação/reforço de repostas, projetos, circuitos integrados de apoio à família	
		Apoio à criação de acções integradas de animação da comunidade no âmbito da ocupação de tempos livres	
	Ações de promoção de competências pessoais, sociais, parentais e de cidadania	Fortalecimento parental	
		Ações de envolvimento de pais/cuidadores nas estruturas educativas dos filhos	
		Desenvolvimento de competências para a gestão do orçamento familiar	
		Ações de promoção da saúde	
		Ações não-formais de desenvolvimento de competências pessoais e sociais	
		Projeto de fortalecimento de competências pessoais, sociais e profissionais com adultos em situação de exclusão laboral	
	Capacitação da comunidade e das instituições	Fortalecimento de OSC, nomeadamente de base local	Integração comunitária
			Formação em contexto
Workshops/formação técnica, dirigida a líderes locais, voluntários e técnicos			
Projetos de Economia Solidária		Apoio técnico a iniciativas de empreendedorismo social	
		Apoio à criação de negócios de economia solidária	
Redes locais e trabalho em parceria		Integração comunitária	
		Reforço do trabalho em parceria	
		Animação territorial e redes locais	
Atividades comunitárias		Animação comunitária	
		Eventos/festas comunitárias	
Informação e acessibilidade	Dinamização de atividades TIC	Acesso livre	
		Formação e capacitação de líderes locais, colaboradores e dirigentes de OSC	
		Gestão do espaço	

Fonte: Rede Social de Cascais (s.a.), CLDS 2012-2014 para a Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha.

⁴¹ Para um conhecimento mais detalhado sobre o CLDS 2012-2014, vide:

http://www.redesocialcascais.net/index.php?option=com_remository&Itemid=110&func=select&id=84.

Uma das soluções privilegiadas para dar resposta a alguns destes problemas corresponde à adopção da metodologia PIC, sendo imprescindível para um melhor entendimento dos resultados obtidos recorrer a uma breve contextualização da mesma. Desenvolvidos no âmbito do programa K' Cidade, os PIC centram-se na comunidade, pretendendo que seja ela a protagonista do seu próprio desenvolvimento ao identificar as suas necessidades reais e ao agir sobre elas, implementando soluções que respondam a esses problemas.

Esta é uma metodologia que não assenta numa única ferramenta; é antes um "canivete suíço", pela sua função multiuso, ao promover e estimular a participação, o *empowerment*, a auto-organização e a ação colectiva de grupos com o objectivo de dar resposta a necessidades não cobertas, rentabilizando as potencialidades locais ao transformá-las em recursos para o desenvolvimento. Por esta razão, é uma metodologia que rompe a tradicional visão dos cidadãos enquanto beneficiários (abordagem assistencialista) em favor de uma abordagem de capacitação, que poderá ter um carácter pontual, como efeito demonstrativo e de aprendizagem colectiva, ou de longo-prazo. Embora os processos em que os PIC assentam sejam relativamente flexíveis, existe um conjunto de critérios e de etapas através das quais se desenvolvem este tipo de projetos⁴².

Com a entrada da segunda fase do CLDS, em 2012, esta metodologia foi adoptada no território sendo dinamizada pela CMC/DIIS e pelo programa K' Cidade. Dos 17 projetos apresentados, foram aprovados 15, atualmente acompanhados pelo Comité Local de Acompanhamento de PICs, o qual é constituído por seis entidades públicas, duas OSC e um voluntário⁴³.

3.3. Atores-chave do território

Há uma grande diversidade de atores no território, razão pela qual aqui distinguimos aqueles que estão ou deveriam estar mais envolvidos no desenvolvimento dos três bairros.

Em primeiro lugar, destacamos três subgrupos oriundos da comunidade: (1) os cidadãos não-organizados e os grupos informais, tais como o Grupo Informal Cozinha Eco-Criativa, os Grupos de Jovens e o Grupo Informal Projeto Muda GosiFasil; (2) as colectividades de moradores, designadamente, a Associação de Moradores de Alcoitão e a Comissão de Moradores da Adroana; e (3) as associações locais, sejam elas desportivas, recreativas ou culturais, tais como a Associação 24 de Setembro, o Grupo Desportivo e Recreativo Fontainhas, a Associação Cultursol e a Associação Academia dos Champs.

Em segundo lugar, o grupo de OSC, ou seja, que trabalha no terceiro sector, como no caso da Igreja do Nazareno, da Cruz Vermelha Portuguesa, da SCMC, da SEA, da Cooperativa de Solidariedade Social Torre Guia e da Fundação Aga Khan (programa K' Cidade).

⁴² Cf. Bandeira, Marques e Ranchordas, 2007: 21-67.

⁴³ Para mais informações sobre os PIC, vide: http://issuu.com/rodacascais/docs/paineis-cerim_nia-pics_final.

A outro nível, podemos distinguir os serviços públicos desconcentrados, tais como o Agrupamento de Escolas de Alcabideche, a UCC– Cascais Care, do Centro de Saúde de Alcabideche, o IEFP e o ISS.

Por fim, consideramos as instituições governativas do território, a Junta de Freguesia de Alcabideche (JFA) e a Câmara Municipal de Cascais (CMC) bem como os seus respectivos departamentos e divisões orgânicas, como a Divisão de Intervenção Social (DIIS) e a Empresa Municipal da Gestão da Habitação, a Cascais Envolvente.

Alguns destes atores faziam parte da Rede de Organizações para o Desenvolvimento da Adroana (RODA) embora o número e a diversidade de parceiros tenham vindo a aumentar com o alargamento da sua intervenção para o BCV e Alcoitão, aquando da entrada da segunda fase do CLDS. Desde 2012, por isso, uma equipa do programa K'cidade tem estado permanentemente no território.

PARTE III. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta parte do trabalho destina-se à apresentação e à análise dos resultados obtidos através das entrevistas e da observação participante realizadas. Como tal, considerando que se trata de um estudo de caso, os resultados devem ser relativizados, sendo os elementos recolhidos específicos a esta realidade e conjunto de atores.

Primeiramente, numa abordagem exploratória, serão identificadas as percepções que os atores têm sobre aquilo que a participação significa. Em segundo lugar, é realizado um balanço do tipo e do grau de participação e envolvimento da comunidade e, na sequência desse envolvimento, quais as potencialidades das dinâmicas participativas e os principais constrangimentos que se colocam à participação comunitária. Em terceiro lugar, é apresentado um balanço do tipo e do grau de envolvimento quer dos parceiros, quer do poder local, sendo este último analisado de acordo com algumas dimensões-chave, nomeadamente, a satisfação das necessidades, os canais participativos e os modos de comunicação e decisão. Por fim, como uma síntese desta análise, apresenta-se uma reflexão sobre os tipos de envolvimento e os modos de comunicação e decisão utilizados pelos atores do território e sobre as relações que se estabelecem entre eles e em que medida se constroem essas relações.

Muitas vezes serão utilizados excertos de entrevistas para fundamentar a análise. De forma a assegurar o anonimato dos entrevistados, os mesmos serão reconhecidos durante esta parte do trabalho de acordo com os grupos de análise estipulados⁴⁴.

1. Percepções sobre a Participação

Os dados recolhidos indicam-nos que a participação comunitária é fortemente influenciada pela relação estabelecida entre os técnicos e a comunidade, sendo a proximidade, a horizontalidade e o grau de confiança factores decisivos. No entanto, apenas os técnicos da administração local dão uma maior importância a este factor; para os outros, também a valorização da participação comunitária e dos saberes locais, bem como a exequibilidade das intervenções, assumem a mesma influência na participação, enquanto para os moradores e observador privilegiado são a relação com os técnicos e o apoio/suporte prestado à comunidade os elementos com maior relevância. Considerando a importância atribuída à garantia de condições que facilitem as dinâmicas participativas (apoio e suporte prestado à comunidade, aproximação dos serviços, acesso a espaços participativos), e à exequibilidade das intervenções, assegurando-se a concretização e a utilidade das mesmas, é possível concluir que não só os técnicos mas também o poder local tem um papel chave no processo participativo.

⁴⁴ Os técnicos do poder local são identificados pelas letras PL, os técnicos de instituições locais por T e os moradores por M, sendo o observador privilegiado identificado pela letra O.

O significado da participação é divergente entre os entrevistados, tendo sido identificados diferentes tipos e graus de participação ao longo das entrevistas aplicadas aos atores. Através dos seguintes testemunhos poder-se-á distinguir algumas percepções sobre o significado da participação:

[Entrevistado O]: "O que eu entendo é que participar é estar a trabalhar com, é estar envolvido desde o início na definição dos problemas, na resolução dos próprios problemas, encontrar soluções, mobilizar os recursos necessários para dar resposta às necessidades identificadas, é fazerem parte integrante da equipa desde o início, é o que eu acho, não é participar pontualmente numa ou noutra atividade".

[Entrevistado T1]: "Ter voz, poder dar opinião, poder dar um parecer mas também poder influenciar as decisões. Não acho que participar tenha de ser obrigatoriamente ter de fazer parte da decisão mas pelo menos ter certeza que ela é ouvida e que influencia a tomada de decisão".

[Entrevistado M4]: "Participação é as pessoas cooperarem naquilo que a Comissão pede, que dão apoio à Comissão, a nível de ir à Câmara ou à Junta pedir coisas para o bairro".

[Entrevistado PL3]: "Eu considero que participação é quando a pessoa, de facto, está dentro do seu desejo e do seu sonho ao mesmo nível e no mesmo plano que um técnico ou decisor político para expor aquilo que é o seu desejo e a sua visão sobre determinada coisa, não sendo mais ou menos do que ninguém. (...) as pessoas têm de facto de sentir este à vontade e muitas vezes isso não acontece; participam porque cortam o RSI, participam porque podem ter uma mais-valia de proximidade ou de qualquer coisa de emprego".

Se para o entrevistado O a participação implica a governança participativa, com a participação de base efetiva em todas as fases do processo, já para o entrevistado T1 a participação parece integrar-se no "modelo consultivo"⁴⁵, uma vez que está subjacente a influência de decisões mas apenas através da expressão de preferências e não necessariamente através do envolvimento da comunidade, sendo a sua participação ao nível da consulta e, por isso, pontual. Para o entrevistado M4, claramente, a participação assume uma função reivindicativa que passa pela mobilização auto-organizada da comunidade em prol dos seus interesses colectivos (participação reivindicativa representativa)⁴⁶ enquanto para o entrevistado PL3 a participação, como um sinónimo de igualdade, assume como função a satisfação de interesses pessoais.

Inclusivamente, esta divergência de opiniões é passível de ser analisada de acordo com os grupos de entrevistados. Apenas os moradores e observador privilegiado perspectivam a participação ao nível da governança enquanto os técnicos locais e os pertencentes ao poder local a coloquem também do ponto de vista da cidadania e da igualdade, respectivamente. É interessante verificar que, apesar do grupo de entrevistados perspectivar maioritariamente a participação como um processo de governança, isto é, como uma forma de governação transparente, assente na articulação entre os cidadãos e outras formas de associação, o tipo de participação menos presente no território é exatamente a este nível, uma vez que a transparência, a prestação de contas e a inclusão dos

⁴⁵ Vide "Potencialidades, constrangimentos e ambiguidades da participação", p.25.

⁴⁶ Vide "Potencialidades, constrangimentos e ambiguidades da participação", p.26.

cidadãos e dos parceiros na tomada de decisão são aspectos pouco visíveis e fixos no território, como veremos do decorrer da análise.

2. Balanço do tipo e do grau de participação e envolvimento da comunidade

Segundo o que indicam os dados, a comunidade enfrenta diferentes tipos de problemas sociais, económicos e culturais (analfabetismo, agressividade, desemprego, vandalismo, etc.), sendo uma das percepções com mais peso a sua divisão interna e externa, isto é, entre a comunidade do mesmo bairro e entre a comunidade de diferentes territórios. Para além desta diversidade de problemas, a comunidade é também marcada pelas intervenções e experiências passadas, transformando-a numa comunidade com algum grau de desconfiança e descrença sobre futuras intervenções, justificando-se assim em parte o seu fechamento.

Contudo, apesar da sua situação de vulnerabilidade, os grupos de entrevistados referiram haver um grande envolvimento e participação da comunidade, registando-se inclusivamente uma evolução neste sentido, indicada pela maioria. Quanto aos técnicos da administração local, embora tenha sido igualmente referida uma evolução do nível participativo da comunidade, as opiniões divergem entre um grande e um baixo grau de participação e envolvimento.

Não é surpreendente, por isso, que o potencial participativo da comunidade seja o aspecto que mais e melhor caracteriza o território, destacando-se factores como a motivação, o dinamismo e a facilidade de mobilização da comunidade. No entanto, e considerando que todos os bairros e comunidades têm características que lhes são próprias, é possível verificar que o bairro de Alcoitão é aquele que menos potencial demonstra. Leva-nos isto a crer, com base em algumas das percepções sobre o território, que Alcoitão se diferencia dos outros bairros porque (a) a comunidade do BCV sofreu muita intervenção social, tornando-a familiarizada com as dinâmicas participativas e porque (b) a comunidade da Adroana foi realojada numa fase onde já tinham sido identificadas falhas de intervenção noutros bairros, assegurando-se que não se cometiam os mesmos erros. Alcoitão, por sua vez, sempre esteve à margem da intervenção autárquica, sendo caracterizado por isso como um bairro "abandonado", fortalecendo o sentimento de desconfiança da comunidade.

Vejamos alguns testemunhos sobre o balanço do envolvimento da comunidade, de forma a sistematizar alguns tipos e graus de participação presentes no território:

[Entrevistado PL1]: "(...) a criação do apoio ao estudo, que é um projeto que nasce da população, é nesse sentido, ou seja, eles identificam esse problema e de alguma forma também se mobilizam para o combater. (...) é interessante porque as pessoas também se mobilizam para a resolução, «como é que vamos fazer face a estes problemas?» e não só esperar que nós façamos alguma coisa".

[Entrevistado M4]: "(...) «vamos tentar pintar um ou outro» (...) Porque a gente apresentou propostas; a gente arranjámos pessoas também para ajudar, a Câmara só tinha de dar os materiais, porque a gente

não tem dinheiro, e arranjar uma pessoa responsável para chegar e dizer assim: «às oito horas estão aqui quatro ou cinco pintores para pintarem o prédio, temos aqui o material todo, vamos começar a pintar»".

[Entrevistado PL3]: "(...) tínhamos um pólo comunitário para a Comissão de Moradores e para outros projetos (...) decidiram tirar-nos o pólo comunitário, tirámos porque, quer dizer, quem está ali neste caso é a equipa. Era uma coisa pedida e reclamada pela população".

[Entrevistado T3]: "(...) há o que nós chamamos bate-palmas que também são importantes; um grupo organiza uma coisa qualquer, uma festa, um espetáculo de dança, o que for, e quem vem, vai bater palmas. Há esse nível, que também é um nível de valorização (...). Depois temos pessoas que se auto-organizam para responder às suas necessidades, pessoas que lutam pelos seus interesses (...). Depois há outras pessoas que se envolvem em processos que até nem são para si, por exemplo, o nível de organização aqui no espaço comunitário (...) depois ainda há outro tipo de participação que é ser capaz de sistematizar aquilo que é a leitura das necessidades, das potencialidades, dos problemas (...) é preciso pensar nas autarquias e isso é outro grupo de pessoas que faz mas nem toda a gente se sente confortável para isso".

O primeiro testemunho indica-nos um tipo de *participação interativa (transformativa)*⁴⁷, assente na "capacidade cívica" da comunidade, ou seja, na capacidade de se mobilizar e auto-organizar para expressar e desenvolver as suas preferências, colocando-se como recurso para dar resposta a problemas de carácter colectivo. Este é, de acordo com os entrevistados, um dos tipos de participação mais comum entre a comunidade, sendo também bastante visível na observação participante realizada à reunião de partilha de PICs, onde a comunidade participava com soluções e como recurso para protagonizar essas respostas, sendo um envolvimento pautado pela reflexão colectiva e pela solidariedade.

Outra das formas participativas mais comum passa pela *reivindicação*, sendo a mesma exemplificado através do quarto excerto – neste caso, relativamente a espaços comunitários e/ou participativos. Também na reunião anteriormente referida este tipo de participação foi verificado pela mesma questão: dois líderes da comunidade decidiram deslocar-se até à CMC para reivindicar os espaços que tinham sido recentemente encerrados.

O terceiro testemunho, por sua vez, indica um tipo de *participação instrumental*⁴⁸, onde a comunidade se organiza em função das suas necessidades, colaborando com mão-de-obra.

Por fim, quase como uma síntese, o último testemunho permite-nos identificar grupos com diferentes tipos e graus de envolvimento. Algumas pessoas participam em atividades onde são valorizados o território e a comunidade, sendo o seu envolvimento mais passivo (*participação passiva*); alguns grupos, auto-organizados ou não, praticam uma ação reivindicativa, quer para a satisfação dos seus interesses, quer para a satisfação dos interesses colectivos, podendo participar ou não na negociação de interesses da comunidade com o poder local.

⁴⁷ Vide "Potencialidades, constrangimentos e ambiguidades da participação", p.26.

⁴⁸ Vide "Potencialidades, constrangimentos e ambiguidades da participação", p.25.

Segundo os dados recolhidos, o envolvimento da comunidade varia sobretudo entre os tipos interativo (transformativo) e reivindicativo. No entanto, a própria reivindicação pode ser diferenciada de acordo com a abordagem manifesta. Se por um lado os atores reclamam determinadas necessidades de forma auto-organizada e procurando consensos, por outro lado a reivindicação, organizada ou não, assenta na ideia de obrigação e compromisso das autoridades (*participação recativa*):

[Entrevistado M1]: "As casas de aluguer estão com as portas todas partidas e acham que é obrigação da Câmara repor (...) querem que a Câmara venha arranjar. Arranjam e no dia a seguir já está tudo estragado (...) eles pensam que a Câmara tem de dar mas não é assim".

[Entrevistado T3]: "(...) algumas pessoas não têm coragem para tomar voz para começar, e as que têm muitas vezes ficam só na parte da reivindicação e no pedido e é preciso também trabalhar aqui a visão da participação, o colocar-se como um parceiro para o desenvolvimento da autarquia".

Os atores consideram que diferentes factores influenciam a capacidade da comunidade assegurar os atuais projetos, atividades e outras ações do território, nomeadamente – e por ordem crescente –, a visão da CMC, o projeto em questão, a experiência técnica e participativa da comunidade e o apoio e suporte prestado à mesma. Se para os técnicos do poder local a sustentabilidade das ações depende única e exclusivamente deste último factor, já para os outros grupos a sustentabilidade depende da experiência da comunidade. Por esta razão, poder-se-á colocar em hipótese a descrença dos técnicos pertencentes ao poder local relativamente à capacidade de autonomia da comunidade.

Segundo os entrevistados, a comunidade conseguiria dar continuação a algumas atividades e projetos, tais como as ações de voluntariado da Associação Cultursol, a Comissão de Moradores da Adroana mas sobretudo os PIC. À exceção do grupo de moradores e observador privilegiado, cuja maioria considera que a comunidade tem capacidade para assegurar os vários tipos de ações a decorrer, os entrevistados divergem relativamente a esta questão; não só entre os grupos de técnicos mas também dentro desses mesmos grupos, considerando que o fim ou a continuação das ações e projetos surge com o mesmo peso representativo.

Assim, e tendo como referência os factores anteriormente referidos, poder-se-á especular que a autossustentabilidade da comunidade precisa ainda de ser trabalhada e fortalecida. Sendo os PIC projetos que, em princípio, não requerem muita capacidade técnica, organizacional e estratégica, e sabendo que uma das percepções recolhidas sobre a comunidade diz respeito à sua pouca experiência participativa, existe contudo a probabilidade de estes projetos virem a ser liderados exclusivamente pela comunidade.

3. Potencialidades das dinâmicas participativas

As dinâmicas participativas têm representando vários tipos de impactes para os diferentes atores. De forma a sistematizar os efeitos, os mesmos foram organizados por grupos: impactes (a) na comunidade, (b) nos parceiros, (c) na influência de decisões públicas e (d) no território.

(a) Para qualquer um dos grupos de entrevistados, é claramente no seio da comunidade onde os impactes são mais visíveis, destacando-se a reflexão colectiva, a auto-organização e o conhecimento e/ou proximidade dos serviços e instituições. Outros impactes, com menos peso mas referidos pela maioria dos entrevistados, correspondem ao desenvolvimento de competências associadas à cidadania, ao *empowerment* e à proximidade entre as pessoas da comunidade.

A reflexão colectiva traduz-se na capacidade da comunidade coletivizar os seus problemas e possíveis soluções, expressando e/ou desenvolvendo as suas preferências relativamente a uma determinada questão sendo a participação nos PICs um exemplo disso, ao facilitar a identificação e a resolução de problemas. A capacidade de auto-organização da comunidade ajuda-nos a justificar quer a proximidade entre as pessoas, quer a implementação de propostas/projetos da comunidade, outro impacte referido pela maioria dos atores.

Os efeitos destas dinâmicas, contudo, encontram graus de significância diferentes entre os grupos de entrevistados: para os técnicos pertencentes ao poder local, o desenvolvimento de competências associadas à cidadania é o principal efeito do envolvimento da comunidade, enquanto para os moradores e observador privilegiado esse efeito corresponde à reflexão colectiva. Para os técnicos das instituições locais, por sua vez, os impactes desdobram-se em três planos: ao nível dos dois anteriormente referidos e ao nível da auto-organização.

(b) O segundo grupo onde os efeitos das dinâmicas participativas são mais visíveis é nos parceiros, sendo o trabalho em rede mencionado pela maioria e considerado assim como o principal impacte neste grupo. Naturalmente, os moradores não apontaram qualquer impacte neste grupo, não estando tão próximos dessa realidade quanto os outros atores. Já os técnicos atribuem diferentes pontuações aos efeitos referidos sendo que para os que pertencem ao poder local a facilitação na identificação de problemas é a principal vantagem destas dinâmicas, enquanto para os técnicos locais as vantagens dividem-se entre o trabalho em rede e um maior envolvimento e participação.

Através da análise dos impactes nos parceiros torna-se pertinente considerar que (1) as dinâmicas participativas não só têm efeitos na comunidade como também nos parceiros, tornando-os mais capazes de intervir e de intervir melhor, tendo uma percepção integrada dos problemas do território, registando-se inclusivamente um alargamento do seu plano de ação (provavelmente associada à capacitação e fortalecimento organizacional das instituições), e que (2) alguns dos impactes são semelhantes à comunidade, tais como a proximidade entre eles, o desenvolvimento de competências, bem como a facilitação na identificação de problemas.

(c) No grupo de influência de decisões, a implementação das propostas e/ou projetos da comunidade foi o efeito mais visível, sendo mencionado pela maioria dos entrevistados, embora não seja representativo para o grupo de moradores e observador privilegiado. Contudo, o envolvimento da comunidade na influência de decisões é apenas referido por quatro entrevistados, o que nos indica que a implementação de propostas e/ou projetos da comunidade não significa, necessariamente, o envolvimento da comunidade nos centros de decisão, como veremos depois com mais detalhe. Outro dos impactes corresponde à criação e/ou disponibilização de espaços comunitários e/ou participativos, como por exemplo o Espaço Comunitário de Alcoitão, reivindicado pela comunidade e construído sob um sistema de cogovernança, correspondendo às visões de diferentes atores.

(d) Por fim, os efeitos no território são os menos representativos, desde logo porque os moradores e observador privilegiado não apontaram quaisquer impactes neste campo. Por ordem crescente, os efeitos correspondem à valorização externa do território e à mobilização de parceiros externos, à proximidade entre a comunidade e as instituições – quer locais como governativas – e à requalificação urbana.

4. Constrangimentos que se colocam à participação

Claro está que, apesar das dinâmicas participativas apresentarem várias potencialidades, os processos participativos não são isentos de constrangimentos. De forma a sistematizar os obstáculos que se colocam à participação comunitária, os mesmos foram organizados por grupos: constrangimentos (a) por parte da comunidade, (b) por parte do poder local, (c) por parte dos técnicos e (d) externos a estes atores.

(a) Segundo os entrevistados dos três grupos, as principais razões que contribuem para a comunidade não participar são por parte da própria, ainda que parte desses condicionamentos lhes sejam externos, tais como o desconhecimento das dinâmicas participativas existentes, o relativo desconhecimento da língua ou até mesmo a pouca experiência participativa, derivada do seu percurso de vida. De acordo com os entrevistados, o aspecto que mais dificulta a participação, por parte da comunidade, é a sua fraca autoestima embora essa opinião seja divergente entre os entrevistados. A fraca autoestima e a pouca experiência participativa têm o mesmo peso para os técnicos locais, enquanto para os técnicos do poder local são os condicionamentos pessoais/familiares e a posição dominante e inibidora de alguns grupos de moradores, como foi referido no caso dos moradores dos fogos do BCV em processo de realojamento⁴⁹, que surgem com o mesmo peso. Já para o grupo de moradores e para o observador privilegiado, é sobretudo a incompatibilidade de horários com as ações participativas o motivo pelo qual a comunidade não participa.

(b) O segundo grupo de factores que mais responsabilidade assume para a não-participação comunitária refere-se ao poder local, destacando-se a não-resposta às necessidades da comunidade

⁴⁹ Esta situação será abordada com mais detalhe no seguimento desta análise.

entre os principais obstáculos, mencionado pela maioria dos entrevistados. Para os moradores e observador privilegiado, contudo, a mudança do executivo e a burocratização dos processos são mais significativos. É relevante notar que para os técnicos pertencentes ao poder local os constrangimentos que a comunidade e que os técnicos apresentam são superiores aos constrangimentos impostos pelo poder local, ao contrário dos outros grupos que julgam que o poder local é quem mais obstáculos representa para a participação, logo a seguir à comunidade.

(c) À semelhança dos constrangimentos que poder local apresenta, também a burocratização dos processos e a não-resposta são alguns dos principais obstáculos que se colocam à participação por parte dos técnicos. De acordo com os entrevistados, contudo, o historial de intervenções falhadas e a adopção de metodologias erradas, pouco adaptadas à comunidade, têm uma maior preponderância para a não-participação.

(d) Os dados recolhidos mostram-nos que alguns dos constrangimentos que se colocam à participação são externos a estes atores, nomeadamente, e por ordem crescente, a falta de apoios/patrocínios externos, a participação de pessoas exteriores à comunidade, por não se juntarem a ela, a curta duração dos processos e a desadequação dos canais participativos⁵⁰.

Sendo a questão dos canais participativos um tema que será recuperado mais à frente, a mesma não será aqui objeto de análise. A curta duração dos processos, dada a sua importância, merece uma análise particular.

[Entrevistado M3]: "(...) chega a uma altura e eles vão embora, quando estão mesmo a ser conhecidos, o seu trabalho está a ser valorizado pelos moradores, eles vão embora e nós somos contra aquele tipo de evento que cai tipo paraquedas, vai recomeçar tudo de novo".

[Entrevistado M2]: "(...) as pessoas facilmente desanimam porque com o historial das intervenções, tipo *Escolhas*, que começam trabalhos e depois tem a duração de dois anos. Até tu em dois anos conseguires ganhar intimidade, entrar nas cabeças das pessoas e começar a fazer o trabalho, o tempo passa e vão embora e o pessoal pensa: «agora que eu vim para aqui com esta ideia é que eles se vão embora», percebes? Porque são só dois anos, em dois anos não consegues fazer nada".

[Entrevistado O]: "(...) acho que estes projetos, às vezes, muito delimitados no tempo, podem correr esse risco porque estamos a gastar recursos durante um determinado tempo e depois isto faz com que as populações fiquem desacreditadas face às instituições".

⁵⁰A questão dos canais participativos, enquanto impedimento para a participação, abrange várias situações, designadamente: (a) a localização da CMC e a centralidade das ações participativas em Cascais; (b) a desadequação de alguns espaços participativos face às características da comunidade, como o OP; (c) as difíceis acessibilidades (transportes) entre zonas do concelho; e (d) o tipo de espaço, uma vez que a comunidade tem mais dificuldades em participar em espaços cujo número de participantes é maior (como em plenários).

[Entrevistado T3]: "(...) ouvimos muitas vezes a resposta: «não venham cá fazer o mesmo que os outros (...) coisas que nós gostamos muito, e depois vocês vão-se embora e acabou-se». (...) o tempo de financiamento é completamente desadequado ao tempo de mudança de sustentação destes processos. A mensagem que gostava de passar é que estes processos levam tempo e os processos, os projetos e os financiamentos não podem ter este tempo de duração".

Esta é uma situação particularmente importante quando analisamos a não-participação, visto que este género de intervenções limitadas temporalmente, que contam com o envolvimento e mobilização da comunidade e que depois não correspondem às suas expectativas, resulta num sentimento de abandono por parte da comunidade que conduz à descrença neste tipo de projetos e à desconfiança das instituições presentes no território, o que por sua vez faz com que a comunidade deixe de se querer envolver neste tipo de dinâmicas e processos participativos.

5. Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros

Em geral, os parceiros a intervir no território são bem avaliados pela maioria dos entrevistados, registando-se um grande grau de investimento dos mesmos mas também de envolvimento, uma vez que, quando questionados sobre o envolvimento dos parceiros, os entrevistados consideraram-nos como sendo de *continuidade*, isto é, fixos e envolvidos em vários projetos do território e não *oportunidade*, por se envolverem apenas em alguns projetos, praticando uma ação pontual e desarticulada.

Independentemente de os classificarem participativos e envolvidos, os técnicos da administração local consideram, com o mesmo peso, que o grau de interação entre os parceiros é baixo. Por outro lado, um dos técnicos referiu que os parceiros têm pouco conhecimento sobre as necessidades do território, contribuindo assim para uma visão menos positiva sobre o envolvimento e intervenção dos mesmos.

É relevante sublinhar que este grau de envolvimento varia sobretudo de acordo com a disponibilidade dos parceiros e do parceiro em questão, entre outros factores como a cultura organizacional ou o financiamento das autarquias, sendo por isso natural que, quando analisados especificamente, se notem algumas diferenças entre os parceiros. Nas observações realizadas, por exemplo, foi possível verificar que o envolvimento dos parceiros bem como a forma como comunicavam entre si e com outros é diversificado: se, por um lado, alguns dos parceiros participavam colocando questões ou fazendo comentários, por outro lado, outros tinham um envolvimento mais passivo apenas ouvindo o que os outros iam dizendo (modelo espectador⁵¹).

⁵¹ Vide "Potencialidades, constrangimentos e ambiguidades da participação", p.25.

Entre os que foram positiva ou negativamente avaliados⁵², vale a pena especificar a intervenção de dois parceiros em particular, a da Cascais Envolvente e da equipa do K'Cidade, tendo sido os parceiros cujo envolvimento foi mais detalhado pelos atores. No caso do primeiro, nenhum aspecto positivo foi referido; para além da crítica à sua intervenção, alguns entrevistados condenam a relação que a empresa estabelece com a comunidade, marcada pelo afastamento e "arrogância", surgindo por vezes momentos conflituais:

[Entrevistado M4 sobre a reunião que teve com a Cascais Envolvente, a par da requalificação física das casas]: "Chegou ao ponto de dizer «façam vocês e depois digam-nos que está feito», numa reunião, e foi quando eu disse «se voltar a dizer isso, eu levanto-me». Não havia solução porque com aquela pessoa não se podia falar, tudo o que a gente ia buscar do passado, eles diziam logo «não quero saber» (...) chegámos ali mesmo a um conflito, falar um bocadinho alto uns com os outros".

Pelo contrário, o K'Cidade foi dos parceiros que mais elogios recebeu relativamente ao seu trabalho ao ser considerado um parceiro próximo da comunidade, proactivo e que investe na cultura participativa, destacando-se a sua importância no fortalecimento e capacitação organizacional. Um dos técnicos da CMC considera que muitas vezes os parceiros preocupam-se mais com a apresentação de resultados do que propriamente com a participação efetiva da comunidade, resultando ocasionalmente na *manipulação*⁵³ dos processos participativos, procurando exemplificar a situação através da intervenção do K'Cidade:

[Entrevistado PL3]: "(...) O K'Cidade, como sabe, é um financiamento da Segurança Social e tem eixos de intervenção e tem que ser permanentemente medido e, por isso, tem um andar de ter de prestar contas e, por isso, tem um ritmo que não é um ritmo dos processos e, por isso, muitas das vezes, dão gás a uma coisa que ainda não é gás e as pessoas ainda estão a pensar e eles dizem que sim e já está feito (...) às vezes acabam por ir [comunidade] mas é porque são manipulados; criar processos de participação que são puras manipulações e delírios técnicos para apresentar resultados e PowerPoints".

Se de acordo com o entrevistado a intervenção do K'Cidade passa pela *manipulação* dos processos e das dinâmicas participativas, torna-se pertinente observar outro tipo de manipulação:

[Entrevistado PL1]: "(...) lembro-me quando foi a Assembleia de Freguesia em Alcabideche, de ter reunido com a pessoa que foi lá e montámos o discurso todo que a pessoa ia dizer, escrevemos, a pessoa leu, fizemos ali um bocadinho um treino (...) e depois correu lindamente e a pessoa sentiu que conseguiu".

⁵² Alguns técnicos defendem que a comunidade confia nas instituições onde trabalham, como no caso da Cooperativa Torre Guia, da SEA e do K'Cidade. Outros parceiros, como o professor Rogério Roque Amaro, o Centro de Saúde e as instituições da Adroana foram avaliados positivamente. Já ao Banco Alimentar e ao IEFP foram apontadas críticas à sua intervenção; as instituições do bairro de Alcoitão foram consideradas pouco representativas e as instituições a intervir no BCV desinteressadas pelo trabalho em rede, manifesto pela falta de interação com os parceiros.

⁵³ Cf. Arnstein, 1969.

Embora tenha sido dado apoio para o cidadão participar, esse suporte não parte de uma abordagem de capacitação e de *empowerment*, uma vez que o processo de participação não é trabalhado *com* o cidadão mas *para* o cidadão, tornando-o susceptível à condução de falsas preferências e visões do indivíduo, pois o seu discurso foi preparado e escrito pelo técnico. Nas palavras de Healey, "não basta planejar para as pessoas, é também necessário planejar com as pessoas" (Healey, 1990 *apud* Jacinto, 2001:81).

Para um melhor entendimento da relação que se estabelece entre a CMC e o K'Cidade, vale a pena esclarecer como a forma como estas entidades perspectivam a participação é diferente:

[Entrevistado PL3]: "(...) acho as coisas são um bocadinho diferentes, vão um bocadinho atrás das lógicas do CLDS, neste caso do K'Cidade que tem processos com os quais eu não me identifico de todo (...). «Temos de andar atrás das pessoas», isso não é verdade, se as pessoas não vão é porque aquilo não interessa e nós é que temos de ver o que é que eu fiz para isto não interessar".

[Entrevistado T3]: "Isto para a Câmara, as pessoas não sabem fazer isto: «mas as pessoas não vão porque não querem», pronto, ainda não perceberam de facto que nestes contextos é preciso apoiar a participação, é preciso limar para a participação (...) para a Câmara isto é demais, é como se nós estivéssemos a condicionar as ideias ou os projectos: «os projectos são vossos ou dos moradores?» (...). E aqui percebe-se, de facto, a visão que às vezes temos diferente para a mesma coisa. Planeamos as coisas em conjunto e tal mas depois, até porque lá está, como temos visões diferentes, fomos trabalhando menos em conjunto".

Através destes testemunhos é possível compreender que o K'Cidade e a CMC perspectivam a participação de forma diferente e que essa distinção resulta na adopção de diferentes mecanismos de mobilização: se, para o técnico da CMC, a comunidade não participa porque não tem interesse, para a equipa do K'Cidade a questão não é tão linear, sendo necessário um trabalho de acompanhamento contínuo à comunidade para que esta possa participar. Estas diferentes percepções sobre a participação surgem como uma desvantagem para a relação de parceria, uma vez que implicam um trabalho conjunto menos consistente, originando possíveis consequências sobre o território e a comunidade.

Há que ter em consideração dois aspectos no que respeita à mobilização comunitária. Em primeiro lugar, trata-se de uma comunidade com uma fraca autoestima, logo, as pessoas poderão julgar que o seu contributo não é importante e que a sua voz não é ouvida. Em segundo lugar, é uma comunidade com algum desconhecimento das dinâmicas participativas o que significa que, mesmo que tenham conhecimento da existência de algumas ações, desconhecem os processos das mesmas, podendo considerá-las demasiado complexas e/ou da responsabilidade exclusiva de outros.

Partir erroneamente do princípio de que a comunidade não tem interesse em participar apenas conduz a resultados nesse sentido, quando o papel dos técnicos deve antes de mais direccionar-se para a mobilização da comunidade, no sentido de promover e dinamizar a sua participação, embora seja essencial que o especialista se torne facilitador destes processos,

produzindo a mudança endógena "a partir de dentro" (Cf. Friedmann, 1996:155) ao adoptar um *estilo de planeamento transactivo* (Cf. Henriques, 2006:377); caso contrário, embora mobilizada, a participação raramente será efetiva, correndo o risco de ser manipulada.

6. Balanço do tipo e do grau de envolvimento do poder local

O balanço do trabalho desenvolvido pelo poder local é consensual entre os grupos de entrevistados, sendo que todos eles, sem exceção, consideraram haver aspectos positivos e negativos relativamente à intervenção das instituições. No entanto, antes de avançar com um retrato aproximado da sua intervenção, vale a pena esclarecer que as instituições governativas se diferenciam em certos aspectos.

Quer a CMC como a JFA foram consideradas próximas da comunidade, por alguns atores, embora isso seja consensual no caso da primeira. Enquanto para a maioria dos entrevistados a JFA é uma instituição próxima da comunidade e dos parceiros, mantendo uma relação de horizontalidade com estes, já a CMC, de acordo com alguns entrevistados, manifesta algum afastamento destes atores; a "arrogância" e a falta de horizontalidade de alguns técnicos são desde logo factores que indicam alguma hierarquização da relação. Por outro lado, a definição de papéis de outras instituições, bem como a individualização/domínio das ações/decisões por parte da CMC, referida por alguns entrevistados, acaba por intensificar este julgamento, como veremos em seguida.

Os vários tipos de respostas oferecidos nas diversas áreas (tais como a descentralização de serviços e o fortalecimento/capacitação organizacional das organizações locais), a existência de equipas territoriais e de espaços participativos que permitem a influência de decisões, tais como o OP, as assembleias municipais e de freguesia, bem como a recente concretização da Al-Qabazar, uma iniciativa que promove as mais-valias gastronómicas e o património cultural da freguesia, mostram-nos que o poder local tem investido na intervenção territorial e na promoção da cultura participativa. Todavia, os resultados indicam-nos que esta ação de investimento, quer no território, quer na cultura participativa, é alvo de contradições e ambiguidades.

6.1. Satisfação das necessidades

A comunidade tem à disposição diferentes tipos de formações, atividades e respostas que contribuem positivamente para o seu desenvolvimento – quer através da sua capacitação, quer através da promoção do bem-estar, como também na sua integração em diferentes esferas, como na escola ou no mercado de trabalho. As respostas interventivas foram organizadas por diferentes grupos, nomeadamente, (a) emprego e formação, (b) intervenção social e outros apoios em geral, (c) saúde e (d) educação.

O número de respostas recolhido por área de intervenção é equilibrado, com exceção da área da saúde. A área da intervenção social e outros apoios em geral, por sua vez, é a que mais respostas apresenta, destacando-se a requalificação física do território e a construção de hortas comunitárias.

Contudo, os moradores e observador privilegiado mencionam mais as respostas direcionadas para o emprego e formação do que as de apoio/intervenção social, especulando-se desta forma que a importância atribuída a formações que capacitem a comunidade para o mercado de trabalho seja maior, o que é natural considerando a génese da comunidade, marcada pelo baixo grau de escolaridade e desemprego⁵⁴.

As respostas da área do emprego e formação foram as mais mencionadas, após as do apoio e intervenção social, destacando-se a capacitação e/ou entrada para o mercado de trabalho e a realização de diversos tipos de formação, tais como aulas de informática e inglês. Seguidamente, é no âmbito da educação que mais intervenções se verificaram, realçando-se as aulas de literacia, uma intervenção com imenso potencial se considerarmos que um dos motivos para a não-participação corresponde ao analfabetismo funcional existente no território. Por sua vez, o apoio psicológico, as formações sobre saúde e os projetos relacionados com o desporto foram as respostas interventivas mencionadas na área da saúde.

O facto da área do apoio e intervenção social responder sobretudo à requalificação física do território dá força ao argumento de que a tendência do poder local é desenvolver ações centradas na criação de infraestruturas básicas, numa lógica assistencialista face às necessidades primárias (Ruivo e Francisco, 1998:287), sobretudo em territórios menos desenvolvidos onde se dá prioridade a projetos de infraestruturas face a aspectos imateriais, como a formação e a informação (Jacinto, 2001:86). Se o acesso a informação constitui uma condição essencial para a garantia de uma participação alargada e responsável, como defendem alguns autores⁵⁵, exige-se do poder local e de outras instituições a comunicação e circulação de informação, competência esta que parece não estar a ser cumprida na sua totalidade, se considerarmos o grau de desconhecimento que a comunidade tem não só ao nível das ações de cariz participativo como também ao nível das respostas e serviços existentes no território.

Parece-nos lógico que o desenvolvimento da comunidade depende fortemente de uma intervenção ao nível das infraestruturas, bem como a outros níveis como o do acesso à educação, à saúde e ao emprego. No entanto, entendemos que atualmente o papel da administração local vai muito além da cobertura de carências básicas, devendo cumprir uma ação que contribua para um desenvolvimento de qualidade e, nesse sentido, os défices assinalados no parágrafo anterior tornam-se ilustrativos do que representa uma ameaça ao bem-estar e a qualidade de vida da comunidade.

Quando analisada a eficácia das formações e atividades a decorrer no território, é possível verificar que a comunidade não só desenvolve competências técnicas como também ao nível das *soft-skills*, contribuindo para melhor adaptação da comunidade ao mercado de trabalho, mas também favorecendo a sua participação no território, tendo sido mencionado por alguns entrevistados o

⁵⁴ Vide "Caracterização geodemográfica e sociodemográfica", p.39.

⁵⁵ Entre outros, Cf. Friedmann, 1996; Jacinto, 2001; Perestrelo, 2007.

desenvolvimento de capacidades como a auto-organização e a reflexão colectiva. Contudo, e apesar de serem pensadas e adaptadas à comunidade, alguns entrevistados consideram que estas ações de formação e atividades são escassas e pouco sustentáveis, inclusivamente para os dirigentes, voluntários e técnicos.

No entanto, as principais necessidades do território, de acordo com os dados recolhidos, prendem-se com a falta de repostas para as crianças e jovens, com a necessidade de requalificação das casas e dos espaços verdes, no bairro da Adroana, e com a escassez de formações, como visto anteriormente. A escassez de espaços comunitários e participativos, porém, é uma necessidade vital, sendo referida pela maioria dos entrevistados.

6.2. Canais de participação

Foram indicados 30 canais participativos⁵⁶, dos quais 21 são formais e 9 informais. Esta distinção surge do facto de alguns dos espaços mencionados não serem concebidos como participativos, embora possam originar a participação, como as festas e convívios comunitários, os gabinetes de atendimento e espaços de determinadas instituições. Tratam-se de espaços que, apesar de serem formalizados, não são próprios nem desenhados para a participação, embora sejam utilizados para o efeito, os quais classificamos por isso como informais. A possibilidade de entregar papéis no correio com as opiniões da comunidade, ao invés de se expressarem nos gabinetes municipais de atendimento – o único espaço disponível para a reunião de membros da Comissão de Moradores da Adroana, de acordo com um dos entrevistados – torna-se ilustrativa dessa realidade:

[Entrevistado M4] "Se a gente tivesse um espaço só nosso, era mais fácil falar com as pessoas. As pessoas chegam ali, mesmo que a gente esteja ali um bocadinho na Câmara, estão lá as pessoas todas, é mau... O que a gente faz às vezes é fazer uns papéis para eles darem a opinião, a gente pede para deixar lá na caixa de correio da Câmara e eles chegam lá e deixam a sua opinião e é através disso mais ou menos que a gente tem visto as necessidades que o bairro tem".

Os espaços participativos mais referidos são os pólos comunitários, seguido das colectividades de moradores (Associação de Moradores de Alcoitão e Comissão de Moradores da Adroana) e dos PIC, sendo os dois primeiros mencionados por todos os técnicos a intervir no território, quer locais como pertencentes ao poder local. Analisando comparativamente os grupos, é possível verificar que os PIC só não são mencionados pela maioria dos entrevistados do grupo de técnicos pertencentes ao poder local; ao mesmo tempo, a maioria deste grupo identifica um espaço que nenhum outro entrevistado referiu, nomeadamente, mecanismos *online* (tais como e-mails e redes sociais), levando-nos a crer que a frequência com que os mesmos são utilizados é baixa.

⁵⁶ A designação de canal participativo refere-se aos meios através dos quais a comunidade pode participar, abrangendo não só espaços físicos (como por exemplo o Espaço Montepio, os pólos comunitários e a ludoteca) como também formas participativas diversas, tais como assembleias e reuniões, colectividades de moradores, o OP, o diagnóstico participativo, entre outras.

É importante notar que, em primeiro lugar, alguns dos espaços referidos são pontuais, como por exemplo as festas, o OP, os diagnósticos participativos e as assembleias, e que, em segundo lugar, os espaços obedecem a diferentes funções: se nas colectividades de moradores a participação é sobretudo associada à reivindicação, já no caso dos PIC sobrepõe-se um tipo de participação transformativa, sendo projetos de base criados e liderados pela comunidade, cujas funções obedecem a diferentes interesses pessoais e colectivos. Os pólos comunitários, por outro lado, são espaços que servem múltiplas funções, desde a concretização de reuniões ao desenvolvimento de atividades, justificando-se desta forma a sua importância.

Genericamente poder-se-ão classificar diferentes espaços mediante as suas funções: (a) para o desenvolvimento de atividades, servindo de exemplo os pólos e a ludoteca; (b) para a reflexão colectiva sobre o território, como por exemplo os vários tipos de reuniões, bem como o diagnóstico participativo, (c) para a influência nas decisões públicas, tais como o OP, os fóruns e as diversas assembleias e (d) para lazer, destacando-se a realização de festas comunitárias. Se, por um lado, os grupos reivindicativos tendencialmente participam mais em colectividades de moradores ou em espaços onde possam influenciar as decisões, por outro, os grupos que praticam uma participação valorizante envolvem-se em determinados eventos onde valorizam a participação de outros⁵⁷.

Contudo, é importante ter em consideração que muitos destes espaços assumem múltiplas funções, cruzando-se assim vários tipos de atores, interesses e lógicas de funcionamento. Quando questionados sobre os espaços onde a comunidade mais comumente participa, parte dos entrevistados afirmou que muitas vezes a participação não depende tanto do tipo de canais participativos mas sim do que essa participação poderá significar, referindo a importância da utilidade da resposta bem como da concretização das intervenções.

Os espaços participativos existentes no território parecem, contudo, criar algum desequilíbrio entre a possibilidade de mudança e a mudança efetiva.

Em primeiro lugar, alguns desses espaços são pontuais e outros dirigidos para um determinado tipo de população – como no caso do OP, um mecanismo participativo pouco adequado a comunidades com pouca experiência participativa, como no caso desta. No entanto, foi recentemente aprovada a avaliação técnica para a proposta dos moradores "Criação de passeio entre Adroana-Alcoitão e Adroana-Bem Lembrados", no âmbito do OP, levando-nos a crer que esta tendência possa vir a ser contrariada.

⁵⁷ A participação valorizante refere-se ao envolvimento de atores em meios participativos onde são apresentadas as potencialidades da comunidade, como no caso do Al-Qabazar, onde foram expostos produtos do grupo Cozinha Eco-Criativa, ou no caso das festas comunitárias, onde frequentemente se assiste a espetáculos de dança e música. Contudo, aqueles que praticam uma participação valorizante não se envolvem diretamente nestes processos (*participação passiva*). Embora apenas valorizem o território e a comunidade neste tipo de eventos, compreendemos que muitas vezes este tipo de aproximação conduz a formas mais complexas de participação, razão pela qual consideramos importante distinguir este envolvimento em específico.

Em segundo lugar, uma situação particular demonstra-nos também que o acesso a alguns espaços que privilegiam a participação pode ser condicionado, sendo exemplo disso os resultados do atual processo de realojamento de 60 fogos do BCV. Uma vez que a CMC e o grupo de moradores destes fogos não chegou a um consenso, a instituição decidiu cessar as assembleias de bairro, o que não só afastou este grupo de indivíduos como também a comunidade, ao deixar de ser dinamizado o processo de reflexão sobre o território naquele espaço. Assim, um espaço que poderia ser animado por mecanismos de informação, consulta, deliberação e negociação, transformou-se antes num espaço conflitual onde grande parte dos moradores do bairro eram "espectadores", testemunhando lutas de interesses que, sem consenso, conduziram ao fim daquele espaço.

Em terceiro lugar, embora sejam disponibilizados alguns espaços participativos e/ou comunitários⁵⁸, a grande maioria dos entrevistados mencionou o encerramento de determinados espaços por parte da CMC, razão pela qual provavelmente a maioria dos entrevistados identificou como uma das suas principais necessidades a escassez deste tipo de espaços.

6.3. Modos de comunicação e decisão

6.3.1. Dimensão deliberativa do modelo de governança

Alguns entrevistados afirmam que existe uma elaboração colectiva do diagnóstico social e de planos de ação e algum envolvimento da comunidade na tomada de decisão. Vale a pena, contudo, esclarecer algumas questões sobre esta aparente deliberação sobre a governança do território.

Em primeiro lugar, só com a entrada do K' Cidade na rede de parceiros o diagnóstico social passou a ser participativo, dando voz à comunidade. Atualmente, alguns grupos participam na construção de planos de ação, sendo exemplo disso a atividade "Pensar Alcoitão", a qual envolveu moradores e organizações locais no processo de diagnóstico e planeamento do bairro.

Em segundo lugar, o envolvimento da comunidade é frequentemente associado à implementação de propostas ou projetos da mesma. Contudo, esta implementação por vezes obedece a interesses políticos das instituições da administração local (como a construção de um campo de futebol e de hortas comunitárias, bem como a requalificação física do jardim e da praça central, no bairro da Adroana). Vejamos alguns testemunhos através dos quais se poderá ler como a dimensão político-partidária tem influência na intervenção do poder local:

[Entrevistado PL2]: Na minha opinião, atualmente, isto é horrível de dizer ou de sentir mas onde nós conseguimos respostas ou onde tentamos conseguir respostas, onde se sente maior pressão para dar

⁵⁸ Através da observação participante realizada à partilha de PICs, foi possível perceber que a JFA disponibilizou um espaço para o desenvolvimento das atividades de dança, teatro e música, quando a CMC encerrou o espaço onde habitualmente essas atividades ocorriam.

respostas, é de facto com a Assembleia de Freguesia porque aí estão todas as forças políticas e, portanto, o executivo é obrigado a dar uma resposta, seja ela qual for".

[Entrevistado PL3]: "(...) agora há aqui um grau de falta de transparência imenso, mesmo em relação a nós. Há a máquina política. Isso é uma realidade, as pessoas são aproveitadas. (...) Há muitas decisões de «oh, fixe, fizeram isto, esta estrada, esta não sei quê», porque é que isto aconteceu? Eleições".

[Entrevistado M1]: "(...) fizeram ali as hortas comunitárias e o campo para os miúdos jogarem à bola mas isso é porque estavam em eleições, tanto que aquilo foi inaugurado a 16 de Setembro, para aí, e as eleições eram no final de Setembro".

[Entrevistado M4]: "Eles têm lá ido, eu sei que pelo menos a Câmara tem lá ido e a Junta quando é altura das campanhas eleitorais também lá vai perguntar o que é que é preciso e tentam fazer, dentro das possibilidades das Câmaras e das Juntas, tentam fazer".

Com base nestes testemunhos, é possível compreender que a consulta à comunidade e a concretização de certas respostas, por parte do poder local, são ações que parecem por vezes obedecer ao jogo político da administração local, ao responder a objectivos pouco ambiciosos e/ou a finalidades político-partidárias de pressão. Considera-se, assim, que a ação do poder local poderá dar lugar àquilo que Sarah White considera uma participação "nominal", originada por quem pretende mostrar resultados ao "estar a fazer algo", de modo a ganhar ou garantir legitimidade (Cf. White, 2006:144-145).

Por outro lado, fica subentendido no último excerto que a intervenção do poder local é também sujeita à sua capacidade de financiamento. De acordo com três entrevistados, a incapacidade da administração local intervir no território deve-se parcialmente às suas dificuldades económicas e financeiras, algo que merece alguma atenção se considerarmos que a literatura tem vindo a demonstrar que o poder local é impedido de desempenhar um papel mais direto devido a limitações de carácter administrativo e financeiro, desde logo porque todas as atividades das Câmaras Municipais têm de ser aprovadas pelo Estado (Ruivo; Francisco, 1998:301).

Em terceiro lugar, algumas percepções dos entrevistados permitem-nos compreender que o processo deliberativo entre os diferentes atores é pouco visível no território – tais como a inexistência de deliberação, o pouco envolvimento da comunidade na tomada de decisões e o retrocesso do processo de reflexão colectiva sobre o território – para além de que apenas dois afirmam que as decisões são deliberadas e que todos os atores têm o mesmo poder de decisão.

Partindo do princípio que a deliberação sobre o modelo de governança se constrói mediante a abertura do poder administrativo local e considerando que as decisões tomadas pelo mesmo são raramente conhecidas, transparentes e claras, como veremos a seguir, torna-se clara a ideia de que a comunidade e os parceiros são raramente implicados no processo de governança, sendo uma prática pouco habitual no território.

6.3.2. Abertura, clareza e transparência

A maioria dos entrevistados considera que as decisões tomadas pelo poder local não são claras nem transparentes, sendo relevante sublinhar que todos os técnicos da administração local concordam com tal, queixando-se por vezes que eles próprios não têm conhecimento de muitas dessas decisões⁵⁹. Por outro lado, a maioria dos entrevistados refere também que muitas vezes as decisões tomadas pelo poder local não são partilhadas, servindo de exemplo disso o encerramento de espaços comunitários, embora esta situação não tenha sido referida pelos técnicos da administração local.

De acordo com alguns entrevistados, não é comum por parte do poder local uma ação consultiva nem aos parceiros a intervir no território, nem à comunidade; apenas um dos técnicos pertencentes ao poder local defende que a CMC o faz, enquanto um dos moradores referiu haver alguma ação nesse sentido embora considere que esta esteja relacionada com a época eleitoral. Embora ambas as instituições governativas tenham uma ação pouco consulente, a CMC é acusada de menos transparência e clareza nas decisões tomadas, justificando-se assim que alguns entrevistados considerem que a instituição tem o domínio sobre as decisões no território. Antes de concretizar algumas considerações sobre essa questão, recorreremos a excertos de entrevistas que permitem uma melhor leitura e compreensão da ação dominante da CMC:

[Entrevistado T1]: "Ao longo do tempo, isto foi-se tornando uma relação menos técnica e mais política (...). Neste momento, somos muito confrontados com decisões que já foram tomadas ou que têm de ser tomadas e nem sempre conseguimos perceber os critérios, quais os mecanismos e constrangimentos que levaram a que determinada situação aconteça. Também acontece que estas decisões estão a ser tomadas de uma forma muito rápida, com muito pouco tempo de consulta, de reflexão (...) sentimos um pouco mais de ingerência por parte da Câmara (...) uma presença maior por parte da Câmara no que diz respeito ao funcionamento, às regras, à filosofia de funcionamento da ludoteca e agora também de decisões de continuidade ou não".

[Entrevistado T2]: "Se o presidente da Câmara assinar, o presidente da Junta assina, a Cascais Envolve assina, mas se o da Câmara não assinar, ninguém assina. Isto é normal, isto acontece, a parte política tem peso. (...) Eu continuo a dizer que nunca é um trabalho de par, as organizações da sociedade civil e os moradores nunca veem uma Câmara como um par (...) porque eles têm o financiamento e têm um poder específico, eles têm o poder de fechar um pólo comunitário e nós estamos todos contra, todos os parceiros se mobilizam mas aquilo fechou! (...) Ou seja, uma entidade que age desta maneira, por muito que nós queiramos, não é par; não quer dizer que os técnicos não sejam par, aí vem a perversidade da coisa, os técnicos que trabalham connosco no dia-a-dia, sim, claramente, mas depois há a parte política da coisa".

⁵⁹ O que poderá estar associado a uma das percepções indicadas pelos entrevistados sobre o funcionamento organizacional da CMC, nomeadamente, o distanciamento interno entre o executivo e os técnicos.

[Entrevistado PL1]: "Acho que há vontade, têm bons projectões, têm sensibilidade mas por vezes há um medo, um medo do outro que se transforma em arrogância. (...). Há muitos funcionários que já lá estão há muitos anos, (...) estão num formato anterior que é «eu sou da Câmara» e isso é como se fosse um *status*, como se quisesse dizer uma série de coisas, «você têm de me respeitar, você têm que fazer o que eu digo»".

[Entrevistado T3]: "(...) nós e a Câmara tivemos aqui um papel muito importante de animação territorial, de animação dos parceiros e acabou por, de alguma forma, o nosso papel que era à parte com a Câmara, às tantas também passou a ser visto como desconfortável para a Câmara. Porque esse era o seu espaço efetivo, a animação da rede, e cumpriu um papel muito importante, mas há vezes de situações de «chega para lá». (...) A Câmara continua às vezes a oscilar e a mandar, por exemplo, o e-mail de convocatória da rede pelo técnico e não pelo grupo de acompanhamento, estes pequenos pormenores. (...) Por exemplo, não haviam folhas de presenças, foi uma coisa que se foi pensando, era a Câmara que registava e que fazia o resumo, não era partilhado".

Em primeiro lugar há um domínio das decisões, por parte da CMC, transformando-a numa figura de poder com um papel autoritário sobre o território e as instituições do mesmo.

Em segundo lugar fica subentendido que este monopólio do poder, associado por alguns entrevistados aos arranjos, pressões e influências políticas, torna-se desfavorável às dinâmicas de parceria. Neste sentido, podemos enquadrar a ação da CMC dentro daquilo que Mozzicafreddo e outros autores consideram ser o "presidencialismo municipal", caracterizado por um lado pela desvalorização da consulta e pela secundarização e distanciamento de parceiros, tornando a sua ação fechada sobre si mesma, e por outro pela concentração e autoconcentração do poder (Ruivo e Francisco, 1998:292). Fernandes diz a este respeito que esta *pessoalização do poder* tende a condicionar o relacionamento entre a autarquia e a comunidade, desde logo porque "o défice de diálogo com a comunidade é diretamente proporcional ao fechamento do grupo político-partidário" (Fernandes,1993:12).

Em terceiro lugar, parece haver algum "desconforto" e "medo" da CMC partilhar as acções e/ou decisões com outras entidades e/ou em perder o controlo dessas mesmas decisões. Esta situação foi inclusivamente observada no plenário do grupo da RODA, quando uma técnica da CMC se mostrou relativamente desconfortável e preocupada com a possibilidade das CAF da RODA assumirem uma intervenção protagonizada pela CMC, nomeadamente, a resposta a problemas emergentes. Segundo Fernandes (1992; 1993), a tendência à concentração do poder e a crescente burocratização são possíveis características do poder local aquando institucionalizado, onde atuando sob *processo homeostático* resiste à mudança, justificando-se assim que alguns autores defendam que o poder local deve retrain-se mais (Jacinto, 2001:85).

7. Tipologia do envolvimento, influência e modos de comunicação dos atores

O quadro 3.1. apresenta-nos uma síntese dos tipos de envolvimento dos atores e da(s) influência(s) que esse mesmo envolvimento representa para os atores, sendo também apresentados

os diferentes modos de comunicação e decisão utilizados por eles. Relativamente aos tipos de envolvimento, optou-se por distinguir os tipos de envolvimento e participação da comunidade dos outros atores, desde logo porque o contexto em que se inserem é completamente diferente, decorrente do tipo de influência(s) que representam.

Quadro 3.1. Tipologia do envolvimento, influência e modos de comunicação dos atores⁶⁰

Atores	Envolvimento	Influência	Modos de comunicação e decisão
Comunidade (grupos de valorização, grupos informais, grupos de interesse, colectividades de moradores)	<ul style="list-style-type: none"> • Não-participação • Participação passiva • Participação instrumental • Participação reativa • Participação reivindicativa • Participação interativa (transformativa) 	<ul style="list-style-type: none"> • Manipulação • Benefícios pessoais • Informação • Consulta 	<ul style="list-style-type: none"> • Ser espectador • Expressar preferências • Desenvolver preferências
Rede de Parceiros	<ul style="list-style-type: none"> • Não-participação • Participação passiva • Participação tecnocrática (populista) • Participação Político-formal • Participação Corporativa 	<ul style="list-style-type: none"> • Representatividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Negociar e votar
K' Cidade		<ul style="list-style-type: none"> • Parceria e cogovernança 	<ul style="list-style-type: none"> • Deliberar
Poder local		<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade direta 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Expertise</i> técnica

Fonte: Tipologia elaborada através da influência de Ferreira, 2011:70.

O primeiro nível de envolvimento corresponde à *participação passiva*, pelo facto dos atores não se envolverem diretamente nos processos em questão, sendo exemplos disso, no caso da comunidade, a participação (valorizante) em festas e noutros espaços de convívio, bem como a participação (nominal) em determinadas ações dinamizadas pelo poder local.

A *consulta* à população é um dos exemplos do tipo de participação passiva (nominal). Recorde-se a auscultação à comunidade da Adroana a propósito da requalificação urbana do bairro como ilustrativo deste tipo de envolvimento: foi construído um campo de futebol e a praça central e o jardim foram requalificados embora o planeamento territorial não tenha correspondido às expectativas da comunidade. Significa isto que o mecanismo de consulta poderá por vezes mascarar as dinâmicas participativas ao auscultar a comunidade mas sem a incluir efetivamente no processo de decisão.

⁶⁰ Os vários tipos de envolvimento, modos de comunicação e decisão e influências considerados inscrevem-se em tipologias criadas por diferentes autores. Os modos de comunicação e decisão aqui descritos são da autoria de Fung (2006), bem como alguns dos tipos de influência embora sejam considerados outros, presentes na "escada de participação", de Arnstein (1969). Os tipos de envolvimento combinam tipologias de White (2006) e Amaro (2013, apontamentos das aulas de Seminário de Teorias e Práticas do Desenvolvimento). A participação reativa e passiva, por sua vez, são descritas por Ferreira (2011). A utilização desta conjugação de tipologias justifica-se por nenhuma delas, exclusivamente, abranger todos os tipos de envolvimento, influências e modos de comunicação e decisão presentes no território.

Este tipo de envolvimento faz-se mediante a *participação tecnocrática* dos parceiros e poder local, sendo reconhecida como "populista" porque encara a participação como parte integrante da metodologia de projeto, utilizando-a como uma forma de legitimação, embora os projetos estejam construídos *a priori*. Desta forma, está implícita a distorção da participação e, por isso, a sua *manipulação* por parte do poder local em função dos seus *benefícios* políticos.

Por outro lado, a passividade dos atores poderá ser verificada em reuniões e outros tipos de espaços deste género quando o seu envolvimento, próprio de um *espectador*, passa apenas pelo acesso a *informação*, como foi possível observar, por exemplo, no plenário do grupo RODA. A informação, embora não implique diretamente a influência nas decisões, é uma condição essencial para a garantia de uma participação alargada e responsável quando passa, por exemplo, pelo conhecimento ou atualização de determinados projetos ou de ações participativas ou, a outro nível não menos importante, pelo conhecimento dos serviços prestados.

A *participação instrumental*, à semelhança da nominal, não tem qualquer impacte ao nível da influência e do poder de decisão, consistindo na oferta de mão-de-obra para a construção de infraestruturas, tendo por isso uma função de eficiência. Servem de exemplos deste tipo de participação a auto-organização da comunidade da Adroana para requalificar o bairro ao pintar os prédios, embora a Cascais Envolvente tenha recusado a proposta, e a mobilização da comunidade para ajudar com as obras no espaço destinado ao PIC Cascais Fight Center, observado na partilha de PICs.

A *participação reativa* associa-se à mesma lógica da participação reivindicativa, distinguindo-se desta pelo facto de ser uma participação não-organizada, baseada na ideia de que o poder local tem a obrigação de responder às suas exigências. Neste caso, os cidadãos não são meros "espectadores", expressando as suas opiniões. A *participação reivindicativa* procura pressionar o poder local a responder às suas necessidades de forma organizada (formal ou informalmente) e *representativa*, sendo as necessidades colectivas. Neste caso, os modos de comunicação e decisão são diversificados, podendo ir desde a *expressão de preferências* até à *deliberação*, dependendo das influências dos atores. Servem de exemplos deste tipo de participação os pedidos de reuniões que a Comissão de Moradores da Adroana fez no sentido de se encontrar com os presidentes da autarquia para os pressionar a dar resposta às suas necessidades, no que diz respeito ao encerramento dos espaços comunitários e à requalificação urbana do bairro. Na mesma linha de sentido, um dirigente associativo da Associação de Moradores de Alcoitão e um representante da Associação 24 de Setembro decidiram juntar-se para se deslocar à CMC, a fim de reivindicar os espaços comunitários recentemente encerrados.

Os diversos tipos de assembleias, por exemplo, que muitas vezes permitem a aproximação entre a comunidade e o executivo, são espaços onde os parceiros e poder local assumem uma *participação político-formal* ao introduzirem mecanismos de participação mais próximos da comunidade e que permitem a influência de decisões e a afirmação da democracia participativa,

sendo complementares a arranjos representativos. Contudo, os mecanismos adoptados por este tipo de participação são pontuais, o que circunscreve a participação comunitária àquele momento, não considerando o nascimento de novas dinâmicas participativas. Por outro lado, a participação poderá correr o risco de ser distorcida; como analisado⁶¹, os técnicos da rede de parceiros poderão proceder à *manipulação* dos processos de participação, quer numa lógica de prestação de contas, assegurando-se a demonstração de resultados positivos, quer numa lógica de evitar determinadas posições que os atores possam ter, através de processos de "educação" que os tornam "legítimos" para participar⁶².

A *participação interativa (transformativa)*, ancorada às ideias do desenvolvimento alternativo, associa-se prioritariamente ao *empowerment* político ao privilegiar uma maior aproximação da comunidade dos centros de decisão. O facto de serem envolvidos na consideração de opções, fazerem parte da tomada de decisão e mobilizarem-se para a ação colectiva constitui a transformação destes atores, mais conscientes dos seus problemas e, por isso, com maior confiança na sua capacidade de fazer a diferença (White, 2006:146). Neste caso, os parceiros e poder local acreditam que a comunidade tem capacidade para ser protagonista do seu próprio desenvolvimento, organizando uma *participação corporativa*.

São subjacentes à participação interativa (transformativa) e corporativa dos tipos de comunicação e decisão descritos no quadro 3.1. A *cogestão* do Espaço Comunitário de Alcoitão exemplifica este tipo de participação, implicando os diferentes atores nos diversos modos de comunicação e decisão, incluindo aqui a *expertise* técnica dos atores institucionais. Este tipo de envolvimento é também passível de ser analisado através da participação nos PIC, onde a comunidade tem *autoridade direta* sobre os projetos, construídos de acordo com a sua visão, embora acompanhados pela *parceria* de outros atores. Neste caso, por isso, a participação transformativa representa ganhos colectivos mas também benefícios pessoais ancorados ao *empowerment* social e psicológico, tais como o aumento da autoestima eo desenvolvimento de competências. A autoridade direta, contudo, é um tipo de influência mais característico do poder local pela sua legitimidade e controlo total sobre todas as atividades a ocorrerem no território.

Há que ter em consideração que muitos momentos, mais ou menos participativos, cruzam diferentes atores e, por isso, diferentes tipos de envolvimento, influências e modos de comunicação e decisão, não sendo nenhum tipo destas dimensões exclusivo de um só ator embora por vezes seja mais característico de um ou outro.

8. Tensões, compromissos e articulações – sociograma de atores

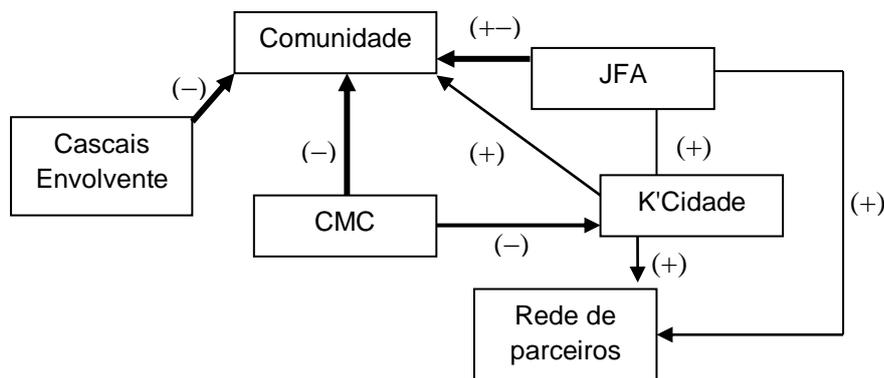
Sendo um dos principais objectivos deste trabalho explorar as relações que se estabelecem entre os atores do território, procurando dar sentido a essas dinâmicas, foi elaborado um sociograma

⁶¹ Vide "Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros", p.54-55.

⁶² Cf. Nunes, 2010:3; Fung, 2006:68.

de atores (figura 3.1.) que nos apresenta uma representação gráfica síntese de como se edificam as dinâmicas de relação entre os atores no território.

Figura 3.1. Sociograma de atores⁶³



Fonte: Sociograma elaborado através da influência de Guerra (2006:143-144).

Legenda:

→	Muita influência	Relação positiva (+)
→	Alguma influência	Relação com aspectos positivos e negativos (+/-)
—	Inexistência de influências	Relação negativa (-)
	(Sentido dominante da influência na relação)	(Compatibilidade na relação)

Considerando que a análise da relação que se estabelece entre o poder local e as dinâmicas participativas locais é contemplada na resposta a uma das questões de partida, deixamos essas reflexões para a parte final deste trabalho, sendo aqui analisadas somente as outras relações.

Da mesma forma que a administração local assume uma grande influência sobre a comunidade, e sendo a Cascais Envolvente uma empresa municipal, o grau de influência que assume sobre a comunidade é também dominante. Sendo da sua responsabilidade a administração e a gestão das habitações sociais e uma vez que a comunidade foi realojada em bairros com habitações deste tipo, a relação entre os atores deveria ser próxima mas a "arrogância" para com a comunidade, por parte dos técnicos da Cascais Envolvente, tem conduzido a situações conflituais entre os atores, deteriorando a relação. cremos que tal se justifica parcialmente pela própria missão da instituição pois a administração e a gestão das habitações é uma questão particularmente sensível que poderá criar alguma tensão. De acordo com um entrevistado, por exemplo, o sistema de cálculo das rendas sociais "tem ainda muitas lacunas e iniquidades", ficando em risco a habitação de muitas pessoas, o que poderá também ser um factor explicativo da difícil relação entre eles.

⁶³ Uma vez que dentro da rede de parceiros foram destacadas as intervenções do K'Cidade e da Cascais Envolvente, sendo mais rico o conhecimento sobre as mesmas, optou-se por desintegrar estes da rede de parceiros, aqui representada por todos os outros.

Por sua vez, o K'Cidade representa alguma influência quer para a rede de parceiros como para a comunidade, embora a sua influência seja visível a outros níveis diferentes do tipo de influência que o poder local assume, enquanto autoridade. Neste caso, considerando a intervenção do K'Cidade quer com os parceiros, capacitando-os e/ou fortalecendo-os, quer com a comunidade, através do investimento na participação, a influência que o parceiro tem coloca-se ao nível da sua representatividade que é essencialmente técnica.

Ao ter desempenhado um papel de animação na rede de parceiros, promovendo o trabalho em rede e favorecendo novas dinâmicas no território, como por exemplo através dos PICs, o K'Cidade veio proporcionar, por um lado, a participação da comunidade numa série diversidade de atividades que vão de encontro aos seus interesses e, por outro lado, a sua aproximação do poder local, através do desenvolvimento da capacidade cívica e de ação da comunidade. Contudo, é importante notar que essa intervenção tem sido realizada em conjunto com os parceiros, mediante um processo de aprendizagem mútua, reconhecendo os saberes locais.

Assim, o K'Cidade surge enquanto um ator com alguma influência sobre a comunidade e os parceiros, tornando-o um parceiro respeitado e, por isso, com "voz", legitimando-se a sua representatividade e influência.

PARTE IV. CONCLUSÃO

Apresentam-se, em seguida, as principais conclusões sobre o presente trabalho. Através da análise dos dados, foi possível reunir um conjunto de considerações que nos permitem caracterizar e compreender melhor como se edificam as dinâmicas inscritas no território de análise, embora seja importante sublinhar que estas considerações apenas se referem obviamente a este estudo de caso, sendo a informação recolhida com base em determinados parâmetros que impossibilitam a extrapolação dos resultados ao nível concelhio.

Numa primeira fase, serão sistematizadas algumas ideias-chave em forma de resposta às questões de partida estipuladas, tendo por base a análise dos resultados anteriormente realizada. No segundo ponto, apresenta-se uma breve reflexão sobre o modelo analítico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho, avaliando a pertinência e a adequabilidade do mesmo. No terceiro ponto serão apresentadas algumas pistas para a comunidade científica, no âmbito de futuras investigações sobre os temas e problemáticas abordados no seguimento deste trabalho e por fim, no quarto e último ponto, seguem-se algumas recomendações de ação política para as instituições a intervir no território, governativas ou não.

1. Considerações finais

1.1. Considerações finais sobre as questões de partida

1.1.1. Qual a importância das iniciativas locais e, especificamente, da participação popular, para o desenvolvimento local?

Para responder a esta questão, iremos averiguar a satisfação de determinados princípios que consideramos essenciais para as práticas de um DL sustentável, nomeadamente⁶⁴, (a) a satisfação das necessidades; (b) a mobilização dos recursos endógenos; (c) a adoção de processos participativos e de mecanismos de *empowerment* e (d) a articulação entre as instituições e atores com base na parceria e numa perspectiva integrada.

Observa-se no território um vasto leque de intervenções que permitem mitigar ou resolver determinados problemas sociais, as quais incidem sobre diversas áreas, tais como o emprego e formação, o apoio e segurança social, a saúde e a educação. Embora muitas das necessidades da comunidade sejam satisfeitas com sucesso, outras delas ainda persistem no território, como analisado anteriormente. No entanto, alguns problemas que se manifestam têm sido combatidos por iniciativas dos grupos de base, destacando-se a participação nos PIC como uma forma inovadora de dar resposta a problemas concretos e de promover o desenvolvimento comunitário. Com ações diversificadas em diferentes domínios, os PIC têm inclusivamente demonstrado o seu potencial na cobertura de necessidades que nem sequer tinham sido identificadas anteriormente.

⁶⁴Cf. Amaro (2009).

Relativamente à mobilização dos recursos locais, foi possível verificar que em muitos casos, especialmente no âmbito dos PIC, os saberes locais não só foram valorizados como também transformados em recursos, desenvolvendo-se atividades, formações e *workshops* com base nos conhecimentos da comunidade. Por outro lado, foi possível verificar que algumas ABL e OSC partilham recursos entre si. Do mesmo modo, foram também mobilizados alguns atores e recursos exógenos para o território embora os recursos endógenos tenham assumido prioridade; aquando do alargamento da intervenção da RODA ao BCV e Alcoitão, por exemplo, o número de parceiros aumentou devido à mobilização de alguns parceiros externos, tais como o Centro de Saúde e o IEFP, aumentando o número e a diversidade de respostas oferecidas à comunidade.

Foi possível verificar que as instituições governativas e sobretudo a rede de parceiros têm adoptado processos participativos e mecanismos de *empowerment* em várias ações e que o envolvimento e a participação da comunidade têm contribuído para a melhoria das suas condições de vida e para a satisfação das suas necessidades. Contudo, as metodologias participativas e os mecanismos de *empowerment* não são adoptados em todas as fases dos processos, por um lado, e só em alguns casos a comunidade tem o papel central na protagonização de iniciativas e respostas que visem a satisfação das suas necessidades e interesses, por outro lado.

Apesar de a comunidade não ter sempre um papel central na protagonização das respostas e iniciativas, têm sido feitos esforços nesse sentido, uma vez que vários atores têm sido capacitados e atualmente lideram com relativa autonomia alguns projetos e atividades que procuram satisfazer os interesses colectivos da comunidade. Ainda assim, parecem haver algumas reticências sobre a capacidade da comunidade dar continuação às ações a decorrer no território, retirando a hipótese da comunidade, sem apoio institucional, ser atualmente autossustentável no seu processo de desenvolvimento.

No plano da articulação entre os atores, com base numa perspectiva integrada, a rede de parceiros sofreu mudanças positivas, uma vez que atualmente é bastante mais frequente os parceiros juntarem-se e colectivamente refletirem sobre problemas e soluções, sendo identificados o trabalho em rede e a definição de problemas e respostas como dos principais impactes. É comum assistir-se à concretização de ações dinamizadas pela sinergia de diferentes atores, como por exemplo as ações "Eu cuido do meu bairro", "Pensar Alcoitão" e o apoio ao projeto do grupo informal Eco-Criativos, envolvendo moradores, associações e organizações locais e departamentos e divisões orgânicas da CMC.

Contudo, apesar dos avanços que a rede de parceiros tem representado para uma visão integrada do território, persistem ainda algumas posições individualistas na resolução dos problemas, como no caso das instituições do BCV ao mostrarem-se fechadas sobre a sua ação, ao não interagirem com as restantes instituições, revelando algum desinteresse pelo trabalho em parceria. Torna-se pertinente esclarecer que esta era uma posição igualmente assumida por várias entidades,

como no caso da Associação de Moradores de Alcoitão, embora a capacitação organizacional e a animação da rede de parceiros tenham alterado o rumo destas dinâmicas.

Desta forma, é possível concluir que: (1) embora os princípios considerados não estejam completamente satisfeitos, estão a ser dados importantes passos para o fortalecimento e consolidação do DL, renovando-se experiências ao nível da participação comunitária e do *empowerment*, das parcerias e dos recursos locais e que (2) as dinâmicas participativas contribuem positivamente para o desenvolvimento, considerando-se não só o conjunto de potencialidades que as mesmas têm representado para o território, para a rede de parceiros e sobretudo para a comunidade, mas também pelo facto destas dinâmicas fazerem frente aos desafios do território ao clarificar e combater problemas concretos. Em primeiro lugar, estas dinâmicas têm vindo a dar a conhecer à comunidade os serviços e resposta disponíveis no território, algo com uma importância significativa se considerarmos que uma das percepções recolhidas sobre a comunidade nos indica algum grau de desconhecimento nesse âmbito. Em segundo lugar, o envolvimento da comunidade tem favorecido a sua aproximação, contrapondo a divisão que se estabelece entre os membros da comunidade. Em terceiro lugar, as dinâmicas participativas contribuem para o *empowerment*, um factor importantíssimo visto que um dos principais obstáculos que se coloca à participação corresponde à baixa autoestima da comunidade.

1.1.2. Qual a importância da participação popular e dos parceiros para a promoção da democracia participativa?

A participação comunitária e a intervenção da rede de parceiros têm contribuído para a afirmação da democracia participativa. Por um lado, a participação e o envolvimento da comunidade dotou-os de competências-chave para aumento da sua capacidade de ação, estando agora mais cientes dos seus problemas e com mais confiança nas suas capacidades para participar ativamente no seu desenvolvimento e no desenvolvimento do território. Por outro lado, os parceiros têm adoptado técnicas que privilegiam uma democracia participada, tais como o diagnóstico participativo e a cogestão do Espaço Comunitário de Alcoitão.

Do mesmo modo, a adopção do OP e de outros mecanismos consultivos como as assembleias, por parte das instituições governativas, têm conduzido à promoção da democracia participativa no território. Paradoxalmente, algumas situações contribuem para o enfraquecimento da mesma, tais como a pouca influência dos atores sobre as decisões públicas, a falta de clareza e transparência nas decisões tomadas pelo poder local, bem como a tomada de decisões não partilhadas com os restantes atores (o "poder invisível", como uma das grandes falhas da democracia, na perspectiva de Bobbio⁶⁵).

⁶⁵Cf. Dias, 2008:187.

Em última análise, embora se verifiquem importantes contributos para a afirmação da democracia participativa, por parte da participação comunitária e das intervenções diferenciadas dos parceiros e do poder local, as hipóteses democráticas diluem-se pela concentração do poder nas instituições governativas, ao invés de estar dissolvido pelo território. Desta forma, podemos concluir que a participação popular e dos parceiros tem expressão na introdução de arranjos participativos que complementam os mecanismos representativos, embora pelo seu pouco impacte na influência de decisões, não tenham total eficácia.

1.1.3. Quais os efeitos e a influência dos diferentes tipos de participação dos atores locais sobre as decisões públicas?

Como foi possível compreender, ao longo da análise realizada, as dinâmicas participativas representam várias potencialidades para a comunidade mas não tanto ao nível das decisões públicas. Embora sejam implementadas propostas e/ou projetos da comunidade, no âmbito da requalificação urbana ou dos PIC, por exemplo, o envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão é baixo, desde logo porque também não é frequente uma ação consultiva à comunidade por parte das instituições governativas. No entanto, em momentos circunscritos (quando utilizados mecanismos consultivos), a participação comunitária exerce alguma influência sobre as decisões acerca da governança territorial, sendo um exemplo disso a construção conjunta de planos de ação para os bairros, como aconteceu com a atividade "Pensar Alcoitão".

Em casos concretos, foi possível verificar que alguns grupos da comunidade conseguem exercer pressão sobre o município de forma a inserir-se no núcleo de decisões e interferindo nestas, aumentando assim a sua esfera de influência e quebrando a concentração do poder, ao mesmo tempo. Exemplos disso são a construção das hortas comunitárias e a requalificação física no bairro da Adroana. A situação que mais destaque merece, no que diz respeito à influência da participação comunitária nas decisões públicas, contudo, corresponde à criação ou disponibilização de espaços comunitários. É visível que o acesso a estes espaços constitui um dos principais interesses da comunidade, quer pelo facto de mobilizar alguns grupos comunitários na reivindicação destes espaços ou na sua construção, quer por ter sido apontada como uma das principais necessidades.

Desta forma, é possível concluir que alguns tipos de participação têm alguma influência sobre as decisões públicas, destacando-se: (a) a influência de decisões sobre o planeamento territorial e a requalificação urbana, através de três tipos de participação – nominal, reivindicativa e interativa (transformativa) – e (b) a influência de decisões na disponibilização e na criação de espaços participativos, mediante uma participação reivindicativa e interativa (transformativa)⁶⁶, respectivamente. Isto significa, por sua vez, que diversos tipos de participação poderão ter influência sobre as mesmas questões, cruzando-se diferentes dinâmicas participativas num só processo.

⁶⁶ Vide "Tipologia do envolvimento, influência e modos de comunicação dos atores", pp.63-66.

É imprescindível considerar que os diversos tipos de processos participativos têm contribuído para o desenvolvimento da identidade e ação colectivas da comunidade, uma vez que é capaz de se auto-organizar, refletir colectivamente e partir para a ação, elaborando propostas que visam a resolução dos seus problemas. Dito isto, a comunidade tem sido dotada de instrumentos e ferramentas fulcrais para uma participação ativa e responsável na influência das decisões públicas, representando por isso uma diversidade de poderes importantíssimos para o alargamento dos seus direitos sociais, civis e políticos e, em última instância, para a afirmação da cidadania ativa e da democracia. Contudo, só em situações particulares alguns grupos da comunidade se transformam em grupos de pressão, sendo os vários tipos de obstáculos que se colocam à participação factores que contribuem com grande peso para tal situação.

1.1.4. Qual a relação que se estabelece entre o poder local e as dinâmicas participativas locais (comunidade e parceiros)?

Torna-se necessário lembrar que as conclusões aqui apresentadas resultam das entrevistas realizadas e, portanto, de contactos com determinados atores, o que significa que não devem nem podem ser consideradas para a análise da intervenção das instituições governativas, a nível geral.

Sob pena de uma ação pouco consultiva e inclusiva por parte do poder local, foi possível verificar que, quer a comunidade, quer os parceiros, têm pouca capacidade de influenciar as decisões tomadas pelas instituições governativas, como se viu no ponto anterior. Vezes há em que estas instituições procuram conhecer as suas necessidades do território e as preocupações da comunidade e dos parceiros, intervindo sobre as mesmas com base em parcerias. Contudo, essa proximidade e inclusão dos atores parecem obedecer à função de legitimação do poder político, tendo sido constatado que parte das respostas do poder local é desenvolvida em períodos eleitorais, havendo tendencialmente um aproveitamento político da comunidade. Embora sejam adoptados pelas instituições governativas mecanismos que possibilitam a reflexão e gestão colectiva do território, por vezes os mesmos perdem credibilidade pelos seus resultados; exemplos disso são as assembleias e outros espaços permitirem a inclusão destes atores nos processos de discussão e pré-deliberação, embora as decisões tomadas não correspondam às expectativas dos mesmos. A outro nível, a intervenção dos parceiros é condicionada por influência do poder local, seja por financiamento⁶⁷, seja por orientações e imposições institucionais, sendo a amplitude da definição do papel de algumas instituições a intervir no território um exemplo referido disso⁶⁸.

Em suma, embora a comunidade e os parceiros sejam mobilizados para a discussão e planeamento territorial, a sua influência na governança territorial é baixa ou nula, conduzindo por um lado à ineficácia dos arranjos democráticos e, por outro lado, ao distanciamento dos atores dos

⁶⁷ Vide "Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros", p.53.

⁶⁸ Vide "Abertura, clareza e transparência", p.62-63.

centros de decisão, produzindo o autofechamento e a autoconcentração do poder nas instituições governativas. Neste sentido, parece que a relação que o poder local estabelece com os atores não varia muito independentemente do tipo em questão, isto é, comunidade ou parceiros, assumindo uma relação dominante com ambos evidenciada em grande parte pelo domínio das decisões. Apesar disso, e das consequências latentes do sentido dominante da relação, naturalmente a influência das instituições governativas é justificada mediante a sua legitimidade, sendo a sua ação mais alargada a outras esferas do que a de qualquer outro ator.

Desta forma, verifica-se que o centralismo do poder local tem influência na relação com os atores, marcada pelo défice de abertura, clareza e transparência mas também pelos constrangimentos que representa para a participação comunitária, não só ao nível da não-resposta às necessidades da comunidade ou da burocratização dos processos mas também ao nível das falhas que revela noutras esferas, tais como o condicionamento dos espaços participativos. Apesar das instituições governativas investirem na intervenção territorial e na cultura participativa no território, assiste-se de forma antitética à criação de obstáculos que dificultam a participação comunitária. Assim, pode concluir-se que existe alguma instrumentalização das dinâmicas participativas por parte do poder local, legitimando-as mas sem ou com pouco apoio.

É necessário recordar que o posicionamento da CMC e da JFA se distingue por esta última ser mais próxima da comunidade e manter uma relação de horizontalidade com os parceiros, procurando envolver-se em iniciativas que assentam na deliberação e na coresponsabilização, sendo a sua relação, por isso, mais positiva do que a que a CMC estabelece com a comunidade e com a rede de parceiros⁶⁹.

1.2. Reflexão sobre a adequação do modelo analítico

O modelo analítico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho pareceu-nos adequado, quer para a medição dos conceitos, dimensões e indicadores privilegiados, quer para dar resposta aos objectivos estipulados neste trabalho, através da análise dos dados recolhidos. Particularmente úteis foram as tipologias seleccionadas para a análise da participação, permitindo-nos caracterizar as dinâmicas participativas inscritas no território.

Todavia, em detrimento de uma exploração mais exaustiva sobre os aspectos mais ligados às dinâmicas participativas, foi possível compreender no decorrer da investigação, quando confrontados com outras questões, que a recolha e análise dos dados representavam algumas falhas de informação noutras esferas de análise. Apesar da aplicação de entrevistas semi-directivas demonstrar ser uma técnica com imensas vantagens no âmbito desta investigação, proporcionando espaço para os entrevistados atribuírem mais significado às suas visões e pontos de vista, a técnica mostra-se insuficiente para abranger toda a informação dispersa ao ser mais ou menos "rígida" e

⁶⁹ Vide "Balanço do tipo e do grau de participação e envolvimento do poder local" p.56.

focada em apenas alguns aspectos, tendo sido essencial fundamentá-la com a análise documental, com a observação participante e com conversas informais derivadas dessa.

Isto significa que as grelhas analíticas construídas foram novamente ponderadas, recriando-as através da adaptação de determinados indicadores, derivado do reconhecimento de outras questões preponderantes para a análise, e de outras fontes de informação para além das entrevistas na análise desses e outros indicadores.

Por esta razão, consideramos que a observação participante deveria ter sido realizada em mais momentos, não só para aprofundar determinadas dimensões analíticas, tornando a análise mais rica, como também para analisar determinadas dimensões e indicadores facilmente observáveis em vários tipos de espaços participativos, como no caso dos modos de comunicação e decisão.

1.3. Pistas de investigação científica

Apesar de a dissertação procurar reunir diferentes pontos de vista sobre as dinâmicas participativas e o desenvolvimento do território, consideramos pertinente para futuras investigações no âmbito destas temáticas estarem presentes as perspectivas de dois grupos de atores: os cidadãos da comunidade que não participam e os órgãos executivos das instituições governativas.

Embora tenham sido identificadas percepções sobre indicadores que dificultam a participação comunitária, não foi analisada a visão dos atores que não participam, sendo interessante colocar em hipótese que os seus motivos correspondam aos constrangimentos que se colocam à participação apontados. A outro nível, interrogamo-nos sobre quais as técnicas de mobilização privilegiadas pelos parceiros e pelas instituições governativas e quais as dificuldades que sentem em mobilizar a comunidade.

Por outro lado, uma vez constatado o peso da esfera política, não só deveria ser analisada a perspectiva dos técnicos das instituições governativas que trabalham no terreno mas também a do corpo executivo. Esta análise poderia vir a ser particularmente importante a três níveis: (1) do ponto de vista político-partidário; (2) do ponto de vista da descentralização, procurando compreender como o poder local reproduz a mesma lógica do poder central, portanto representativa, ao mesmo tempo que assenta numa outra, apoiada em mecanismos democráticos de proximidade e do (3) do ponto de vista histórico e simbólico, tendo como hipótese a ruptura que o poder local exerce sobre os velhos costumes e hábitos do poder central.

A razão de não termos incluído estes grupos prende-se com uma questão temporal, sendo o tempo de investigação insuficiente para analisar a visão dos grupos que não participam e dos órgãos

executivos, apesar de um autarca ter sido selecionado para a entrevista mas não se ter disponibilizado a tempo⁷⁰.

Para além da análise das perspectivas destes atores, consideramos que seria fundamental estudar a transferência e a apropriação de aprendizagens derivadas das experiências participativas desta comunidade, tendo como hipótese a influência de diferentes tipos de aprendizagens ao nível da sua sustentabilidade. Esta questão seria particularmente relevante quer para a análise da exequibilidade das ações interventivas definidas, quer para a análise das dinâmicas participativas enquanto potenciadoras de uma moderada autonomia da comunidade, no âmbito do planeamento e gestão territorial. Tornar-se-ia importante questionar neste domínio, por exemplo, que técnicas e metodologias são utilizadas pelos parceiros para estimular a autonomia da comunidade ou que visão o poder local tem sobre a capacitação da comunidade, no sentido de se tornar autossustentável, procurando compreender se a sustentabilidade da comunidade é ou não condicionada pela falta de iniciativas nesse sentido.

1.4. Pistas de ação política

Com base nos dados obtidos, recomendamos em seguida algumas pistas de ação para as instituições que intervêm no território, partindo do pressuposto que a articulação mais continuada entre os atores é capaz de atenuar alguns aspectos menos positivos no que diz respeito à adoção de um desenvolvimento local sustentado, ancorado no aprofundamento dos arranjos democráticos e dos mecanismos participativos.

Antes de mais, torna-se imprescindível, por parte do poder local, assegurar (a) a transparência, com base na prestação de contas; (b) o cumprimento das metas estabelecidas e dos acordos estipulados com os parceiros; (c) o acesso a recursos indispensáveis à participação comunitária, como a disponibilização de espaços participativos, e (d) a eficácia das intervenções, formulando ações exequíveis com resultados positivos quando implementadas, nomeadamente, na resposta a solicitações e propostas da comunidade.

Por um lado, é necessário que as instituições, governativas ou não, mobilizem a comunidade, esclarecendo que a sua participação é essencial para a melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar. Uma vez que os dados nos indicam que factores como a proximidade e a confiança influenciam a participação, consideramos fundamental haver por parte dos técnicos um enraizamento na comunidade. Por outro lado, é necessário incentivar a participação da comunidade, procurando envolver os cidadãos em diferentes dinâmicas e processos participativos, priorizando formas de capacitação emancipatórias centradas nas pessoas, como os PIC, em vez de formas mais superficiais de participação, como a consulta ou a partilha de informação. Durante o acompanhamento da comunidade no seu processo de envolvimento das dinâmicas participativas, torna-se fulcral valorizar a participação da comunidade e promover a sua sustentabilidade, dotando-a

⁷⁰ Vide "Metodologias e técnicas de análise adoptadas", p.37.

gradualmente de instrumentos e ferramentas que possibilitem que tenha o papel central na protagonização das respostas aos seus desafios.

Com maior urgência, recomendamos a necessidade de uma ação facilitadora por parte do poder local e das instituições para mediar as relações entre os atores de forma a alcançar consensos, sugerindo-se a introdução de facilitadores externos, e de forma a harmonizar a diversidade de interesses dos mesmos, tornando as decisões mais vinculativas e promovendo a disseminação do poder de influência através de processos que assentem na parceria e na cogovernança.

FONTES:

CoE (2008), *The Strategy for Innovation and Good Governance at local Level*, (Online).

Disponível em: http://www.coe.int/t/dgap/localdemocracy/strategy_innovation/strategy_brochure_e.pdf

EQUAL (2008), *Animação Territorial. Caminhos para a Inovação Social*, Lisboa, Gabinete de Gestão EQUAL, (Online).

Disponível em: http://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/EQUAL_-_Anima%C3%A7%C3%A3o-territorial.pdf

Rede Social de Cascais (s.a.), *III Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015*, (Online).

Disponível em:

http://www.redesocialcascais.net/index.php?option=com_remository&Itemid=110&func=select&id=87

Rede Social de Cascais (s.a.), *Contracto Local de Desenvolvimento Social para Adroana, Cruz Vermelha e Alcoitão 2012-2014*, (Online).

Disponível em:

http://www.redesocialcascais.net/index.php?option=com_remository&Itemid=110&func=select&id=89

RODA (2013), *Diagnóstico dos Territórios*, (Online).

Disponível em: http://issuu.com/rodacascais/docs/diagnostico_territorios

United Nations (2003), *Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development*, Monterrey, Mexico, (Online).

Disponível em: <http://www.un.org/esa/ffd/monterrey/MonterreyConsensus.pdf>

ONU, United Nations Economic and Social Council (2006), *Definition of basic Concepts and Terminologies in Governance and Public Administration*, Committee of Experts on Public Administration, Fifth session, New York, (Online), 27-31.

Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan022332.pdf>

BIBLIOGRAFIA:

Almeida, João Ferreira de (1994), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.

Amaro, Rogério Roque (2003), "Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria", *Cadernos de Estudos Africanos*, (Online), (4), pp.37-70.

Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf

Amaro, Rogério Roque (2009), "Desenvolvimento Local" em Pedro Hespanha *et al (orgs.)*, *Dicionário Internacional da Outra Economia*, (Online).

Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>

Arnstein, Sherry R. (1969), "A ladder of citizen participation", *Journal of the American Institute of Planners*, (Online), 35 (4), pp.216-224.

Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01944366908977225>

Bandeira Ana; Maria Marques; Prity Ranchordas, (2007), *Projectos de Inovação Comunitária – Manual e suporte à implementação da Metodologia*, K'cidade – Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano (Online).

Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/3-Manual-Projectos-Inova%C3%A7%C3%A3o-Comunit%C3%A1ria.pdf>

Bliss, Frank; Stefan Neumann (2008), "Participation in International Development Discourse and Practice. "State of the Art" and Challenges", *Institute for Development and Peace*, (Online).

Disponível em: <https://inef.uni-due.de/cms/files/report94.pdf>

Bobbio, Norberto (1997), *O Futuro da Democracia – uma defesa das regras do jogo*, Coleção Pensamento Crítico, (Online), (63), Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/livros/nbofdd.pdf>

Castro, José Luís; Alda Gonçalves (2002), "A Rede Social e o Desenvolvimento Local: Parcerias Sociais e Planeamento Participado", *Cidades – Comunidades e Territórios*, (Online), (4), pp.71-82.

Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3348/1/Cidades2002-4_Castro_Gon%C3%A7alves.pdf

Cornwall, Andrea; John Gaventa, (2001), "Bridging the gap: citizenship, partnership and accountability", *PLA Notes*, (Online), (40), pp.32-35.

Disponível em: <http://pubs.iied.org/pdfs/G01307.pdf>

Costa, Telma de Vasconcelos da Graça (2009), *Parcerias como estratégia de desenvolvimento local: relatório da construção de um grupo de trabalho no domínio da nutrição, em Caué*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE.

Dias, Nelson (2004), "A Cidadania Local como forma de Resistência à Globalização Hegemónica", comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, CES, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro de 2004.

Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel47/NelsonDias.pdf>

Dias, Nelson (2008), "Uma outra democracia é possível? As experiências de Orçamento Participativo", *e-cadernos ces*, (Online), (1), pp.183-205.

Disponível em: http://www.op-portugal.org/downloads/Nelson_Dias.pdf

Fernandes, António Teixeira (1992), "Poder Local e Democracia", *Revista da Faculdade de Letras*, (Online), pp.29-59.

Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9190/2/artigo6651.pdf>

Fernandes, António Teixeira (1993), "Poder autárquico e poderes difusos", comunicação apresentada no *Encontro da Associação Portuguesa de Sociologia* sobre "Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local", (Online), Vila do Conde, 1, 2 e 3 de Abril de 1993.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1307.pdf>

Ferreira, Bárbara Marques (2011), *Desenvolvimento, Cidadania e Participação: Performações Locais*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, ISEG.

Frank, André Gunder (1976), *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia*, Coimbra, Centelha.

Freire, Paulo (1994), *Pedagogia do Oprimido* (1970), 23ª ed. São Paulo, Paz e Terra.

Friedmann, John (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.

Fung, Archon (2002), *Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy*, New Jersey: Princeton University Press. (Online).

Disponível em: <https://n-1.cc/file/download/362615>

Fung, Archon (2006), "Varieties of Participation in Complex Governance", *Public Administration Review*, (Online), (66), pp.66-75.

Disponível em: <http://www.archonfung.net/papers/FungVarietiesPAR.pdf>

Ghai, Dharam (1992), "Structural Adjustment, Global Integration and Social Democracy", *United Nations Research Institute for Social Development* (UNRISD), (Online), (37).

Disponível em:

[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpPublications\)/FA0468F70A7297D980256B64003E663C?OpenDocument](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpPublications)/FA0468F70A7297D980256B64003E663C?OpenDocument)

Gouveia, Pedro Miguel Luz (2009), *Municípios, economia solidária e desenvolvimento local: caminho possível para um outro desenvolvimento*, Dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE.

Guerra, Isabel (2000), "O planeamento estratégico das cidades: organização do espaço e acção colectiva", *Cidades – Comunidades e Territórios*, (Online), (1), pp.37-55.

Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3288/1/Cidades2000-1_Guerra.pdf

GUERRA, Isabel (2002), "Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das "novas políticas sociais"", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (Online) (63), pp.47-74.

Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-047-074-Isabel%20Guerra.pdf>

Guerra, Isabel (2003), "O território como espaço de acção colectiva: paradoxos e virtualidades do «jogo estratégico de actores» no planeamento territorial em Portugal" em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*, Porto, Edições Afrontamento.

Guerra, Isabel (2006), *Participação e Acção Colectiva: interesses, conflitos e consensos*, Estoril, Principia.

Henriques, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento: caminhos possíveis*, Lisboa, Escher.

Henriques, José Manuel (2000), "Globalização, Construção Europeia e Coesão Social – sem desenvolvimento Local?" em *Cidade Solidária*, (5).

Henriques, José Manuel (2006) "Local Anti-poverty Action and Planning Theory: A Framework for Choosing Methods and Tools" em *Ensaios de Homenagem ao Professor Doutor António Simões Lopes*, Lisboa, ISEG, pp.367-382.

Henriques, José Manuel (2010), "Inovação Social e Coesão Territorial – contributos EQUAL" em *Para uma Nova Intervenção Social*, (Online), Lisboa, Gabinete de Gestão EQUAL, pp.27-47.

Disponível em: https://www.igfse.pt/upload/docs/2011/44_SEPARATA_EQUAL.pdf

Hickey, Sam; Giles Mohan (2004), "Towards Participation as Transformation: Critical Themes and Challenges", em Sam Hickey and Giles Mohan (orgs.), *Participation: from Tyranny to Transformation? Exploring new Approaches to Participation in Development*, London and New York, Zed Books, (Online).

Disponível em:

http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/developpement/shared/developpement/mde/v/soutienauxcours0809/hufty_Gouvernance/10.1.Hickey_Mohan.pdf

Hollis Chenery *et al* (1974), *Redistribution with Growth*, Londres, Oxford University Press.

Jacinto, José Alfredo (2001), "Participação pública e comunicação política no espaço democrático municipal", *Educação & Comunicação*, (Online), (6), pp.74-96.

Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/244/1/n6_art6.pdf

Jouve, Bernard (2005), "La démocratie en métropoles: gouvernance, participation et citoyenneté", *Revue Française de Science Politique*, (Online), (55), pp.317-337.

Disponível em: http://www.millenaire3.com/fileadmin/user_upload/textes/Jouve_RFSP_552_031.pdf

Martins, Paulo Henrique (2009), "Cidadania" em Pedro Hespanha *et al (orgs.)*, *Dicionário Internacional da Outra Economia*, (Online).

Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>

Nunes, João Arriscado (2010), "Participação Pública e Acção Colectiva" em *Sistema de Información de los Presupuestos Participativos* (Online).

Disponível em:

http://www.infoop.org/observ/parameters/infoop/files/File/upload/Biblioteca_de_la_Democracia_Participativa/Democracia_Participativa/Participacao_publica_y_Accao_colectiva_J_Arriscado.pdf

Perestrelo, Margarida (2007), "Prospectiva e Democracia Participativa: potencialidades e constrangimentos", *Cidades – Comunidades e Territórios*, (Online), (14), pp.61-69.

Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3436/1/Cidades2007-14_Perestrelo.pdf

Phillips, Anne (1996), "Why does local democracy matter?" em Lawrence Pratchett and David Wilson (eds.), *Local Democracy and Local Government*, Houndmills, Macmillan.

Portela, José (2008), "Reflexões Sobre o Papel do Estado na Animação Territorial" em Gabinete de Gestão EQUAL, *Animação Territorial. Caminhos para a Inovação Social*, (Online).

Disponível em: http://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/EQUAL_-_Anima%C3%A7%C3%A3o-territorial.pdf

Putnam, Robert D.; Robert Leonardi; Raffaella Y. Nanetti (1993), *Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy*, Princeton, Princeton University Press.

Rahnema, Majid (2007), "Participation", em Wolfgang Sachs (ed.), *The Development Dictionary: a Guide to Knowledge as Power*, London & New York, Zed Books. (Online).

Disponível em: <http://www.citizens-international.org/ci2012/http://www.citizens-international.org/ci2012/wp-content/uploads/2012/12/Development-Dictionary.pdf>

Rostow, W. W. (1964), *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*, Rio de Janeiro, Zahar Editôres.

Ruivo, Fernando; Daniel Franciso (1998), "O poder local entre centro e periferias", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (52-53), pp.281-306.

Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10851/1/O%20Poder%20Local%20entre%20Centro%20e%20Periferias.pdf>

Sader, Emir (2003), "Para outras democracias" em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*, Porto, Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa e Leonardo Avritzer (2003), "Para ampliar o cânone democrático" em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia. Os caminhos da Democracia Participativa*, Porto, Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências" em Boaventura de Sousa Santos, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (Online), (63), pp.237-280.

Disponível em:
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (78), pp. 3-46.

Disponível em:
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf

Schiefer, Ulrich (2008) *Integrated Evaluation of Change. A new perspective for planning and evaluation in multiple intervention environments*, Lisboa, Periploi.

Disponível em
[https://repositorioiul.iscte.pt/bitstream/10071/1570/3/Schiefer,%20U.%20\(2008\)%20Integrated%20Evaluation%20of%20Change.pdf](https://repositorioiul.iscte.pt/bitstream/10071/1570/3/Schiefer,%20U.%20(2008)%20Integrated%20Evaluation%20of%20Change.pdf)

Silva, Manuel Carlos (2002), "Movimento social", *Dicionário de Sociologia*, Porto, Porto Editora.

Silva, Maria Manuela da (1963), "Bases de um processo de Desenvolvimento Comunitário", *Análise Social* (Online).

Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1402/1/MS-AS-1963-2.pdf>

Stoker, Gerry (1996), "Introduction: Normative Theories of Local Government and Democracy" em Desmond King and Gerry Stoker (eds.), *Rethinking Local Democracy*, Houndmills, Macmillan.

White, Sarah (2006), "Depoliticising Development: the uses and abuses of participation", em D. Eade (ed.), *Development, NGOs, and Civil Society*, Oxford, Oxfam (Online), pp.142-155.

Disponível em: <http://www.rrojasdatbank.info/eade142-155.pdf>

White, Sarah; Jethro Pettit (2004), "Participatory approaches and the measurement of human well-being", UNU-WIDER, (Online).

Disponível em: <https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/63607/1/47733394X.pdf>

ANEXOS

ANEXO A. GRELHAS ANALÍTICAS

Objectivo1. Análise da relação que se estabelece entre o poder local e as dinâmicas participativas locais

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Fontes de informação	Técnicas
Desenvolvimento Local	Satisfação das necessidades - tipologia das respostas por área de intervenção: (a) emprego; (b) saúde; (c) educação; (d) apoio social;	Acesso a informação	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, Observação participante
		Eficácia das respostas interventivas (situações resolvidas)	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
	Parceria e visão integrada	Balanço do trabalho do poder local com os parceiros	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, Observação participante
		Definição de objetivos comuns	Poder local, técnicos Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014 Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	Entrevista, Observação participante, Análise documental
		N.º de projetos/ações/atividades em comum	Poder local, técnicos Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014 Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	Entrevista, Análise documental
	Mobilização de recursos (humanos, logísticos e económicos)	Integração de iniciativas e respostas das OSC e ABL	Poder local, técnicos	Entrevista
Participação	Perfis de participação	Balanço da participação e envolvimento da comunidade	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, Observação participante
		Tipologia dos canais participativos		Entrevista
	Impactes das dinâmicas participativas	Tipologia dos efeitos das dinâmicas participativas (a) na comunidade; (b) nos parceiros; (c) no poder local; (d) na influência de decisões; (e) no território	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
	Constrangimentos que se colocam à participação comunitária	Tipologia dos obstáculos que se colocam às dinâmicas participativas (a) por parte da comunidade; (b) por parte do poder local; (c) por parte dos parceiros; (d) constrangimentos externos		
	Abertura, clareza e transparência			

Democracia Participativa	Modos de comunicação e decisão	Elaboração coletiva do diagnóstico social e plano de ação	Poder local, técnicos	Entrevista
		Influência nas decisões públicas	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
		Utilização de mecanismos de consulta e cogovernança		
	Sustentabilidade e orientação a longo-prazo	Imagem e representação dos parceiros (valores)		

Objectivo2. Análise dos efeitos e da influência dos diferentes tipos de participação dos atores locais sobre as decisões públicas

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Fontes de informação	Técnicas
Desenvolvimento Local	Satisfação das necessidades - tipologia das respostas por área de intervenção: (a) emprego; (b) saúde; (c) educação; (d) apoio social;	Acesso a informação	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
	Parceria e visão integrada	Definição de objetivos comuns	Poder local, técnicos Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014 Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	Entrevista, observação participante, Análise documental
		N.º de projetos/ações/atividades em comum	Poder local, técnicos Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014 Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	Entrevista, Análise documental
	<i>Empowerment</i> (como resultado das dinâmicas participativas)	Eficácia das formações/atividades para o desenvolvimento socio pessoal	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
Participação	Perfis de participação	Percepções sobre a participação	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
		Tipologia dos participantes	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, observação participante
		Balanço da participação e envolvimento da comunidade	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, observação participante
		Tipologia dos canais participativos		Entrevista
	Impactes das dinâmicas participativas	Tipologia dos efeitos das dinâmicas participativas (a) na comunidade; (b) nos parceiros; (c) no poder local; (d) na		

		influência de decisões; (e) no território		
	Constrangimentos que se colocam à participação comunitária	Tipologia dos obstáculos que se colocam às dinâmicas participativas (a) por parte da comunidade; (b) por parte do poder local; (c) por parte dos parceiros; (d) constrangimentos externos	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
Democracia Participativa	Modos de comunicação e decisão	Elaboração coletiva do diagnóstico social e plano de ação	Poder local, técnicos	Entrevista
		Abertura, clareza e transparência	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
		Influência nas decisões públicas		
	Sustentabilidade e orientação a longo-prazo	Utilização de mecanismos de consulta e cogovernança	Imagem e representação dos parceiros (valores)	

Objectivo3. Análise da importância da participação popular e da participação dos parceiros para a promoção da democracia participativa

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Fontes de informação	Técnicas
Desenvolvimento Local	Satisfação das necessidades - tipologia das respostas por área de intervenção: (a) emprego; (b) saúde; (c) educação; (d) apoio social;	Acesso a informação	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
		Tipologia dos parceiros	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, participante Observação
	Balanco do envolvimento e participação dos parceiros			
	Parceria e visão integrada	Definição de objetivos comuns	Poder local, técnicos Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014 Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	Entrevista, participante, documental Observação Análise
		N.º de projetos/ações/atividades em comum	Poder local, técnicos Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014 Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	Entrevista, Análise documental
	Adaptação das formações/atividades à comunidade	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista	

	<i>Empowerment</i> (como resultado das dinâmicas participativas)	N.º de formações/atividades emancipatórias;	Poder local, técnicos, moradores e observador Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014 Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	Entrevista, Análise documental
Participação	Perfis de participação	Tipologia dos participantes	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, observação participante
		Balanço da participação e envolvimento da comunidade		
		Percepções sobre a participação		
	Tipologia dos canais participativos	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista	
Impactes das dinâmicas participativas	Tipologia dos efeitos das dinâmicas participativas (a) na comunidade; (b) nos parceiros; (c) no poder local; (d) na influência de decisões; (e) no território			
Constrangimentos que se colocam à participação comunitária	Tipologia dos obstáculos que se colocam às dinâmicas participativas (a) por parte da comunidade; (b) por parte do poder local; (c) por parte dos parceiros; (d) constrangimentos externos			
Democracia Participativa	Modos de comunicação e decisão	Elaboração coletiva do diagnóstico social e plano de ação;	Poder local, técnicos	Entrevista
		Utilização de mecanismos de consulta e cogovernança	Poder local, técnicos, moradores e observador	
		Influência nas decisões públicas		
		Abertura, clareza e transparência		
	Sustentabilidade e orientação a longo-prazo	Percepções sobre a autossustentabilidade da comunidade		
Imagem e representação dos parceiros				

Objectivo4. Análise da importância das iniciativas locais para o desenvolvimento local

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Fontes de informação	Técnicas
	Satisfação das necessidades -	N.º de projetos por domínio de intervenção	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, Análise documental
		N.º de encaminhamentos e acompanhamentos para o mercado de trabalho		
		Taxa de alfabetização	Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014	

Desenvolvimento Local	tipologia das respostas por área de intervenção: (a) emprego; (b) saúde; (c) educação; (d) apoio social;	Descentralização de serviços de apoio social e psicológico	Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	
			Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
		Acesso a informação	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, Observação participante
		Eficácia das respostas interventivas (situações resolvidas)	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
	Parceria	Balço do envolvimento e participação dos parceiros	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, Observação participante
		Balço do trabalho do poder local com os parceiros		
		Definição de objetivos comuns	Poder local, técnicos, moradores e observador Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014 Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	Entrevista, Análise documental
		N.º de projetos/ações/atividades em comum		
		Tipologia dos parceiros		
	<i>Empowerment</i> (como resultado das dinâmicas participativas)	N.º de formações/atividades emancipatórias	Poder local, técnicos, moradores e observador Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014 Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial	Entrevista, Análise documental
		N.º de formações técnicas;		
		N.º de formações em <i>soft-skills</i> ;		
		N.º de formações informais;		
		N.º de cursos profissionais;		
		Adaptação das formações/atividades à comunidade	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
	Mobilização de recursos (humanos, logísticos e económicos)	Eficácia das formações/atividades para o desenvolvimento sociopessoal e estímulo ao empreendedorismo da comunidade		
Integração de iniciativas e respostas das OSC e ABL		Poder local, técnicos	Entrevista	
Partilha de recursos entre os atores		Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista	
Valorização integrada dos recursos locais				
Mobilização de recursos endógenos VS exógenos				

Participação	Perfis de participação	Percepções sobre a participação;	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista, observação participante
		Tipologia dos participantes;		
		Balço da participação e envolvimento da comunidade;		
	Tipologia dos canais participativos	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista	
Impactes das dinâmicas participativas	Tipologia dos efeitos das dinâmicas participativas (a) na comunidade; (b) nos parceiros; (c) no poder local; (d) na influência de decisões; (e) no território			
Constrangimentos que se colocam à participação comunitária	Tipologia dos obstáculos que se colocam às dinâmicas participativas (a) por parte da comunidade; (b) por parte do poder local; (c) por parte dos parceiros; (d) constrangimentos externos			
Democracia Participativa	Sustentabilidade e orientação a longo-prazo	Imagem e representação dos parceiros (valores)	Poder local, técnicos	Entrevista
		Percepções sobre a autossustentabilidade da comunidade		
	Modos de comunicação e decisão	Elaboração colectiva do diagnóstico social e plano de ação	Poder local, técnicos, moradores e observador	Entrevista
		Abertura, clareza e transparência		
Influência nas decisões públicas				
		Utilização de mecanismos de consulta e cogovernança		

ANEXO B. Guiões de Entrevistas

B1. Técnicos de instituições locais

O Guião de Entrevista é aplicado a técnicos e/ou dirigentes de organizações e associações da Freguesia de Alcabideche, Cascais. O seu conteúdo destina-se à recolha de dados para a concretização de uma dissertação para a obtenção de grau de mestre em Estudos de Desenvolvimento (ISCTE-IUL), tendo por objectivos analisar as parcerias locais, a influência das dinâmicas participativas nas decisões públicas e a importância das iniciativas locais e da participação para o desenvolvimento local e para a democracia participativa. As respostas são anónimas e confidenciais.

GRUPO I. Caracterização

1. Sexo
2. Data de nascimento
3. Área de Residência
4. Grau de escolaridade
5. Atividade Profissional

GRUPO II. Percorso associativo/institucional

6. Há quanto tempo é membro desta instituição?
7. Que tarefas desempenha nesta instituição?

GRUPO IV. Influência da participação nas decisões públicas

8. O que entende por participação?
9. Como avalia e caracteriza a participação da população do território?
10. Considera que a mobilização da participação da população tem tido influência na identificação e no combate aos problemas emergentes? Se sim, de que forma?
 - 10.1. É frequente a comunidade apresentar respostas para esses problemas? E essas soluções são implementadas?
11. Em que situações é mais comum a comunidade participar? (reuniões/assembleias/encontros informais, etc.)
12. Quais têm sido os efeitos diretos e indiretos na comunidade, no território e nos parceiros como resultado das dinâmicas participativas locais? O que mudou?
13. Que tipo de constrangimentos se coloca às dinâmicas participativas da comunidade? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?
14. Considera que a comunidade gosta e confia na instituição de que é membro/a?

GRUPO III. Relação entre as dinâmicas participativas locais e o poder local

15. Como avalia o envolvimento e a participação dos parceiros que intervêm no território? (p.e. são parceiros de continuidade ou de oportunidade, comparecem à maioria das reuniões, fazem parte de pelo menos um grupo de trabalho, etc.)

15.1. A participação em reuniões com outras instituições tem facilitado a identificação/resolução de necessidades/problemas?

16. Como avalia o trabalho desenvolvido em parceria com a JFA/CMC? Quais as principais vantagens e desvantagens dessa relação?

16.1. É comum a CMC/JFA consultarem as instituições locais, reconhecendo e integrando as respostas das instituições locais?

17. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente, havendo também a possibilidade, por parte dos cidadãos, em aceder a documentos onde esteja disponibilizada informação sobre medidas a serem adoptadas? (p.e., através de plataformas online)

18. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?

GRUPO V. Importância das iniciativas locais e da participação para o desenvolvimento local

19. Existem ações de formação, de capacitação para o mercado de trabalho e de apoio ao empreendedorismo (p.e., criação de negócios locais e formas de obtenção alternativa de rendimento, por um lado, e de iniciativa para o desenvolvimento, i.e. de capacitação em geral, por outro).

19.1. Considera-os eficazes para estimular iniciativa e para capacitar as pessoas?

19.2. Considera-os adaptados às experiências e competências específicas de cada pessoa?

20. E relativamente aos *workshops* e às ações de formação técnica dirigidas aos dirigentes, voluntários e técnicos locais, como avalia a experiência?

GRUPO VI. Importância da participação para a promoção da democracia participativa

21. Na sua opinião, as dinâmicas participativas na comunidade têm influência no grau de informação que os cidadãos têm? (compreensão/funcionamento das instituições)

22. Julga que as dinâmicas participativas têm potencial para qualificar a cidadania? Se sim, de que maneira a cidadania é estimulada?

23. Considera que as decisões implementadas têm condições de ser asseguradas pela própria comunidade, reforçando a sua sustentabilidade?

B2. Técnicos do poder local

O Guião de Entrevista é aplicado a técnicos e dirigentes da Junta de Freguesia de Alcabideche e da Câmara Municipal de Cascais. O seu conteúdo destina-se à recolha de dados para a concretização de uma dissertação para a obtenção de grau de mestre em Estudos de Desenvolvimento (ISCTE-IUL), tendo por objectivos analisar as parcerias locais, a influência das dinâmicas participativas nas decisões públicas e a importância das iniciativas locais e da participação para o desenvolvimento local e para a democracia participativa. As respostas são anónimas e confidenciais.

GRUPO I. Caracterização

1. Sexo
2. Data de nascimento
3. Área de Residência
4. Grau de escolaridade:
5. Atividade Profissional

GRUPO II. Percurso institucional

6. Há quanto tempo trabalha na JFA/CMC?
7. Que tarefas desempenha na JFA/CMC?

GRUPO III. Influência da participação nas decisões públicas

8. O que entende por participação?
9. Como avalia e caracteriza a participação da população do território?
10. Considera que a mobilização da participação da população tem tido influência na identificação e no combate aos problemas emergentes? De que forma?
 - 10.1. É frequente a comunidade apresentar respostas para problemas? E essas soluções são implementadas?
11. Em que situações é mais comum a comunidade participar? (reuniões/assembleias/encontros informais, etc.)
12. Quais têm sido os efeitos diretos e indiretos na comunidade, no território e nos parceiros como resultado das dinâmicas participativas locais? O que mudou?
13. Que tipo de constrangimentos se colocam às dinâmicas participativas da comunidade? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?
14. Considera que a comunidade gosta e confia na JFA/CMC?

GRUPO III. Relação entre as dinâmicas participativas locais e o poder local

15. Como avalia o envolvimento e a participação dos parceiros que intervêm no território? (p.e. comparecem à maioria das reuniões, fazem parte de pelo menos um grupo de trabalho, etc.)

16. A participação em reuniões com outras instituições tem facilitado a identificação/resolução de necessidades/problemas? (exemplos)

17. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente, havendo também a possibilidade, por parte dos cidadãos, em aceder a documentos onde esteja disponibilizada informação sobre medidas a serem adoptadas (p.e., através de plataformas online)?

18. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?

GRUPO V. Importância das iniciativas locais e da participação para o desenvolvimento local

19. Existem ações de formação, de capacitação para o mercado de trabalho e de apoio ao empreendedorismo (p.e., criação de negócios locais e formas de obtenção alternativa de rendimento, por um lado, e de iniciativa para o desenvolvimento, i.e. de capacitação em geral, por outro).

19.1. Considera-os eficazes para estimular iniciativa e para capacitar as pessoas?

19.2. Considera-os adaptados às experiências e competências específicas de cada pessoa?

20. E relativamente aos *workshops* e às ações de formação técnica dirigidas aos dirigentes, voluntários e técnicos locais, como avalia a experiência?

GRUPO VI. Importância da participação para a promoção da democracia participativa

21. Na sua opinião, as dinâmicas participativas na comunidade têm influência no grau de informação que os cidadãos têm? (compreensão/funcionamento das instituições)

22. Julga que as dinâmicas participativas têm potencial para qualificar a cidadania? Se sim, de que maneira a cidadania é estimulada?

23. Considera que as decisões implementadas têm condições de ser asseguradas pela própria comunidade, reforçando a sua sustentabilidade?

B3. Grupo de moradores/observador privilegiado

O Guião de Entrevista é aplicado a moradores, grupos locais e observadores privilegiados dos bairros da Adroana, Cruz Vermelha e Alcoitão. O seu conteúdo destina-se à recolha de dados para a concretização de uma dissertação para a obtenção de grau de mestre em Estudos de Desenvolvimento (ISCTE-IUL), tendo por objectivos analisar as parcerias locais, a influência das dinâmicas participativas nas decisões públicas e a importância das iniciativas locais e da participação para o desenvolvimento local e para a democracia participativa. As respostas são anónimas e confidenciais.

GRUPO I. Caracterização

1. Sexo
2. Data de nascimento
3. Área de Residência
4. Grau de escolaridade
5. Atividade Profissional

GRUPO II. Percurso associativo

6. Faz parte de alguma associação/organização ou PIC do bairro onde vive? Se sim:
 - 6.1. Há quanto tempo?
 - 6.2. Porquê é que decidiu tornar-se membro/a?

GRUPO III. Relação entre as dinâmicas participativas locais e o poder local

7. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?
8. É comum a CMC/JFA consultarem a população? (p.e.: relativamente aos problemas do bairro, soluções identificadas)
9. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente? i.e., as pessoas conseguem encontrar informação sobre medidas adoptadas ou a serem adoptadas?

GRUPO IV. Influência da participação nas decisões públicas

10. O que entende por participação?
11. Como avalia o trabalho das associações e organizações que estão a actuar no(s) bairro(s)?
12. E o trabalho da JFA/CMC, como avalia?
13. Que tipo de constrangimentos se colocam à sua participação e à participação da população? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?

GRUPO V. Importância das iniciativas locais e da participação para o desenvolvimento local

14. Relativamente à população, é frequente apresentar respostas para esses problemas? E essas soluções são implementadas?

15. Existem ações de formação, de capacitação para o mercado de trabalho e de apoio ao empreendedorismo (p.e., criação de negócios locais e formas de obtenção alternativa de rendimento, por um lado, e de iniciativa para o desenvolvimento, i.e. de capacitação em geral, por outro).

15.1. Considera-os adaptados às experiências e competências da comunidade?

15.2. Considera que esses programas vão de encontro aos seus interesses e aos interesses da comunidade?

GRUPO VI. Importância da participação para a promoção da democracia participativa

16. Se as associações/organizações do bairro fossem embora amanhã, considera que a comunidade tinha capacidade de assegurar as atividades iniciadas?

ANEXO C. ANÁLISES VERTICAIS

C1. Técnicos de instituições locais (T)

1.1. Entrevistado T1

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	F	
2. Data de nascimento	58 anos	
3. Área de residência	Cascais	
4. Grau de escolaridade	Licenciatura	
5. Atividade profissional	Direção técnica e faço parte da direção da cooperativa Torre Guia.	
6. Há quanto tempo é membro desta instituição?	Desde 2000, sou sócia-fundadora.	14 anos.
7. Que tarefas desempenha nesta instituição?	(...) para além da participação na assembleia, como cooperadora, sou um dos elementos da direção, dos corpos sociais da cooperativa. Depois tenho a função técnica dos serviços todos e, em alguns, ainda a coordenação de alguns serviços (...).	<u>Principais funções desempenhadas</u> - Membro da direção; - Coordenação de serviços;
8. O que entende por participação?	(...) Ter voz, poder dar opinião, poder dar um parecer mas também poder influenciar as decisões. Não acho que participar tenha de ser obrigatoriamente ter de fazer parte da decisão mas pelo menos ter certeza que ela é ouvida e que influencia a tomada de decisão.	<u>Percepções sobre participação</u> • Participação como governança;
9. Como avalia e caracteriza a participação da população do território?	Eu desconheço que hajam fóruns, espaços, momentos em que a população possa efetivamente participar. Há um mais concelhio, mais institucional, que é o OP, sim, e aí penso que aí tem havido participação da população, dos moradores (...) Relativamente a Alcoitão e Adroana, eu sinto que existe um nível maior de participação da comunidade. Em Alcoitão tem estado mais próximo e está neste momento a surgir um bloco comunitário com a participação efetiva dos moradores, quer fazendo parte de um grupo de cogestão do espaço, quer fazendo propostas e dinamizando essas propostas de festa comunitária, de alguns eventos que acontecem por lá. Na Adroana, acho que há alguma participação mas está menos estruturada, está menos conseguida, portanto, se quisesse colocar aqui numa escala, talvez pusesse Alcoitão num primeiro nível, Adroana num segundo (...) BCV eu desconheço mas daquilo que consigo perceber não há também uma participação muito grande, continuaria a achar que Alcoitão está lá em cima. (...) É um facto, nós costumamos dizer, que a população em si já trazia muitas potencialidades, pelo facto de serem guineenses, pelo facto de ter	<u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços participativos; <u>Canais de participação</u> (a) Espaços formais: • OP; • Espaço Comunitário de Alcoitão; (b) Informais: • Festas; • <u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> (a) Alcoitão • Evolução do grau de envolvimento/participação envolvimento;

	<p>sido um reagrupamento familiar posterior, o facto de haver muitas crianças, a própria disposição arquitectónica, com a praça central, de facto permite muitas coisas do ponto social [sobre a Adroana].</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Bairro com maior grau de envolvimento/participação; <p>(b) Adroana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de participação e envolvimento; <p>(c) BCV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande grau de envolvimento/participação; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u> - Cogestão de um espaço participativo; <u>Percepções sobre o território</u> (a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potencial participativo;
<p>10. Considera que a mobilização da participação da população tem tido influência na identificação e no combate aos problemas emergentes? De que forma?</p>	<p>Sim. Em Alcoitão claramente que sim, as pessoas associaram-se na identificação dos problemas e estão muito interessadas na sua resolução. Têm tido de facto uma postura positiva no sentido de encontrar soluções, portanto, não só no sentido negativo e identificar as coisas que não são conseguidas mas também propor soluções. Na Adroana, as pessoas participaram na identificação dos problemas mas a um nível um bocadinho mais fraco, direi eu. Eu sei que houveram alguns momentos relacionados com as hortas em que as pessoas apresentaram soluções mas não vejo isso de uma forma muito generalizada e consistente, ainda. (...) BCV desconheço.</p> <p><u>Sobre se as propostas são implementadas:</u> Em Alcoitão têm vindo a ser, sim, há sempre coisas a fazer claro mas têm sido implementadas, os próprios moradores empenham-se em fazer parte da solução. Na Adroana também acho que isto acontece mas a um nível inferior.</p>	<p><u>Balanco do grau de envolvimento e da participação da comunidade</u> - Participação interativa;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação das propostas/projetos da comunidade; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias;
<p>11. Em que situações é mais comum a comunidade participar? (reuniões, assembleias, encontros informais, etc.)</p>	<p>Pensando na Adroana e em Alcoitão, as pessoas têm participado em espaços mais informais, portanto, em festas, comemorações, coisas deste género mas também se têm mobilizado em alguns eventos do género de assembleias, estou a lembrar-me p.e., de quando estive o presidente da Câmara, o vereador, as populações organizaram-se no sentido de estar com ele e colocar questões e de expressarem a sua opinião. Quando são chamadas a participar, mais em reuniões em determinada área ou com</p>	<p><u>Canais de participação</u> (a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Festas; <p>(b) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleias; • Espaço Comunitário de Alcoitão;

	determinado objectivo, também surgem, p.e., no Espaço Comunitário de Alcoitão também surgiram e na Adroana também com esta questão das hortas e das plantações. Eles também vão a reuniões de parceiros (...) acabam por participar em qualquer dos tipos.	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões de parceiros; <u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização;
12. Quais têm sido os efeitos diretos e indiretos na comunidade, no território e nos parceiros como resultado das dinâmicas participativas locais? O que mudou?	(...) na Adroana eu não sinto que tenha havido um grande impacte, acho que eventualmente houve a possibilidade de se validar ou valorizar a questão da Comissão de Moradores, que eu penso que neste momento ainda não está completamente formalizada, continua a ser um grupo de moradores, portanto, teve esse impacte. Ao nível dos parceiros, não sinto grande impacte, a Adroana é um bairro onde já há um bom nível de relação entre todos, portanto, não me parece que tenha mudado nada. Em Alcoitão acho que de facto o impacte foi maior porque a população conseguiu organizar as forças positivas que tinha dentro de si, é um bairro onde haviam grandes problemas sociais, comportamentais, alguma agressividade, alguma divisão entre a população e acho que houve a possibilidade de um grupo que está interessado na resolução de facto se unir e ter essa consciência "conseguimos fazer alguma coisa que ainda vale a pena, ainda vale a pena". Relativamente aos parceiros, acho que teve um impacte positivo porque o bairro era sempre visto como muito desarticulado, dividido, às vezes até mesmo visto como impenetrável e portanto isto deu uma imagem positiva naquilo que era possível a comunidade fazer.	<u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; <u>Impactes das dinâmicas participativas:</u> (b) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Validação e valorização da Comissão de Moradores da Adroana; • Auto-organização; <u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) Comissão de Moradores da Adroana <ul style="list-style-type: none"> • Pouco formalizada; <u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão: <ul style="list-style-type: none"> • Problemas sociais e comportamentais; • Agressividade; • Divisão intracomunidade; • Bairro impenetrável; • Bairro desarticulado;
13. Que tipo de constrangimentos se colocam às dinâmicas participativas da comunidade? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?	As dificuldades prendem-se sempre com a diferenciação em termos de linguagens, formas de estar, em termos da própria autoestima, o sentimento que o que dizem é válido e é útil e é possível de ser aceite por parte dos técnicos. Por outro lado, há algumas dificuldades relativamente a horários, os horários dos técnicos nem sempre se conciliam com aquilo que são as disponibilidades das comunidades, não é? Há também alguma dificuldade relativamente aos locais, acho que de facto teve um impacte grande os técnicos irem para a rua porque a população não vêm de forma tão simples para os sítios desconhecendo, não saber se vai ser aceite, portanto, também pode ser um constrangimento por parte da comunidade. Não sei, algum descrédito, sobretudo em Alcoitão, posso também pensar que isso seja um	<u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Fraca autoestima; • Conciliação de horários; • Desconfiança das intervenções; (b) constrangimentos externos: <ul style="list-style-type: none"> • Canais de participação (local); <u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende:

	sentimento que possa ter sido sentido internamente porque a população estava um bocadinho sozinha, não acreditava muito que pudessem haver apoios, ajudas...	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da participação; <u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão: <ul style="list-style-type: none"> • Bairro abandonado;
14. Considera que a comunidade gosta e confia na instituição de que é membro/a?	Sim, sim, sim, nos três territórios.	<u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) Cooperativa Torre Guia: <ul style="list-style-type: none"> • Confiança generalizada;
15. Como avalia o envolvimento e a participação dos parceiros que intervêm no território? (p.e. são parceiros de continuidade ou de oportunidade, comparecem à maioria das reuniões, fazem parte de pelo menos um grupo de trabalho, etc.)	É bastante, é bastante nos três territórios. (...) é um movimento que nasce de dentro e que tem um grande envolvimento e participação desde o início. (...) eu sinto que há um grande investimento e envolvimento de todos. (...) Há planificação de coisas colectivas, obviamente, não é? Ou de coisas que precisam de ser partilhadas, não há tanto a discussão de o que é que cada um faz mas no colectivo, sim. (...) os parceiros que se reúnem nos três territórios são parceiros fixos, não são parceiros de oportunidade.	<u>Balço do grau de envolvimento e da participação dos parceiros</u> - Grande grau de envolvimento e participação; - Grande investimento; - Parceiros de continuidade; <u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança</u> - Reflexão conjunta de projetos para o território;
16. Como avalia o trabalho desenvolvido em parceria com a JFA/CMC? Quais as principais vantagens e desvantagens dessa relação?	Relativamente à Adroana, aquilo que eu consigo perceber pelo facto de estar lá, é que houve um grande investimento, por parte da Câmara, quer ao nível dos edifícios, quer a nível de projetar o próprio bairro, quer do ponto de vista social, portanto, foi ensaiado ali uma forma muito mais próxima de acompanhamento do realojamento e depois da integração e organização das pessoas. Foram disponibilizados espaços para instituições também com intervenção social. (...). Da parte da Juta, não é muito sentido o trabalho ali, (...) Relativamente a Alcoitão, aí o sentimento, a minha opinião, é inversa. Não foram tidos estes cuidados em termos e realojamento e eu recorde-me de algumas entrevistas com alguns moradores que tinham sido colocados lá e foi desde sempre sentido este desenraizamento e esta clivagem das pessoas. A Câmara não colocou ali nenhuma equipa de acompanhamento social, portanto, tanto quanto eu tenho conhecimento, nunca lá estive ninguém. Foi criada uma associação para a promoção de algumas atividades com crianças e jovens do bairro mais na área da animação e lúdica que tinha ali um espaço muito importante, desenvolvia atividades para o concelho todo mas tinha ali um papel importante e foi fechado e foi retirado, portanto, o sentimento da comunidade e dos vários parceiros é generalizado, é que a Câmara de alguma forma abandonou ali aquele	<u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC: <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; • Processo de realojamento mal gerido; • Falta de investimento no apoio social; • Encerramento de um espaço comunitário; (b) JFA: <ul style="list-style-type: none"> • Falta de concretização; <u>Desvantagens da relação em parceria</u> (a) CMC: <ul style="list-style-type: none"> • Definição de papéis de outras instituições; • Individualização/domínio das ações/decisões; • Trabalho conjunto pouco consistente;

	<p>território. Nunca investiu muito e o que investiu abandonou, portanto, durante muito tempo houve ressentimento perante a Câmara por causa disto. Nos últimos tempos, com esta atividade mais recente, CLDS e pólo comunitário, o vereador teve a possibilidade de lá estar e aquilo que se sente e que há, talvez, um apaziguamento relativamente a esta zanga, está a haver um esforço grande de ganhar a confiança e de conseguir manter as pessoas com ele (...) Junta de Freguesia, na mesma, não senti ali muita intervenção. Neste momento, a Junta é um dos parceiros do espaço comunitário, portanto, também se está à espera que essa intervenção e essa posição no bairro possa mudar um bocadinho, até aqui não existiu.</p> <p><u>Sobre consulta da JFA/CMC:</u> (...) Não, não, não. Nem da parte da Junta nem da Câmara.</p> <p>(...) A nossa relação com a Câmara começou por ser quase exclusivamente uma relação com técnicos (...) desde sempre mantivemos uma grande relação com a equipa técnica que fazia o acompanhamento dos vários serviços, sempre sendo uma lógica de trabalho em parceria, numa lógica em que éramos ouvidos e respeitados e a nossa opinião contava para o projetar dos serviços (...). Ao longo do tempo, isto foi-se tornando uma relação menos técnica e mais política e ultimamente com o constrangimento económico a pesar sobre as cabeças todas. (...) Neste momento, somos muito confrontados com decisões que já foram tomadas ou que têm de ser tomadas e nem sempre conseguimos perceber os critérios, quais os mecanismos e constrangimentos que levaram a que determinada situação aconteça. Também acontece que estas decisões estão a ser tomadas de uma forma muito rápida, com muito pouco tempo de consulta, de reflexão, são muitas mudanças, tudo isto está a ser feito de uma forma muito rápida. Por outro lado, do ponto de vista económico, este ano foi um ano terrível em termos de relação com a Câmara, a Câmara não conseguiu cumprir a transferência de verbas que estavam acordadas (...). Apesar de tudo, a Câmara na relação que tem connosco, nunca é questionada a qualidade do serviço, isso é um facto, qualquer que seja o serviço, é sempre reconhecida a qualidade técnica; há algum acompanhamento técnico por parte dos técnicos da Câmara, mais presente, menos presente, de acordo com o serviço. (...) sentimos um pouco mais de ingerência por parte da Câmara (se calhar "ingerência" é uma expressão muito negativa), uma presença maior por parte da parte da Câmara no que diz respeito ao funcionamento, às regras, à filosofia de funcionamento da ludoteca e agora também de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desinvestimento no processo de reflexão coletiva sobre o território; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abandono; • Ressentimento em relação à CMC; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC</p> <p>1. Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relação de apaziguamento; • Executivo com intenção de aproximação da comunidade; <p>(b) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza nos critérios de decisão; • Ação pouco consulente; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pólos comunitários; • Comissão de Moradores da Adroana;
--	--	--

	<p>decisões de continuidade ou não. A nossa relação com a Câmara é muito diversificada dependendo dos serviços em estamos a falar. (...) Há trabalho feito, em conjunto, se pensarmos no dia na criança, em dias comemorativos que têm sido feitos em Cascais, como o dia do brincar (...) mas eu sinto que é pouco consistente. (...) a sensação que eu tenho é que é um trabalho muito dirigido externamente, fazia falta interiorizar este estar colectivo que não sinto. (...) foram feitos alguns pedidos, quer aqui [JFC], quer à JFA (...) e tivemos resposta positiva quer de um lado como do outro. (...) Portanto, limita-se um bocadinho a este tipo de ações, de precisamos de alguma coisa e sabemos que podemos ir bater à porta da Junta que nos ajuda. (...) a Câmara é sobretudo um parceiro financiador que nos tem convidado para várias áreas, temos feito serviços a pedido da Câmara em várias áreas, com algum acompanhamento e supervisão técnica da parte da Câmara (...); relativamente à Junta, não tem tanto este papel, diria mais que era um parceiro que tem alguns recursos a quem conseguimos recorrer (...).</p>	
<p>17. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente, havendo também a possibilidade, por parte dos cidadãos, em aceder a documentos onde esteja disponibilizada informação sobre medidas a serem adoptadas?</p>	<p>Não, a decisão não é deliberada, não é partilhada. Já foi mais. Relativamente à Câmara, neste momento, claramente não são partilhadas. Relativamente à Junta, nós temos menos contacto, mas não tenho noção que elas sejam partilhadas. (...)</p>	<p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u> - Inexistência de deliberação;</p> <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> - Inexistência de transparência;</p>
<p>18. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?</p>	<p>Em relação à Adroana, têm sido muito utilizados os próprios espaços que as instituições têm, cedidos pela autarquia (...) é no encontro entre parceiros que isto se acaba por resolver, portanto, não há muitos espaços para fora. Neste momento, aconteceu um desaire que foi existir um espaço que estava destinado a um pólo comunitário (...) e que foi retirado (...). Em Alcoitão, tirando o espaço da ludoteca, não há outros espaços e não tenho ideia que a população tenha conseguido sequer unir, juntar-se, para pedir. Há o espaço comunitário que a população pode utilizar e normalmente é mais espaço de rua.</p>	<p><u>Canais de participação</u> (a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaços das instituições; • Ludoteca; • Rua; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> - Encerramento de um espaço comunitário sem decisão ser partilhada;</p>
<p>Sobre as ações de formação</p>		
<p>19.1. Considera-os eficazes para estimular iniciativa e para capacitar</p>	<p>(...) têm havido alguns investimentos nesse sentido (...) quer neste momento como pólo do centro de emprego, no atendimento dos desempregados e na tentativa de encaminhamentos, quer na dinamização de alguns projetos que</p>	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção:</u> (a) Emprego e formação:</p>

<p>as pessoas?</p> <p>19.2. Considera-os adaptados às experiências e competências específicas de cada pessoa?</p>	<p>incluíram estágios ou passagens por várias empresas, portanto, isso tem sido feito. Não conheço muito o impacte nas próprias pessoas mas penso que são programas com seriedade e com alguma capacidade de ar frutos positivos (...). O pólo comunitário está aqui a pensar nesse aspecto de informar, sinalização e mesmo em ter formação lá, com informática, internet, outras áreas mas está mesmo a começar (...)</p> <p>(...) São pensadas, sim, direcionadas para elas. Neste caso, famílias, jovens, sim, lá em cima foram muito pensadas para os jovens e para as características (...) há também coisas na área da alfabetização, mais informal, ou grupos mais ligados à proposta do ministério da educação e são realmente pensados de acordo com as características que as pessoas têm.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento de casos de empregabilidade; • Formação em informática; <p>(b) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; <p><u>Adaptação das formações/atividades</u></p> <p>- Adaptadas/pensadas.</p>
<p>21. Na sua opinião, as dinâmicas participativas na comunidade têm influência no grau de informação que os cidadãos têm?</p>	<p>Eu penso que sim, eu penso que sim (...) Continua a haver sempre necessidade, claro, não se chegou a toda a gente mas de uma forma geral penso que sim.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas:</u></p> <p>(a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade/conhecimento dos serviços e instituições;
<p>22. Julga que as dinâmicas participativas têm potencial para qualificar a cidadania? Se sim, de que maneira a cidadania é estimulada?</p>	<p>(...) sim. Aquilo que eu sinto é que as pessoas não tem hábito, não têm oportunidade e não acreditam, portanto, penso que sim, quando proporcionamos espaços onde as pessoas possam expressar quer aspectos negativos, quer aspectos positivos, quer avançar com propostas com soluções, estamos não só a ganhar as soluções mas também a envolver mais pessoas nessas soluções e o pensar crítico sobre os problemas, portanto, penso que sim, claramente.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas:</u></p> <p>(a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Desenvolvimento de competências sociais; • Reflexão colectiva;
<p>23. Considera que as decisões implementadas têm condições de ser asseguradas pela própria comunidade, reforçando a sua sustentabilidade?</p>	<p>(...) acredito que sair uma ou sair duas ou irem saindo, não causaria grande problema naquele território, há ainda bastante a fazer, sobretudo na questão da acessibilidade, porque as famílias para se deslocarem é difícil, mas penso que conseguiriam. Portanto, uma associação, a CulturSol, que está lá, feita a partir de voluntários, é uma prova que se não estiverem lá instituições, estes voluntários vão juntar-se e vão conseguir fazer; há outros projetos que foram aprovados com voluntariado lá no bairro, portanto, aí não tenho muita dúvida. Em Alcoitão, eu penso que se está a trabalhar nesse sentido, que o pólo comunitário poderá proporcionar isso, que a população se envolva na gestão daquele espaço e que daqui a algum tempo consiga assumir essa gestão e replicar um bocadinho este formato participativo. Isso está muito intrínseco, p.e., na Comissão de Moradores e acho que isso é muito bom.</p>	<p><u>Sustentabilidade das ações:</u></p> <p>- Possibilidade de assegurar atividades e projetos;</p> <p>- Continuação de projetos de voluntários da CulturSol;</p> <p>- Possibilidade de continuação da Comissão de Moradores da Adroana;</p> <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; • Comissão de Moradores da Adroana;

1.2. Entrevistado T2

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	F	
2. Data de nascimento	33 anos.	
3. Área de residência	Vila Franca de Xira.	
4. Grau de escolaridade	Mestre.	
5. Atividade profissional	Agora estou desempregada mas trabalhava na Agência de Empreendedores Sociais.	
6. Há quanto tempo trabalhava nesta instituição?	Trabalhei durante dois anos e nove meses e em termos de território, já estou em Cascais há seis anos. Primeiro com uma equipa do CLDS da SCMC, com a CMC, e depois (...) passei para uma equipa da Agência de Empreendedores Sociais.	2 anos e 9 meses na instituição; 6 anos de experiência de trabalho em alcabideche.
7. Que tarefas desempenhava nesta instituição?	Coordenadora de projetos, toda a parte de intervenção territorial, monitorização de projetos, a parte mais de planeamento estratégico, era da minha responsabilidade. (...) Em Alcabideche eu tinha funções mais específicas na coordenação da parte do emprego do CLDS de Cascais, ou seja, responsável pelo eixo 1, do emprego, formação e empreendedorismo (...). Fazia também acompanhamento de empreendedorismo, acompanhamento de PIC, ou seja, uma intervenção não só de gestão mas de apoio à implementação de alguns projetos.	<u>Principais funções desempenhadas</u> - Coordenação de projetos de intervenção territorial; - Funções de coordenação do eixo 1 - Emprego, Formação e Empreendedorismo, do CLDS de Cascais; - Apoio à implementação de PICs;
8. O que entende por participação?	Participação, para mim, passa pelo envolvimento de diferentes atores. A participação ao nível mais de base, dos atores locais, da população, da comunidade, e como é que pode reverter para coisas para o bem daquela comunidade, mas também passa por níveis mais intermédios de participação, dos técnicos de projetos, de maneira a que as decisões não sejam só top-down para que, de facto, haja aqui um processo de participação de atores-chave naquele território.	<u>Percepções sobre a participação</u> - Participação como governança; - Participação cidadã;
9. Como avalia e caracteriza a participação da população do território?	Eu acho que há várias fases. (...) Quando as pessoas são convocadas para o processo, então vão, e quando se sentem convocadas e respeitadas nesse processo porque já houve vários momentos de participação e dois daqueles bairros já tiveram históricos de participação que não correram propriamente bem (...) sinto que a população é uma população que quer ter voz ativa e vão ao OP e há projetos que são encabeçados por pessoas do território, ou seja, isto mostra também um bocadinho a vontade que as pessoas têm em fazer ouvir a sua voz. Em termos de rede de parceiros, também houve muito um processo que se foi fazendo de uma participação cada vez mais ativa destes atores, técnicos,	<u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende: <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização/entidade mobilizadora; • Valorização da participação; <u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão: <ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenções falhadas; • Inexistência de identidade colectiva; (b) BCV:

	<p>desta parte mais intermédia, poder público mas também organizações da sociedade civil, cada vez mais interventivas e a participarem mais nos processos. Mas acho que passa claramente por processos de potenciação, de potenciar a participação, não é intrínseca, as pessoas não participam só por si, não é? (...) tem de ser feito algum trabalho de capacitação destas pessoas para elas perceberem que podem fazer ouvir a sua voz para conseguirem participar e ter uma voz ativa nestes processos.</p> <p><u>Sobre a intervenção nos bairros:</u></p> <p>Estes três bairros têm históricos muito diferentes, então, são muito diferenciados entre si; melhor, dois deles nem tanto, um deles é mais diferenciado, a Adroana. (...) Às vezes as pessoas eram chamadas para processos de participação em alturas mais complicadas (...) e quando se juntam a participação, o compromisso político, a vontade dos técnicos, nem sempre isto joga tudo a favor destes processos e, às vezes, estes processos acabam por ser um bocadinho descredibilizados e se calhar quando se faz uma reunião na Cruz Vermelha não aparece tanta gente, se calhar aparece mais Adroana ou agora de Alcoitão. Lá está, são processos de confiança, estes processos de participação são muito de altos e baixos, há alturas em que as pessoas estão extremamente motivadas (...) mas depois há processos que não são assim e há históricos, pelo menos estes da Cruz Vermelha e de Alcoitão e Adroana. Adroana é um bairro de meia dúzia de anos, é um bairro de realojamento de 2004, 2005 (...) lá está, os técnicos também já tinham histórico do que é que já tinha corrido mal nos outros bairros (...). Mas é difícil dar a volta e as pessoas lembram-se muito das vezes anteriores, do passado, e as coisas de facto são mais complicadas nestes históricos e estes processos participativos também bebem muito deste histórico e de coisas mal resolvidas (...). Alcoitão é um bocadinho diferente, é um território que não tem tanta identidade, não tem tantos meios, não tem tantos atores-chave, p.e., na Adroana é muito fácil conseguir reunir um grupo de atores muito forte que está com muita vontade de intervir. (...) quando estes históricos existem e quando há técnicos que também já estão no território há muitos anos acabam por trazer estas ansiedades e estes históricos para os grupos. Às vezes parece que todos temos receio dos processos participativos, principalmente no BCV. Em Alcoitão foi havendo intervenção técnica mas muito isolada, era da instituição x, não era uma intervenção em rede como existe neste momento (...). Eu costumo dizer, e também há uma gíria em Cascais, há pessoas que são vítimas dos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenções falhadas; <p>(c) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade motivada/dinâmica; <p>(d) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro construído através da aprendizagem de intervenções falhadas nos outros bairros; • Comunidade facilmente mobilizável; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência das decisões públicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; <p>(b) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de envolvimento/participação; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação de propostas/projetos da comunidade; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Retrocesso do grau de envolvimento e participação de um grupo; - Grau de participação variável ao longo do tempo; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) da parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenções falhadas;
--	--	---

	<p>técnicos e que fragilizaram. (...) quando as pessoas estão descontentes, parece que lutam contra o seu próprio processo e fazem a coisa descambar e há estes históricos, estes realojamentos, ainda se vivem agora, realojamentos que nunca mais terminam e as pessoas sentem isso. Eu entrei em 2008 ou 2009 e quando recomeçamos o processo, veio o António Capucho ao território e disse: "vamos realojar, etc.". Quer em compromissos políticos, quer em compromissos das instituições, das organizações que têm intervenção no território, há marcas que vão ficando (...).</p> <p><u>Sobre o Clube de Jovens do BCV:</u></p> <p>A impressão que tenho é que não houve grandes avisos que ia ser fechado. Eu já soube a história toda mas agora não me recordo do que aconteceu, sei que foi um processo muito mal gerido (...).</p>	<p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encerramento de um espaço participativo, sem decisão ser partilhada;
<p>10. Considera que a mobilização da participação da população tem tido influência na identificação e no combate aos problemas emergentes? De que forma?</p>	<p>Nos últimos tempos claramente sim e é cada vez mais entendido pela rede de parceiros. A partir do momento em que existem diagnósticos participados, em que se convidam pessoas da comunidade para virem discutir planos de ação de projetos, para virem identificar problemáticas, a partir do momento em que isto existe, e que são atores como outros técnicos, ou seja, a partir do momento que esta ação técnica não é tão valorizada, na parte do pensar problemas e soluções, acho que é interessante porque há projetos a serem construídos pela comunidade. Os PICs são um processo interessante, dão muitas pistas neste sentido em termos de identificação de problemáticas (...) mas depois também há o processo de tentar arranjar soluções no âmbito destes PICs e de reuniões mais alargadas em que se ouve as pessoas da comunidade e acho que isto é muito rico. A partir do momento em que se estabelece uma relação de confiança, em que trabalha como par, as pessoas vão pensando nos problemas e até pensando noutras soluções. P.e., num processo como o OP, alguns grupos da comunidade da Adroana e do BCV apresentaram projetos para o OP - também levaram ali algum suporte de entidades como a Câmara ou como o K'cidade - mas eles levaram as problemáticas, identificaram as soluções e neste momento já há técnicos a trabalharem estas questões de maneira a dar resposta ao que eles identificaram. São fóruns informais que cada vez mais são mais participados, como as hortas. Neste momento, o que eu sinto em Alcabideche, é que há muita coisa a acontecer, muita coisa que vem mesmo de baixo, há muita coisa para a qual as pessoas se mobilizam muito e isto é muito importante em termos de participação. As pessoas têm de ver, pelo menos numa fase inicial, é importante ver que há uma consequência, ou seja, ok, nós vamos</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de visão sobre a capacidade da ação da comunidade; <p>(b) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; <p>(c) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; • Envolvimento da comunidade na influência de decisões; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnósticos participativos; • PICs; • Reuniões; • OP; • Fóruns; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração colectiva do plano de ação; - Elaboração colectiva do diagnóstico social; - Envolvimento da comunidade na tomada de

	<p>a reuniões, participamos e não sei quê, identificamos problemas e soluções e depois não acontece nada... A partir do momento em que a pessoa "ok, eu vou, identifico, mostro o meu ponto de vista, etc.", tem de haver alguma consequência, quer dizer, porque muitos processos participativos são descredibilizados porque o compromisso político não aconteceu. Isto é que é complicado de gerir porque a partir do momento em que há o mínimo de compromisso, em que o jogo é transparente, e na participação a transparência é uma das coisas fundamentais, tem de ser transparente e tem de haver alguma coisa a acontecer porque só a transparência não chega, são as regras do jogo, é um processo democrático, mas a partir do momento em que conseguimos dar passinhos e em que as pessoas vêm coisas a acontecer, pensam "ok, isto tem potencial, se calhar para a próxima até me mobilizo para estar e participar".</p>	<p>decisão;</p> <p><u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) PICs: <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação da identificação/resolução de problemas; </p> <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende: <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; • Horizontalidade da relação; • Concretização de intervenções; • Transparência das decisões; </p> <p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Grande grau de envolvimento/participação; - Evolução do grau de envolvimento/participação;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social: <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias; </p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) da parte do poder local: <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; </p>
<p>11. Em que situações é mais comum a comunidade participar? (reuniões, assembleias, encontros informais, etc.)</p>	<p>Em festas, sim. De modo geral a comunidade mobiliza-se mas depende dos territórios, da temática coisa, depende muito do interesse que tem para a comunidade. Na Adroana (...) fez-se um processo de discutir minimamente com a população como é que aquilo podia ser [sobre a requalificação da praça central] e aí, sim, as pessoas mobilizaram-se imenso para estas reuniões. Outro momento que eu acho que em Cascais é muito interessante: o OP, todos se mobilizam. Lá está, como sabem que há coisas a acontecer a seguir, como é uma coisa tão aberta e que</p>	<p><u>Canais de participação</u> (a) Informais: <ul style="list-style-type: none"> • Festas; (b) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões; • OP; • Fóruns; </p>

	<p>envolve cada vez mais dinheiro, etc., as pessoas mobilizam-se à séria com ideias, pensam nas coisas e trabalham em grupo e a seguir vão aos fóruns e eu acho que é um processo muito interessante em termos de par, não tem hierarquias, e de facto a coisa consegue-se fazer. (...) Claramente vão grupos, associações de moradores, um ou outro morador que é convocado, mas é diferente de quando há estes processos mais alargados, estes fóruns dependente da razão. (...)</p>	<p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilidade da resposta; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento da comunidade na influência de decisões; <p>(b) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; • Auto-organização;
<p>12. Quais têm sido os efeitos diretos e indiretos na comunidade, no território e nos parceiros como resultado das dinâmicas participativas locais? O que mudou?</p>	<p>Ok, tem estas coisas da requalificação física, as pessoas ficam muito preocupadas com isto. O OP e outros processos participativos potenciaram este tipo de reflexões (...). Em termos de impactes de parceiros, há cada vez mais a postura de se acolherem mutuamente e acolherem outros porque, lá está, eu vejo a participação a vários níveis e os parceiros vejo-os cada vez mais participativos em diversas ações, cada vez mais coconstroem projetos; não é o meu projeto, não é o teu projeto, é o nosso projeto. (...) Claramente, capacita, reforça processos, etc., e acho que aí a rede ganhou muito e sinto que ganhou muito com a entrada do K'cidade e com estes processos de participação e desenvolvimento comunitário que eles trouxeram, com os PICs e com processos cogidos porque nós não tínhamos muito esta lógica na rede de parceiros (...).Vejo cada vez mais uma comunidade capacitada e com capacidade de olhar para si e integrar os seus problemas e percebendo que há maneiras de dar a volta aos problemas do bairro, já não é "eu tenho um problema de requalificação, a Câmara que o resolva". Alguém tem de escrever ao presidente da Câmara para dar conhecimento da situação porque ele não vai lá todos os dias mas eu também posso fazer parte da solução, participar no processo das hortas ou se há uma reunião para refletir sobre um processo de requalificação onde estou, também a minha intenção pode ser tida em consideração. É muito por aí e acho que estes processos de participação ajudam muito a capacitação das pessoas.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) no território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p>(b) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; • Participação interativa; <p>(c) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de envolvimento/participação; • Trabalho em rede; • Capacitação/fortalecimento da rede de parceiros; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; • PIC;

		<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <p>(a) K' Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento/capacitação organizacional;
<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam às dinâmicas participativas da comunidade? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p>Acho que às vezes há algum receio por parte da população se não há transparência, "para que é que isto serve?", será que eu posso ter alguma consequência do que eu disser?" (...) acho que há esta coisa de acomodar, pronto, nos processos de participação as pessoas deixam-se acomodar e não se sentem estimuladas para nada mas lá está, eu acho que a forma de dar a volta a isto é ver consequências, ver alguma coisa acontecer, porque toda a gente já passou por aqueles processos participativos de "isto agora é que vai ser, vamos requalificar e vamos não sei quê" e depois não acontece nada e as pessoas pensam: "porquê é que eu vou perder o meu tempo? Deixar de dar coisas à minha família e depois aquilo não dar em nada". (...) Depois os compromissos que se assumem porque, lá está, é fundamental a transparência e a verdade das coisas, até que ponto é que estes compromissos que são assumidos nestes processos de participação de facto são implementados ou não. Os processos que conheço que correram mal, claramente foi por falta de compromisso de quem se comprometeu.</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de transparência; Falta de concretização; <p>(b) da parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desconhecimento da utilidade das respostas; Pouca experiência participativa; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> Grau de influência nas decisões; Concretização das intervenções;
<p>14. Considera que a comunidade gosta e confia na instituição de que é membro/a?</p>	<p>Sim, sim, a comunidade confia nos processos e em nós, sem dúvida alguma. É assim, nós trabalhamos na área da empregabilidade e para as pessoas é muito importante e as pessoas querem ser envolvidas e ter resposta a esse nível. (...) Nós agora estávamos a pegar num projeto que era a Cozinha Comunitária, que surgiu dos grupos do OP, estava nos Eco-Criativos, mas este pensamento mais estratégico as pessoas não têm noção mas de resto, do trabalho do dia-a-dia, sim, vêm muito a parte da capacitação para o mercado de trabalho, a capacitação de organizações sociais, o trabalho que nós fizemos com o Duba, etc., no âmbito dos PIC.</p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) Agência de Empreendedores Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Confiança generalizada; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento de casos de empregabilidade; Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> OP; PIC;

<p>15. Como avalia o envolvimento e a participação dos parceiros que intervêm no território? (p.e. são parceiros de continuidade ou de oportunidade, comparecem à maioria das reuniões, fazem parte de pelo menos um grupo de trabalho, etc.)</p>	<p>É diferenciada. Os parceiros estão a ritmos diferentes, em termos de participação, tem a ver com a nossa cultura organizacional. (...) mas também sinto que há um núcleo duro muito forte que é bastante participativo, e que está e que procura integrar novas respostas, etc., depois há um grupo de parceiros que vai estando, em grandes fóruns, num ou noutro momento, acho que por duas razões: não têm este ponto de vista na sua cultura organizacional, porque muitas vezes não vêm os ganhos do processo, não entendem para que é que aquilo é, e não têm tempo (...) Mas há para aí 8, 9 organizações, em 30, um terço, acho que é representativo, e que são muito ativas, ou seja, estão sempre. Há outros que vão estando e os que estão, vão estando bastante. Passou-se por uma fase, quando começou a ronda do CLDS, o RODA era um núcleo pequenino, tentou-se alargar em 2011 para o BCV, conseguiu-se começar a trabalhar algumas questões; entretanto reduziu-se novamente, parecia que aquilo não ia sair da Adroana, e depois lá veio o CLDS e o K dar um bocadinho mais de gás à coisa, a própria Câmara a tentar perceber internamente como poderia ser este processo e alargou-se (...).</p> <p><u>Sobre se as reuniões de parceiros tem facilitado a identificação de problemas:</u> Sim, os parceiros estão cada vez mais implicados nestes processos e reconhecem a importância do desenvolvimento comunitário e acho que há capacitação a este nível, tem havido momentos de capacitação da própria rede, em várias áreas (...).</p> <p><u>Sobre a representatividade dos parceiros e a deliberação das decisões:</u> (...) São deliberadas mas também sinto que há condicionamentos políticos. Nós andávamos a discutir um projecto muito bom, para ver se ia avançar, foi um processo que nasceu da rede, com a rede, e quando foi levada a decisões superiores... a parte política tem um peso muito grande. Se o presidente da Câmara assinar, o presidente da Junta assina, a Cascais Envolvente assina, mas se o da Câmara não assinar, ninguém assina. Isto é normal, isto acontece, a parte política tem peso mas de resto não sinto isso mas esta é também uma situação muito específica, de facto era precisa uma decisão e ficou tudo em stand-by. Em termos do resto das decisões, das aulas de alfabetização, se se avança com a Cozinha Comunitária ou não, nessas coisas há deliberação, há representatividade, vota-se e vai-se para a frente mas depois há coisas, pronto, esta situação implicava mesmo uma decisão superior. Às vezes implica orçamentos e quando tem orçamentos tem de se decidir e às vezes convém, às vezes não.</p>	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Grande envolvimento e participação de alguns parceiros; - Envolvimento/participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura organizacional; • Disponibilidade; • Parceiro em questão; <p>(a) K'cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/fortalecimento organizacional; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fóruns; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação na identificação de problemas; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u> - Decisão deliberada, igual para todos os membros;</p> <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Individualização/domínio das ações/decisões; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza/transparência; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia;
---	---	---

<p>16. Como avalia o trabalho desenvolvido em parceria com a JFA/CMC? Quais as principais vantagens e desvantagens dessa relação?</p>	<p>Da Câmara mais do que da Junta. Lá está, a Junta está agora aparecer e daquilo que tenho visto, identifico-me em termos de alinhamento de desenvolvimento comunitário, de gestão de processos, desta lógica de participar como outro ator qualquer e envolverem-se no processo. Agora sinto claramente, com este novo executivo, há aqui um compromisso e queremos fazer coisas (...) sei de coisas que já estão a passar da Câmara para a Junta mas não se consegue perceber claramente é um compromisso da Junta de querer estar mesmo envolvida nos processos ou se é uma coisa mesmo à séria em que vai ser para sempre assim (...). Eu acho que a Câmara tem um compromisso grande ao ter estas equipas de intervenção territorial, acho que já estive muito melhor do que o que está mas também tem a ver com os cortes na função pública, com todas estas questões orçamentais, mas acho que se há processos participativos em Cascais é fruto do histórico todo que a Câmara teve no território porque de facto sempre estimulou esta cultura participativa. O OP é da Câmara mas não é só o OP, esta proposta de participação sempre existiu, a Câmara sempre puxou para o território parceiros que pudessem integrar a rede e fortalecê-la, não era só porque sim, era "ok, identificámos as problemáticas, vamos chamar parceiros que possam desenvolver este território" e isto é importante e é interessante. Eu continuo a dizer que nunca é um trabalho de par, as organizações da sociedade civil e os moradores nunca vêm uma Câmara como um par, por muito que os técnicos sejam de proximidade, tratam as pessoas e as organizações por tu, etc., mas não são par porque eles têm o financiamento e têm um poder específico, eles têm o poder de fechar um pólo comunitário e nós estamos todos contra, todos os parceiros se mobilizam mas aquilo fechou! Ainda não há resposta para o processo. Ou seja, uma entidade que age desta maneira, por muito que nós queiramos, não é par; não quer dizer que os técnicos não sejam par, aí vem a perversidade da coisa, os técnicos que trabalham connosco no dia-a-dia, sim, claramente, mas depois há a parte política da coisa (...) Por muito que se faça força, e eu sei que os técnicos lutam pelo desenvolvimento local e muitas situações aqui têm a almofada política e o poder político também de acordo, mas depois há muitas coisas que não se compreendem mas acho que em Cascais a abordagem é muito interessante. (...) A Câmara mobiliza processos participativos mas tem de haver sempre uma entidade a fazer isso, a participação não vem do ar, não acontece espontaneamente, e claramente aqui a Câmara e o K'cidade dão gás a estes processos de participação. A Junta tem sido muito positivo, pelo menos neste último ano, o caminho que tem feito;</p>	<p><u>Balanço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Delegação/descentralização de responsabilidades na JFA; • Investimento na intervenção territorial; • Desinvestimento na intervenção territorial; • Investimento na cultura participativa; • Encerramento de um espaço participativo; <p>(b) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação positiva; <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de horizontalidade na relação com os parceiros; • Individualização/domínio das ações/decisões; • Falta de horizontalidade na relação; <p><u>Vantagens da relação de parceria</u> (a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horizontalidade na relação; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; • Pólo comunitário; <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende:</p>
---	---	---

	<p>claramente é por aqui, é assim que eu vejo uma Junta, vamos vendo agora como é que eles se vão posicionando e como é que isto fica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Da mobilização; <p><u>Balanco do trabalho dos parceiros</u> (a) K' Cidade: <ul style="list-style-type: none"> • Investimento na participação comunitária; </p>
<p>17. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente, havendo também a possibilidade, por parte dos cidadãos, em aceder a documentos onde esteja disponibilizada informação sobre medidas a serem adoptadas? (p.e., através de plataformas online)</p>	<p>Eu já estou em Cascais há seis anos e até há um ano e meio atrás, a força política da Junta era pequena. Eu conhecia-a como aquele ator que ia estando, que ia dando algum apoio social e que resolvia coisas do dia-a-dia, agora esta parte do compromisso, etc., basicamente eram uns porreiros, estavam disponíveis, agora a parte estratégica é muito diferente da da Câmara. A Junta neste momento está a organizar-se (...). Houve vários processos ao longo do tempo que não foram correndo bem, lá está, esta requalificação do BCV. (...) as coisas não são tão claras, os políticos dizem umas coisas e a parte técnica sofre imenso porque de facto não é bem aquilo que se está a fazer com as pessoas. Sinto muito isto, a mensagem não é nada clara e quando às vezes se tocam nestas coisas é muito complicado. P.e., na Adroana, foi feita requalificação e a requalificação correu bem, o presidente disse que ia fazer e fez, não era tanto como as pessoas tinham idealizado e como tinha sido assumido mas (...) algumas coisas que foram pedidas foram feitas, embora sem o compromisso na totalidade. Acho que a Câmara até faz muito e não se compromete com coisas muito audazes mas as pessoas não querem saber se as coisas são mais dispendiosas ou não, querem é saber se as coisas vão ser tomadas em consideração ou não. Eu lembro-me perfeitamente de uma coisa que não nos agradou nada (...) nós andámos a fazer abordagens porta a porta (...) e dissemos às pessoas que desta vez ia ser diferente, que as coisas iam ser feitas e que aquilo ia dar a volta e depois nada aconteceu. É deste tipo de coisas que falo e que acho que as pessoas estão fartas, "olha, lá vem mais um, disseram isto e depois não sei quê". Depois houve ali assembleias de bairro em que as pessoas aproveitaram e levaram tudo o que tinham a dizer e a equipa do K [Cidade] acabou por levar com estas coisas todas. (...) A CMC até é uma Câmara com uma intervenção territorial muito específica, tem contacto direto com aquelas populações, não são pessoas que estão nos seus gabinetes, não, estão no terreno e as pessoas batem-nos à porta. Esta sintonia tem de funcionar, não pode ser dita uma coisa e depois é dita outra e depois há uma reunião com o presidente da Câmara e diz outra ou o coordenador não sei quê diz outra (...) Eu digo que vai ali não sei quem,</p>	<p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) JFA: <ul style="list-style-type: none"> • Serviço de apoio social; (b) geral: <ul style="list-style-type: none"> • Falta de concretização; • Processo de realojamento mal gerido; (c) CMC: <ul style="list-style-type: none"> • Investimento da intervenção territorial; </p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social: <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social; • Requalificação física do território; </p> <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) JFA: <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade; </p> <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) poder local: <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza/transparência nas decisões; </p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência de decisões: <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; </p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à</u></p>

	<p>discute-se uma série de coisas e depois acontece ao contrário, não pode ser.</p> <p><u>Sobre se há consulta do poder local às instituições locais:</u> Sim, aho que sim mas claro que há situações que as pessoas não percebem de onde é que aparecem, porque é que aparece uma determinada situação, mas na maior parte das situações, sim. Eles tentam muito que isto seja um processo de parceria, etc. e é por aqui que as pessoas têm voz, depois podem ser ou não representativa mas de facto temos decisões que não percebemos muito bem o que é que está a acontecer, esta situação do pólo comunitário, esta situação deste projeto que ficou em stand-by e ninguém percebeu bem porquê, são este tipo de coisas que nos deixam menos crentes no processo.</p>	<p><u>participação</u> (a) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de concretização; • Historial de intervenções falhadas; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleias de bairro <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transparência das decisões; • Concretização das intervenções;
<p>18. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?</p>	<p>(...) Em Alcoitão, há um a funcionar que é cogerido por várias entidades, pela Fundação Aga Khan, pela JFA, pela Agência, que é o Espaço Comunitário de Alcoitão, pela Torre Guia e pela Associação de Moradores. Depois o que a Câmara tem nos outros territórios não são espaços propriamente cogeridos, são espaços que a Câmara pede para poderem ser utilizados para PICs, etc. Agora houve algumas confusões por causa de um encerramento de um espaço comunitário na Adroana, não se sabe como isso vai ser resolvido mas havia esta flexibilidade da Câmara para ter estes espaços disponíveis para a população, que acabam por ser importantes não só para as pessoas discutirem coisas específicas mas também para associações de moradores que não têm outros espaços. A Adroana chegou a ter um grupo de jovens muito ativo durante algum tempo que foi numa primeira fase, dinamizado pela Câmara, depois o grupo fazia reuniões nestes espaços comunitários e o objectivo era trabalhar este grupo para ver até que ponto eles podiam ser uma associação, etc. A esse nível, a CMC acho que é um bom exemplo, cede os espaços, às vezes até está presente nestes processos mais de capacitação da população através destes processos mais participativos, acho que cada vez mais. Também acho importante o modelo que está a ser tido em Alcoitão, que é de cogestão partilhada do espaço, ou seja, não há um proprietário, isto também ajuda a não fragilizar o processo. (...). Os gabinetes de atendimento são da Câmara (...). Fora dos gabinetes, existem os pólos comunitários. Existe o Espaço Comunitário de Alcoitão, cogerido por várias entidades; existe o do BCV, independente das instalações da CMC, é uma casinha no meio do bairro, mas lá está, é propriedade da Câmara, e existia um na Adroana, que era uma loja da</p>	<p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; • Pólos comunitários; • PICs; • Associação de Moradores de Alcoitão; <p><u>Dimensão delibertiva do modelo de governança</u> - Cogestão de pólo comunitário;</p> <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário; • Disponibilização de espaços participativos; • Capacitação/fortalecimento organizacional; • Investimento na cultura participativa;

	Câmara, era a Câmara que geria.	
<u>Sobre as ações de formação</u>		
19.1. Considera-os eficazes para estimular iniciativa e para capacitar as pessoas?	<p>Sim. É assim, as ações de formação são importantes. Não há nenhuma lógica direta de capacitação para o mercado de trabalho mas a outros níveis, sim, mesmo a Agência cresceu muito a este nível de construir respostas através da identificação de problemáticas da comunidade (...). Neste momento não temos nenhum projeto que seja só gerido por nós, podemos ser quem alavanca a coisa mas nunca estamos no processo sozinhos, seja os cursos de alfabetização para adultos, com base numa série de parceiros, sem ter grande dinheiro, conseguiu-se fazer e trazer parceiros para o território do Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão e trabalhar em rede com eles, eles perceberem as problemáticas das pessoas que estão connosco, a questão das pessoas com menos escolaridade, etc., e foi muito importante em termos de capacitação nossa e do próprio centro de formação e tentar mudar um bocadinho a visão às vezes tão estreita e tão rígida das coisas. Por isso eu vejo estas formações não só de capacitação da comunidade mas muito na capacitação de parceiros, trazer parceiros novos para o território, eles perceberem as problemáticas e a margem de manobra que podem ter na procura de outras soluções. (...) As pessoas também estão mais capacitadas, participam melhor, têm capacidade de observação, etc., mas claramente também esta parte da rede porque a rede também cresce com estes processos.</p>	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; <p><u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em rede • Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade; • Capacitação/fortalecimento organizacional; <p>(b) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Desenvolvimento de competências sociais; <p><u>Adaptação das atividades/formações</u> - Adaptadas/pensadas;</p> <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analfabetismo; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analfabetismo;
19.2. Considera-os adaptados às experiências e competências específicas de cada pessoa?	<p>Sim, sim, as formações partem sempre das necessidades identificadas pela própria comunidade e de várias maneiras: as coisas que as pessoas vão identificando nos gabinetes da Agência, temos o gabinete de emprego e as pessoas vão manifestando as necessidades que têm, "gostava de ter o emprego x mas para isso preciso da formação x, y ou z" ou a partir das necessidades identificadas na rede de parceiros. Temos uma taxa de alfabetismo elevada e isto condiciona qualquer intervenção de qualquer parceiro que tenha uma intervenção com aquela família ou com aquela pessoa. As pessoas conseguem fazer uma leitura daquilo que precisam ou não, do que é que o território precisa ou não, e os parceiros também (...).</p>	
20. E relativamente aos <i>workshops</i> e às ações de formação técnica dirigidas aos dirigentes, voluntários e	<p>Eu acho que estes processos participativos, e muito quando entrou o K'cidade neste CLDS, senti muito a capacitação dos parceiros locais, de se pensarem em formações específicas e foram feitas várias. (...) Há vários momentos em que é feito este processo, ainda há pouco tempo</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/fortalecimento organizacional;

<p>técnicos locais, como avalia a experiência?</p>	<p>houve uma formação informática sobre blogues, acho eu, vai havendo e acho que não é só estes processos de capacitação mais formais, é também uma capacitação interna que se vai conseguindo ter. Estes processos que são co-construídos obrigam-nos a ter um processo de capacitação a vários níveis (...) obriga-nos a pensar na nossa maneira de fazer, nos nossos dados adquiridos, em que pensamos "isto é assim" e se calhar não é bem assim, ou seja, numa lógica de avaliação e de agir mediante a avaliação do todo e acaba por ser muito mais interessante.</p>	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> (a) K' Cidade: <ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento/capacitação organizacional; <u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) para dirigentes, voluntários e técnicos locais: <ul style="list-style-type: none"> Avaliação positiva; </p>
<p>21. Na sua opinião, as dinâmicas participativas na comunidade têm influência no grau de informação que os cidadãos têm? (compreensão/funcionamento das instituições)</p>	<p>Sim, sim, isto ajuda muitas vezes a desmontar as ideias que a comunidade tem das organizações sociais. Se não há processos participativos, as organizações sociais estão nos bairros mas as pessoas estão nos gabinetes e as pessoas não sabem muito bem o que é que elas fazem. A partir do momento em que estamos numa reunião, todos juntos, "ok, bora lá falar sobre os problemas do território", cria-se uma maior confiança e um melhor conhecimento do trabalho que é executado. Mesmo em Alcoitão, nós trabalhamos a empregabilidade mas trabalhar a empregabilidade não é estar no gabinete à espera que apareçam pessoas, nós temos de trabalhar relações de confiança com estas pessoas para depois trabalhar as competências que a pessoa tem. (...) Não é só trabalhar as questões da participação, nós alavancamos processos através destes processos participativos, vemos competências das pessoas através destes processos e sinto que é muito por aí que se trabalha isto (...). Sinto que muitos jovens que entram no mercado de trabalho são jovens que passaram por estes processos participativos, em associações, em grupos de jovens, monitores disto e daquilo, nestes momentos participativos que ajudam a trabalhar competências, claramente.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> Conhecimento/aproximação dos serviços e instituições; Desenvolvimento de competências sociais; (b) no território: <ul style="list-style-type: none"> Proximidade entre a comunidade e as instituições; <u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação: <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento de casos de empregabilidade; </p>
<p>22. Julga que as dinâmicas participativas têm potencial para qualificar a cidadania? Se sim, de que maneira a cidadania é estimulada?</p>	<p>Acho que sim, acho que as pessoas que participam nestes processos e que são ouvidas também conseguem chegar a outro tipo de processos. Os processos de participação são democracia num micro cosmo, se quisermos, o objectivo é mesmo que a partir dali as pessoas sejam cidadãos mais eficientes e mais implicados, para mim isto está tudo intrínseco, não vou participar num processo de requalificação do meu bairro, etc., mas depois há eleições no próximo sábado e não vou. As pessoas cada vez mais percebem as consequências das suas ações e a</p>	<p><u>Percepções sobre participação</u> - Participação cidadã <u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de competências de cidadania; </p>

	participação capacita e a capacitação é importante para sermos cidadãos mais ativos e há vários tipos de ativismo. Agora vou a uma assembleia de bairro, depois vou a uma assembleia de freguesia, depois vou à assembleia municipal e participo na reunião de Câmara e claro, estamos a construir melhores cidadãos, isso claramente.	<u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Assembleias comunitárias; • Assembleias de freguesia; • Assembleias municipais • Reuniões municipais;
23. Considera que as decisões implementadas têm condições de ser asseguradas pela própria comunidade, reforçando a sua sustentabilidade?	Acho que neste momento não. Depende do projeto, do território e diria que neste momento, na maior parte dos territórios, não porque lá está, são processos recentes, são muito jovens e há ainda pessoas a perceber isto. Há PICs que são processos participativos e que alguns conseguiam, eventualmente, sem qualquer apoio técnico... eu tenho algumas dúvidas mas eventualmente alguns conseguiriam, sem apoio técnico, sobreviver. Se calhar os Eco-Criativos, sim, há outros grupos que sim, talvez precisassem só de uns empurrãozinhos para sobreviver mas diria que não a maior parte. Estes processos participativos maiores, que implicam mais pessoas, mais meios, não porque são muito recentes (...). Houve booms e estes booms foram os maiores mas faltam ainda competências para os grupos conseguirem por si só, são coisas que levam muitos anos e acho que seria muito ambicioso pensar que poderiam haver aqui grupos que por si só conseguissem, sem qualquer apoio, segurar a intervenção.	<u>Sustentabilidade das ações</u> - Muitos processos terminavam; - Continuação de alguns PICs; - Sustentabilidade depende <ul style="list-style-type: none"> • Experiência técnica da comunidade; • Tempo de existência dos projetos;

1.3. Entrevistado T3

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	F	
2. Data de nascimento	37 anos	
3. Área de residência	Parede	
4. Grau de escolaridade	Licenciatura	
5. Atividade profissional	Coordenação de uma equipa territorial.	
6. Há quanto tempo é membro desta instituição?	Desde 2009.	5 anos.
7. Que tarefas desempenha nesta instituição?	Neste momento, coordeno uma intervenção territorial, uma equipa territorial, isto implica trabalhar com os parceiros locais. O plano de desenvolvimento também é sempre construído com os atores locais, com a comunidade, com os locais, a gestão das parcerias.	<u>Principais funções:</u> - Coordenação de equipa territorial; - Gestão de parcerias;
9. Como avalia e caracteriza a participação da população	Olha, é diferente de bairro para bairro. P.e., na Adroana é uma participação mais fácil, ou era, a partir do momento em que se constituiu como	<u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade:</u>

do território?	<p>Comissão porque, desde que ficou constituída como Comissão, houve muitas pessoas que estavam movidas neste processo e que queriam essa associação, que se desmobilizaram. (...) na Adroana as pessoas têm experiência de participação, quase 50% guineense e senegalense, (...) portanto, com muita noção de facto de uma assembleia e uma participação plenária em assembleia. (...) é um realojamento recente, no bairro da Adroana é um realojamento recente, foi um bairro mesmo pensado, foi muito pensado pela Câmara, pensado e pensado em parceria (...). já houve muita intervenção no BCV mas o realojamento foi mais reativo, este foi muito pensado (...). A Câmara respondeu de facto de uma forma muito interessante (...) uma coisa que aconteceu para aproximar de facto a resposta de saúde na comunidade foi fazer um gabinete descentralizado do Centro de Saúde no bairro da Adroana e isto teve um impacte muito grande de facto. (...) Portanto, isto também leva de facto as pessoas a terem uma relação próxima dos serviços e a acreditar que quando são chamados a participar, tudo isto influencia a participação. (...) [sobre o BCV] é um bairro de facto que teve muita intervenção social, muita animação, nomeadamente, com os jovens, que foi mudando a sua metodologia de intervenção e que foi progressivamente ficando menos comunitário e mais serviços à comunidade e culminou com o fecho do Clube de Jovens que foi destruído, era um clube de jovens animado pela Misericórdia de Cascais. Isto ainda hoje está na história e no universo das pessoas e isto aconteceu, salvo erro, há sete ou oito anos (...). Aqui em Alcoitão, é um bairro mais fechado de facto, um bairro com sentimento de abandono. É que mesmo as respostas formais que existem, respostas sociais, respostas à família, chegam cá pouco, parece uma ilha (...) portanto, conhecem pouco os serviços que existem e recorrem pouco a eles, mesmo os serviços de acompanhamento social. (...) a ADEC, que estava cá, as pessoas gostavam imenso, nós percebemos que tinha uma ação muito de criar respostas para as pessoas, tinham algumas coisas que construíam, chamavam as pessoas a participar mas não as próprias respostas em si, ou seja, participavam mais nas festas, em algumas atividades, não se movia muito a auto-organização da população (...) de facto há pouca entrada, p.e., o presidente já não vinha a este bairro há uns anos. (...) é de facto um território bastante fechado e nós explicámos o que é que estávamos a fazer, o que é que queríamos fazer e ouvimos muitas vezes a resposta: "não venham cá fazer o mesmo que os outros, não venham para cá dar coisas, coisas que nós gostamos muito, e depois vocês vão-se embora e acabou-se" (...). Este espaço comunitário foi criado desde a sua</p>	<p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Retrocesso na facilidade de mobilização; • Retrocesso do grau de envolvimento e participação de um grupo; <p>(b) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupos de valorização da comunidade/território; • Grupos de interesse; • Participação cidadã; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; • Assembleias; • Espaço Comunitário de Alcoitão; • Associação de Moradores de Alcoitão; • PICs • Diagnóstico participativo; <p>(b) Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rua; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro construído de raiz; <p>(b) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenção social; • Potencial participativo; <p>(c) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade fechada; • Bairro abandonado; • Desconhecimento dos serviços/respostas; • Pouca experiência participativa; <p><u>Satisfação das necessidades</u></p>
----------------	--	--

	<p>gênese com a participação dos moradores, da associação de moradores e de pessoas individuais (...). o que acontece depois é que temos líderes na comunidade que vêm, não estão em todas as reuniões de plenário, e acontece imenso com os jovens - não aguentam estar em todas as reuniões de plenário - mas depois têm reuniões que influenciaram imenso o que acontece no espaço, não tanto com as pessoas formais que estão no plenário mas há outros processos de participação que animaram as decisões, portanto, parte do plano de atividades é o que o grupo de jovens decidiu (...) portanto, há mais líderes a participar neste processo do que só um grupo de cogestão (...). Algumas já perceberam, já se começam a juntar, já há aqui um projeto de trocas ou de loja solidária (...) portanto alguns já perceberam e estão-se a juntar a este movimento, os outros ainda estão a perceber o que é que isto significa porque também não têm experiência disto. (...) Há de tudo, há o que nós chamamos bate-palmas que também são importantes; um grupo organiza uma coisa qualquer, uma festa, um espetáculo de dança, o que for, e quem vem, vai bater palmas. Há esse nível, que também é um nível de valorização, também é importante, de estar em comunidade, esse é o maior, é o que move mais gente, aquilo que chamamos de bate-palmas e que é um passo importante para as pessoas se aproximarem, animação da comunidade. Depois temos pessoas que se auto-organizam para responder às suas necessidades, pessoas que lutam pelos seus interesses, como os grupos de interesse, querem saber muito sobre uma coisa ou até já sabem mas querem promover esse saber, é um papel muito importante, as pessoas estão a treinar competências e criam de facto amizades, relações na comunidade. Às vezes, a partir desse movimento, gera-se um olhar mais colectivo sobre o bairro, outras vezes não (...). Por acaso, mesmo nos grupos, cada pessoa é diferente, retira dali o que quer, p.e, nas costuras há pessoas que estão lá para aprender a fazer coisas para se divertir, há pessoas que estão lá porque querem reduzir o valor dos arranjos da roupa e poupar mais, há pessoas que estão lá até para ver se conseguem desenvolver uma capacidade ou a possibilidade de gerar rendimento, portanto, há vários interesses (...) os diferentes interesses criam no grupo a necessidade de reflexão e de gestão mas é sempre um processo muito importante de gestão do grupo e de autogestão. Seja qual for o tema, nos grupos de interesse, aquilo que as pessoas vivem é experimentar, fazer escolhas, tomar decisões, organizar-se em torno disso, mobilizar recursos, dividir tarefas, opinar, ter voz, são competências largas que depois também são muito extensíveis a outras áreas da vida e que têm desde logo um</p>	<p>- Escassez de serviços;</p> <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de intervenção; • Descentralização de serviços de saúde; • Investimento na cultura participativa; • Ações de participação comunitária pontuais; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização do Centro de Saúde de Alcabideche; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproximação dos serviços; • Acesso a espaços participativos; <p>- Participação cidadã;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decisão sobre o plano de atividades; <p>(b) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; • Desenvolvimento de competências sociais; • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Alargamento da rede de suporte informal; • Proximidade entre pessoas da comunidade; • Reflexão colectiva; • Aumento da autoestima;
--	---	--

	<p>efeito muito importante em termos de autoestima, as pessoas sentem-se contentes, sentem-se mais capazes (...). Depois há outras pessoas que se envolvem em processos que até nem são para si, p.e., o nível de organização aqui no espaço comunitário, portanto, é uma dimensão mais de participação cidadã em envolver-se em torno de alguma coisa que interessa à comunidade, que vá responder a necessidades, independentemente da relação direta que têm com os seus interesses. (...)</p> <p>P.e., o diagnóstico participativo, como fizemos: quisemos chegar a muitas pessoas e fizemos de tudo para chegar a muitas pessoas, criámos estratégias, fomos para a rua, montámos diferentes metodologias e abordagens para chegar às pessoas e isso também é uma forma de participação, o primeiro nível de participação, portanto, identificar o que é preciso mudar, pensar, e fizemos isso também de uma forma muito interessante que foi recolher primeiro, individualmente, nas conversas de rua, depois nas assembleias, depois fazer outro processo de reflexão sobre aquilo. (...) depois ainda há outro tipo de participação que é ser capaz de sistematizar aquilo que é a leitura das necessidades, das potencialidades, dos problemas, porque é preciso perceber as soluções, o que é que está na mão da comunidade e é preciso pensar nas autoridades, é preciso pensar nas autarquias e isso é outro grupo de pessoas que faz mas nem toda a gente se sente confortável para isso, não é? (...) ainda assim esta Câmara faz coisas muito interessantes: no ano passado fez duas assembleias descentralizadas (...) em que veio o presidente e alguns vereadores e isto foi muito interessante porque (...) acaba por ter lá os vereadores a encabeçar uma decisão de um grupo do executivo que permite alguma consequência para depois influenciar as decisões. Mas lá está, é uma atividade muito interessante que não está fixa, não sabemos se vai voltar a acontecer (...).</p>	<p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u></p> <p>- Cogestão de um espaço participativo;</p> <p><u>Eficácia das atividades/formações</u></p> <p>(a) PICs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obedecem a diferentes interesses pessoais;
<p>10. Considera que a mobilização da participação da população tem tido influência na identificação e no combate aos problemas emergentes? De que forma?</p>	<p>Nós promovemos de facto a ação de base comunitária, elas são implementadas na medida do que as pessoas conseguem, nós não vamos dizer o que elas têm de fazer, percebes? As coisas acontecem também na medida em que as pessoas se conseguem organizar, com o nosso apoio, também há ideias que caem porque só uma pessoa é que tem essa ideia, não consegue mobilizar outras ou tem a ideia mas também não está disponível para fazer parte da solução. Esse movimento efetivo passa para o colectivo. Mas sim, várias são implementadas (...) depois há aqui um processo de promover algo das pessoas para criar essa resposta porque ela também acontece da capacidade de auto-organização, começa com apoio, portanto, isso acontece.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; <p>(b) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Do apoio/suporte prestado à comunidade;

<p>11. Em que situações é mais comum a comunidade participar? (reuniões, assembleias, encontros informais, etc.)</p>	<p>Animar para a participação também é preciso, mesmo quando se marca uma reunião, é preciso valorizar a participação (...), aquilo que te dizia, ter consequências, ser útil, essas coisas têm que lá estar, seja o que for, seja uma reunião, seja o que for. (...) Eu acho que o primeiro contexto é um contexto importante, as conversas de rua, as conversas de café, perceber que o que eu digo interessa, que é ouvido, é preciso também, de facto, validar o espaço de participação e a opinião e aquilo que as pessoas trazem. As pessoas participam mais com coisas concretas no seu dia-a-dia, seja em que contexto for, portanto, numa reunião em que se fala de habitação, as pessoas estão mais, não é? P.e., o espaço de como é que vamos melhorar o bairro é um espaço difícil para as pessoas, não é espontâneo, não têm experiência disso, então tem de haver muita animação na rua, trazer as pessoas, ligar para dizer "venha, gostava de contar consigo" (...). P.e, os PICs foram bons por parte de utilidade, portanto, de as pessoas poderem responder a coisas concretas, de consequência (...) participam mais em reuniões mas p.e., plenários muito grandes, depende, só funcionam para algumas coisas, não é? Mais vale criar dinâmicas de pequenos grupos de trabalho, onde as pessoas sintam-se mais confortáveis, é mais fácil ganhar voz e ter palavra num grupo de 5 do que numa assembleia de 30, as pessoas bloqueiam. (...) as pessoas vêm mais para resolver um problema, mobilizam-se mais, portanto, a uma coisa concreta a que querem dar resposta, é mobilizador. Eu acho que não é uma coisa de melhor contexto; dependendo da situação, nós também temos que ajustar os contextos e, se calhar, mais do que o contexto, certamente, são aquelas tais coisas que eu te dizia, ter uma relação de confiança, cuidar na utilidade, na consequência, ou seja, tem que se seguir aquilo que interessa mesmo.</p>	<p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização da participação; • Concretização de intervenções; • Utilidade da resposta; • Valorização dos saberes locais; <p><u>Canais de participação</u> (a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rua; <p>(b) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Reuniões; • Plenários; <p><u>Eficácia das actividades/formações</u> (a) PICs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação na identificação/resolução de problemas concretos; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Canais de participação (tipo);
<p>12. Quais têm sido os efeitos diretos e indiretos na comunidade, no território e nos parceiros como resultado das dinâmicas participativas locais? O que mudou?</p>	<p>Olha, resultados concretos, primeiro de tudo, aumentou o número de projetos realizados e esses projetos ancoraram numa reflexão: no caso dos parceiros uma reflexão estratégica diagnóstica que tem a parte dos parceiros e dos moradores (...). Houve este olhar colectivo que trouxe a oportunidade de mudança para a ação colectiva e contexto para pensar o desenvolvimento de uma forma que não é só problema-resposta, que era um bocadinho como com a rede de parceiros vinha a acontecer (...). mudou a forma como os parceiros olham para os desafios, como se organizam, portanto, há mais respostas hoje em parceria (...) Um primeiro resultado das dinâmicas participativas, e deste cruzamento de vários processos, é o pensar um território colectivo e um pensar a mudança e o pensar mais estratégico e acho que isto fica na comunidade, nos parceiros sobretudo,</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de respostas; • Reflexão colectiva; • Trabalho em rede; • Evolução do grau de envolvimento/participação; • Proximidade entre parceiros; • Alargamento do plano de ação; • Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade;

	<p>esta é a primeira mudança. Daqui, de todas as dinâmicas com os moradores, há mais respostas, há mais diversidade e mais número de parceiros envolvidos nas respostas do que antes (...) foi muito engraçado perceber que os PICs vieram dar resposta a necessidades não cobertas pelo diagnóstico, houve mesmo este envolvimento de base local com uma ação organizada em parceria e, portanto, maior cobertura de reposta aos desafios. Quando digo diversidade dos parceiros é porque temos desde grupos organizados informais, a organizarem soluções que têm impacte em si e na sua comunidade, a consórcios de parceiros que montaram respostas e projetos para desafios concretos. Depois temos alguns resultados concretos, houve uma maior proximidade entre os parceiros (...). Houve uma grande proximidade entre a comunidade e as instituições (...). Vários parceiros públicos chamaram para o seu plano de ação o investimento e o compromisso com a ação de base local (...). Na devolução dos parceiros sobre o Comité, uma das coisas que eles diziam é com esta ação, eles lançaram outro olhar sobre a comunidade, estavam muito habituados a olhar para a comunidade como carente e a precisar de ajuda e o papel deles de contribuir para isso e, de repente, passaram a vê-los com as forças que têm (...). Os projetos que eles fazem [sobre o Centro de Saúde] do desporto e na saúde têm de facto impactes enormes na vida das pessoas daquela comunidade e, na comunidade de que fazem parte, tem feito uma aproximação estrondosa à comunidade e isso também é um impacte interessante. (...) Esta ação dos grupos, eles de facto envolvem-se em coisas que querem diretamente, trabalham competências de tomar decisões, de participação, dividir tarefas, que tem impactes e externalidades em si, na sua vida, mas também ao nível da participação cidadã porque a partir do momento em que temos esta ação de base e pessoas que se envolvem no movimento colectivo, quando chamamos à participação para, p.e., em processos em que pode haver alguma influência junto da Câmara, em processos de assembleias descentralizadas, em OPs, há um aumento da participação, as pessoas estão mais preparadas para participar depois ao nível da participação cidadã e política. São mais e são mais capazes de terem voz e influenciar decisões que depois tem impacte ao nível do desenvolvimento do território. (...) e quando se criam esses fóruns, OP, espaços de participação onde o presidente da Câmara ou o vereador vem reunir, a comunidade tem outra capacidade de ação. As hortas é um exemplo disso, até este espaço é um exemplo disso. (...) Estes movimentos são moderados pela autarquia mas nem sempre, pela forma como estão organizados os seus serviços, como as autarquias estão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento/capacitação organizacional; • Mobilização de parceiros externos; <p>(b) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; • Auto-organização; • Conhecimento/aproximação dos serviços e instituições; • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Desenvolvimento/aumento da capacidade de ação; • Desenvolvimento de competências técnicas; • Empowerment individual; • Aumento da autoestima; • Alargamento da rede de suporte informal; • Valorização do território; <p>(c) no território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização de recursos externos; • Valorização externa do território; <p>(d) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; • Criação/disponibilização de um espaço participativo; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Fóruns; • OP; <p><u>Eficácia das atividades/formações</u></p> <p>(a) PICs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação na
--	--	---

	<p>organizadas, e pelos espaços que têm para a democracia participativa que não são muitos e estão circunscritos, às vezes a capacidade de resposta da autarquia a este novo movimento do posicionamento da comunidade nem sempre é aquela que seria desejada e que seria útil para o território e isto vai desafiando a autarquia para um posicionamento que nem sempre é confortável para eles. É um movimento positivo mas precisa de tempo, esta ação de base, mas também de influência política, que passa pela relação com a Câmara e com a Junta, de forma a que as autarquias vão estando não só atentas e valorizem estes movimentos como sejam capazes de responder, isto é uma condição para a participação. Se a participação não tiver uma consequência, se não uma utilidade, se não tiver impacte, as pessoas voltam a deixar de participar, não é? (...). Depois há impactes em quem se envolve muito interessantes, impactes na vida das pessoas, nos empreendedores sociais. (...) há esse desenvolvimento de competências, muito claro, um desenvolvimento de competências numa área do seu interesse, há impactes ao nível do desenvolvimento de competências de planeamento, da gestão de projeto comunitário, há impactes ao nível da capacidade de expressão, de tomar uma decisão, de empowerment individual, de autoestima, e vimos isso acontecer com grupos, no início ninguém toma voz, ninguém participa, depois vão participando, depois até já conseguem ter reuniões com empresas e conquistá-las a fazer coisas, vão crescendo e isso são impactes que ficam com a pessoa e tem impactes noutras esferas da vida. Para além deste desenvolvimento de competências e resultados concretos, há impactes na vida que temos percebido e que são visíveis, p.e., mulheres que estavam deprimidas, sozinhas, isoladas, hoje têm agendas, agendas porque têm tanta coisa para fazer que se têm de organizar (...) e podes achar que isto não tem muita importância, fazer amigos, mas é das coisas mais importantes. (...) Ao nível individual, ao nível organizacional, as organizações desenvolvem competências de gestão de projeto, de participação, gestão de stakeholders, relação com os seus públicos, com os parceiros, há organizações que nunca tinham trabalhado em parceria e agora estão a trabalhar, de relação com financiadores, há realmente a este nível muitos tipos de competências e isso são resultados (...) houve parceiros que alargaram a sua ação, como a Torre Guia, que tinham uma resposta para as crianças e, de repente, para os adultos, para o espaço; eles queriam fazer isto e, com este trabalho em parceria, eles aumentaram a sua capacidade de resposta e posicionaram-se de outra forma sobre o território, para a comunidade. (...) Chamar parceiros externos foi mais fácil</p>	<p>identificação/resolução de problemas concretos;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de desporto; <p>(b) Apoio social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias; <p><u>Satisfação das necessidades:</u></p> <p>- Escassez de espaços participativos;</p> <p><u>Balanco do trabalho do poder local:</u></p> <p>(a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento não desejável sobre as dinâmicas participativas; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio/suporte prestado à comunidade pelo poder local; • Concretização de intervenções; • Utilidade de resposta; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta;
--	---	--

	<p>(...) conseguimos captar parceiros que não estavam envolvidos na rede de parceiros, o centro de saúde, o centro de formação profissional, não havia nada para formação profissional e hoje temos formações adaptadas à medida das necessidades e únicas para responder às necessidades características da comunidade que temos (...). Acho que há outro impacto mais difícil de medir que é o orgulho que as pessoas têm quando fazem uma coisa que é uma mais-valia, não só ao nível individual mas orgulho do bairro (...) há aqui um empowerment individual mas também colectivo de valorização interna e externa dos bairros e isto trouxe a oportunidade do concelho conhecer os bairros de outra forma, com mais oportunidade de ver aqui uma mais-valia. (...) quando estamos a planear, estamos todos, nós também, não é uma ação do K ou não sei quê, é de todos, estamos todos a ter oportunidades de fortalecimento técnico e organizacional.</p>	
<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam às dinâmicas participativas da comunidade? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p>(...) as pessoas, por isso é que digo que a participação não é espontânea, as pessoas pela sua história de vida, pelas oportunidades que tiveram, tudo o que fizeram e não fizeram, não tiveram muitas oportunidades de participação mas mesmo em relação às suas vidas, no sentido de tomar decisões, são muitos factores que se cruzam e então é preciso animar os espaços de participação e, desde logo, a pouca vivência e experiência de participação é um constrangimento (...). São constrangimentos da participação a não-resposta, mobilizamos, fazemos coisas e depois não acontece nada, ninguém ouviu, porque há vários tipos e níveis de participação; tem-se uma ideia e não aconteceu, isto cria constrangimentos à participação. Aconteceu aqui em Alcoitão, era o bairro mais afastado das autarquias, o primeiro movimento foi com as pessoas fazer um levantamento de necessidades para trazer soluções, ou seja, ajudá-los a prepararem-se para participar. O que acontece é que algumas pessoas não têm coragem para tomar voz, para começar, e as que têm muitas vezes ficam só na parte da reivindicação e no pedido e é preciso também trabalhar aqui a visão da participação, o colocar-se como um parceiro para o desenvolvimento da autarquia, ou seja, não criar contextos de participação não preparados pode ser um constrangimento à participação. (...). Muitas vezes têm noção como resolver o problema e, às vezes, até fazem parte da solução e isso pode resolver-se mais facilmente, coisas pequenas como "arranjem tintas e nós pintamos", portanto, há aqui muita coisa que podia ser montado numa parceria. (...) O espaço de participação condiciona a relação que se tem, se é de respeito, se é de valorização, se é de escuta ativa, se é horizontal, se é hierarquizada, isto condiciona a participação. (...) também tem de se cuidar do espaço que anima essa</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) da parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca experiência participativa; • Baixa autoestima; • Condicionantes pessoais/familiares; <p>(b) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p>(c) da parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; • Intervenções/metodologias erradas; • Relação hierárquica com a comunidade; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de intervenção; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade:</u></p> <p>(a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação reivindicativa (não-interativa); • Participação instrumental;

	<p>participação, portanto, a escolha de uma metodologia pode condicionar a participação. A utilidade, as pessoas só participam se for útil, se os estivermos a desafiar para uma coisa que não está na sua agenda, eles não vão participar. Depois também é interessante pensar ao nível dos parceiros, isto também acontece ao nível dos parceiros porque nem todos participam de igual forma, nem todos têm a mesma capacidade de influência e aqui pode haver vários condicionantes: a relação, por um lado, p.e., a dependência de financiamento das autarquias e aí as pessoas não contestam tanto, não é só contestar, posicionam-se menos, portanto, a relação de financiamento muda a participação do parceiro; acho que, por um lado, posicionam-se menos e, por outro lado, numa situação de divergência, são capazes de não dizer, não há oposição saudável no sentido de escuta e de se lançarem olhares. Depois há constrangimentos mesmo da vida das pessoas, já nos aconteceu estarem super ativos num processo de participação colectiva mas de repente a sua vida está tão difícil que eles têm mesmo é de se focar na sobrevivência económica, p.e., na sua vida, e isso condiciona a participação da sociedade civil, os ciclos de financiamento condicionam a sua participação e os desafios internos condicionam a sua participação.</p>	<p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; • Valorização da participação; • Utilidade da resposta; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros:</u></p> <p>- Grau de envolvimento e participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Financiamento das autarquias;
<p>14. Considera que a comunidade gosta e confia na instituição de que é membro/a?</p>	<p>Sim, sim, nos três bairros. (...) O RODA tem uma estratégia de comunicação pelo Facebook e pelo site, portanto, quem mexe bem nessas ferramentas, como alguns jovens e alguns empreendedores locais sociais, algumas pessoas das associações, conseguem ter isso, ver o que está a acontecer. (...) A relação com as organizações, depende das organizações, depende do estilo e da cultura organizacional, depende das pessoas também. P.e., a relação com a Câmara. Quem tem o apoio social, gosta muito da Câmara; se fores perguntar às pessoas do 60 fogos do BCV muda logo, não é? Depende do contexto e do contexto de relação, a relação mais difícil que se calhar existe aqui é com Cascais Envolvente, que é quem gera o notificado, porque de facto a legislação que infelizmente orienta todo o cálculo das rendas sociais, tem muitas lacunas e muitas iniquidades, as pessoas não conseguem pagar, não é calculado o rendimento per capita, p.e, (...), por outro lado também há dificuldade sempre de coisas municipais, de manter as obras de manutenção, portanto há sempre estas relações mais tensas (...). P.e., muitas pessoas não conseguem dizer o nosso nome, K'cidade, isso leva tempo, mas percebem a relação diferente que têm connosco, o espaço que têm connosco. Eu acho que a relação é muito positiva, p.e., apercebe-se aqui no espaço em que estamos, o Espaço Comunitário de Alcoitão é uma casa. (...) a Câmara</p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) K'cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confiança generalizada; <p>(b) Geral:</p> <p>- Confiança depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura organizacional da instituição; <p>(c) CMC:</p> <p>- Confiança depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Departamento/serviço em questão; <p>(d) Cascais Envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relação difícil com a comunidade; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; • Pólos comunitários; • Reuniões; • PICs;

	<p>pedir um fogo para um espaço comunitário, não há mais espaços, não há lojas, não há espaços disponíveis e, enquanto esteve na mão da Câmara, foi assaltado duas vezes e, assim que passou para nós (...) nunca assaltaram isto. Isto é um exemplo que mostra que eles percebem que estamos cá a fazer coisas diferentes, não é? (...) a Câmara tem espaços físicos que disponibiliza (...) portanto existiam aqui, em dois bairros, dois espaços comunitários. Quando nós chegámos não acontecia mais nada para além de reuniões, reuniões promovidas pela Câmara, e com os processos que animámos de ação de base comunitária, começou a haver a necessidade de ocupação daqueles espaços, p.e., há um grupo de senhores para a ginástica, pediu o espaço da Câmara para fazer lá a sua ginástica e o processo foi muito burocrático, demoroso, tiveram que pedir por escrito, ir a uma reunião, conhecer o regulamento, as regras e agora estão a usar, têm a chave na mão e usam. Na Adroana aconteceu o mesmo, várias dinâmicas de PICs que foram acontecendo passaram logo a ser num espaço comunitário. Foi mais fácil, também com o caminho da Câmara, conseguir acolher estas dinâmicas, sem formalismos, sem tanta coisa (...). Esperaram imenso tempo de resposta ao espaço, a primeira vez que pediram. Depois melhorou mas aconteceu uma coisa terrível que foi outro departamento da Câmara, o departamento do património, retirar esse pólo comunitário de um dia para o outro, sem avisar ninguém, inclusive, a equipa territorial aqui. Isto criou um caos, não é? (...) portanto, havia o regulamento do espaço comunitário aprovado em assembleia, pela Câmara Municipal, a utilização do espaço que estava a acontecer enquadrava-se nesse regulamento mas depois o departamento do património chegou, tirou a chave, sem mediar, sem ver, sem resolver (...).</p>	<p><u>Satisfação das necessidades</u> (a) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de espaços participativos; <p><u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de espaços participativos; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos burocráticos; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação/disponibilização de um espaço participativo; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário, sem partilha de decisão;
<p>16. Como avalia o trabalho desenvolvido em parceria com a JFA/CMC? Quais as principais vantagens e desvantagens dessa relação?</p>	<p>Tem que se separar, são diferentes. A Câmara de Cascais tem de facto aqui um papel muito importante do ponto de vista da animação territorial. É uma Câmara que tem, p.e., uma equipa de intervenção com ação territorializada e isto é, de facto, um factor importante: portanto, valoriza o desenvolvimento socioterritorial, valoriza e investe nesse sentido. (...) por outro lado também é uma Câmara que valoriza dinâmicas de democracia participativa, ao ponto de ter uma divisão de Cidadania e Participação. Por acaso, neste momento, não é tão visível a sua ação; (...) também este departamento, p.e., desenvolve o OP em Cascais e de facto temos uma estrutura interessante de OP: é deliberativo (...) mas já houve p.e., noutras alturas, ações territorializadas com as populações para intervenções que iam acontecer nos territórios, fosse na rua, fosse para resolver um problema, e neste momento esta equipa não está a fazer isto mas faz o</p>	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento na intervenção territorial; • Investimento na cultura participativa; • Desinvestimento na intervenção territorial; • Fortalecimento/capacitação organizacional; • Desconhecimento das necessidades do território; • Falta de apoio/suporte prestado à

	<p>apoio também ao funcionamento organizacional (...) todo o trabalho foi pensado e planeado com eles, em parceria, com o input de todos os outros parceiros que fomos envolvendo, fizemos assembleias de moradores, reuniões de parceiros para construir o plano, e depois identificámos os objectivos que nós partilhávamos, quais eram as ações que nós queríamos mesmo fazer em conjunto, em equipa. (...) Só temos uma estratégia nossa que é as TIC porque são dinamizadoras da comunidade e têm logo um impacte muito grande. (...) Nós temos sempre como estratégias de intervenção que são no fundo um meio e um fim para o nosso trabalho, promover a participação cidadã, promover o trabalho em parceria e em rede, e o fortalecimento de algumas organizações-chave (...). Portanto o primeiro trabalho que fizemos foi pensar, primeiro nós, em equipas, a Câmara e nós - porque também nos interessava que isto respondesse, numa perspectiva de sustentabilidade, à visão da Câmara, não é? Para fazer as coisas de acordo com a visão da Câmara sobre o DL -, e então tivemos muitas reuniões em equipa e pensámos o que poderia ser uma visão de rede, de que forma, como, e depois trabalhamos isso com os parceiros da rede.</p> <p><u>Sobre se existem decisões deliberadas:</u></p> <p>Sim, é tipo um trabalho de equipa alargado. (...) os parceiros territoriais que aqui intervêm, a grande maioria, intervêm nos três bairros; a grande maioria, de facto, são poucos os que intervêm só num dos bairros, e sentiam que haviam benefícios, desde o pensar colectivo e de juntar esforços que aconteciam só no bairro da Adroana para os outros dois bairros (...). como a Câmara é quem lá vai ficar e tem um papel de animação muito forte nesta rede, nós entrávamos na medida em que eles também queriam que nós entrássemos. (...) até aqui, a rede da Adroana teve um papel importantíssimo, um trabalho muito interessante, parceiros muito diversificados na sua constituição e ativos e participativos mas tinha mais uma ação mais de identificação de problema-solução, uma visão mais reativa (...) e não tinha muitas experiências de um planeamento colectivo, não foram muitos os projetos de planeamento colectivo de facto efetivo na rede. (...) Foi a primeira vez, isso foi muito interessante, a primeira vez que de facto se juntaram parceiros a pensar de A a Z um projeto, e porquê, para quê, porque normalmente, lá está, as pessoas traziam já uma parte pensada. Foi a primeira vez em que moradores tiveram também uma palavra a dizer (...). Faltavam esses dados e faltava qualidade porque não tinha sido feito um diagnóstico que levantasse de facto a voz da comunidade, o que é que eram as necessidades, o que é que eram as</p>	<p>comunidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo de realojamento mal gerido; <p>(b) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de intervenção territorial; • Descentralização de serviços de saúde; • Descentralização de serviços de apoio social; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; • Assembleias de bairro; • Reuniões de parceiros; • Diagnóstico participativo; • Plenários; • Comissão de Moradores da Adroana; • PICs; • Associação de Moradores de Alcoitão; • Espaço Comunitário de Alcoitão; <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição de papéis de outras instituições; • Individualização/domínio das ações/decisões; <p><u>Vantagens da relação de parceria</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horizontalidade na relação; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p>
--	---	---

	<p>potencialidades (...) mas tínhamos de ser nós muito mais a puxar, nenhum deles conseguia de repente parar para ir para a rua como nós fomos, quer dizer, fizemos conversas de rua, assembleias de bairro, fizemos um trabalho muito grande nesse sentido e eles [os parceiros] iam-se juntando (...). Cruzando isso, de facto, haviam coisas que não estavam identificadas como necessidades que surgiram depois (...) p.e., os bairros não têm clubes desportivos nem associações recreativas, a parte do encontro, do espaço em comunidade, do convívio, do lazer, não existe. Literalmente. A Câmara teve uma grande surpresa nesse aspecto e era uma coisa que as pessoas queixavam-se imenso (...). Alguns dos problemas ficaram mais claros, p.e., os jovens preocupam, sempre preocuparam imenso os parceiros, não há ou há poucas respostas dirigidas mesmo aos jovens mas sobretudo focadas numa questão de ocupação de tempos livres, apoio para o estudo, assim como as respostas do emprego. (...) com parceiros novos, diversificou-se ainda mais a rede de parceiros, alguns entraram e saíram, que é natural, não saiu nenhum dos que já estava, esses estiveram sempre, são muito ligados (...) a rede funcionava sempre em plenário, tudo era discutido em plenário, passou a funcionar com o plenário como órgão máximo, onde a decisão é igual, é deliberativa, igual para todos os membros. (...) depois deste planeamento fez-se uma priorização de quais eram as ações, os projetos que se queriam desenvolver em 2013 e os parceiros organizaram-se em grupos de trabalho para concretizar cada projeto (...). Portanto, o trabalho em parceria com a Câmara incluiu isto do pensar e isto é muito importante para nós, trabalhar com a Câmara de maneira a que conseguíssemos levar a decisão aos atores, não se fechasse nas duas equipas a tomada de decisão de como isto foi feito, não é? Também foi preciso afinar, também não podemos estar a esticar um processo a um nível que não fosse confortável para a Câmara, que não fosse sustentável; se a Câmara tivesse uma visão de rede que não quisesse incluir as pessoas, quer dizer, não fazia sentido porque ia criar depois uma situação que não seria sustentável (...). Nós e a Câmara tivemos aqui um papel muito importante de animação territorial, de animação dos parceiros, e acabou por, de alguma forma, o nosso papel que era à parte com a Câmara, às tantas também passou a ser visto como desconfortável para a Câmara, ok? Porque esse era o seu espaço de facto efetivo, a animação da rede, e cumpriu um papel muito importante mas há vezes de situações de "chega para lá". Nós estamos sempre a pôr esse processo como uma forma importante de dar esse espaço à Câmara porque é quem cá está. Por outro lado, decidimos colectivamente, p.e.,</p>	<p>(a) por parte do poder local: 1. CMC: <ul style="list-style-type: none"> Anulação de assembleias de bairro; <u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u> - Elaboração colectiva do plano de ação; - Definição de objectivos comuns; - Decisão deliberativa, igual para todos os membros; - Cogestão de um espaço participativo; <u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação: <ul style="list-style-type: none"> Formação em informática; <u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros:</u> (a) K' Cidade: <ul style="list-style-type: none"> Investimento na participação comunitária; Fortalecimento/capacitação organizacional; (b) Rede de parceiros: <ul style="list-style-type: none"> Parceiros diversificados; Avaliação positiva; Grupos de trabalho; - Parceiros de continuidade; <u>Sustentabilidade das ações</u> - Sustentabilidade depende: <ul style="list-style-type: none"> Visão da CMC sobre o DL; Visão da CMC sobre a rede de parceria; <u>Satisfação das necessidades</u> (a) Alcoitão:</p>
--	--	--

	<p>com o grupo de acompanhamento, coisas feitas colectivamente pelo grupo, mas a Câmara continua às vezes a oscilar e a mandar, p.e., o e-mail de convocatória da rede pelo técnico e não pelo o grupo de acompanhamento, estes pequenos pormenores. (...) P.e., não haviam folhas de presenças, foi uma coisa que se foi pensando, era a Câmara que registava e que fazia o resumo, não era partilhado, pequenas coisas que de facto fazem diferença e que são grandes mudanças, não é? (...). Trabalhamos com a Comissão de Moradores da Adroana, começámos logo no início, e agora com os PICs também acompanhamos em conjunto, em que também às vezes entendemos coisas diferentes sobre participação. (...) portanto, havia a Comissão de Moradores da Adroana, com conhecimento da Câmara (...) e aqui em Alcoitão há uma associação de moradores também que é uma associação que não serve o bairro todo, nem todas as pessoas do bairro valorizam a ação da associação ou se revêm na missão da associação, portanto há aqui um esforço de renovação (...). Em contextos como estes, sem experiência associativa, e desafiados dos vários pontos de vista, é preciso animar para a participação, não acontece. Tem que haver contextos adequados para que ela aconteça, tem que haver contextos de relação de confiança, é preciso estar lado a lado, é preciso fazer relação, é preciso aproximação; não pode ser uma ação satélite ou paraquedista que chega e aterra e faz a coisa acontecer, é preciso uma penetração nas dinâmicas do bairro, ir ao café, andar na rua, saber do que as pessoas falam quando se queixam das coisas, é preciso uma grande penetração, entre aspas, na vida da comunidade, para nos integrarmos na vida da comunidade. É preciso isso e é preciso depois acompanhar e criar contextos para que as pessoas possam de facto desenvolver a sua capacidade para organizar (...). Há uma grande diferença, p.e., entre isto e processos de democracia participativa como um OP. (...) para a Câmara, se calhar a experiência de participação que eles têm bastante forte é do OP, em que há o convite, há sessões marcadas e as pessoas aparecem. É claro que as pessoas nestes contextos não têm, não conseguem, quer dizer, não vão à escola, têm um conjunto de condições que não lhes permite usar este espaço de participação. Então o que é que nós fazemos? Fazemos assembleias gerais para explicar o que é que é o OP, para ajudar as pessoas a sistematizar as ideias (...) Isto para a Câmara, as pessoas não sabem fazer isto: "mas as pessoas não vão porque não querem", pronto, ainda não perceberam de facto que nestes contextos é preciso apoiar a participação, é preciso limar para a participação (...). para nós este apoio em contexto é fundamental para que as pessoas depois consigam</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de espaços comunitários; <p>(b) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de respostas para os jovens; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) Associação de Moradores de Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco representativo da comunidade; <p><u>Desvantagens da relação de parceria:</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes percepções sobre participação; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; • Aproximação da comunidade; • Apoio/suporte prestado à comunidade; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca experiência participativa; <p>(b) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divisão intracomunidade; • Falta de identidade colectiva; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; <p>(b) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade; <p>(c) no poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de visão sobre a
--	---	---

	<p>levar os passos para a frente, efetivos, e na sua capacidade (...) e para a Câmara isto é demais, é como se nós estivéssemos a condicionar as ideias ou os projetos: "os projetos são vossos ou dos moradores?" (...). E aqui percebe-se, de facto, a visão que às vezes temos diferente para a mesma coisa. Planeamos as coisas em conjunto e tal mas depois, pronto, até porque lá está, como temos visões diferentes, fomos trabalhando menos em conjunto. (...) O contexto que criámos então foi inicialmente para diagnósticos participativos e para a comunidade isto foi um espaço de reflexão, não só sobre os problemas e as necessidades mas soluções e ainda ninguém lhes tinha perguntado: "ok mas o que é que acha que resolvia isso?", essa parte também se exercitou. (...) há uma situação no BVC que tem a ver com a demolição de um conjunto de lotes (...) há 60 fogos no BVC em que o processo está a ser feito de realojados com as pessoas noutros sítios e para as pessoas do bairro é muito complicado para recuperarem as suas redes de vizinhança, toda a ligação que tiveram durante anos (...). portanto, por essa razão promovíamos fóruns comunitários no BVC e apareciam lá essas pessoas, enchiam o fórum, e depois naturalmente nos diziam: "o que é que vamos pensar para o bairro quando nos querem expulsar do bairro?", as pessoas dos 60 fogos, e depois haviam as pessoas que vinham do bairro, que tinham interesse no bairro, "opa, está bem, mas eu não vivo nos 60 fogos e eu também quero pensar sobre o bairro" e era difícil e depois houve de facto a decisão da Câmara de não fazer mais fóruns comunitários no BVC (...) e isso dificultou muito a intervenção de base no BVC (...). Isso foi uma mudança muito grande: a Junta, a Câmara aqui também, Cascais Envolvente que tinham um bocado uma visão das pessoas assim um bocado negativa, da capacidade de ação das pessoas: "as pessoas não querem" (...) "as pessoas querem é que lhes deem as coisas", um bocado esta visão (...) e aí perceberam: "epá, de facto, é uma resposta que tem consequência" (...) e nesse aspecto, houve uma grande mudança da Câmara, da Junta e dos parceiros mais formais sobre este tipo de atores locais, sobre os grupos informais, o que conseguem (...). A Junta tem uma ação diferente da Câmara, é mesmo pequenina em termos de recursos humanos, não tem técnicos dedicados diretos para este tipo de ação territorial (...). em termos de parceria, a Junta é nossa parceira cogestora deste espaço [Espaço Comunitário de Alcoitão] (...). Então o que a Junta faz aqui, em parceria, é planejar este espaço comunitário que tem como objectivo intervir na vida da comunidade do bairro de Alcoitão, através de processos que cruzem todos os tipos de intervenção, quer de resposta direta, acontece isso no</p>	<p>capacidade de ação da comunidade;</p> <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>(a) BVC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Retrocesso do grau de envolvimento e participação da comunidade de um grupo; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultas de psicologia; <p>(b) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social;
--	---	--

	<p>Emprego, como outros serviços que já existem na Junta, de apoio social, acompanhamento psicológico, uma série de serviços já da Junta, quer de acolher e ser um espaço potenciador de base comunitária dos moradores (...). Este bairro [Alcoitão] é desafiante por várias razões, não tem espaços de encontro comunitários, só há um café, e este bairro tem coisas por resolver que é problemas com os vizinhos, roubos entre vizinhos, problemas que se encaixam um bocadinho na forma de como ele foi construído porque este bairro foi o primeiro realojamento na década de 90 (...) até hoje não se criou muito o sentimento de comunidade, de pertença, e também se calhar isto pode ajudar a explicar porquê é que há roubos ou outro tipo de situações. (...) a Junta é aqui nossa parceira e, portanto, connosco, o mesmo tipo de poder, tomam decisões sobre o que acontece aqui connosco e depois, quer dizer, temos todos o mesmo poder.</p>	
<p>17. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente, havendo também a possibilidade, por parte dos cidadãos, em aceder a documentos onde esteja disponibilizada informação sobre medidas a serem adoptadas? (p.e., através de plataformas online)</p>	<p>A Câmara tem as reuniões municipais, as reuniões de Câmara, vídeos na net, é possível consultar. As decisões assim a nível local, há experiências disso, de facto. Na Adroana, houve uma intervenção no espaço público que começou por ouvir as pessoas, o que gostariam de ver acontecer na rua, naquele espaço público, quais eram as funcionalidades dele, espaço público que é uma praça central. Depois ele foi planeado e foi sendo discutido com as pessoas, os arquitetos trouxeram as plantas, o que é que estava a pensar, aí as pessoas puderam dar opinião sobre isso. (...) a Câmara já tinha organizado a Comissão de Moradores do Bairro da Adroana, antes não estava organizado como comissão, de onde saiu de facto esta participação para intervenção no espaço público e de onde saiu um conjunto de preocupações da comunidade, o que é que seriam problemas a resolver, necessidades e o que é que podia ser aqui também a solução. (...) Surgiu o campo de futebol e surgiram as hortas comunitárias, na Adroana, que foi um projeto municipal e como de facto os moradores tinham planeado na primeira fase, eles estiveram muito presentes. (...) No BCV não, até porque depois o financiamento foi cortado. Até aconteceu uma situação desagradável: mostraram-se as plantas, chamou-se para uma discussão por causa das plantas e depois acabou o processo. (...) parece haver vontade e vontade política mas como ainda não está a integrar uma dinâmica de ação da Câmara fica assim um bocadito às vezes pouco consulente e estas dinâmicas de facto de chamar à participação e de depois não dar resposta, não ter consequência das autarquias, parece ser desmobilizador, de facto. (...). Portanto, há alguns exemplos disso, em que a Câmara de facto ausculta as pessoas, ouve, participa, constrói com elas a intervenção mas não é uma prática</p>	<p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões municipais; • Comissão de Moradores da Adroana; • Assembleias de freguesia; • PICs; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; <p>(b) no poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade; <p>(c) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; • Empowerment; • Alargamento da rede de suporte informal; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias;

	<p>completamente assente e fixada (...). A Junta também tem, mais simples, o Facebook vai sendo atualizado, partilha as reuniões de freguesia, assembleias de freguesia. Eu acho que não tem assim processo de mover a participação e de intervir mas recentemente fez um, criou uma feira, que foi o Al-Qabazar, que o objectivo era mostrar o que Alcabideche tem de bom, trazer a visibilidade para empreendedores e identificar um produto de Alcabideche. (...) a Junta também está nos PICs, no Comité de PICs, e (...) ponderaram muito, de facto, tiveram uma oportunidade para perceber como a participação das pessoas pode ser consequente, não é? Como de facto as pessoas podem ser solução, podem ser parte da solução, podem ser protagonistas das soluções e não só beneficiários da resposta produzidas para eles (...) e acho que os surpreendeu muito também o trabalho dos grupos de interesse, que são grupos auto-organizados em que as pessoas fazem um projeto ou um trabalho que tem a ver com o seu interesse. As costuras, e os Eco-Criativos, p.e., têm crescido imenso no seu trabalho e a Junta estava impressionada com a capacidade de organização que eles conseguiram, de facto, se envolver e, mais que isso, os impactes nas suas vidas. Mulheres que estavam deprimidas em casa, não tinham o que fazer, de repente, ficaram com um brilho nos olhos, fizeram amigas, têm coisas do seu interesse que ocupe o seu tempo, em que planeiam, mobilizam-se, fazem coisas para a comunidade e para si (...).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Balço do trabalho local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação do território; • Ações de participação comunitária pontuais; <p>(b) JFA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco investimento na participação comunitária; • Investimento na valorização da freguesia; • Investimento na cultura participativa; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ação pouco consulente; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) Por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>- Grupos de interesse;</p>
<p>Sobre as ações de formação</p> <p>19.1. Considera-os eficazes para estimular iniciativa e para capacitar as pessoas?</p>	<p>Depende de como forem feitos. Podem ser chave, e foram, nós fizemos as coisas nessa perspectiva. (...) é preciso fazerem-se ações valorizantes que sejam de facto uma coisa que as pessoas querem aderir e que a partilha de experiências permita este ensino conjunto, este crescimento conjunto, partindo dos saberes que existem - as pessoas sabem imensas coisas na verdade; é claro que há alguns mitos, ideias erradas, coisas que é preciso desmontar, obviamente - mas há sempre saberes, há que partir do que existe e construir a partir dos saberes locais, das capacidades locais e cimentar a participação. Isto foi uma coisa que trabalhámos com todos os moradores, que incluiu formação em gestão doméstica, gestão económica da família, poupança, saber como se gerem orçamentos curtos e as</p>	<p><u>Eficácia das formações/atividades</u></p> <p>- Eficácia depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem formativa; <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências sociais; • Desenvolvimento de competências técnicas; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p>

<p>19.2. Considera-os adaptados às experiências e competências específicas de cada pessoa?</p>	<p>... pessoas aqui, p.e., sabem imensas coisas, deram imensas dicas entre si, mas também aprenderam imensas coisas de como organizar o seu orçamento. A parte da saúde, a parte da nutrição e depois a confecção em si, trabalhamos com todos os formadores, também houve formandos-formadores que depois da confecção foram eles também a ensinar receitas que tinham. (...) estes territórios, p.e., têm ainda problemas ao nível das competências básicas, alfabetização, temos muita população imigrante que não domina o português mas não só, portugueses também, portanto tivemos de fazer um grande investimento nas competências básicas, de literacia (...). Criámos uma formação, salvo erro, de 250 horas à medida que tinha competências básicas mas também outras para a empregabilidade e decorrem com imenso sucesso. (...) a Agência de Empreendedores o que tem estado a fazer é aproximar-se das empresas e oferecer-se quase como alguém que possa fazer a pesquisa do perfil de empregado que a empresa faz, e acompanha no tempo, é um recurso para a empresa, e além disso a Agência faz um trabalho com as pessoas de centrar muito no acompanhamento e nas forças da pessoa, não é só um acompanhamento.</p> <p>São mesmo adaptados, eles usam uma metodologia da marca pessoal e do emprego apoiado, sobretudo, e o que eles fazem é ir identificar as forças da pessoa e com ela perceber qual é o seu caminho, o seu percurso, de trabalho individual mas também colectivo, às vezes juntam-se em sessões de competências de soft-skills e outro tipo de competências. Faz esse trabalho de acompanhamento e investimento com a pessoa para que ela encontre, ou seja (...) há um investimento para que a pessoa identifique esse caminho e perceba os passos que tem de dar e que movimento seja tanto quanto possível, seja um movimento interno também de se conhecer melhor e conhecer as suas competências, as suas forças mas também fraquezas (...) são formações muito assentes na metodologia do emprego apoiado e depois na fase da empregabilidade também, na fase de quando se entra numa empresa, o processo não para, continua esse acompanhamento.</p>	<p>(a) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação sobre gestão de orçamentos familiares; • Formações para capacitação/entrada para o mercado de trabalho; • Acompanhamento de casos de empregabilidade; <p>(b) Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação sobre saúde; <p>(c) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analfabetismo; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <p>(a) Agência de Empreendedores Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento de casos de empregabilidade; <p><u>Adaptação das formações/atividades</u></p> <p>- Adaptadas/pensadas;</p>
<p>20. E relativamente aos <i>workshops</i> e às ações de formação técnica dirigidas aos dirigentes, voluntários e técnicos locais, como avalia a experiência?</p>	<p>(...) quer nós quer em parceria, porque isto também acontece muito em parceria, e aqui a importância é o timing e a utilidade, ou seja, não fazemos uma oferta disparada. Fazemos desde como é que se faz um cartaz, como é que mobiliza empresas para projetos sociais, como organizar um projeto, portanto, há alguma oferta assim estruturada que fazemos. O segredo que temos percebido é fazer nos momentos em que as organizações acham útil</p>	<p><u>Eficácia das formações/atividades:</u></p> <p>(a) para dirigentes, voluntários e técnicos locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade entre parceiros; • Partilha de recursos entre parceiros;

	<p>fazer, é um movimento de resposta à necessidade e é um movimento à vida e à organicidade em que estão as organizações. Essa oferta tem sido feita dessa forma e os valores são os mesmos, fazemos uma oferta com base na aprendizagem, no desenvolvimento, com base naquilo que te estava a dizer. Ele faz-se conforme o tempo, utilidade, portanto, estão a acontecer mais agora, numa primeira fase a pessoas não têm essa necessidade mas vão crescendo, vão tendo que organizar um projeto, têm que começar a divulgar as atividades que fazem, então começam a sentir "como é que se faz um cartaz?", "como é que se comunica?", "como é que se gere um orçamento?", a oferta vai sendo dada pela utilidade (...). as formações são teóricas, são práticas, são participadas, uma relação tanto quanto possível horizontal entre os formadores e os formandos, ninguém é dono do saber, todos podemos saber e todos partilhamos e percebemos também que estas formações são contextos de aproximação entre organizações, conhecem-se, aproximam-se e até se colocam como recurso umas para as outras.</p>	
<p>21. Na sua opinião, as dinâmicas participativas na comunidade têm influência no grau de informação que os cidadãos têm? (compreensão/funcionamento das instituições)</p>	<p>(...) é totalmente diferente hoje a relação da associação de moradores com a Junta porque de repente conhecem-se, falam-se, estão na relação, já não é aquela distância de um telefonema por telemóvel do presidente da Junta ou da Junta. Isso não acontecia antes, não é? Não havia uma relação estabelecida, portanto, aproximam-se de outros atores formais e aproximam-se aqui numa relação horizontal porque aqui a Junta também tem um papel fundamental, a Junta vem para este plenário para a gestão do espaço e coloca-se exatamente na relação horizontal. Podia ser tentador porque têm uma gestão administrativa do território, de facto. Isso também marca a participação, acho que é importante sublinhar isto: a forma como a autarquia, no caso da Junta, como se coloca aqui neste processo, é potenciador da participação, a proximidade de relação, a horizontalidade da relação, portanto, não acha que tem mais razão ou mais força quando traz para o plenário uma proposta, uma opinião, uma decisão, estamos mesmo todos ao mesmo nível. (...) a Junta traz dois serviços, portanto, traz o apoio social e o acompanhamento psicológico descentralizado, portanto, aquilo que acontece na Junta descentraliza para aqui e acontecem aqui, em alguns períodos da semana.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) no território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade entre a comunidade e as instituições <p><u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização de serviços de saúde; • Descentralização de serviços de apoio social; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade da comunidade; <p><u>Vantagens da relação de parceria</u> (a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relação de horizontalidade; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p>

		<ul style="list-style-type: none"> • Plenários; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horizontalidade da relação; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultas de psicologia; <p>(b) Apoio Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social;
22. Julga que as dinâmicas participativas têm potencial para qualificar a cidadania? Se sim, de que maneira a cidadania é estimulada?	Completamente, completamente. Cidadania e empowerment individual e colectivo, de facto. Porque mesmo num grupo de interesse, as pessoas experimentam a competência de criar, de decidir, de refletir, de produção, produzem um bem, de partilhar, de conviver, portanto, trabalha essas competências, imensas forças que as pessoas têm e que às vezes não têm espaço para as colocar. (...) no espaço de Alcoitão, trabalham as competências de cidadania, as pessoas pensam as necessidades da comunidade, como responder, que serviços mobilizar. (...) Portanto, participar na gestão deste espaço comunitário trabalha um conjunto de competências de decisão, de planeamento, de escuta ativa, de gestão, porque surgem muitos olhares diferentes, não é? Esta diversidade tão interessante, as preocupações dos moradores, a voz da Junta, e é pena não termos cá a Câmara, é mesmo pena... Eles retiraram-se porque não têm intervenção territorial aqui e tinham medo de ser um processo, terem um processo e não saber como o manter, mas é pena e faz falta, a Câmara. Portanto, cruzar estas lógicas informais, com estruturas formais, trazer respostas formais e olhar para as necessidades e para os recursos que estão à volta e como resolver, trabalha imenso as competências de cidadania e o empowerment e a capacidade de resposta colectiva.	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Empowerment individual; • Empowerment colectivo; • Desenvolvimento de competências sociais; • Desenvolvimento/aumento da capacidade de ação; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão;
23. Considera que as decisões implementadas têm condições de ser asseguradas pela própria comunidade, reforçando a sua sustentabilidade?	Estão em fases diferentes, depende da fase em que estão, da maturidade dos empreendedores, de experiência em gestão de projeto e de participação. (...) as metodologias que usamos foram feitas nesse sentido de aumentar a sustentabilidade das ações, a questão se ficam ou não ficam prende-se com vários aspectos (...) nós também não vamos embora amanhã mas se fossemos realmente havia muita coisa que caía. (...). Agora, aquilo que sentimos no caso de Cascais é que o tempo de financiamento é completamente desadequado ao tempo de mudança de	<p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Sustentabilidade depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência técnica da comunidade; • Experiência participativa da comunidade; • Apoio/suporte prestado à comunidade, por parte do poder

	<p>sustentação destes processos. (...) há um conjunto de competências técnicas e relacionais, dos atores e da comunidade do território, e aqui estou mesmo a falar de governança local, que leva tempo. Se fôssemos embora amanhã, muita coisa caía mas muita coisa também foi sementeira, dá frutos mais tarde e estas lógicas de participação eu acredito que fiquem mas também sei que se não houver uma ação continuada no tempo que não valorize esses processos de participação, as coisas vão morrendo. Há aqui também uma responsabilidade de quem fica e aqui mais talvez das autarquias, têm esta missão de cuidarem e responderem a estes espaços de participação que foram ganhos pelas pessoas (...) mas há um conjunto de competências que já ficam, fixam-se também competências nos territórios, fixam-se experiências, competências, saberes, esses ficam. (...) Há muitas coisas que condicionam a sustentabilidade, há coisas que ficam mas sobretudo a mensagem que gostava de passar é que estes processos levam tempo e este tempo. Os processos, os projetos e os financiamentos não podem ter este tempo de duração.</p>	<p>local;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização da participação; <p>- Alguns processos terminavam; - Continuação de lógicas de participação;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) Constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curta duração dos projetos;
--	--	---

C2. Técnicos do poder local (PL)

2.1. Entrevistado PL1

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	F	
2. Data de nascimento	37 anos	
3. Área de residência	Seixal	
4. Grau de escolaridade	Licenciatura	
5. Atividade profissional	Técnica superior de psicologia.	
6. Há quanto tempo é membro na CMC?	Começa em contexto de estágio, nos final dos anos 90. Interrupção. "Depois regressei já em 2007, portanto, desde essa altura estou de uma forma mais contínua na Câmara"	
7. Que tarefas desempenha nesta instituição?	(...) as nossas funções estão muito ligadas, por um lado, ao apoio social que nós fazemos semanalmente (...) uma das funções tem a ver com a habitação, nós também fazemos a avaliação de todos os pedidos de habitação que as pessoas residentes em Alcabideche fazem à Câmara, habitação social.	<p><u>Principais funções</u></p> <p>- Apoio social; - Avaliação de pedidos de habitação social;</p>
8. O que entende por participação?	(...) a participação seria, idealmente, sempre, ter a população presente em todos os projetos que nós pensamos para o território, ou seja, é também	<p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação como governança;</p>

	<p>pensar com as populações aquele território, portanto, é construir também a governança do território, portanto, isso para mim seria o expoente máximo da participação da população, nem sempre é possível.</p>	
<p>9. Como avalia e caracteriza a participação da população do território?</p>	<p><u>Alcoitão:</u> (...) estamos a começar, é um território onde nunca estivemos, temos uma relação muito afastada, as pessoas também se sentiram abandonadas naquele território e, portanto, neste momento estão a começar a ser chamadas. Claro que sempre existiram grupos organizados da população mas grupos não representativos, politizados, também que nunca foram, digamos, uma força representativa daquela população e a população nunca se reveu neste órgão. Portanto, estamos agora lentamente a começar este processo. (...) uma das coisas que influencia muito é a história da nossa intervenção naquele território, a relação de confiança que nós vamos criando com as pessoas e até que ponto é que vamos tendo em conta as pessoas nas nossas decisões. Quando isto não aconteceu, é óbvio que depois é muito mais difícil, de repente, chamar as pessoas.</p> <p><u>Adroana:</u> (...) nós temos tido um progresso em termos de nível da participação da população, ao nível da governança do território, através da constituição de grupos, espaços de discussão, fóruns, há cada vez mais possibilidade de as pessoas poderem estar em níveis de decisão muito precoces, portanto, temos criado esses espaços. (...) a Adroana é diferente, é um território muito recente, é um território em que nós podemos construir tudo de base, pronto, são territórios muito diferentes em que as nossas estratégias tiveram de se adaptar muito ao território mas de facto a Adroana está neste momento a fazer o seu processo de construção de uma população muito mais integrada nos processos de decisão e na parceria das instituições. A Comissão de Moradores também já é considerada um ator parceiro para muitas instituições, portanto, isso foi um ganho que nós tivemos enquanto que na Cruz Vermelha isso não existe.</p> <p><u>BCV:</u> (...) Na Cruz Vermelha, infelizmente, não temos conseguido esse processo de uma forma tão clara, muito influenciado pelos 60 fogos que, de alguma forma, tem contaminado, digamos assim, a nossa relação com a população (...) o nosso processo de chamada da população para a discussão sobre o território não tem sido conseguida porque as pessoas associam-nos ao processo dos 60 fogos (...) os fóruns de discussão com a população foram</p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC: <ul style="list-style-type: none"> • Afastamento da comunidade; (b) Instituições de Alcoitão: <ul style="list-style-type: none"> • Grupos politizados; • Pouca representatividade; <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão: <ul style="list-style-type: none"> • Bairro abandonado; (b) BCV <ul style="list-style-type: none"> • Potencial participativo; (c) Adroana <ul style="list-style-type: none"> • Bairro construído de raiz; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos: <ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenções falhadas; (b) por parte da comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Domínio do grupo de moradores dos fogos do BCV em processo de realojamento; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Fóruns; • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende: <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; </p></p></p></p></p>

	<p>dominados por questões dos 60 fogos, com acusações de parte a parte, digamos assim, da forma como este processo tem sido conduzido e não tem havido espaço para uma discussão mais ampla sobre o território (...) a população da Cruz Vermelha é uma população que também, digamos que é mais antiga ali, é uma população muito diversificada, tem pessoas de classe média, classe baixa, tem estrangeiros, tem portugueses, ou seja, é uma população muito diversificada e com muito potencial a esse nível de participação</p>	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de participação e envolvimento; <p>(b) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação negativa; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; <p>(b) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação/disponibilização de um espaço participativo; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Retrocesso do processo de reflexão colectiva sobre o território;
<p>10. Considera que a mobilização da participação da população tem tido influência na identificação e no combate aos problemas emergentes? De que forma?</p>	<p>Sim, sim, sim, p.e., todas as questões ligadas com a educação, com o insucesso escolar e etc., claro que eram problemas que nós já tínhamos identificado mas de alguma forma a população também se está a mobilizar de alguma forma para os combater, a criação do apoio ao estudo, que é um projeto que nasce da população, é nesse sentido, ou seja, eles identificam esse problema e de alguma forma também se mobilizam para o combater. (...) claro que o facto de estarmos naquele território todos os dias também nos faz ter um conhecimento do que é a vida daquelas pessoas muito profundo, quer dizer, vamos ser claros que territórios onde nós não estamos e em que não há este conhecimento, a população aí pode ter uma mais-valia muito maior do que tem em territórios onde nós estamos, ou seja, tudo o que as pessoas nos vêm dizer, de alguma forma, nós já sabemos. (...) é interessante porque as pessoas também se mobilizam para a resolução, "como é que vamos fazer face a estes problemas?" e não só esperar que nós façamos alguma coisa.</p>	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação interativa; - Avaliação positiva <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao estudo; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade;
<p>11. Em que situações é mais comum a comunidade participar? (reuniões, assembleias, encontros</p>	<p>(...) as pessoas podem participar nas Juntas de Freguesia, nas reuniões de Câmara, e pronto, isso as pessoas já o fazem, agora não existem muitos outros espaços de participação. As hortas acho que foi uma coisa interessante, o processo das hortas comunitárias, porque de alguma forma,</p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> • JFA; • Reuniões municipais;

informais, etc.)	<p>possibilitaram que as pessoas também falassem entre si e pudessem criar ali alguma coesão territorial (...) p.e., agora o que aconteceu foi que o espaço das hortas, as pessoas começaram a alargar cada vez mais e então as pessoas juntaram-se e querem fazer propostas ao município para a alteração de algumas das regras do projeto das hortas e de alguma forma a Câmara tem criado este espaço de abertura e de diálogo, portanto, o que eu acho interessante é: nos projetos, a Câmara permitir que exista este espaço de diálogo e que oiça as pessoas, portanto, as pessoas também sentem que têm este espaço. (...) são espaços não oficiais mas são momentos que são criados ao longo do tempo e que também permitem que haja esta comunicação entre a população e o executivo. Agora assim espaços formais em que as pessoas possam participar, não há muitos mais... o OP, pouco mais. (...) Na Adroana, é mais ao nível das reuniões da Comissão de Moradores, que é um espaço onde qualquer pessoa pode ir falar, na Cruz Vermelha isso já não existe. (...) Depois temos os gabinetes abertos ao público, em cada bairro, as pessoas podem ir, acabam por ser espaços de comunicação entre as pessoas e o executivo e muito importantes mas de resto não vejo assim mais espaços de participação que as pessoas tenham aqui (...) Eu acho que a Câmara está no bom sentido, no sentido de criar espaços mais espaços de participação, como o OP, mas acho que ainda há algumas coisas a melhorar nesse aspecto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • OP; • Reuniões comunitárias; • Comissão de Moradores da Adroana <p>(b) Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento; <p><u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços participativos;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção das hortas comunitárias; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade entre pessoas da comunidade; • Auto-organização; <p>(b) no território</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade entre a comunidade e as instituições <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ação consultiva;
12. Quais têm sido os efeitos diretos e indiretos na comunidade, no território e nos parceiros como resultado das dinâmicas participativas locais? O que mudou?	<p>(...) na Cruz Vermelha, não temos tido grandes impactes da participação da população. Na Adroana, temos tido grandes impactes, até porque um dos factores que contribuiu é decisivo para que houvesse impactes, foi o envolvimento do poder (...) neste caso, do presidente da Câmara, o vereador e as pessoas (...) houve aqui uma estratégia de trazer o executivo para o território que eu acho que contribuiu muito para que as pessoas percebessem que as suas reivindicações conseguem acontecer. Neste caso, foi óbvio, muito da qualificação que o bairro da Adroana sofreu nos últimos tempos, foi fruto daquilo que a população de alguma forma reivindicou (...) nós trazíamos estes processos para o executivo, chamar o vereador e o presidente ao bairro para falar com as pessoas. Isso</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) no território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade entre a comunidade e o poder local; • Requalificação física do território; <p>(b) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma instituição representativa da comunidade (Comissão de Moradores da Adroana); • Reflexão colectiva;

	<p>aconteceu durante várias vezes, as pessoas puderam interrogar diretamente as chefias (...) o bairro melhorou muito com isso e neste momento tem um órgão representativo, junto de várias entidades, consegue ter voz, e as pessoas também se sentem representadas por esse órgão [Comissão de Moradores da Adroana] (...) querem-se juntar à Comissão de Moradores para, em colectivo, reivindicar estas situações, junto dos órgãos competentes (...) as pessoas começam a pensar numa maneira mais colectiva, ou seja, "o problema que eu tenho, também se calhar é o problema do meu vizinho e se calhar se eu ligar ao meu vizinho tenho mais força para reivindicar isto", portanto, há toda uma mudança do pensar das pessoas e da lógica de funcionamento das pessoas que deixa de ser de uma forma individual e passa a ser uma forma mais colectiva (...) depois todo o impacte no bairro em termos de melhoramentos, e nos últimos anos foi muito evidente, isso, acho que isso foi muito da participação das pessoas (...) Depois, por outro lado, relativamente aos parceiros, tem sido muito interessante também que os parceiros no início, obviamente a população não era tida em conta na parceria, não estava representada, neste momento já houve reuniões em que a comissão esteve nos nossos fóruns colectivos e em muitos dos projetos que as entidades fazem já envolvem também a população, portanto, crescentemente a população é cada vez mais como um par e como elemento essencial para tomar as decisões relativamente ao território. Acho que no território da Adroana é que se tem visto mais este tipo de impactes participativos, os outros não.</p>	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio social: <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Participação reivindicativa; <u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) Comissão de Moradores da Adroana <ul style="list-style-type: none"> • Representatividade; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana </p>
<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam às dinâmicas participativas da comunidade? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p>(...) Sempre que os processos não são claros para as pessoas, perde-se graus de confiança grandes. (...) as pessoas ficam com a noção de que nada vai ser feito, tudo se vai manter, tiraram-se as pessoas dos prédios mas nada aconteceu, portanto, isso são elementos que quebram a confiança das pessoas, ou seja, nós temos de ter cuidado quando introduzimos processos de grande mudança, temos de ir até ao fim e acho que isso neste momento está um bocadinho em risco, pode levar a essa quebra de confiança e depois as pessoas não participam.</p>	<p><u>Percepções sobre participação</u> - Participação depende: <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; • Concretização de intervenções; • Grau de influência nas decisões; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte do poder local: <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; </p>
<p>14. Considera que a comunidade gosta e confia na CMC?</p>	<p>Eu acho que a população confia na Câmara, de uma forma geral (...) eu acho que o facto que reclamarem connosco quer dizer que têm uma relação connosco (...). Na Cruz Vermelha, como existem aqui processos</p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC: <ul style="list-style-type: none"> • Confiança generalizada; </p>

	<p>complexos de relações antigas entre a Santa Casa e a Câmara, eu penso que o grau de desconfiança é um pouco maior, mais nesse sentido porque existem aqui coisas que as pessoas não acham que são tão claras, processos antigos que não foram tão claros e, portanto, histórias anteriores que derrubaram esse laço de confiança mas, por norma, eu sinto que a população confia na Câmara e sente que tem espaço para vir ter connosco. Eu acho que o facto de que nós temos gabinetes de porta aberta, nestes territórios, é um sinal claro que estamos disponíveis sempre que quiserem, portanto, eu acho que é um sinal e acho que as pessoas também percebem que a Câmara não é uma entidade fechada que não fala com ninguém, eu acho que isso permite que essa relação de confiança seja estabelecida. Por outro lado, também temos um papel no território ao nível do atendimento social, ou seja, nós somos se calhar o elemento de maior proximidade que estas pessoas têm de várias instituições, portanto, isso para elas também é uma área de conforto e também ajuda a criar esta relação de confiança</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quebra do grau de confiança com a comunidade; • Disponibilidade; • Instituição mais próxima da comunidade; <p>- Confiança depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Do bairro em questão; <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relativa desconfiança da CMC; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza; <p><u>Canais de participação</u> (a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social;
<p>15. Como avalia o envolvimento e a participação dos parceiros que intervêm no território? (p.e. são parceiros de continuidade ou de oportunidade, comparecem à maioria das reuniões, fazem parte de pelo menos um grupo de trabalho, etc.)</p>	<p>(...) temos um envolvimento hiper ativo num dos territórios e muito pouco noutro (...) não estamos a conseguir ainda, apesar de todo o esforço que houve nos últimos dois anos, tentar que as pessoas deixassem de se centrar na sua instituição e no seu trabalho e passassem a ter o centro nos territórios, neste caso, tem sido muito difícil no BCV, as instituições estão super fechadas no seu trabalho. (...) ainda não há ali um envolvimento mais centrado no território, ou seja, a pessoa está na creche, trabalha com os miúdos mas está pouco ligada se calhar às questões de atendimento e acompanhamento das famílias, que poderia estar. Existem duas creches à frente uma da outra mas as pessoas não comunicam. Depois também há instituições no BCV que não estão interessadas neste trabalho de parceria, isto dificulta muito (...) temos ganho alguns parceiros novos para o BCV, temos tentado também chamar instituições de fora para trabalhar lá, ou</p>	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <p>- Envolvimento depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro em questão; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) Instituições do BCV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fechamento <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u> (a) Instituições do BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de interesse no trabalho de parceria;

	<p>seja, a nossa estratégia tem sido consoante aquilo que as instituições vão dando (...) a nossa rede de parceria é uma rede que eu penso que é bastante madura porque já estamos numa fase em que as instituições estão a trabalhar em projetos que não estavam no seu plano de ação normal de instituição, portanto, isso de alguma forma contribui para o desenvolvimento do território (...) acho mesmo que já ultrapassámos a simples articulação, já passámos para a construção de projetos colectivos e para a construção de projetos que não estavam no plano de ação das instituições, portanto, que nasceram das necessidades que foram identificadas na parceria. Já pensámos a 10 anos o território, já temos objectivos e metas a longo-prazo, por isso, acho que já fizemos um caminho muito bom, acho que falta agora esta introdução da população na rede, a nossa ideia também é essa, pôr as pessoas dentro da rede mas acho que de facto já construímos aqui uma rede muito sólida e com a qual acho que nós vamos poder fazer muito.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Falta de comunicação entre as instituições; <p><u>Balço do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Avaliação positiva;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros</p> <ul style="list-style-type: none"> Alargamento do plano de ação; Facilitação na identificação de problemas; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança</u> - Elaboração colectiva do plano de ação; - Definição de objectivos comuns; - Comunidade fora da rede de parceria;</p>
16. A participação em reuniões com outras instituições tem facilitado a identificação/resolução de necessidades/problemas?	(...) Todos os projetos que nós temos estão integrados nos objectivos e nas metas que a rede de parceria estabeleceu, não temos nenhum projeto fora, a não ser as atribuições que a Câmara tem obrigatórias de habitação (...) o último planeamento foi feito a dez anos, portanto, foi um planeamento onde pensámos o diagnóstico, atualizado, com os últimos dados do INE, mostrar tudo o que tinha sido recolhido em reuniões com a população, com as instituições, portanto, fizemos uma atualização grande do diagnóstico (...)	<p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança</u> - Elaboração colectiva de planos de ação; - Elaboração colectiva do diagnóstico social;</p> <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico participativo;
17. As decisões tomadas pela CMC são partilhadas de forma clara e transparente, havendo também a possibilidade, por parte dos cidadãos, em aceder a documentos onde esteja disponibilizada informação sobre medidas a serem adoptadas? (p.e., através de plataformas online)	(...) tivemos um espaço aberto no gabinete para as pessoas puderem vir consultar o projeto (...) e as pessoas puderam vir mas não tivemos assim muito espaço em que as pessoas pudessem, online e isso, pronto, ou seja, as pessoas que não puderam, durante o tempo que nós estivemos lá, ir lá ao gabinete, ficaram um bocado fora desse processo.	<p><u>Canais de participação</u> (a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Gabinetes municipais de atendimento; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Escassez de espaços de partilha de decisões;
18. Para o desenvolvimento	Sim, nós estamos sempre disponíveis. Nós em todos os territórios temos	<u>Canais de participação</u>

	isto leva muito tempo e muito dinheiro.	
20. E relativamente aos <i>workshops</i> e às ações de formação técnica dirigidas aos dirigentes, voluntários e técnicos locais, como avalia a experiência?	Temos feito muito pouco a esse nível, muito pouco. Sei lá, o último que eu me lembro que nós fizemos foi no início deste CLDS, uma formação para técnicos na área do acompanhamento das famílias, que eu acho que foi muito interessante mas foi curto e depois não teve andamento, ou seja, nós temos que fazer muito trabalho a este nível, nós estamos numa fase muito complicada com os técnicos, com pouca flexibilidade de tempo, esgotados, com estratégias muitas vezes de intervenção com pouca capacidade de inovação no trabalho que estão a fazer, voluntários também já bastante cansados, portanto, não temos tido tanta atenção a esse nível mas acho que temos de voltar a ter (...). Em termos do nosso envolvimento também em ações de formação e de outras experiências, era muito intenso, nós passámos do 80 para o 8, infelizmente agora não temos nada (...) nesse aspecto estamos um bocadinho mal.	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desinvestimento ao nível da formação; <p><u>Imagem e representação das instituições:</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicos com pouca capacidade de inovação; <p><u>Eficácia das formações/atividades</u></p> <p>(a) para dirigentes, voluntários e técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vontade de ter mais formação; <p>Adaptação das formações e atividades</p> <p>(a) para dirigentes, voluntários e técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de sustentabilidade;
21. Na sua opinião, as dinâmicas participativas na comunidade têm influência no grau de informação que os cidadãos têm? (compreensão/funcionamento das instituições)	(...) havendo agora um grupo maior, mais heterogéneo de população a participar, faz com que esta informação seja mais dispersa e haja uma maior comunicação entre as pessoas mas esse aspecto da comunicação tem sido ainda uma das coisas que nós queríamos evoluir muito porque achamos que ainda não alcançámos aquilo que gostaríamos. Achamos que ainda há muita gente que não conhece, por incrível que pareça, moradores que não conhecem o tipo de respostas que nós temos, não conhecem, têm ideias sobre o funcionamento das instituições que às vezes não corresponde à realidade.	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento/aproximação dos serviços e instituições; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento dos serviços/respostas; • Ideias erradas sobre as instituições;
22. Julga que as dinâmicas participativas têm potencial para qualificar a cidadania? Se sim, de que maneira a cidadania é estimulada?	Sim, isso sim (...) nós tentamos de alguma forma que cada vez mais as pessoas percebam que estes processos participativos não se restringem só à questão do território, ao bairro, e portanto temos estimulado muito que as pessoas se organizem e participem em espaços que existem de participação ao nível municipal (...). O facto de as pessoas estarem a trabalhar numa Comissão de Moradores, também estamos com isso a estimular certas competências nas pessoas, de organização, de pensar, decidir, escolher, etc., e isso também faz com que as pessoas se sintam com mais capacidade para ir ao OP apresentar um projeto, p.e., ou ir a uma assembleia de freguesia falar dos problemas do seu bairro (...) nós	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento na cultura participativa; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Desenvolvimento de competências sociais;

	<p>também queremos que as pessoas sintam: não são pessoas que residem na Adroana, são cascalenses, portanto, são pessoas que fazem parte do município e têm tanto direito como os outros em participar (...) o município também, em movimento paralelo, tem criado cada vez mais espaços para as pessoas puderem participar, o OP é uma coisa muito recente, e nós temos estimulado as pessoas dos territórios a participarem nesses espaços. (...) a Câmara também criou uma divisão de Cidadania e Participação (...) portanto, isto significa alguma coisa, significa que também para o município esta é uma prioridade, que é dar cada vez mais voz às pessoas e trazer cada vez mais as ideias das pessoas que residem nos territórios para a agenda política e para os projetos que são priorizados pelo município.</p>	<p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; • Assembleias de freguesia; • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Percepções sobre participação</u> - Participação como igualdade;</p>
<p>23. Considera que as decisões implementadas têm condições de ser asseguradas pela própria comunidade, reforçando a sua sustentabilidade?</p>	<p>(...) estamos neste momento a testar alguns mini projetos que a população consiga desenvolver, estamos ali a ter algumas fragilidades, até porque também, obviamente, não podemos esperar logo uma grande capacidade de planeamento mas a ideia é que no futuro, cada vez mais, a população possa abarcar alguns projetos; não todos, obviamente, porque a Câmara também tem algumas funções territoriais que não pode deixar de ter mas alguns dos projetos e algumas das reivindicações obviamente que nós estamos neste momento a deixar (...).</p>	<p><u>Sustentabilidade das ações</u> - Processo em evolução; - Comunidade com fragilidades para dar sustentabilidade às ações;</p> <p><u>Imagem e representação das instituições</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior responsabilidade;
<p>PERGUNTAS E RESPOSTAS ADICIONAIS</p>		
<p>Sobre o processo de realojamento dos 60 fogos do BCV</p>	<p>(...) tem a ver com a requalificação de uma zona que estava bastante degradada no BCV e em que a Câmara fez a aquisição daqueles fogos porque não eram nossos, eram da Santa Casa mas a Santa Casa não tinha qualquer intenção de fazer ali uma reabilitação, esses fogos passaram para nosso poder e estamos agora a tentar fazer o realojamento daquelas pessoas para fazer a demolição daqueles fogos. (...) aquilo foi um processo que não foi muito bem conduzido na altura e neste momento tínhamos ali muitas famílias em situações muito degradantes e, portanto, o nosso objectivo é requalificar aquela zona (...) ainda está bastante atrasado (...) como este é um processo com muitas dúvidas, muitas coisas não tão claras, todos os momentos em que nós tentámos criar momentos de fóruns de discussão com a população foram dominados por questões dos 60 fogos, com acusações de parte a parte, digamos assim, da forma como este processo tem sido conduzido e não tem havido espaço para uma discussão mais ampla sobre o território. (...) a nossa decisão foi que não iríamos criar um processo tão amplo como na Adroana enquanto os processos dos 60 fogos não terminar (...)</p>	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo de realojamento mal gerido; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza/transparência; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fóruns;

		<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte do poder local:</p> <p>1. CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Anulação de assembleias de bairro;
Sobre a mobilização da população	<p>(...) fazemos uma divulgação por todo o bairro para uma reunião, para um fórum colectivo, aí juntamo-nos todos e tentamos facilitar a discussão entre as pessoas para que toda a gente fale, toda a gente diga a sua opinião, e depois tomamos uma decisão de o que é que se vai apresentar, o que é que se vai falar. (...) lembro-me quando foi a assembleia de freguesia em Alcabideche, de ter reunido com a pessoa que foi lá e montámos o discurso todo que a pessoa ia dizer, escrevemos, a pessoa leu, fizemos ali um bocadinho um treino porque obviamente há pessoas que não estão habituadas a participar, são sempre coisas que causam um bocadinho de ansiedade, mas a ideia é também tranquilizá-los e levá-los a estarem preparados e depois correu lindamente e a pessoa sentiu que conseguiu (...) tentamos assegurar que a pessoa consegue deslocar-se ao local porque isso é um dos problemas grandes que temos, as coisas acontecem muito longe dali, e as pessoas também não têm capacidade para se deslocarem a esses espaços (...). Claro que a ideia depois é as pessoas, cada vez mais autonomamente, consigam fazer isto mas no início nós temos de estar presentes porque se não as pessoas vão desmobilizar (...) e também é isso o nosso trabalho, o nosso objectivo lá é este, enquanto a equipa territorial é acompanhar este processo de participação até o momento em que as pessoas o façam de forma autónoma.</p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fóruns; • Reuniões; • Assembleia de freguesia; <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento na cultura participativa; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento dos processos participativos; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) constrangimentos externos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Canais de participação (local);
Sobre os canais de participação	<p>[sobre o OP] Aí tivemos muita participação, não das pessoas destes territórios. (...) por acaso este ano em Alcabideche não houve muita participação, o problema dos OP é que são dominados por grupos que estão organizados, p.e., as escolas que são grupos muito fortes no território, mobilizam muita gente, pais, professores... (...) o orçamento ainda está muito direccionado para a população que tem mais acessibilidade. Quer dizer, aquelas sessões do OP, se eu puser lá a minha população mais analfabeta, eles não conseguem participar naquele tipo de espaço, portanto, temos de ver que aquilo está direccionado para o mainstream da população.</p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte do poder local</p> <p>1. CMC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Canais de participação municipais pouco generalizados;
Se pudesse mudar algo, para um melhor funcionamento das dinâmicas participativas,	<p>(...) eu acho que o nosso executivo teve uma atitude que nunca teve no território, no desenvolvimento do território, agora acho que está a fazer o contrário, que é, retirou-se completamente. Eu acho que uma das coisas</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte do poder local:</p>

<p>o que é que seria?</p>	<p>que não pode mudar é o nosso comprometimento com as comunidades, isso é fundamental, ou seja, nós não podemos tomar uma atitude de quase ioiô, nuns momentos estamos muito e noutros momentos não estamos nada e isso não pode mudar com a mudança de executivo, não pode mudar com a mudança de vereadores, tem de ser uma atitude de continuidade com a população porque se não é a tal coisa, quebramos o laço de confiança das pessoas. (...) ou seja, se nós dissermos às pessoas que é possível realizar aquilo, nós temos que realizar ou então temos de dizer às pessoas que não é possível; temos de ter uma atitude de sinceridade com as populações e de comprometimento, quer dizer, não podemos estar super envolvidas numa campanha eleitoral com a população e depois numa altura em que é preciso e que a população de facto vai reivindicar alguma coisa, nós esquecemo-nos que estivemos lá e que dissemos que íamos fazer aquilo e portanto eu não posso continuar a pedir às pessoas para participarem se depois não tenho condições, políticas também e de contexto organizacional, neste caso da Câmara, porque a Câmara... não podemos comparar a Câmara em termos de organização a outras instituições, quer dizer, por muito que a gente queira que isto seja muito equilibrado e tudo muito igual, nós não podemos dizer que a Câmara é igual a uma IPSS que está lá no bairro a trabalhar, nós temos outras responsabilidades. Nós não podemos dizer uma coisa e achar que as pessoas não vão ligar àquilo que a gente diz, quer dizer, temos de ter isso em conta, nós temos que perceber que temos uma responsabilidade no território e temos que a cumprir. (...) o envolvimento do poder político tem de ser grande mas também tem que concretizar algumas coisas para os territórios, se não, as pessoas nunca vão acreditar que alguma coisa pode acontecer. (...) p.e., na Adroana, a participação cresceu muito quando as pessoas viram que podiam ter influência. Se as pessoas virem que nada daquilo acontece ou não têm influência nas decisões, isso aí, faz morrer os projetos participativos e portanto esperemos que não se volte atrás em tudo aquilo que já se fez.</p>	<p>1. CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta • Mudança do executivo; • Falta de concretização; <p><u>Balço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desinvestimento na intervenção territorial; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior responsabilidade; <p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Sustentabilidade depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Do apoio/suporte prestado à comunidade, por parte do poder local; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de participação e envolvimento; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de influência nas decisões;
---------------------------	---	---

2.2. Entrevistado PL2

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	F	
2. Data de nascimento	49 anos.	
3. Área de residência	Cascais, Alcabideche.	

4. Grau de escolaridade	Licenciatura.	
5. Atividade profissional	Coordenadora de projeto dos programas, portanto, coordenadora geral dos programas de educação, na área da educação.	
6. Há quanto tempo é membro na JFA?	Fai fazer 8 anos, do no dia 2 de Dezembro.	
7. Que tarefas desempenha nesta instituição?	Acompanhamento dos protocolos, tenho que zelar pelo cumprimento para saber que isto de facto é exequível entre as partes, faço a articulação com as parecerias (...) portanto, faço esse acompanhamento das equipas. (...)	<u>Principais funções</u> - Acompanhamento de protocolos; - Articulação/accompanhamento de parceiros;
8. O que entende por participação?	É, de facto, a cidadania ativa, a interação entre todos, todos a darem o seu contributo e não houver qualquer encosto, passo a expressão. Todos participam, todos planeiam, todos dão as suas ideia e todos constroem, seja qual for o projeto que está em questão, em que área for.	<u>Percepções sobre participação</u> - Participação cidadã - Participação como governança;
9. Como avalia e caracteriza a participação da população do território?	Acho que tem vindo a crescer mas é feita por PICs. (...) acho que eles [K'cidade] são uma mais-valia no nosso território. Neste caso em concreto, porque embora eu tenha um olhar sensível, até porque já trabalhei no bairro de Alcoitão, estive lá à volta de 7, 8 anos, e tenho um olhar sensível e atento à comunidade, mas o que acontece muitas vezes no dia-a-dia é que estamos a trabalhar no nosso cantinho, às vezes esquecemo-nos do olhar mais alargado e estar em equipas mais alargadas e focarmo-nos, no fundo, nestes territórios. Esta equipa está com esta intenção, uma intenção permanente e local, um olhar local só para aquelas comunidades com estratégias sempre pertinentes e, no fundo, também são um bocadinho o motor de arranque de todas as outras instituições que estão à volta e, portanto, eu acho que isso tem sido muito enriquecedor e nota-se mais participação, no meu entender, em alguns grupos. Ainda não se conseguiu chegar a todos mas isto é mesmo assim, vai por arrasto e por contagem.	<u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Evolução do grau de envolvimento/participação; - Grau de participação variável ao longo do tempo; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: • PIC's; <u>Balço do tipo e do grau de participação e envolvimento dos parceiros</u> (a) K'cidade: • Capacitação/fortalecimento organizacional;
10. Considera que a mobilização da participação da população tem tido influência na identificação e no combate aos problemas emergentes? De que forma?	Eu acho que o fazem com acompanhamento, tenho muito medo quando esse acompanhamento não existir. Nós estamos sempre cá, em princípio, as instituições como a Câmara, a Cascais Envolvente e a Junta, estão sempre cá. (...) Por isso é que eu disse que a caracterização destas comunidades é por momentos, é de altos e baixos, porque há momentos em que estão lá e conseguem. Agora, nunca a vi tão ativa como atualmente, nem no tempo quando estive cá a ADEC, a Associação para o Desenvolvimento Socioeducativo do Concelho de Cascais, nem nessa altura, com o Programa Escolhas, porque nós no fundo estávamos ali com intenção de determinados projetos, determinadas faixas etárias, não no	<u>Percepções sobre participação</u> - Participação depende: • Apoio/suporte prestado à comunidade; <u>Sustentabilidade das ações</u> - Sustentabilidade depende: • Apoio/suporte prestado à comunidade; <u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Evolução do grau de

	bairro em si, no seu todo, e eu que eu sinto é que as pessoas de mais idade, 40 e tal e aí para cima, muito mais participativos, sem dúvida.	participação/envolvimento; - Grau de participação variável ao longo do tempo;
11. Em que situações é mais comum a comunidade participar? (reuniões, assembleias, encontros informais, etc.)	Festas, eventos, sim. Acho que, mais uma vez, através dos PICs, que é uma mais-valia para estes territórios, em que se fez neste momento uma avaliação dos vários projetos, eu pessoalmente - e acho que foi generalizado - fiquei muito satisfeita com a participação das pessoas porque, para mim, foi das poucas vezes em que houve de facto uma reunião com aquelas pessoas. Ou eram reuniões porque a pessoa não pagou a renda, e isso é de outro carácter, obviamente que é provocar a cidadania e que se cumpra um compromisso que se tem enquanto entidade, também é uma forma de trabalhar mas é sempre trabalhar com pressão, na negação, no fundo, e o trabalhar construtivo que a gente tem vindo a fazer, noto que as pessoas gostam e que se sentem valorizadas neste tipo de acompanhamento e de formato, não só as festas em si. Para eles, nós com eles temos sempre ganhos com festas ou outros eventos quaisquer, mas temos de dar a estas pessoas a valorização, o respeito, para construir as coisas com eles. (...) Assembleias acho que era preciso fazer-se com mais frequência, sem dúvida.	<u>Canais de participação</u> (a) Informais: • Festas; (b) Formais: • PIC's; • Reuniões; • Assembleias de freguesia; <u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade: • Aumento da autoestima; <u>Percepções sobre participação</u> - Participação depende: • Da valorização da participação; <u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de assembleias;
12. Quais têm sido os efeitos diretos e indiretos na comunidade, no território e nos parceiros como resultado das dinâmicas participativas locais? O que mudou?	Trabalhar em rede, que é fundamental, nós todos fazíamos isso já e tínhamos essa inquietação mas acho que agora começamos a ver alguns resultados do que é facilitador trabalhar em rede. A proximidade das relações, criar laços com outras pessoas, com as instituições; (...) Isto da nossa parte, do outro lado acho que estamos a valorizar pessoas que, até aqui, não sabiam muito bem o que é que era participar, ter voz ativa, o que é que era ter uma ideia, portanto, abrir canais de comunicação, trabalhar em rede, sei lá, acho que estão aqui uma série de coisas inerentes. (...) Para as comunidades acho que é muito a valorização e dar voz ativa, estar connosco a construir, a fazer, a participar de facto, não há outro nome, é isto mesmo.	<u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros: • Trabalho em rede; • Proximidade entre parceiros; (b) na influência de decisões: • Envolvimento da comunidade na tomada de decisões; (c) na comunidade: • Aumento da autoestima; • Desenvolvimento de competências de cidadania;
13. Que tipo de constrangimentos se colocam às dinâmicas participativas da comunidade? Quais os principais obstáculos e	Muitas das vezes, a primeira é a distância. Anteriormente, esqueci-me de uma coisa que é aproximação, aumentar os leques de comunicação e proximidade entre as pessoas. Constrangimentos... Muitas vezes não sabem em que porta é que vão bater, muitas vezes vêm conversar connosco e não têm uma resposta imediata, a resposta é demorada, é tudo o que eu estou a dizer ao contrário daquilo que disse anteriormente.	<u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) constrangimentos externos: • Canais de participação (local); (b) por parte dos técnicos: • Não-resposta;

<p>dificuldades que enfrentam?</p>	<p>Imagine que vem o técnico da ação social, o técnico fez o registo e não teve uma resposta imediata, o próprio técnico não articulou logo, houve aqui um compasso de espera, desmobiliza as pessoas. Acho que é distância, é ter que se marcar hora para receber (...) eu acho que quando as pessoas vêm ter com os técnicos da Junta e com o presidente, o que eles querem é uma resposta imediata. Nós somos a estrutura, na minha opinião, mais próxima, para além do K'cidade que está mesmo nos territórios, somos a estrutura mais próxima, aquela com maior durabilidade, que sempre existiu, com passado e futuro, mas as pessoas quando vêm cá não é para esperar, é para ter uma resposta e se essa resposta demora, é um constrangimento. Tem a ver com educação, queiramos quer não, com a estrutura social, com a educação, com a falta de investimento em si e na vida (...) as pessoas não foram educadas nem formadas para participar mas começou-se a ver que se se juntar as sinergias, a vontade, o querer de todos, traz benefícios e acho que estas comunidades começaram a perceber que são capazes de, e que unirem esforços tem um resultado muito positivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Processos burocráticos; <p>(c) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamentos pessoais/familiares; • Pouca experiência participativa; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade entre pessoas da comunidade; <p><u>Imagem e representação das instituições</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituição mais próxima da comunidade; <p>(b) K'cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituição mais próxima da comunidade; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>- Avaliação positiva;</p>
<p>14. Considera que a comunidade gosta e confia na JFA?</p>	<p>Pois, não sei se consigo dizer plenamente que gosta e confia, acho que vão fazendo por isso e nós também vamos fazendo por mostrar essa diferença e essa relação. (...) neste momento andámos um bocadinho para trás, estamos num processo outra vez de encantamento das relações mas noto disponibilidade do executivo mas tenho alguns medos, quer da parte de lá, quer da parte de cá, acho que se podia confiar mais, não se está a confiar tanto, é um processo em construção, no fundo.</p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confiança relativa; • Quebra do grau de confiança com a comunidade; • Processo de confiança em evolução;
<p>15. Como avalia o envolvimento e a participação dos parceiros que intervêm no território? (p.e. são parceiros de continuidade ou de oportunidade, comparecem à maioria das reuniões, fazem parte de pelo menos um</p>	<p>É muito díspar, depende muito dos parceiros (...). A Câmara delega muita coisa em nós, delega muito no outro, mas quando é para vir ao território, parece que tem uma barreira, nem sempre é fácil, por isso é que há pouco enalteci quer o presidente Carreiras quer o vereador, que são pessoas que, eles próprios como políticos, querem quebrar essa forma de estar e eu acredito que estão a mobilizar muitos técnicos a estar no terreno porque eu acredito que este trabalho, quer queiramos quer não, não se faz sentado numa secretária; há uma parte que sim mas há uma parte que é para estar com as pessoas, é ouvi-las, é dar colinho, acabam</p>	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <p>- Grau de envolvimento/participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • parceiro em questão; <p>- Parceiros de oportunidade;</p> <p>(a) Cascais Envolve:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco centrados no acompanhamento dos processos;

<p>grupo de trabalho, etc.)</p>	<p>por também nos dar a nós. Acho que a participação é muito díspar, uns mais próximos, outros mais distantes. Mais próximos vejo o Centro de Saúde, nós, o Cascais Envolvente depende dos projetos, às vezes estão mais na estratégia e pouco no acompanhamento (...) mesmo que a resposta possa não ir ao encontro mas têm de ter uma resposta (...). Deveriam ser parceiros fixos mas muitas vezes é só pela oportunidade.</p> <p><u>Sobre se os parceiros são ouvidos de igual forma:</u> Sim, isso sim, acho que ouvidos de igual forma si, depois a decisão já não sei se somos ouvidos da mesma forma.</p>	<p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Delegação de responsabilidades nas outras instituições; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Executivo com intenção de aproximação da comunidade; <p>(b) Centro de Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade da comunidade; <p><u>Percepções sobre participação</u> - Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproximação da comunidade; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança</u> - Inexistência de decisão deliberativa;</p>
<p>16. A participação em reuniões com outras instituições tem facilitado a identificação/resolução de necessidades/problemas?</p>	<p>Sem dúvida, tem ajudado a convergir. P.e., o Banco Alimentar, é uma coisa que me faz confusão. (...) Eu não critico que se possa dar dois cestos semanais a uma pessoa se houver possibilidade, agora perceber que há uma família que semanalmente fica sem aquele suporte alimentar, aí critico a intervenção, isto é um exemplo para mostrar que nem sempre há interação e é preciso uma interação maior, uma maior articulação. Portanto, facilita no sentido de ter determinadas coisas, de irem a determinados projetos e protocolos, e nós neste trabalho em parceria conseguimos identificar tudo isto mas ainda continua a faltar, na minha opinião, a articulação e a interação. O não ter vergonha de ligar ao colega ou de mandar um e-mail ou responder, tudo isto é comunicação, seja ela física ou digital, isto é comunicação.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação da identificação de problemas; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) Banco Alimentar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação negativa; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Baixo nível de articulação entre parceiros; - Baixo nível de interação entre parceiros;</p>
<p>17. As decisões tomadas</p>	<p>Atualmente? Não.</p>	<p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p>

<p>pela JFA são partilhadas de forma clara e transparente, havendo também a possibilidade, por parte dos cidadãos, em aceder a documentos onde esteja disponibilizada informação sobre medidas a serem adoptadas? (p.e., através de plataformas online)</p>	<p><u>Sobre se a comunidade tem acesso a espaços onde a informação sobre medidas a serem adoptadas esteja disponibilizada:</u> As pessoas têm sempre porque existe a Assembleia de Freguesia, isto no âmbito político mas que implica a participação ativa dos cidadãos. Os cidadãos só não vão lá se não quiserem ou se não souberem e eu acho que há muitos cidadãos que, apesar desta assembleia acontecer com grande frequência há muitos anos, muita gente não sabe que pode lá participar. (...) Portanto, aí há uma oportunidade e a Junta tem a porta sempre aberta, pelo menos é o slogan que nós vendemos aqui. (...) eu acho que transparentes, se elas acontecerem, elas são, percebe-se porquê é que elas estão a acontecer, eu acho é que não estamos a dar a resposta imediata, estamos a demorar muito tempo a responder, não é automático, e eu acho que as pessoas não podem esperar e isto nem passa pelos técnicos, passa mesmo pelo executivo. (...) tem de haver maior clareza. Transparência há quando se faz. Clareza, nem sempre. (...) Na minha opinião, atualmente, isto é horrível de dizer ou de sentir mas onde nós conseguimos respostas ou onde tentamos conseguir respostas, onde se sente maior pressão para dar respostas, é de facto com a Assembleia de Freguesia porque aí estão todas as forças políticas e, portanto, o executivo é obrigado a dar uma resposta, seja ela qual for (...) Acho que estamos a viver alguns constrangimentos, neste sentido.</p>	<p>(a) JFA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleia de Freguesia; • JFA; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p>(b) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento das dinâmicas participativas; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento político da comunidade;
<p>18. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?</p>	<p>Sim, eu acho que sim. Da parte da Junta, que é onde eu estou focada, é onde eu estou, a Junta tem o espaço Montepio disponível para isso. A própria comunidade, acho que as escolas são excelentes sítios para as pessoas se reunirem e tomarem decisões num espaço de excelência para servir toda a população. As ludotecas, os espaços comunitários (...). Também há os espaços colocados pela Câmara, para estar próximo da comunidade, o DIIS (...) que estão lá com essa intenção também, de acompanhamento e dar possibilidade à população de se reunir automaticamente. Portanto, há espaços e acho que há espaço.</p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Montepio (JFA); • Pólos comunitários; <p>(b) Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escolas; • Ludotecas; • Gabinetes municipais de atendimento;
<p>Sobre as ações de formação</p>		
<p>19.1. Considera-os eficazes para estimular iniciativa e para capacitar as pessoas?</p>	<p>A ação mais próxima da comunidade, para além do que temos vindo a conversar, no âmbito técnico, há o Orçamento Participativo, que foi uma atividade que tem ajudado bastante a dinamizar as pessoas, a perceberem que "se quero uma coisa, eu tenho de pensar nela", ter a capacidade de organizar o processo, de se envolver e de o divulgar, que vá a voto, tem aí uma série de competências para capacitar e levar, alavancar esta ideia, este projeto. Agora, eu acho que deviam haver formações para as pessoas, sem dúvida. Há a alfabetização, mas isto para mim não é uma</p>	<p><u>Eficácia das atividades/formações</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Desenvolvimento de competências técnicas; • Aumento da autoestima;

<p>19.2. Considera-os adaptados às experiências e competências específicas de cada pessoa?</p>	<p>formação, há o IEFP, não tenho a melhor impressão, aliás, não tenho mesmo uma boa impressão. (...) É muito condensado, é muito generalizado. (...) A ideia que eu tenho é que as pessoas vão para ali, fazem o 9.º ano, fazem o 12.º de forma condensada, de forma precária, no meu entender (...). Depois, não acredito em todas as pessoas que estão ali, conheço algumas pessoas que estão ali, de umas tenho boa impressão, de outras acho que foi, peço desculpa, mas foi cunha que foi para ali.</p> <p>Dá-se muito pouco a quem precisa tanto e acho que era preciso haver acordos para as pessoas que estão no desemprego. (...) Isto não pode ser assim porque depois as pessoas saem de lá, é bom para a autoestima mas em termos formativos é muito pouco e estas pessoas precisam que a gente lhes dê mais, com maior qualidade e profissionalismo. É condensado, é um bocadinho como a farinha Maizena, fez num instantinho com o leite, comeu, e aquilo acabou e quando é que acabou? Quando tem impacte na procura de emprego, quando se vão candidatar a uma universidade porque tem o 12º, vai para a universidade, ótimo, mas depois chega ao primeiro ano e não passa dali, portanto, temos de pensar nisto quer ao nível da formação, como já conversámos, quer nestes espaços de formação (...).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; • Auto-organização; <p><u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de formações;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; • 9.º e 12.º anos; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> (a) Instituto de Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação negativa; • Formações pouco sustentáveis; • Formações obedecem a favores interpessoais ("cunhas"). <p><u>Adaptação das formações/atividades</u> - Pouco adaptadas/pensadas;</p>
<p>20. E relativamente aos <i>workshops</i> e às ações de formação técnica dirigidas aos dirigentes, voluntários e técnicos locais, como avalia a experiência?</p>	<p>Acho que há poucas iniciativas nesse sentido. Há muita preocupação da formação técnica, para nós técnicos e, mesmo assim, eu faço formações porque penso nelas e há uma oportunidade e vou fazer mas esta organização não pensa em formações para nós. (...) não se pensa e eu acho que se devia pensar (...). Eu acho que as pessoas deviam fazer formação, é fundamental para nos desafiarmos a nós próprios, para melhorar no sítio onde estamos.</p>	<p><u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de formações para dirigentes, voluntários e técnicos;</p> <p><u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) para dirigentes, voluntários e técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vontade de ter mais formação;
<p>21. Na sua opinião, as dinâmicas participativas na comunidade têm influência no grau de informação que os cidadãos têm? (compreensão/funcionamento das instituições)</p>	<p>Sim, sem dúvida, nesse sentido as pessoas estão muito mais informadas mas eu acho que ainda há um caminho a fazer. Tanto é que está aqui à minha frente um guia de recursos que surgiu no RODA, pensámos num formato de bilhete onde estão as instituições todas. Há uns tempos, lá está, fazia-se muito isto por capelinha, agora já estamos a pensar global para o indivíduo, a quem chega onde quer que seja. Pode chegar ao Espaço Comunitário de Alcoitão e estão lá não sei quantas cópias e os colegas lá entregam, pode vir aqui, ou seja, todo este trabalho está muito</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento/aproximação dos serviços e instituições; <p>(b) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em rede; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p>

	mais alargado e enriquecido e chega de facto ao indivíduo em si, à população.	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão;
22. Julga que as dinâmicas participativas têm potencial para qualificar a cidadania? Se sim, de que maneira a cidadania é estimulada?	Já mostrei que sim, ao longo do que falámos. Pelas mais-valias, pelas competências que desenvolvem, pela confiança, pela valorização, por muito o que dizia o Obama, "yes, you can", as pessoas vêm que são capazes de e que há um efeito, está num processo e há um resultado. (...) estamos também com uma população mais informada, e bem informada, agora é preciso é mantê-la cá.	<u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Aumento da autoestima;
23. Considera que as decisões implementadas têm condições de ser asseguradas pela própria comunidade, reforçando a sua sustentabilidade?	<p>Tenho muito medo, tenho muito medo (...). Eu já estive numa associação em Alcoitão e, quando viemos embora, as pessoas ficaram zangadas, partiram tudo (...) e criou desconfianças, fragilidades sentimentais e comportamentais e as pessoas sentiram-se desamparadas, sentiram "pronto, ninguém acredita em nós". De facto naquele bairro não há um supermercado, não há uma atividade que implique ir lá a não ser o jardim-de-infância (...). No entanto, estas pessoas sentiram um grande corte, uma grande ruptura, já passaram por uma, passarem por mais não sei se será bom para estas pessoas (...). Em relação ao Calouste Gulbenkian [BCV], é uma população muito estereotipada e muito heterogénea, muito amarga, muito dividida, vejo-a diferente porque há ali de facto pessoas muito diferentes e que vêm de muitos sítios, não sei se sentem tanto porque já estão num patamar diferente (...) Isto para dizer que é importante estes parceiros que estão no terreno e é importante esta continuidade. A Aga Khan [K'cidade], que é fundamental continuar e continuar não são 3 anos; em 3 anos, isto pode acabar. Quem diz a Aga Khan, diz todos os projetos que estão inerentes, como os PICs, o contributo do professor Roque Amaro, que tem sido fundamental no âmbito da supervisão do Comité (...).</p> <p><u>Sobre a capacidade da comunidade do BCV assegurar os projetos:</u> Acho que sim, no entanto, também acho que precisa de outros projetos mas noto maior capacitação e autonomia, posso estar enganada mas é aquilo que sinto, é a minha percepção. A Adroana nasceu já com a aprendizagem destes dois bairros. (...) Na Adroana, antes de as pessoas ocuparem os lotes, as casas, foi tudo muito mais pensado, quer na casa atribuída ao agregado familiar, à escolha por prédio das pessoas pelas culturas de cada família, portanto, colocou-se o DIIS ali com uma intervenção comunitária já mais diferenciada, mais interventiva, mais pensada e, na verdade, nós aprendemos com os erros e foi com os erros destes dois bairros com o que se fez ou não se fez ou com o que se fez e</p>	<u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão: <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade desconfiada/descrente; • Comunidade desacreditada; • Divisão intracomunidade; • Incapacidade de muitas pessoas pagarem a renda; (b) BCV: <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade estereotipada; • Divisão intracomunidade; • Comunidade mais autónoma/capacitada; (c) Adroana: <ul style="list-style-type: none"> • Bairro construído através da aprendizagem de intervenções falhadas nos outros bairros; • Bairro construído de raiz; • Potencial participativo; <u>Satisfação das necessidades</u> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de respostas para jovens; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos: <ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenções falhadas; <u>Sustentabilidade das ações</u> - Sustentabilidade depende: <ul style="list-style-type: none"> • Continuação do trabalho realizado

	<p>desfez ou construiu e desconstruiu que se percebeu que não se podia voltar a fazer. (...) [sobre Alcoitão] há ali uma associação de moradores que, apesar das suas dificuldades formativas e pessoais, há muito boa intenção, há ali um senhor Barros já há muito tempo e que às vezes é desrespeitado e esquecesse um bocadinho que é o senhor Barros que tem sido sempre o motor de arranque dali daquela comunidade (...). Agora, também é um bairro que tem um grande número de jovens que não sabem o que é que querem, que andam por ali e que têm o estigma de se criar canais entre o fora e o dentro e o contrário, eles próprios fazem a separação, eles próprios têm o estigma, senti muito isso no passado e isto continua; eles quando estão envolvidos, eles são os primeiros a criar barreiras (...). Era importante para estes jovens haver formação, criar-se emprego, essa é uma grande preocupação, não sei como é que vamos dar a volta a isto (...). Há dias tive uma reunião em que estive a Cascais Envolvente, que são responsáveis pela habitação, na outra reunião percebi que eles estão com outras intenções, querem outros projetos, e acho bem que eles queiram, mas entristeceu-me a forma como eles olham para a comunidade, a distância. Eles têm ali um gabinete (...) a população vai lá, manifesta os desgostos, as necessidades, já estive em situações em que manifestaram soluções, mas depois não se passa dali e notei, a nível institucional, alguma arrogância e estas pessoas não podem ser arrogantes com esta população. (...) Há muita gente que não tem casa, há muita gente que está a pagar rendas elevadíssimas e há muita gente que está a sair da casa que começou a comprar porque não consegue pagar o empréstimo (...) aquilo que ouvimos ultimamente é que tudo o que implique dinheiro é a barreira (...).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • pelos parceiros; • Apoio/suporte prestado à comunidade; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Associação de Moradores de Alcoitão; <p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <p>- Escassez de espaços participativos;</p> <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento dos parceiros</u></p> <p>(a) Cascais Envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) Associação de Moradores de Alcoitão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade; <p>(b) Cascais Envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afastamento da comunidade; • Arrogância perante a comunidade; <p>(c) Professor Rogério Roque Amaro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação positiva;
PERGUNTAS E RESPOSTAS ADICIONAIS		
<p>Acha que a participação agora é menos reivindicativa, não no mau sentido, mas que já se põem como solução, como recurso?</p>	<p>Exatamente, sem dúvida, aí houve de facto uma grande evolução (...) aquilo que sinto, também sinto o poder local, e aqui falo mesmo do presidente Carreiras e do vereador Frederico Almeida, uma grande proximidade, uma grande simplicidade na relação com as pessoas. P.e., houve uma reunião com o vereador Frederico Almeida que ficou, na altura andava em campanha, de devolver à comunidade esta reunião, para dar feedback, isto em Alcoitão, de determinadas coisas para o bairro, e é de facto a associação a levar para a frente a mudança no bairro (...). Portanto, noto maior participação do poder local, dos políticos, mas noto que a população também no geral, nestes bairros. Se calhar onde eu sinto mais talvez será em Alcoitão; a Adroana, acho que já tem outra</p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Executivo com intenção de aproximação da comunidade; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u></p> <p>- Evolução do grau de envolvimento e participação;</p> <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento da comunidade</u></p>

	<p>caracterização, tem muita gente do exterior a trabalhar ali já, enquanto Alcoitão teve aqui processos de construção-desconstrução e de relação-não relação, uma série de cortes, e portanto eles estão um bocadinho de pé atrás, desconfiados. Aquilo que eu noto neste momento é, quando vão pedir algo, eles têm solução: "se não puderem, nós fazemos isto", isto há uns tempos era impensável. Acho que só se tem a lucrar com este poder local, com estes políticos, acho que os conseguimos ganhar de perceberem que do outro lado a participação é ativa, tem ideias, não é só dizer mal (...).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução do grau de envolvimento e participação; - Participação reivindicativa; - Participação interativa; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade desconfiada/descrente; <p>(b) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de instituições externas;
<p>Sobre o trabalho da CMC</p>	<p>(...) Acho que há vontade, têm bons projetos, têm sensibilidade mas por vezes há um medo, um medo do outro que se transforma em arrogância. Se questionamos demais, as pessoas assustam-se, se temos uma intervenção mais proactiva, que implica a participação deles, ou seja, eu acho que eles não olham de igual para igual toda a gente, basicamente é isso (...). Há muitos funcionários que já lá estão há muitos anos (...) estão num formato anterior que é "eu sou da Câmara" e isso é como se fosse um status, como se quisesse dizer uma série de coisas, "vocês têm de me respeitar, vocês têm que fazer o que eu digo" mas depende muito dos sectores da Câmara porque já há muita gente na Câmara que não funciona assim, felizmente, e com estes políticos também acho que isso possa vir a terminar ou a ser diluído. No entanto, também acho que temos um poder político ou uns políticos que têm preocupação em fazer coisas diferentes, em estar próximos da comunidade, em ouvir, tanto que aderiram ao Facebook (...). No entanto, também acho que há um distanciamento dos técnicos e que existe o grupo dos assessores, dos políticos e às vezes perde-se ali algo com os técnicos e acho que esse distanciamento ou não-suporte, por vezes, pode criar depois esta forma de estar dos outros colegas, portanto, alguns medos. (...) eu acho que Cascais, a Câmara em si, não deveria estar centralizada lá em baixo, no espaço do concelho, é uma ideia que eu defendo há muito tempo, acho que devia vir para aqui, devia ser descentralizado e estar próximo do povo (...) a tendência depois é, qualquer projeto que surja ou qualquer ideia como estas festividades todas, são muito pensadas no local Cascais e eu acho que muitas das atividades deviam ser pensadas nas outras freguesias, nas freguesias todas (...) a própria população local daqui de Alcabideche sente aqui este distanciamento, sente que no fundo somos todos Cascais mas há oportunidades em Cascais que se calhar também podiam haver aqui em Alcabideche (...). Eles tentam estar muito em</p>	<p><u>Balanco do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação positiva; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Executivo com intenção de aproximação da comunidade; • Distanciamento interno entre executivo e técnicos • Individualização/domínio das ações/decisões; <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arrogância perante os parceiros; • Diferenciação de parceiros; • Superioridade de alguns técnicos; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) constrangimentos extrernos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização da CMC; • Canais de participação (local);

	<p>Alcabideche mas depois quando estão no momento de decisões, lá em baixo, eu acho que se acanham, acho que não têm a atitude muitas vezes que eu tenho, mais reivindicativa construtiva, de pensar em Alcabideche como eu penso porque no fundo eles é que são os políticos, deviam ter outro sentir, quer no âmbito de sentimento de pertença, de identidade desta freguesia, em puxar para aqui outras atividades, outros eventos, outros projetos (...) não se pode criar pequenos oásis, em que funcionam determinadas atividades, e depois aquilo não dar em nada porque não tem o efeito contagiante, as pessoas continuam a sair daqui para lá e não o contrário, de lá para cá.</p>	<p>(b) por parte do poder local: 1. CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações centradas em Cascais; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território;
--	---	---

2.3. Entrevistado PL3

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	F	
2. Data de nascimento	45 anos.	
3. Área de residência	Parede.	
4. Grau de escolaridade	Licenciatura	
5. Atividade profissional	Neste momento, sou chefe de divisão mas a minha formação é assistente social. Sou chefe de divisão desde 2008.	
6. Há quanto tempo é membro na CMC?	Desde 1996. Fevereiro de 96.	
7. Que tarefas desempenha nesta instituição?	(...) Desde 2008, sou chefe de divisão, por isso, as funções são outras; há uma função de RH e de gestão de todas essas dinâmicas, faz parte dos RH, mas depois há esta questão da visão para os territórios e para as equipas, por isso, as funções mudaram um bocadinho.	<p><u>Principais funções</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão de recursos humanos; - Gestão das equipas territoriais;
8. O que entende por participação?	(...) eu conheço poucos processos de participação efetivos e aquilo que eu considero que é um processo de participação. (...) Eu considero que participação é quando a pessoa, de facto, está dentro do seu desejo e do seu sonho ao mesmo nível e no mesmo plano que um técnico ou decisor político para expôr aquilo que é o seu desejo e a sua visão sobre determinada coisa, não sendo mais ou menos do que ninguém. Cada um tem o seu papel e isso deve ser definido mas muitas da vezes isto é entendido como um "ah, já estás a falar muito" quando a participação vai para um lado, que é de facto o desejo das instituições e das cabecinhas dos técnicos - não sou todos assim, felizmente, de "para lá com isso". (...) as pessoas têm de facto de sentir este à vontade e muitas vezes isso não	<p><u>Percepções sobre a participação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação obedece a benefícios pessoais; - Participação como igualdade; <p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Escassez de processos participativos efetivos; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação:</u></p> <p>(a) por parte dos técnicos:</p>

	acontece; participam porque cortam o RSI, participam porque podem ter uma mais-valia de proximidade ou de qualquer coisa de emprego, e não pelos motivos que eu considero que são aqueles que deviam ser.	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos;
9. Como avalia e caracteriza a participação da população do território?	<p><u>Adroana:</u> A Adroana tem muitos guineenses, é a população que eu conheço melhor e sei que são pessoas que se mobilizam para qualquer coisa e que são profundamente abertos e qualquer pessoa chega à Adroana, qualquer técnico, qualquer instituição, por muito má que seja, consegue fazer trabalho na Adroana (...) há processos interessantes da autarquia, das hortas comunitárias e não sei quê, mais do que no BCV.</p> <p><u>BCV:</u> Na Cruz Vermelha não é assim, houve várias intervenções técnicas, as pessoas têm o realojamento há muito mais tempo com processos de inserção da Câmara, da SCMC e, por isso, são processos de exclusão diferentes daqueles que estão na Adroana (...). A Cruz Vermelha já foi massacrada com intervenções técnicas que não resultaram em nada, algumas com projetos muito interessantes mas em termos de sustentabilidade e da participação colectiva das pessoas... mas isto é mais o que eu ouvi dizer e vi de longe. Agora de perto, acho as coisas são um bocadinho diferentes, vão um bocadinho atrás das lógicas do CLDS, neste caso do K'Cidade que tem processos com os quais eu não me identifico de todo, mas são bairros muito diferentes. (...) eu acho que na Cruz Vermelha não se está a conseguir a participação da população, a população está muito centrada na questão do realojamento, na impulsão de alguns fogos (...) dá-me a ideia que o que elas pensam é que não têm voz naquele bairro.</p> <p>(...) eu diria que na Adroana as pessoas sentem se calhar que participam mais, há processos interessantes da autarquia das hortas comunitárias e não sei quê, mais do que no BCV, contudo, eu acho que são processos, assim de 0 a 100, diria que BCV está a 10% e a Adroana a 25.</p>	<p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Adroana: <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade facilmente mobilizável; (b) BCV: <ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenções falhadas; </p> <p><u>Balanco do tipo e do grau de participação e envolvimento da comunidade</u> (a) Adroana: <ul style="list-style-type: none"> • Baixo grau de envolvimento/participação; (b) BCV: <ul style="list-style-type: none"> • Baixo grau de envolvimento/participação; </p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social: <ul style="list-style-type: none"> • Construção das hortas comunitárias; </p> <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Processos participativos pouco sustentáveis;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Domínio do grupo de moradores dos fogos do BCV em processo de realojamento; </p> <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u> (a) K'Cidade: <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes percepções sobre participação; </p>
10. Considera que a mobilização da participação	Não. As ideias com que os técnicos foram para lá são as mesmas que têm porque de facto conduziram para as coisas que eram as coisas que já	<u>Constrangimentos que se colocam à participação:</u>

<p>da população tem tido influência na identificação e no combate aos problemas emergentes? De que forma?</p>	<p>tinham na cabeça. Não tem nada de diferente, se olhar para estes bairros e para as intervenções nestes bairros, e as Comissões de Moradores e os Grupos de Jovens, é igual. (...) As pessoas sonham exatamente aquilo que nós permitimos; nós, instituições e técnicos.</p> <p><u>Sobre a implementação de propostas da comunidade:</u> Sim. Umas sim, outras não. Nós ainda há pouco tempo tivemos, não sei se a Carolina falou da loja do pólo comunitário, tínhamos um pólo comunitário para a Comissão de Moradores e para outros projetos e a Câmara tem diferentes divisões. (...) decidiram tirar-nos o pólo comunitário, tirámos porque quer dizer quem está ali neste caso é a equipa. Era uma coisa pedida e reclamada pela população, fazia sentido, com validação técnica mas isto aconteceu, por isso, são ouvidos mais ou menos. (...) do meu ponto de vista são as preocupações das pessoas, de qualquer munícipe, é se tem transporte, se tem escola, saúde e nós não conseguimos resolver e andamos a fazer churrascos e processozinhos pouco sustentados, pouco sérios, do meu ponto de vista.</p>	<p>(a) por parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pólo comunitário; • Comissão de Moradores da Adroana; <p>(b) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convívios comunitários; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço participativo; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Participação reivindicativa;</p> <p><u>Percepções sobre a participação:</u> - Processos participativos pouco sustentáveis; <u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança:</u> - Representatividade parcial da comunidade ao nível da influência de decisões públicas;</p>
<p>11. Em que situações é mais comum a comunidade participar? (reuniões, assembleias, encontros informais, etc.)</p>	<p>As pessoas participam em tudo aquilo que lhes fizer sentido e se os técnicos forem genuínos naquilo que estão a promover. A noção que eu tenho é que se estivermos a sério naquilo, é só estalar os dedos. (...) "Ah, temos de andar atrás das pessoas", isso não é verdade, se as pessoas não vão é porque aquilo não interessa e nós é que temos de ver o que é que eu fiz para isto não interessar (...). Eu acho que as pessoas se mobilizam para aquilo que lhes faz sentido e se é um processo que eles sentem que é sério, senão, às vezes acabam por ir mas é porque são manipulados, criar processos de participação que são puras manipulações e delírios técnicos para apresentar resultados e PowerPoints.</p>	<p><u>Percepções sobre participação</u> - Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilidade das respostas; • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> - Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos;</p>
<p>12. Quais têm sido os efeitos diretos e indiretos na</p>	<p>Eu acho que há conhecimento, há proximidade e há alguma capacidade olhar e desmistificar alguns preconceitos e algumas formas de fazer, isso</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros:</p>

<p>comunidade, no território e nos parceiros como resultado das dinâmicas participativas locais? O que mudou?</p>	<p>claro que aconteceu, isto para os parceiros. Para as populações, depende do território (...) para a Adroana foi a requalificação do território e do espaço exterior, isso é um dos efeitos. Depois, há o processo (...) no sentido do autoconhecimento, p.e., houve vários projetos com as mulheres que eu acho que fizeram diferença para aquelas mulheres, no seu olhar, nós temos a parte da mutilação genital feminina e para estas mulheres isso fez diferença. Houve miúdos que tiveram a oportunidade de passar (...) por projetos interessantes de cursos profissionais, de escola, que fizeram diferença nas suas vidas mas vejo mais em termos do seu percurso individual, não tanto que se reflita no território e nem tudo tem de se refletir no território. (...) são sobretudo processos individualizados na Cruz Vermelha. Na Adroana não, há ali muitos processos suportados pelos guineenses que são, por característica da sua própria emigração, pessoas participativas, são mais participativas no sentido de estar, conviver.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mais conhecimento/informação; • Proximidade entre parceiros; • Reflexão colectiva; <p>(b) no território</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p>(c) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências técnicas; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p>(b) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formações sobre saúde; <p>(c) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursos profissionais; <p><u>Eficácia das formações/atividades</u></p> <p>- Avaliação positiva;</p> <p><u>Percepções sobre o território:</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potencial participativo;
<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam às dinâmicas participativas da comunidade? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p>Acho que muitas das vezes é perceber para quê é que isto serve, constrangimentos pessoais, têm vergonha, e muitas vezes o constrangimento é: "eu vou e vou perder tempo". P.e., nós fazemos não sei quantas reuniões por causa da questão do edificado e depois na prática não acontece nada (...) os constrangimentos são aquilo que está entre aquilo que é a capacidade de sonho e a capacidade de concretização.</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação:</u></p> <p>(a) por parte da comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento da utilidade das respostas; • Condicionamentos pessoais/familiares • Baixa autoestima; <p>(b) por parte do poder local</p> <p>1. CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de concretização;
<p>14. Considera que a comunidade gosta e confia na CMC?</p>	<p>Tem dias. Acho que mais ou menos. (...) são processos dinâmicos e tem muito a ver com a equipa, com quem dá a cara (...) há aqui uma questão de caras e de facto em termos de executivo isto muda e há colegas aqui há algum tempo e por isso às vezes acontece isto e volto a dizer: às vezes</p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <p>- Confiança depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto em questão;

	<p>confiam naquela pessoa, não confiam na Câmara; às vezes confiam na Câmara, não confiam nos técnicos, às vezes nem nuns nem noutros e, por isso, eu acho que é mais ou menos mas não é assim tipo branco e preto, há estes processos todos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa técnica;
<p>15. Como avalia o envolvimento e a participação dos parceiros que intervêm no território? (p.e. são parceiros de continuidade ou de oportunidade, comparecem à maioria das reuniões, fazem parte de pelo menos um grupo de trabalho, etc.)</p>	<p>Bem, é uma boa participação, têm um bom grau de participação (...) eu acho que os parceiros estão mobilizados, todos eles, as IPSSs, os públicos, a própria Junta. (...) Muitas das vezes vem só o chefe, que não concretiza nada e está tão distante que nem sabe do que é que estamos a falar, quando se quer um olhar mais cirúrgico, sei lá, um diretor de uma misericórdia ou um vereador, se calhar não sabem especificamente o que é o problema dos jovens (...) É preciso haver este movimento permanente e todos os dias; se nós descuramos isto, nestes processos, corremos o risco de não ser sustentável e não ser uma coisa séria e depois gastamos as pessoas, os técnicos e afastamos a população. (...) Sim, são de continuidade.</p>	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Grande envolvimento/participação; - Relativo desconhecimento das necessidades do território; - Parceiros de continuidade; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proatividade;
<p>16. A participação em reuniões com outras instituições tem facilitado a identificação/resolução de necessidades/problemas?</p>	<p>Sim, faz todo o sentido que seja assim.</p> <p><u>Sobre se há deliberação e todos são ouvidos da mesma forma:</u> Não, não, não Eu acho que p.e., esta coisa do K'cidade com o CLDS inquinou completamente o processo, o RODA e estes processos participativos existiam antes disto. O K'cidade, como sabe, é um financiamento da Segurança Social e tem eixos de intervenção e tem que ser permanentemente medido e, por isso, tem um andar de ter de prestar contas e, por isso, tem um ritmo que não é um ritmo dos processos e, por isso, muitas das vezes, dão gás numa coisa que ainda não é gás e as pessoas ainda estão a pensar e eles dizem que sim e já está feito. Isso aconteceu sempre.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação na identificação de problemas; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de deliberação; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) K'cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos;
<p>17. As decisões tomadas pela CMC são partilhadas de forma clara e transparente, havendo também a possibilidade, por parte dos cidadãos, em aceder a documentos onde esteja disponibilizada informação sobre medidas a serem adoptadas? (p.e., através de plataformas</p>	<p>Sim, há as assembleias de Câmara abertas onde as pessoas podem ir, depois tem a proximidade ao território, depois mandam mails ao presidente e ele até responde no Facebook e não sei quê, agora há aqui um grau de falta de transparência imenso, mesmo em relação a nós. Há a máquina política. Isso é uma realidade, as pessoas são aproveitadas. Na Adroana aconteceu, eu lembro-me num sábado irmos lá fazer qualquer coisa para os miúdos e estava lá a equipa, na campanha eleitoral, e apareceu o executivo que se ia recandidatar agora para fazer um churrasco (também gostam de churrascos, deve ser um problema) naquele território, por isso, nós naquela altura saímos, tudo embora do bairro, nós não nos podemos associar a nenhuma força política. Há muitas decisões de "oh, fixe, fizeram</p>	<p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleias municipais; • Pólo comunitário; <p>(b) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • E-mails; • Redes sociais; <p><u>Balanco do trabalho local</u> (a) CMC:</p>

online)	isto, esta estrada, esta não sei quê", porquê é que isto aconteceu? Eleições. (...) p.e., esta coisa do pólo comunitário, como deve imaginar, quando nos retiraram, eu não pude ir dizer aos moradores que conheço de nome e que me conhecem, tratam-me por tu, eu trato por tu, dizer "ah, não sei o que é que se passou", não é? Eu tive de dizer: a Câmara esteve mal, não posso ter outra atitude. (...) As coisas não são transparentes, claro que não são. Pode ser mais que há uns anos atrás, pode não sei quê mas de todo...	<p>- Encerramento de um espaço comunitário;</p> <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de transparência; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento político da comunidade;
18. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?	Sim, sim. Sim, ainda neste fim-de-semana houve, as pessoas pedem-nos os pólos comunitários, as associações e os grupos que estão têm as chaves nos territórios em que estamos há mais tempo. Claro que foi uma coisa pensada e participada por todos, não foi tipo de repente, mas claro que sim (...) não tanto como eu gostaria mas eu sou um bocado informal e acho que os espaços não podem estar fechados. Às vezes é uma guerra, as escolas estão fechadas, os pavilhões, e não faz sentido nenhum (...). Há aqueles pequenos poderes, é como o porteiro do cinema, acha que manda mais do que toda a gente, na discoteca "tu entras, tu não entras" e há assim umas figuras, ao nível dos parceiros, que acham que não sei quê (...) "mas porquê é que não se pode usar o pavilhão se estes miúdos não fazem andebol há não sei quanto tempo e nanana", "ah, porque estragam e porque são vândalos", isto nota-se muito bem e a autarquia tem muito esta visão; também, como digo, depende dos executivos. (...)	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pólos comunitários; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência das decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas da comunidade; • Criação/disponibilização de espaços; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte dos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamentos no acesso a espaços participativos;
Sobre as ações de formação		
19.1. Considera-os eficazes para estimular iniciativa e para capacitar as pessoas?	Uns são, outros não. (...) têm-se visto coisas muito interessantes e outras não têm interesse nenhum, há de tudo.	<p><u>Eficácia das formações/atividades</u></p> <p>- Eficácia depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas em questão; <p><u>Adaptação das formações/atividades</u></p> <p>- Adaptadas/pensadas;</p>
19.2. Considera-os adaptados às experiências e competências específicas de cada pessoa?	Uns sim, outros não. É exatamente a mesma coisa. (...) conheço quase todos os agentes de proximidade a fazer questões de emprego e há uns melhores que outros.	
20. E relativamente aos <i>workshops</i> e às ações de formação técnica dirigidas aos dirigentes, voluntários e	É a mesma coisa, tem coisas ótimas e coisas que não são tão boas. Ao fim destes anos todos de trabalho já sabemos quem é que fala, o que é que é isto, e eu já não tenho saco para ir ouvir pessoas a debitar experiências que eu sei que não é verdade, para isso, vou ler os livros.	<p><u>Eficácia das formações/atividades</u></p> <p>(a) para dirigentes, voluntários e técnicos:</p> <p>- Desvalorização das formações;</p> <p>- Eficácia depende:</p>

técnicos locais, como avalia a experiência?	Fizemos assim, depois aconteceu assado, quer dizer, a gente já sabe "lá vem mais música" mas acho que é preciso, nós temos de estar sempre a reciclar e a ver outras experiências e não sei quê mas é desgastante ir a coisas que não nos acrescenta nada ou que não nos põe em causa.	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em questão;
21. Na sua opinião, as dinâmicas participativas na comunidade têm influência no grau de informação que os cidadãos têm?	Não. Nem por isso. Nós no ano passado tivemos uma coisa gira (...) perguntámos às pessoas se conheciam aquelas instituições e se associavam o logótipo e o que é que faziam... Bola!	<u>Percepções sobre o território</u> (a) Geral: <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento das instituições;
22. Julga que as dinâmicas participativas têm potencial para qualificar a cidadania? Se sim, de que maneira a cidadania é estimulada?	Sim se forem sérias. Se forem levados a sério. (...) Às vezes em vez de ser uma coisa de abertura estamos a ter processos de fechamento sobre si próprios. (...) O que se passa muitas vezes no BCV, Adroana e Alcoitão, alguns processos de participação e mobilização são dentro para dentro e acho que não tem interesse nenhum... Tem interesse mas é uma etapa, não é o fim do processo.	<u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; <u>Percepções sobre a participação</u> <ul style="list-style-type: none"> • Processos participativos fechados sobre si mesmos;
23. Considera que as decisões implementadas têm condições de ser asseguradas pela própria comunidade, reforçando a sua sustentabilidade?	Não, não porque a maior parte das coisas são processos da cabeça dos técnicos. Sim, nós temos o pólo comunitário de São Domingos de Rana, que é o equivalente ao da Adroana, isto para dizer que a nossa equipa não põe lá os pés há uma série de tempo, está assegurado por aquelas pessoas (...) por isso, a gestão disto é brutal, é como se nos tivéssemos ido embora. (...) Eu acho que a Comissão de Moradores, sim, mas há coisas que eu acho que não. Ali daqueles três territórios, acho que não.	<u>Sustentabilidade das ações</u> - Processos terminavam; - Continuação da Comissão de Moradores da Adroana; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana;
PERGUNTAS E RESPOSTAS ADICIONAIS		
Sobre a mobilização da população	(...) O que eu acho que faz diferença é sobre se os processos são genuínos ou não, se é só para fazer PowerPoint para mostrar aos outros, as pessoas vão embora e aquilo cai tudo e na realidade as pessoas sentem que não tiveram nível de participação e de cidadania efetivo. Muitas das vezes, os processos de participação são para ouvir as pessoas	<u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos;

	sobre aquilo que nós achamos que elas querem ser ouvidas (...) Não tenho nada contra o empreendedorismo mas acho que essas formas de participação são preconceitos técnicos mascarados de processos de cidadania (...). (...) as pessoas têm que ser todas vizinhas e têm almoçar umas com as outras e têm de viver a interculturalidade à força, os cabo-verdianos têm de comer com os angolados, quer queiram quer não, e acho que esses processos são processos de exclusão encapotados de outras coisas e só acentuam a exclusão.	<u>Imagem e representação dos parceiros</u> - Sobreposição de resultados técnicos sobre a participação comunitária; <u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Intervenções técnicas acentuam a exclusão;
--	---	---

C3. Grupo de moradores (M) e observador privilegiado (O)

3.1. Entrevistado M1

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	F	
2. Data de nascimento	47 anos.	
3. Área de residência	Moro mas eu nunca morei aqui, moro aqui há nove anos [Adroana]. Vim logo no princípio, vim estrear a casa, em Fevereiro de 2005.	
4. Grau de escolaridade	9.º ano, fiz agora há em 2009.	
5. Atividade profissional	Empregada doméstica.	
6. Faz parte de alguma associação/organização ou PIC do bairro onde vive?	Da Cozinha Eco-Criativa, da Ginástica Eco-Criativa, da Costura Origens da Linha, faço parte de muita coisa. Faço agora parte da Comissão de Moradores.	- Cozinha Eco-Criativa; - Ginástica Eco-Criativa; - Costura Origens Da Linha; - Comissão De Moradores Da Adroana;
6.1. Há quanto tempo?	É recente, um ano, para aí. Desde que eu fui para a Cozinha, comecei a interagir mais com o bairro. A Comissão é mais recente.	Um ano.
6.2. Porquê é que decidiu tornar-se membro/a?	Estava em casa, não fazia nada, empregos para a minha idade também já é difícil (...).	<u>Motivações para ser membro de uma organização/PIC</u> - Escassez de atividades;

<p>7. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?</p>	<p>A da ginástica é lá em cima, na Cruz Vermelha, temos lá o pólo comunitário para fazer ginástica mas tem de ser àquelas horas (...). A costura é aqui no bairro, dá para ir lá duas horinhas. É na ludoteca mas acho que vai acabar, acho que nos vão tirar o espaço. Dizem que vão tentar arranjar um sítio para a gente.</p> <p><u>Sobre se existem mais espaços para além destes:</u> Não, para fazer estas atividades, não. Temos a ludoteca que também tem as coisas para os miúdos e os computadores (...)</p>	<p><u>Canais de participação</u> (a) Formais: • Pólo comunitário; (b) Informais: • Ludoteca;</p> <p><u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços participativos;</p> <p><u>Tipologia de respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação: • Formação em informática;</p>
<p>8. É comum a CMC/JFA consultarem a população? (p.e.: relativamente aos problemas do bairro, soluções identificadas)</p>	<p>Se calhar até vêm mas eu não tenho conhecimento disso. A gente tem a Comissão de Moradores, marcámos agora uma reunião para dia 4 de Setembro com o presidente da Junta de Freguesia de Alcabideche para falar sobre os problemas do bairro a ver se nos pode ajudar. Pode ser que ele tenha algumas ideias que nos possam ajudar, não quer dizer que seja financeiramente, ajudar com ideias.</p> <p><u>Sobre se é comum o poder local visitar o bairro:</u> Não, quero dizer, eu acho que não.</p>	<p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) poder local: • Ação pouco consulente;</p> <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais: • Comissão de Moradores da Adroana;</p>
<p>9. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente? i.e., as pessoas conseguem encontrar informação sobre medidas adoptadas ou a serem adoptadas?</p>	<p>Isso vamos a ver, fizeram ali as hortas comunitárias e o campo para os miúdos jogarem à bola mas isso é porque estavam em eleições, tanto que aquilo foi inaugurado a 16 de Setembro, para aí, e as eleições eram no final de Setembro. Eu sei que as hortas foram mesmo os moradores daqui que pediram mas eu não sei porque só agora é que eu entrei para a Comissão de Moradores, não sei o que é que eles andaram a fazer. O presidente da Junta já veio cá umas quantas vezes, o presidente antigo, veio cá umas vezes e disse sempre que ajuda, só que é assim, eu não estou muito a par.</p> <p><u>Sobre o encerramento do pólo comunitário:</u> Era onde os moradores se reuniam e as miúdas da dança, mudaram a fechadura, puseram outra nova. Acho que isso foi a Câmara de Cascais. Foi o que eu ouvi dizer e sei onde é que é a loja, é lá ao pé do Pingas mas agora o porquê... Já ouvi dizer que foi lá por causa do barulho das danças (...). Deviam chegar e falar com as pessoas, "olha, passa-se isto e isto e isto, como é que é, vão acalmar? Se não é para acalmar, a gente tira" mas tiraram. Se calhar até avisaram, não sei, digo eu, se calhar até avisaram mas depois tiraram.</p>	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social: • Construção de hortas comunitárias; • Requalificação física do território;</p> <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais: • Comissão de Moradores da Adroana;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência de decisões • Implementação de propostas da comunidade;</p> <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC:</p>

		<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento político da comunidade; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário; • Requalificação física do território; <p><u>Abertura, clareza e transparência:</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário, sem decisão ser partilhada;
<p>10. O que entende por participação? O que significa para si?</p>	<p>Para mim, muito. Eu andava triste, não saía de casa e gostava agora de fazer coisas para os miúdos aqui do bairro, atividades, mas acho que há muita burocracia. Precisam de muitos papéis, muitos pedidos e se a gente for a pensar nestas coisas todas, não se faz nada. Eu queria fazer uma festinha, não era para pessoas de fora, era só para gente aqui do bairro, com o nosso artesanato, com a nossa costura, com coisas da cozinha mas a dona Helena diz que é preciso muita coisa, muitos papéis e muitos pedidos e assim nunca vão fazer nada (...). Da outra vez, a Cozinha Eco-Criativa foi lá para Alcabideche, fomos falar com a Dr.^a Isabel Cruz, da Junta de Freguesia, com os nossos azeites e com os nossos doces e não foi preciso nada disso.</p> <p><u>Sobre quem é que não deu autorização:</u> Quem disse que era preciso isso tudo foi a Dr.^a Helena, da Câmara. (...) Houve aí atividades, houve aí jogos, houve aí o ciclismo, porque temos a loja o ciclismo, mas lá está (...) foi aquilo que eu disse lá na reunião: está aqui o coiso de ciclismo mas quando há ciclismo aqui é só para os meninos federados, não é para os de cá, e o que era giro era fazer esse ciclismo com os miúdos de cá. Eles têm bicicletas todas estragadas, velhas e não sei quê mas pá, é giro para interagir com os miúdos de cá, só com os miúdos que vêm de fora não tem piada nenhuma e os de cá ficam tristes porque não fazem. Eles andam aí de bicicleta, uns não têm o selim, outros não têm um pedal mas andam aí na brincadeira e eu acho que têm os miúdos federados, tudo bem, têm as provas para os federados mas deviam fazer corridas para os miúdos de cá.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Empowerment individual; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte do poder local 1. CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos burocráticos; <p><u>Imagem e representação das instituições</u> (a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciclismo; <p><u>Satisfação das necessidades:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenções direcionadas para públicos exteriores; • Escassez de atividades para crianças;

<p>11. Como avalia o trabalho das associações e organizações que estão a atuar no(s) bairro(s)?</p>	<p>Têm, têm feito coisas boas. Tem aqui muitas associações e trabalham muito bem, as meninas da Câmara também. Temos o GIP que é do emprego, ajuda na procura de emprego.</p>	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros:</u> - Avaliação positiva;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação: • Acompanhamento de casos de empregabilidade;</p>
<p>12. E o trabalho da JFA/CMC, como avalia?</p>	<p>Não tenho razão de queixa. Eu sei que a Junta de Freguesia no ano passado, não era este presidente, era o outro, veio cá uma data de vezes e era uma pessoa impecável e este também parece ser. A Câmara... Às vezes acontecem aqui coisas que eu não sei, se eu não estou nestas atividades (...) vou sabendo mas às vezes acontecem coisas que eu não sei e depois é que me contam. Agora como estou na Comissão de Moradores, já sou capaz de vir a saber mais coisas. As casas de aluguer estão com as portas todas partidas e acham que é obrigação da Câmara repor e não vão pôr portas nenhuma, não é? Mas acho que eles deviam era pintar os prédios por fora porque isto não foi arranjado e acho que eles tinham que arranjar ao fim de cinco anos ou lá o que é (...). Mas eles estragam tudo, destroem tudo e depois querem que a Câmara venha arranjar... Arranjam e no dia a seguir já está tudo estragado (...) eles pensam que a Câmara tem de dar mas não é assim. Por acaso não é bem a Câmara... Sim, é, é a Câmara, é a Cascais Envolvente. Quando a gente veio para cá, tinha um parque e um jardim, destruíram, entretanto já fizeram outro jardim e outro parque, ali ao meio está tudo outra vez arranjadinho.</p> <p><u>Sobre a participação em reuniões comunitárias para resolução de problemas:</u> As reuniões que eu tenho ido são só da Comissão. Uma vez fui mas sinceramente não percebi nada, não percebi nada do que eles estavam a dizer, falam lá as línguas deles. Muitos deles antes eram da Comissão, alguns ainda estão, outros já saíram mas é assim, se estamos em Portugal, temos de falar português. Tá bem que aquilo era a maioria, 80, 90% mas eu não percebi nada. Há ali uma creche para os miúdos, não sei se é creche se é infantário mas é para os pequeninos mas devia de haver mais coisas para os miúdos, pessoas que agarrassem nos miúdos e "olha,</p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) JFA: • Boa imagem do presidente;</p> <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC: • Falta de transparência;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade: • Desconhecimento das dinâmicas participativas; • Língua;</p> <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais: • Reuniões de parceiros; • Comissão de Moradores da Adroana;</p> <p><u>Satisfação das necessidades</u> - Necessidade de requalificação das casas; - Escassez de atividades para as crianças;</p> <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Adroana: • Vandalismo; • Divisão intracomunidade;</p>

	<p>vamos fazer uma caminhada, vamos fazer um piquenique" (...). Eu estou a organizar um piquenique com as meninas da ginástica mas quero juntar as da ginástica, as da costura, para ver se vai mais gente para a ginástica, isto tudo em função de arranjar mais pessoas para a ginástica.</p>	<p><u>Balço do tipo e do envolvimento e participação da comunidade</u> (a) Adroana: <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade reivindicativa (não-interativa); <u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social: <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC: <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; • Reflexão colectiva; • Mobilização entre a comunidade; </p>
<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam à sua participação e à participação da população? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p>Muitas não querem mas depois quando vão adoram aquilo. De vez em quando aparecem mais uma ou duas mas depois ou porque arranjam trabalho, e isso é ótimo, depois não dá para ir mas também não se juntam muito, é uma comunidade muito fechada, é difícil puxar mas é isso que eu quero, misturar, porque são pessoas como nós; não sabem mas eu também não sabia e estamos aqui é para aprender. O PIC da ginástica eu estou desde o início porque foi do seguimento da cozinha eco-criativa. Como eu já sei como as coisas são, acaba a formação da cozinha eco-criativa e depois cada um vai para a sua vida, eu pensei "porquê é que a gente não faz um grupo de ginástica?" porque se não depois cada um vai para o seu lado. Eu falei com a Neuza e ela disse "porquê é que a gente não faz um PIC?", eu nem sabia o que era isso, e fizemos o PIC. Vamos para o pólo que é da Câmara, há lá formações, foi lá que houve a nossa da AGIR, dão tipo palestras, p.e., como fazer o nosso orçamento de casa e essas coisas, foi giro mas também já foi há tanto tempo... Mas pronto, fez-se ali um grupinho bom, hoje já falo com as pessoas. Isto da ginástica foi do seguimento da cozinha porque aquilo, fazemos o que podemos,</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Conciliação de horários; • Desconhecimento das dinâmicas participativas; <u>Percepções sobre o território</u> (a) Adroana: <ul style="list-style-type: none"> • Divisão intracomunidade; • Comunidade fechada; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Pólo comunitário; </p>

	<p>brincamos, falamos, é mais um convívio e as poucas pessoas que temos adoramos aquilo e eu tento sempre puxar mais alguém. Agora este mês a Neuza está de férias mas é para nos juntarmos para fazer novamente cartazes mais apelativos, dizer que não se paga, o único valor é um euro por mês para se alguma coisa se estragar ou para no final se fazer um lanchinho. É assim, cada uma dá um euro, é simbólico; eu tenho pouquinho mas pronto, não custa nada dar aquele euro. A ver se fazemos mais cartazes para ver se há mais inscrições (...) o papel está ali na Câmara e as pessoas passam e não vêm, o papel está ali há meses. Tenho que puxar mais, temos de puxar as pessoas. Havia aí uma senhora que dizia que precisava de emagrecer; "ótimo, temos lá a ginástica, pagas um euro por mês, não é nada por aí além, é só preciso apareceres e fazeres".</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; • Proximidade entre pessoas da comunidade; • Mobilização entre a comunidade; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação sobre gestão de orçamentos familiares; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Avaliação positiva;</p>
<p>14. Relativamente à população, é frequente apresentar respostas para esses problemas? E essas soluções são implementadas?</p>	<p>(...) as hortas e o campo acho que foi através da Comissão de Moradores mas também estávamos em eleições. <u>Sobre se julga que as propostas apenas são implementadas aquando as eleições:</u> [risos] Claro mas pronto, agora tenho de ver quando é que são as próximas eleições que é para ver o que é que gente pode fazer! Como é que se diz? "a gente tem de dançar conforme a música". (...) eu não sabia que havia esse curso e não tirei. As pessoas que tiraram o curso é que tiveram direito às hortas. Mas foi através da Comissão que se pediram as hortas para aqui.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas da comunidade; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias; • Requalificação física do território; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Imagem e representação das instituições</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento político da

		<p>comunidade;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento das dinâmicas participativas;
Sobre as ações de formação		
<p>15.1. Considera-os adaptados às experiências e competências da comunidade?</p> <p>15.2. Considera que esses programas vão de encontro aos seus interesses e aos interesses da comunidade?</p>	<p>Sim, ainda agora estive numa, acabei no mês de Julho uma formação e estou à espera de outra, também. Já falei lá com o senhor através da internet e ele disse que ia lá pôr o meu nome, que é para ser chamada para a formação. A minha filha andava à procura há três anos (...) e depois ao fim de três anos ligou-lhe, tinha lá a formação que ela queria. Ligou no princípio de Dezembro, depois no dia a seguir foi lá entregar os papéis e não sei quê, mandaram-na logo para Lisboa e ela já estava à procura dessa formação há muito tempo e não conseguia, ou porque não tinha idade ou... então entrou logo no dia 15, 16. Foi logo.</p> <p>Para a minha filha, sim, e eu também. Não sei como é para quem está no fundo de desemprego, acho que não é assim, mas eu como estou no RSI escolho aquilo que eu quero, quando me chamam é para aquilo que eu quero. Se me chamarem para uma coisa que eu não gosto, eu vou ver se me interessa alguma coisa, se não me interessar enfio-me noutra ou saio daquela, pronto. É assim, é bom porque a gente está sempre a aprender. Eu agora fui para uma formação que é "competências empreendedoras", fiz essa, e agora mandei os meus contactos para ele para me inscrever em "higiene e segurança no trabalho". Quando fui lá a Alcoitão, falar com a assistente social, ela disse que gostou muito de me ver, que estava muito diferente daquilo que eu era porque eu era... Estava triste, pronto. Estive lá a tirar o 9.º ano, tirei inglês, tive a tirar o Word, tive a tirar o Excel, uma data de coisas lá (...). Fica sempre lá qualquer coisa mas depois para abrir um negócio é muito difícil (...). Eles queriam que eu tirasse o 12.º ano, as pessoas dizem que eu sou parva, mas eu acho que não tenho capacidade novamente para estar a fazer o 12.º ano. Eu tenho receio, eu gosto de aprender, mas agora na formação que eu estive tinha lá pessoas com o curso superior, estava lá uma advogada, estavam lá professoras, engenheiros, um gestor, tudo com curso superior. Depois era eu e mais dois ou três, não temos formação, e no entanto estive lá com eles. A</p>	<p><u>Eficácia das atividades/formações</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências técnicas; • Empowerment individual; <p><u>Adaptação das atividades/formações</u></p> <p>- Adaptadas/pensadas;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação em inglês; • Formação em informática; • Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; <p>(b) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 9.º ano; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa autoestima; <p>(b) constrangimentos exteriores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação de pessoas que não se juntam à comunidade; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p>

	advogada não se juntava, não se juntam a nós, e essa senhora como era Dr. ^a não se juntou. Olha, eu adoro o teu professor, adoro, é um homem espetacular, não tem cá coisas de ser grande e uma pessoa pode falar com ele na boa, está tudo bem, opa, é impecável! <u>Sobre os técnicos das instituições do bairro:</u> São impecáveis, não têm cá essas manias. Impecáveis, mesmo.	(a) Professor Rogério Roque Amaro: • Avaliação positiva; (b) Instituições da Adroana: • Avaliação positiva;
16. Se as associações/organizações do bairro fossem embora amanhã, considera que a comunidade tinha capacidade de assegurar as atividades iniciadas?	É sempre muito bom ter o apoio deles. Os miúdos costumam lá estar nos computadores, estão lá a ter a atividades, ao menos estão lá. É assim, vamos lá ver, eu espero continuar e acho que as outras pessoas também. Estamos agora de férias para ganhar forças e continuar. Isso vai continuar para a frente, só se as pessoas saírem e não entrar ninguém. A Comissão tem de continuar, temos de nos organizar e levar isto para a frente.	<u>Sustentabilidade das ações</u> - Sustentabilidade depende: • Apoio/suporte prestado à comunidade; <u>Tipologia de respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação: • Formação em informática; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: • Comissão de Moradores da Adroana;
PERGUNTAS E RESPOSTAS ADICIONAIS		
Sobre a participação das pessoas dos bairros da Cruz Vermelha e Alcoitão.	Eu tenho lá o coiso da costura e da ginástica, ao princípio neste bairro era só eu que ia, agora já vão mais duas. Lá em cima, há algumas e quero ver se consigo arranjar mais mas as pessoas devem pensar que se paga muito. É bom para estar ali no convívio. As pessoas dos outros bairros são porreiras.	<u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Avaliação positiva; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade: • Desconhecimento das ações participativas;

3.2. Entrevistado M2

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	M	
2. Data de nascimento	30 anos.	
3. Área de residência	Eu nasci na Cruz Vermelha mas atualmente estou a morar em Alvide (...) já saí do bairro há muito tempo... saí do bairro mas, na maior parte do tempo,	

	estou no bairro.	
4. Grau de escolaridade	9.º ano.	
5. Atividade profissional	Eu sou pugilista de Muay Thai a nível profissional mas como estou com uma lesão, já parado há dois anos, sou segurança, vigilante noturno, sou segurança numa discoteca.	
6. Faz parte de alguma associação/organização ou PIC do bairro onde vive?	Faço parte de uma associação que é a Associação Mais Cultura (...) faço também agora parte de um projeto que foi financiado pelos PICs, que foi pelo K'cidade, o Cascais Fight Center, que é inclusão social a partir do desporto, consiste em criar um centro de desportos de combate, um ginásio, um clube (...)	- Associação Mais Cultura; - Cascais Fight Center;
6.1. Há quanto tempo?	A Associação Mais Cultura já tem uns aninhos, não sei se 5, 6 anos, para aí, sensivelmente (...) O PIC é recente, o espaço ainda não abriu.	- 5/6 anos;
6.2. Porquê é que decidiu tornar-se membro/a?	Esse PIC é um sonho que eu tenho há muitos anos (...) queria tirar os miúdos das ruas, nos bairros, apresentá-los a um mundo diferente, dar-lhes a possibilidade de conviver com gente diferente. No início, quando eu comecei a praticar desportos de combate, houve uma coisa que me fascinou muito que foi conviver com classe média e com gente que não era do bairro (...) O que eu quero é dar-lhes a possibilidade de conhecer gente diferente, mundos diferentes, realidades diferentes de maneira a que consigam desviar-se um bocado do percurso do bairro.	<u>Motivações para ser membro de uma organização/PIC</u> - Oportunidade de a comunidade interagir com outras pessoas; - Alteração de dinâmicas negativas do bairro;
7. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?	Na Associação Mais Cultura nós fizemos três anos seguidos, ou quatro anos seguidos, um arraial e tivemos total apoio da Junta de Freguesia de Alcabideche (...) no meu bairro havia um Clube de Jovens onde eu trabalhei durante alguns anos e aquilo, entretanto, a Câmara abandonou aquilo e entretanto fizemos um projeto, pegámos em cinco miúdos do bairro e acabámos por mais tarde criar a Associação Mais Cultura e fizemos um projeto para esse espaço (...) entretanto fomos à Câmara, tivemos reunião lá com a responsável da juventude e ela olhou para aquilo e meteu na gaveta (...) o presidente da Junta de Freguesia, entregámos o documento e ele foi em mãos entregar à Câmara, ficou em águas de bacalhau na mesma mas, ou seja, mostrou incentivo, ele foi mesmo lá e tal. (...) o problema aqui era não termos organização porque havia vontade da parte de alguns em fazer alguma coisa, depois não tínhamos era organização que nos suportasse, que nos guiasse, porque nós éramos miúdos, né? Não tínhamos tanta credibilidade para com a Câmara ou com a Junta para conseguir um pouco mais de apoios mas, p.e., quando tínhamos o Clube de Jovens, o Clube de Jovens era financiado pela Câmara através da Santa Casa da Misericórdia (...) Pá, atualmente, não há, há o projeto K'cidade que prontos, tem, e eu concorri ao PIC (...) tem ali umas pessoas do bairro que conseguiram (...)	<u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) JFA: • Disponibilidade; (b) CMC: • Desinteresse pelas propostas apresentadas pela comunidade; <u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC: • Encerramento de um espaço comunitário; (b) JFA: • Proatividade; <u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços participativos; <u>Percepções sobre a participação</u>

	tens uns PICs no bairro. Tens lá umas atividades de computador e tal, que é o Karim que faz, mas não existe nada de ação direta.	<p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio/suporte prestado à comunidade; <p><u>Tipologia das ações por área de intervenção</u></p> <p>(a) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação em informática; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs;
8. É comum a CMC/JFA consultarem a população? (p.e.: relativamente aos problemas do bairro, soluções identificadas)	(...) Depois andaram a perguntar aos cotas do bairro o que é que queriam fazer, o que é que achavam que era melhor para o bairro e tal mas acho que isso não foi para a frente [sobre o OP]. Pá, eles costumavam ir lá ver as casas, os prédios, eles diziam que queriam fazer obras, até hoje nunca fizeram (...) Perguntam pouco e não cumprem, por isso é que a população está descrente.	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte da do poder local</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>- Ação pouco consulente;</p> <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade desconfiada/descrente;
9. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente? i.e., as pessoas conseguem encontrar informação sobre medidas adoptadas ou a serem adoptadas?	(...) na população do bairro existe muita gente analfabeta e a informação nem sempre passa de forma compreensível, percebes? P.e., meteres cartazes lá no bairro, não funciona, meteres cartazes lá nos prédios a dizer que vai haver uma reunião e prontos, não funciona (...) Agora estão a fazer, o projeto da Mónica e tal, do K'cidade mas de resto não [sobre ir para a rua informar as pessoas] (...) Meteram-nos essa autoestrada à frente do bairro (...) Apareceu, apareceu [sobre se essa decisão foi comunicada à população].	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte da comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analfabetismo; <p>(b) por parte dos técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenções/metodologias erradas; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>- Construção de uma autoestrada à frente do bairro, sem que a decisão fosse partilhada;</p>
10. O que entende por participação?	(...) acho que ao participar as pessoas fazem parte, colaboram e dão de si à comunidade, à dinâmica, percebes? Acho que as pessoas ao participar conseguem perceber, a informação chega a elas.	<p><u>Percepções sobre participação</u></p> <p>- Participação como governança;</p>

		<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Mais conhecimento/informação;
<p>11. Como avalia o trabalho das associações e organizações que estão a actuar no(s) bairro(s)?</p>	<p>Para te ser sincero, não que o investimento seja funcional. Acho que o bairro precisa de intervenção direta e de gente do bairro. É lógico que podem vir coordenadores de fora e tudo mais mas tem que ter gente do bairro, quando eu digo gente do bairro, eu digo moradores, percebes? Porque se querem saber as problemáticas do bairro, ninguém melhor que as pessoas que lá vivem porque as pessoas novas que chegam ao bairro... conseguem trabalhar com o bairro, começar a ganhar a confiança da população, estar lá todos os dias, isso só passados 5 ou 6 meses é que começa a ganhar relação com eles (...) houve pessoas que apareceram lá no bairro: "vamos trabalhar, vamos fazer", cheios de motivação, e o meu bairro é um bairro que já teve intervenção, intervenção direta, então, eles já sabem o que é. Uma coisa é tipo Alcoitão, Alcoitão nunca teve nada, teve a ADEC há alguns anos atrás mas (...) a abordagem era diferente, percebes? Eles também não vinham para a rua e as pessoas que iam lá tinham que seguir regras, era muito introvertido também. Havia muita distância dos técnicos e dos jovens. Entretanto, pá, não acho que as dinâmicas que têm sido feitas funcionam, não acho. Acho que o projecto K'cidade 'tá fixe, acho que o projeto do Karim com as senhoras mais velhas, 'tá fixe (...)</p>	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Intervenção disfuncional; - Falta de intervenção direta; (a) K'cidade: <ul style="list-style-type: none"> Avaliação positiva; <u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende: <ul style="list-style-type: none"> Grau de confiança estabelecido com os técnicos; <u>Percepções sobre o território</u> (a) BCV: <ul style="list-style-type: none"> Comunidade motivada; (b) Alcoitão <ul style="list-style-type: none"> Historial de intervenções falhadas; </p>
<p>12. E o trabalho da JFA/CMC, como avalia?</p>	<p>(...) A Junta não tem orçamento, muito orçamento, a Câmara cortou-lhes o orçamento, 'tás ver? Eu sei porque dou aulas lá e falo um bocadinho com eles (...) mas a Câmara totalmente abandonou o bairro, totalmente. (...) quando se apresenta algum projeto, a Junta ajuda, 'tás a ver?. Agora a Câmara... De todo.</p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) JFA: <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade <u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC: <ul style="list-style-type: none"> Falta de apoio/suporte prestado à comunidade; </p>
<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam à sua participação e à participação da população? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p>A comunicação que não chega aos bairros, a abordagem que se tem até chegar a elas (...) pá, a timidez, a falta de confiança, também, porque p.e., no meu bairro, as pessoas facilmente desanimam porque com o historial das intervenções, tipo Escolhas, que começam trabalhos e depois tem a duração de dois anos. Até tu em dois anos conseguires ganhar intimidade, entrar em casa, nas cabeças das pessoas e começar a fazer o trabalho, o tempo passa e vão embora e o pessoal pensa: "agora que eu vim para esta ideia é que eles se vão embora", percebes? Porque são só dois anos, em dois anos não consegues fazer nada. As pessoas ficam com um sentimento de desilusão, eles começam a apegar-se às pessoas, sobretudo o pessoal mais velho (...).</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos <ul style="list-style-type: none"> Intervenções/metodologias errada; (b) por parte da comunidade <ul style="list-style-type: none"> Baixa autoestima; Língua; (c) constrangimentos externos <ul style="list-style-type: none"> Curta duração dos projetos; </p>

	Depois com as dificuldades da língua portuguesa, com a timidez, as pessoas têm dificuldade a dar-se, depois dão-se e vão embora e o trabalho fica por acabar.	
14. Relativamente à população, é frequente apresentar respostas para esses problemas? E essas soluções são implementadas?	Sim, acho que sim, acho que sim. Se o pessoal que chega perto, p.e., com o orçamento, eu não sei como é que isso ficou mas estavam a tentar dinamizar alguma coisa nesse sentido, a população a trabalhar para uma causa-comum, percebes? (...) Se fores falar com o pessoal mais velho do meu bairro ou alguns jovens do meu bairro, acho que sim, eles têm know-how para saber o que é bom e mau para o bairro. O meu bairro é um bairro que já teve muita intervenção e as pessoas chocam lá, existe muita experiência de intervenções sociais lá, já teve durante muitos anos.	<u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; • Auto-organização; <u>Percepções sobre o território</u> (a) BCV: <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade motivada/dinâmica; • Historial intervenção social;
Sobre as ações de formação		
15.1. Considera-os adaptados às experiências e competências da comunidade? 15.2. Considera que esses programas vão de encontro aos seus interesses e aos interesses da comunidade?	Eu acho que as formações deveriam ser mais direcionadas (...) tem lá o trabalho dos computadores e tal, o pessoal vai. Para os miúdos faz sentido, é bom, mas em relação ao pessoal mais velho, acho que as dinâmicas deviam ser um bocado diferentes, as dinâmicas deviam ser na óptica de melhorar o que eles têm, de maneira a que fortificassem, reinventassem, renovassem a experiência que têm, seja nas limpezas, seja na construção, seja... Acho que era muito interessante, acho poderia ser mais direcionado de todo, acho que se juntassem as pessoas do bairro e dessem formação enquanto empresa, era muito mais funcional para o bairro, percebes? Tem muita gente da limpeza, lá, que trabalham nas limpezas, se dessem armas para criarem a sua empresa, percebes? Tipo: "olha, vamos ter uma formação, juntamo-nos e vamos ter uma formação sobre leis, sobre tal, sobre como criar uma empresa" e ajudá-los, acho que era muito mais direcionado. (...). Existe uma grande falta de intervenção directa, intervenção directa leva-te a tudo, percebes?	<u>Adaptação das formações/atividades</u> - Pouco adaptadas/pensadas; <u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação <ul style="list-style-type: none"> • Formação em informática; <u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de formações; <u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Falta de intervenção directa;
16. Se as associações/organizações do bairro fossem embora amanhã, considera que a comunidade tinha capacidade de assegurar as atividades iniciadas?	Se fossem projetos como o meu, que é um projeto autossustentável, tudo bem, agora... nunca houve assim nada parecido, nunca houve nada do género que fosse de encontro a uma independência futura, percebes? Tipo os PICs, os PICs sim, são projetos que têm independência futura e continuam.	<u>Sustentabilidade das ações</u> - Continuação de PICs; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • PICs;
PERGUNTAS E RESPOSTAS ADICIONAIS		
Como caracteriza a participação da população	<u>BCV:</u> (...) a população facilmente dinamiza-se para uma coisa ou outra, percebes?	<u>Percepções sobre o território</u> (a) BCV:

dos bairros?	<p>Facilmente se dinamiza e depois tem uma coisa que é interage; desde que sejas criativa e saibas chegar, acho que toda a gente adere às cenas.</p> <p><u>Alcoitão:</u> Alcoitão é esquisito, é bué da esquisito, agora aqui este pólo comunitário está a ter algum sucesso, para te ser sincero até acho estranho. Mesmo as senhoras mais velhas estão cheias de motivação, o pessoal mais velho, os miúdos que estão aí sem fazer nada, estão cheios de motivação.</p> <p><u>Adroana:</u> Na Adroana as problemáticas são diferentes, é mais a língua portuguesa, percebes? A reinserção... Porque a Adroana tem uma forte cultura da Guiné Bissau (...) muita gente é a da Guiné, então as problemáticas são mais da língua portuguesa, da cultura portuguesa. (...) Ya, acho que sim, acho que sim [sobre se as pessoas participam]. Depois tem lá pessoal (...) com associações que vieram do fim do mundo e tal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade facilmente mobilizável; <p>(b) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade motivada/dinâmica; <p>(c) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de instituições externas; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte da comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Língua;
--------------	---	---

3.3. Entrevistado M3

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	M	
2. Data de nascimento	69 anos.	
3. Área de residência	Alcoitão.	
4. Grau de escolaridade	9.º ano.	
5. Atividade profissional	(...) Em relação a atividade profissional, trabalhei primeiro como trabalhador de indústrias químicas (...) e depois daí trabalhei também como marteleiro (...). Também estive no sindicato das indústrias químicas e fiz parte da Comissão de Moradores (...) em Matos-Cheirinhos, que é na freguesia de São Domingos de Rana, onde eu residia, depois fui também diretor do Grupo Recreativo de Matos-Cheirinhos, antes de vir para cá. Em 1995, quando vim para cá, eu mais duas ou três pessoas decidimos criar uma Associação de Moradores.	
6. Faz parte de alguma associação/organização ou PIC?	Associação de Moradores de Alcoitão.	
6.1. Há quanto tempo?	Desde 1995.	19 anos.
6.2. Porquê é que decidiu tornar-se membro/a?	(...) porque quando a gente veio para cá, a gente estava habituado às colectividades, àquele convívio que a gente tinha, mas chegámos aqui e estava tudo entre quatro paredes, a gente não tinha aquele convívio que	<p><u>Motivações para ser membro de uma organização/PIC</u></p> <p>- Convívio entre a comunidade</p>

	existia entre os moradores. Nós entendemos que ninguém conhecia ninguém, cada um saía para um lado e de vez em quando lá haviam aqueles problemas e nós decidimos fundar a Associação de Moradores.	- Desconhecimento da comunidade; - Resolução de problemas do bairro;
7. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?	(...) vieram destruir um pré-fabricado que havia aqui onde a gente ia para trabalhar, tipo pólo comunitário (...) foi deitado abaixo e mais tarde vieram construir outro aqui em baixo, na entrada do bairro, onde esteve a ADEC (...). P.e., as pessoas neste bairro não tinham espaço onde se reunir, as pessoas não tinham lugar para se reunir, tinham de ir para dentro do café (...) a gente ia com a própria Câmara Municipal, "então mas onde é que a gente pode reunir?", "olha, a gente só tem o café", esta era a sede da Associação de Moradores (...). Aquele está fechado, pegou fogo e há algumas coisas que têm de ser arranjadas e o outro devia e não pagou e depois levaram não sei para onde e vandalizaram aquilo tudo e depois mandaram fechar por causa da bicharada, estava aquilo fechado sem aproveitamento. Então, se existe boa vontade de que um bairro, devia ter organizações, qualquer coisa, tem que disponibilizar um espaço porque eu até disponibilizava umas horas para isso, solicitar uma moradia com uma renda económica para a associação (...). O único lugar que tinham para ir era o café, é o café e o espaço ali para os miúdos, senta numa pedra e fica a ver o miúdo. Não havia mais locais para se encontrar, para participar, para nada, e nós ficávamos ali à frente do café, na rua, todo o dia.	<u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC: • Encerramento de um espaço comunitário; <u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços participativos; <u>Canais de participação</u> (a) Informais: • Café; <u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão • Comunidade motivada/dinâmica; <u>Balço sobre o tipo e o grau de envolvimento e participação da comunidade:</u> - Participação interativa;
8. É comum a CMC/JFA consultarem a população? (p.e.: relativamente aos problemas do bairro, soluções identificadas)	A Câmara esteve aqui, na altura com o presidente e com os vereadores e veio os homens da Câmara, vieram dizer que todos os moradores podiam dizer o que querem ver no bairro mas, quando chegou a altura, parou-se. Nessa altura em que as coisas já estavam avançadas, muitas coisas, pronto, parou assim, foi um desastre. É o que eu continuo a dizer, foi um desastre porque nós no primeiro mandato tínhamos lá o vereador que era da habitação e ação social, começou a trabalhar muito bem, no segundo mandato foi para outro lado. Depois os documentos, não sabe onde é que tem, onde é que está, morreu, morreu.	<u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC: • Desinvestimento na intervenção territorial; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte do poder local: • Mudança de executivo;
9. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente? i.e., as pessoas conseguem encontrar informação	(...) a Câmara tira e essas coisas [sobre os pólos comunitários], são situações caricatas, muitos acabam por ficar pelo caminho mas eu gosto de ir até ao fim e essa é a minha maneira (...). A Câmara tinha lá computadores e deixaram aquilo, havia aqueles que só iam para lá para ver as coisas e depois aquilo estava desorganizado, ninguém é dono, ninguém manda (...). Aí critico a Câmara, muitas vezes sobre isso, sobre esse tipo de situação,	<u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC: • Encerramento de um espaço comunitário; • Irresponsabilidade;

sobre medidas adoptadas ou a serem adoptadas?	porque diz que não sabia, não sabia não, se eles não sabem a gente é que sabe? Temos de nos informar uns aos outros daquilo que se está a passar mas depois é aquela coisa da burocracia...	<u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC: <ul style="list-style-type: none"> • Falta de transparência; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte do poder local: <ul style="list-style-type: none"> • Processos burocráticos;
10. O que entende por participação?	Para mim a participação é muito importante. Para além de se encontrar ali para dizer mal daquele ou de outro ou chegar ali e partir alguma coisa que é público, se nós participarmos, todos dizem assim "epá vamos ali sentar e falar, vamos jogar, fazer qualquer coisa". Para mim a participação é muito importante porque já nos conhecemos uns aos outros, estamos a trabalhar para valorizar aquele pouco que nós temos, então aqui a participação é melhor (...). Alguns querem ficar em casa, ficam, mas temos ali um espaço ou um jardim onde estão os filhos de todos, temos ali aquilo que pode marcar uma reunião com os moradores do bairro para dizer o que acha, o que é que sente, se está a melhorar, se está a piorar, essas coisas.	<u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade entre pessoas da comunidade; • Reflexão colectiva; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões comunitárias;
11. Como avalia o trabalho das associações e organizações que estão a atuar no(s) bairro(s)?	As instituições que trabalham aqui, eu acho que estão a trabalhar bem e muita gente vem aqui e pergunta e participa, as crianças e tudo (...). Penso que o trabalho deles é importante e eu gosto de chamar a atenção dessas coisas que é a própria Câmara e todos devem fazer esse tipo de avaliação porque chega a uma altura e eles vão embora, quando estão mesmo a ser conhecidos, o seu trabalho está a ser valorizado pelos moradores e eles vão embora e depois nós somos contra aquele tipo de evento que cai tipo paraquedas, vai recomeçar tudo de novo, aquele trabalho que já estava a avançar, recomeça.	<u>Balanco sobre o tipo e o grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Avaliação positiva; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) Constrangimentos externos: <ul style="list-style-type: none"> • Curta duração dos processos;
12. E o trabalho da JFA/CMC, como avalia?	(...) não tem capacidade económica, a Junta não consegue dar todo o apoio e a Câmara. As empresas que patrocinavam essas festas, hoje também estão com algumas dificuldades, a gente manda as cartas e a resposta não vem.	<u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) Poder local: <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) constrangimentos externos: <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoios/patrocínios externos;
13. Que tipo de constrangimentos se	Isto, para mim, não há constrangimentos nem obstáculos, as pessoas é que "ah, a gente vai fazer e não acontece nada", quando as coisas se fazem,	<u>Constrangimentos que se colocam à participação</u>

<p>colocam à sua participação e à participação da população? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p>então, elas começam a participar. No princípio elas nem participavam na reunião nem nada, depois (...) conseguimos 50 e tal pessoas ali, pronto, já começa essa participação. (...) as pessoas já vêm falar com a psicóloga, com a assistente social, pronto, faltavam essas coisas todas e são essas coisas que chamam as pessoas. (...) Participou sempre mas agora vai poder participar melhor porque já há esse espaço, já podemos fazer reunião, pode fazer aqui, pode fazer na Ludoteca quando vem mais pessoas da Câmara, da Junta, essas pessoas todas.</p>	<p>(a) por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p><u>Balanco sobre o tipo e o grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>- Evolução do grau de envolvimento/participação;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultas de psicologia; <p>(b) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social; <p><u>Balanco sobre o tipo e o grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <p>- Aumento do número de respostas;</p> <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproximação dos serviços; • Acesso a espaços participativos; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões comunitárias; <p>(b) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ludoteca;
<p>Sobre as ações de formação</p>		

<p>15.1. Considera-os adaptados às experiências e competências da comunidade</p> <p>15.2. Considera que esses programas vão de encontro aos seus interesses e aos interesses da comunidade?</p>	<p>Vão ao interesse porque a maioria dos jovens anda aí e agora já pega no computador (...). Essas ações de formação são muito importantes porque há jovens que participam, alguns até já estão empregados, há conhecimento (...). É por isso que digo que isto é bom, a malta vai-se falando, vai-se conhecendo, recebe formação e aquele que não quer participar hoje, o outro diz "epá, anda lá", começam a chamar uns aos outros, isso é assim. Eu penso que estas coisas devem continuar e a Câmara deve ter um papel mais interventivo nessas coisas de "acabou, vou embora", então eles vão embora e não continuam o seu trabalho?</p>	<p><u>Eficácia das formações e atividades</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências técnicas; • Capacitação para o mercado de trabalho; • Proximidade entre pessoas da comunidade; • Mobilização entre pessoas da comunidade; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; • Formação em informática; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curta duração dos processos;
<p>16. Se as associações/organizações do bairro fossem embora amanhã, considera que a comunidade tinha capacidade de assegurar as atividades iniciadas?</p>	<p>Tinha capacidade, tinha capacidade, havia algumas atividades mas o problema é isso: está aí uma pessoa, um doutor ou seja quem for, está a trabalhar, as crianças, as pessoas, os jovens já estão a ganhar amizade e conhecimento, aquela coisa de falar, e depois vão embora. Depois vem outro: "ah, esse eu não conheço", pronto. São essas coisas que eu penso que a Câmara e outras associações, quando essas pessoas começam a trabalhar, para mim, a meu ver, não pode deixar de trabalhar, não pode fazer um trabalho de um ano ou de 6 meses (...). Há sempre dificuldades, há sempre aquelas bocas que se mandam "se ela estava cá, porquê é que se foi embora?", são essas coisas que para mim... É como termos um presidente da Câmara, ele está ali um ano, vai embora, depois vem outro que vai embora, não põe nada em prática e não faz nada porque nós sabemos que aquela parte técnica e aquela burocracia toda leva tempo a se organizar, a discutir, a preparar e aplicar.</p>	<p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Processos continuavam;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais conhecimento/informação; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curta duração dos processos; <p>(b) por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança do executivo; • Processos burocráticos;

3.4. Entrevistado M4

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	M	
2. Data de nascimento	55 anos.	
3. Área de residência	Adroana.	
4. Grau de escolaridade	9.º ano.	
5. Atividade profissional	Sou assistente operacional.	
6. Faz parte de alguma associação/organização ou PIC do bairro onde vive?	Comissão de Moradores da Adroana.	
6.1. Há quanto tempo?	Vai fazer um ano.	Um ano.
6.2. Porquê é que decidiu tornar-se membro/a?	(...) porque houve uma reunião lá do bairro, e estavam a acontecer coisas lá no bairro, e então a gente achou que era melhor fazer uma comissão para tentar chegar aos pontos onde queríamos, melhoramentos do bairro (...) temos mais força do que se for a pedir sozinhos.	<u>Motivações para fazer parte de uma organização/PIC</u> - Resolução de problemas do bairro;
7. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?	A Câmara tinha dado um espaço e depois tirou, que era um pólo, houve lá qualquer confusão com o grupo de dança e então a Câmara tirou, fechou. Até agora, a gente ainda não tem nenhuma resposta de qualquer outro espaço. As reuniões fazemos num espaço que é da Câmara, que é onde elas fazem o atendimento (...). Tirando isso não há nada.	<u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC: • Encerramento de um espaço comunitário; <u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços comunitários; <u>Canais de participação</u> (a) Informais: • Gabinetes municipais de atendimento;
8. É comum a CMC/JFA consultarem a população? (p.e.: relativamente aos problemas do bairro, soluções identificadas)	Eles têm lá ido, eu sei que pelo menos a Câmara tem lá ido e a Junta quando é altura das campanhas eleitorais também lá vai perguntar o que é que é preciso e tentam fazer, dentro das possibilidades das Câmaras e das Juntas, tentam fazer. Só que a gente agora quer ver se consegue melhorar o bairro, a pintura do bairro, os espaços verdes a ver se são melhorados, que houve ali um bocado de vandalismo, agora a ver se a gente consegue... A Junta também pergunta mais sobre isso do que a Câmara, a Câmara fecha-se um bocadinho.	<u>Abertura, clareza e transparência</u> - Relativa ação consulente; <u>Imagem e representação das instituições</u> (a) CMC: • Fechamento; Aproveitamento político da comunidade; <u>Satisfação das necessidades</u> - Necessidade de requalificação das casas;

		<p>- Necessidade de requalificação dos espaços verdes;</p> <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vandalismo;
<p>9. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente? i.e., as pessoas conseguem encontrar informação sobre medidas adoptadas ou a serem adoptadas?</p>	<p>Não, não disseram nada. A gente chegou lá, tínhamos as chaves, chegámos lá para fazer a reunião e estava fechado [sobre o pólo comunitário].</p> <p>(...) eles também não tomam muitas decisões porque aquele é um bairro novo ainda mas aquilo que a gente tem perguntado, eles têm respondido sempre, geralmente, bem ou mal, respondem sempre. Dão conhecimento mas é pouco; se a gente mandar um e-mail ou uma carta ou uma coisa qualquer, eles dão resposta, mas agora eles dizem, virem de propósito para dizer o que vão fazer, não (...). Tivemos agora a coisa do campo e tudo, a gente queria fazer lá um género de uma festa de inauguração e não conseguiu porque eles diziam uma hora, depois diziam outra, depois era num dia, depois era no outro, andávamos assim num atraso... Então a gente agora é assim, se eles quiserem vir, vêm, se não quiserem vir, não vêm [sobre a CMC].</p>	<p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário, sem que a decisão fosse partilhada; • Falta de clareza; <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário;
<p>10. O que entende por participação?</p>	<p>Participação é as pessoas cooperarem naquilo que a Comissão pede, que dão apoio à Comissão, a nível de ir à Câmara ou à Junta pedir coisas para o bairro, é aí que a gente pede a cooperação das pessoas.</p>	<p><u>Percepções sobre participação</u></p> <p>- Participação reivindicativa;</p> <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana;
<p>11. Como avalia o trabalho das associações e organizações que estão a atuar no(s) bairro(s)?</p>	<p>A nível dos bairros, têm feito um bom trabalho, principalmente dão a conhecer às pessoas, e a mim também; a gente não fazia ideia, a parte dos PICs e tudo, não fazíamos ideia que existia isto (...). A Comissão também tem um projeto que é o estudo, que é dar explicações aos miúdos sem pagar (...). Não arrancou antes porque tiraram o pólo, agora como as senhoras da Câmara deixam lá fazer, para o ano já começa a arrancar (...). Nas reuniões, os parceiros - chamam eles os parceiros - normalmente aparecemos todos.</p>	<p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <p>- Avaliação positiva;</p> <p><u>Impacte das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais conhecimento/informação; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Reuniões de parceiros;

		<ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; <p>(b) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento; <p><u>Balço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao estudo;
<p>12. E o trabalho da JFA/CMC, como avalia?</p>	<p>(...) A Câmara, a primeira coisa que a gente teve foi logo a Câmara tirar o pólo e não querer pintar os prédios, prontos, a Cascais Envolvente, que é uma organização da Câmara, e a gente anda a lutar por isso, vemos ver, e agora vamos marcar uma reunião também com presidente da Câmara, temos agendada uma com o presidente da Junta e vamos agora tentar falar com o da Câmara para ver se a gente consegue chegar lá. Está um bocadinho parado, parou um bocadinho, ao princípio tiveram ainda trabalho, renovaram o jardim, andaram lá a fazer uns trabalhos, fizeram o campo e isso tudo e pararam. Agora, o que a gente queria era que eles que não parassem; a gente nem queria a parte verde, queria pintar os prédios para dar outro aspecto ao bairro (...) agora ali na Adroana parou um bocadinho, ao nível da Câmara. Da Junta, ainda não sabemos o trabalho deles, vamos ver agora o que é que eles vão fazer ao bairro (...). A Câmara tem grandes dificuldades económicas e depois as rendas também são baratas, são um bocado baixas, e eles têm algumas dificuldades (...). "Vamos tentar pintar um ou outro" mas não, disseram logo que estava fora de questão mas a gente agora vamos lá ver, já temos uma reunião marcada, já não é mau.</p>	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário; • Desinvestimento na intervenção territorial; • Requalificação física do território; <p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <p>- Necessidade de requalificação das casas;</p> <p><u>Imagem e representação das instituições</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>- Participação instrumental;</p>

<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam à sua participação e à participação da população? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p>As pessoas também vão trabalhar, não é por turnos, é fazer umas horas, depois fazem outras horas, e às horas que uns podem os outros não podem, então é um bocadinho difícil juntar todos. (...) Eu, p.e., trabalho por turnos, há uns que não trabalham, há outros que estão nas formações do fundo de desemprego, só saem às oito da noite (...). As pessoas que também têm mais tempo, não se querem meter na Comissão, dizem que não percebem nada, que não sabem ler nem escrever e não se querem meter nisto por causa disto e a gente diz: "epá há uns que sabem escrever, há outros que não sabem mas isso não quer dizer nada" mas eles não pensam assim (...). Agora é um bairro mais aberto, antes não se via uma mulher na rua e agora já se sentam no jardim com os filhos e isso tudo mas vê-se mais homens, homens então... Não fazem nada, não trabalham.</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conciliação de horários; • Analfabetismo; <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro mais aberto; • Desemprego; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana;
<p>14. Relativamente à população, é frequente apresentar respostas para esses problemas? E essas soluções são implementadas?</p>	<p>Quando a gente entrou para a comissão, fizemos uma lista do que o bairro precisava antes de fazer reuniões com a Câmara, fizemos um protocolo, um género de um protocolo a dizer as necessidades mais prioritárias no bairro e mandámos tudo para o vereador, neste caso era um vereador que estava à frente da Cascais Envolvente, e ele concordou (...) mas aquele espaço mudou porque esse vereador saiu e foi outro e este já não é da mesma opinião que o outro. Porque a gente apresentou propostas; a gente arranjámos pessoas também para ajudar, a Câmara só tinha de dar os materiais, porque a gente não tem dinheiro, e arranjar uma pessoa responsável da Câmara para chegar e dizer assim: "às oito horas estão aqui quatro ou cinco pintores para pintarem o prédio, temos aqui o material todo, vamos começar a pintar", para as pessoas se organizarem, não ter um a mandar e não se entenderem. Metemos propostas destas, desta vez, mas eles dizem que não têm dinheiro, que a autarquia não tem dinheiro, a Cascais Envolvente não tem dinheiro. Chegou ao ponto de dizer "façam vocês e depois digam-nos que está feito", numa reunião, e foi quando eu disse "se voltar a dizer isso, eu levanto-me". Não havia solução porque com aquela pessoa não se podia falar, tudo o que a gente ia buscar do passado, eles diziam logo "não quero saber" (...) chegámos ali mesmo a um conflito, falar um bocadinho alto uns com os outros. Quando eu digo Câmara, eu digo parte da habitação, que é a Cascais Envolvente, aquilo está dividido por departamentos. A parte da Câmara porque o presidente é só um, e agora a gente vai reunir com ele que é para ver se ele tem conhecimento de se ter fechado o pólo e isso.</p>	<p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; • Reflexão colectiva; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de executivo; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Participação instrumental;</p> <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; • Distanciamento interno entre executivo e técnicos;

		<p>(b) Cascais Envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relação difícil com a comunidade; <p><u>Desvantagens da relação em parceria</u></p> <p>(a) Cascais Envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desrespeito perante a comunidade; <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário;
Sobre as ações de formação		
<p>15.1. Considera-os adaptados às experiências e competências da comunidade?</p> <p>15.2. Considera que esses programas vão de encontro aos seus interesses e aos interesses da comunidade?</p>	<p>Isso tem lá mesmo as instituições do emprego. São, são boas. Indicam as pessoas para os sítios certos e têm arranjado muito trabalho para muita gente. Ali aquele bairro, é um bairro que tem um bocadinho de tudo, tem coisas da segurança social, tem psicólogas, tem a loja do trabalhador, que arranja trabalho, tem as senhoras dos PICs, aquela coisa do ciclismo, a loja do ciclismo, tem lá o Culturisol (...). O meu filho conseguiu emprego através de lá.</p>	<p><u>Eficácia das formações/atividades</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação para o mercado de trabalho; <p><u>Adaptação das formações/atividades</u></p> <p>- Adaptadas/pensadas;</p> <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social; <p>(b) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultas de psicologia; <p>(c) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/entrada no mercado de trabalho;
<p>16. Se as associações/organizações do bairro fossem embora amanhã, considera que a comunidade tinha</p>	<p>As pessoas ficavam um bocadinho baralhadas. Depende também dos projetos porque há projetos que tem investimento, há outros que não mas há uns que têm investimento. A comissão continuava, a comissão não trabalha com dinheiro, prontos, a comissão serve para arranjar coisas para o bairro, tudo o que puder, espaços verdes, pinturas nos prédios, um bom</p>	<p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Sustentabilidade depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto em questão; <p>- Continuação da Comissão de Moradores da Adroana;</p>

<p>capacidade de assegurar as atividades iniciadas?</p>	<p>ambiente e isso tudo. A gente não faz festas nem nada porque não temos fundos lucrativos, não fazemos festas, deixamos as festas lá para a Cultursol porque eles precisam de fundos para os miúdos irem de férias, fazem lá as festas deles, nós ajudamos naquilo que podemos, dá aquilo que pode (...). Como a maior parte das pessoas não sabe ler nem escrever e os que sabem ler é pouquinho, há documentos que vêm e se não fosse a Segurança Social eles não tinham dinheiro para ir a Cascais, então vão lá à loja da Segurança Social, ajudam a preencher, prontos, organizam-se ali e esclarecem as coisas todas porque vem muita gente de Cascais para ali para o coiso da Segurança Social por causa do rendimento mínimo (...).</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analfabetismo; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana;
<p>PERGUNTAS E RESPOSTAS ADICIONAIS</p>		
<p>Como é que avalia a participação das pessoas, nos bairros?</p>	<p><u>Geral</u> As pessoas têm participado bem, na parte da cozinha, da costura e da dança e da ginástica, também, acho que têm colaborado algumas pessoas. As pessoas também não têm muito tempo e depois também se torna um bocadinho complicado (...). Tem é que ser aqui nos bairros porque as pessoas não se gostam de deslocar (...)</p> <p><u>Adroana:</u> (...) na comunidade onde eu moro são mais guineenses e não gostam muito de se deslocar, gostam que as coisas venham a eles (...) eles também não têm trabalho, a maioria deles não tem trabalho. Mas temos conseguido, p.e., a primeira reunião que a gente fez, tínhamos 5 pessoas, na segunda já tínhamos cento e qualquer coisa (...). Havia lá o Banco Alimentar que lhes dava comida e eles acabavam por deitar fora, não sabiam como fazer (...) e agora através deste coiso que houve da cozinha muita gente já aprendeu e já ensina umas às outras (...) já não se vê tanta lata de feijão no lixo, a hortaliça já não se vê no lixo, já se vê as pessoas levarem e fazer. Agora tem lá as hortas comunitárias, já cultivam. (...) participam um bocadinho, acho que não é como devia de ser mas participam. Há sempre um grupo de pessoas que vai e, sendo convocados pelas pessoas da Câmara, as pessoas vão mais porque pensam que vão dar alguma coisa e então vão. (...) mas depois saem de lá um bocadinho desiludidas (...) porque elas pensam, penso eu, que ganham lá alguma coisa e a gente está sempre a dizer: "a Câmara não dá nada, a gente tem de lutar para a Câmara dar". (...) a gente na comissão também tem pessoas assim, "a Câmara tem de dar", não, a Câmara não dá, a gente tem de lutar por aquilo para ver se conseguimos (...).</p> <p><u>Alcoitão:</u> É assim, por aquilo que sei, acho que eles aqui também formaram uma</p>	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Avaliação positiva; (a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de participação da comunidade; • Comunidade reivindicativa (não interativa); <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conciliação de horários; <p>(b) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Canais de participação (local); <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desemprego; • Divisão intracomunidade; <p>(b) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade fechada;

	<p>Comissão, pareceu-me isso, é um bocado mais difícil levar aqui do que lá cima porque é complicado, lá em cima só temos três famílias de ciganos, não temos mais.</p> <p><u>BCV:</u> A Cruz Vermelha é um bocadinho mais complicado, não aceita que vão de fora para dentro, aquilo é muito fechado (...) agora tem andado um bocadinho mais calmo (...) eles antigamente tinham uma na Cruz Vermelha porque tinham uma parte junto à escola que era uma colectividade, tinha café e tudo, tinham lá tudo, só que depois aquilo começou a mudar muita coisa... O tesoureiro fugiu com 25 mil euros, fugiu e nunca mais souberam dele.</p>	<p><u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) PICs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reprodução de aprendizagens das formações; • Facilitação na identificação/resolução de problemas concretos; <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende: <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização/entidade mobilizadora; - Participação reivindicativa;</p>
Já teve experiência de associação?	<p>Já, na Torre, em Cascais, morei lá muitos anos. Comissão ainda faço parte, porque é tipo voluntário, agora dizer assim, "tenho que estar aqui", já bastou na Torre, já fiz parte da associação, da sociedade, estive sempre metido em coisas e agora é só aqui e é aqui porque me apanharam assim. Não estou arrependido mas agora a gente vai ficar mais um anito e depois a gente tem de arranjar mais pessoas, também. Se a gente tivesse um espaço só nosso, era mais fácil falar com as pessoas. As pessoas chegam ali, mesmo que a gente esteja ali um bocadinho na Câmara, estão lá as pessoas todas, é mau... O que a gente faz às vezes é fazer uns papéis para eles darem a opinião, a gente pede para deixar lá na caixa de correio da Câmara e eles chegam lá e deixam a sua opinião e é através disso mais ou menos que a gente tem visto as necessidades que o bairro tem. Alguns não gostam de ir a reuniões, não se importam de escrever num papel, e há outros que gostam de ir, juntando-se o útil ao agradável.</p>	<p><u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços comunitários;</p> <p><u>Canais de participação</u> (a) Informais: <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento; (b) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões comunitárias; </p>

3.5. Entrevistado O.

QUESTÕES	EXCERTO DA RESPOSTA (chave)	ANÁLISE
1. Sexo	F	
2. Data de nascimento	51 anos.	
3. Área de residência	Estoril.	
4. Grau de escolaridade	Licenciatura	
5. Atividade profissional	Enfermeira.	
6. Faz parte de alguma associação/organização	(...) Temos uma rede de organizações, que é chamado o grupo RODA (...). Portanto, eu também faço parte do RODA e dentro das atividades definidas	- Comité de Acompanhamento dos PICs.

ou PIC?	nós fazemos também parte do acompanhamento destes PICs, portanto, estão representadas várias entidades, a saúde também está representada, esteve representada na avaliação das candidaturas aos PICs, e agora faço parte do Comité de Acompanhamento destes PICs.	
6.1. Há quanto tempo?	Desde sempre (...). Os PICs foram lançados no final do outro ano e estamos neste processo mais ou menos há um ano, talvez.	Um ano.
6.2. Porquê é que decidiu tornar-se membro/a?	É assim, normalmente há o representante da área da saúde, estava envolvido na definição dos critérios de avaliação dos PICs. A partir daí, internamente, nós decidimos que todo este processo era ainda muito inicial mesmo para esta população e que era importantíssimo que eles sentissem que não estavam completamente entregues a si próprios (...)	<u>Motivações para fazer parte de uma organização/PIC</u> - Apoio/suporte à comunidade;
7. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?	Sim, tem. Temos os pólos comunitários; um no BCV, outro na Adroana, o do bairro da Adroana encerrou (...) estão-se a fazer algumas diligências no sentido encontrar uma alternativa ao espaço mas de qualquer maneira também existem parcerias com as Juntas de Freguesia. Os próprios parceiros, quando há reuniões, formações, disponibilizam quase sempre espaços para que isso possa ser realizado. <u>Sobre que entidade encerrou o pólo comunitário:</u> Pela Câmara, são entidades da Câmara. <u>Sobre se a decisão foi partilhada:</u> Não, não, não. Isso revoltou um bocadinho a população porque tinham todos os recursos lá e, de repente, chegaram um dia e tinham mudado a fechadura e tinham fechado o espaço, portanto, está-se a aguardar. Haviam os ensaios que se realizavam lá das Alcainpas e da Associação 24 de Setembro, passaram a ir ensaiar num espaço da Junta de Freguesia, um pavilhão da Junta de Freguesia.	<u>Canais de participação</u> (a) Formais: • Pólos comunitários; • Pavilhão da JFA; (b) Informais: • Espaços das instituições; <u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC: - Encerramento de um espaço comunitário, sem decisão ser partilhada; <u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC: • Encerramento de um espaço comunitário;
8. É comum a CMC/JFA consultarem a população? (p.e.: relativamente aos problemas do bairro, soluções identificadas)	No âmbito destas reuniões do RODA, nós temos também representantes das associações de moradores, normalmente, é nestas reuniões que se tomam algumas decisões, que se auscultam as necessidades, que se desenvolve um plano estratégico (...). também, e neste momento a Fundação Aga Khan, através do K'Cidade, que são quem estão mais no terreno e que estão, no fundo, a monitorizar mais este CLDS, são eles que estão a coordenar este processo. Portanto, são os mais proactivos nesta mobilização; os outros parceiros, por vezes não vão, vão de acordo com disponibilidade. <u>Sobre se os parceiros são de continuidade ou de oportunidade:</u>	<u>Canais de participação</u> (a) Formais • Grupos do RODA; • Fóruns; <u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Envolvimento/participação depende: • Disponibilidade; • Projetos em questão; (a) K'Cidade:

	É assim, nós na definição estratégica estamos todos envolvidos (...) mas depois tentamos rentabilizar os recursos ao máximo, de acordo com os projetos, vamo-nos dividindo um bocadinho; uns parceiros estão mais ligados a uma determinada área de intervenção, outros estão mais ligados a outra e, de vez em quando, também há espaços de partilha.	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição mais proactiva;
9. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente? i.e., as pessoas conseguem encontrar informação sobre medidas adoptadas ou a serem adoptadas?	Nos pólos comunitários existe informação, existem técnicos que as pessoas podem recorrer, sim, claro. Nos fóruns, as pessoas acabam por ser sempre chamadas e nem sempre vão. Existe um projeto, que é um dos PICs, para o bairro da Adroana, que tem a ver com painéis que foram colocados nos edifícios de divulgação de toda a atividade que se desenvolve no bairro, isso é uma das lacunas que foi identificada pelos próprios moradores porque sabiam que existia um tecido empresarial ali grande, ao nível da Adroana (...) as pessoas acabavam por não saber as instituições que estavam lá representadas nem aquilo que acontecia. Portanto, esses painéis, pretende-se que sejam um veículo de informação de tudo o que se está a passar; isto especificamente para o bairro da Adroana, não quer dizer que fosse igualmente noutros bairros. Agora, existem nas divisões de intervenção social da Câmara, todos os bairros têm um gabinete onde têm os técnicos que estão lá a trabalhar alguns dias por semana e, normalmente, nos vidros desses gabinetes, são afixados inúmeras atividades que são divulgadas para a população.	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pólos comunitários; • Fóruns; • PICs; <p>(b) Informais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas da comunidade; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação sobre atividades; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento dos serviços/respostas;
10. O que entende por participação?	O que eu entendo é que participar é estar a trabalhar com, é estar envolvido desde o início na definição dos problemas, na resolução dos próprios problemas, encontrar soluções, mobilizar os recursos necessários para dar resposta às necessidades identificadas, é fazerem parte integrante da equipa desde o início, é o que eu acho, não é participar pontualmente numa ou noutra atividade.	<p><u>Percepções sobre participação</u></p> <p>- Participação como governança;</p>
11. Como avalia o trabalho das associações e organizações que estão a actuar no(s) bairro(s)?	Eu acho que, apesar de tudo, temos uma comunidade bastante activa, temos uma rede de parceiros forte que se veio a intensificar agora muito mais com a vinda da Fundação Aga Khan [K'cidade] que tem técnicos específicos e a tempo inteiro para este tipo de atividade (...) eu acho que é muito mais eficaz e acho que tem-se vindo a notar uma diferença	<p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <p>- Evolução do grau de envolvimento/participação</p> <p>- Aumento do número de respostas;</p>

	<p>significativa nos últimos tempos porque se calhar temos conseguido fazer muito mais coisas em muito menos tempo desde que tem havido esta ação concertada por esta entidade que também nos ajuda a estruturar-nos e organizar-nos de uma forma mais eficaz, rentabilizando mais os recursos.</p> <p><u>Sobre se há mais respostas por parte dos parceiros:</u> Acho, acho, disso não tenho qualquer dúvida, houve sim.</p> <p><u>Sobre se os parceiros se envolvem de igual forma:</u> Não, isso não, é sempre um bocadinho variável. Sabemos que há aquele núcleo duro que vai sempre às reuniões e que acabam por se envolver muito mais nestes projetos, outros vão mais pontualmente ou pela inerência também, da sua atividade, não têm tanta disponibilidade ou não se enquadram tanto nos projetos.</p>	<p>- Envolvimento/participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade; • Projetos em questão; <p>(a) K' Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento/capacitação organizacional; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) nos parceiros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em rede;
<p>12. E o trabalho da JFA/CMC, como avalia?</p>	<p>Acho que tem sido fundamental também, em todo este processo. Acho que a Câmara tem o seu papel de estar sempre no terreno, em tempo (...) a Câmara tem o papel de estar sempre e de ser, no fundo, responsável por todo o município, portanto, acho que tem de ter equipas sempre no terreno e que dinamizem este trabalho, e acho que isso tem vindo a acontecer (...). A Junta de Freguesia, acho que tem tido um papel muito proactivo no sentido de disponibilizar uma série de espaços, de atividades de envolvimento das pessoas. (...) a Junta de Freguesia e a rede de parceiros está a fortalecer-se um bocadinho mais, estamos agora a fazer muitas reuniões, com mapeamento de recursos, para depois se identificarem os problemas e depois validarmos isso também com a população e depois encontrarmos respostas, estamos agora neste papel, paralelamente a tudo o resto, muito proactivo. A Junta também está no Comité de Acompanhamento dos PICs e tem ajudado a desbloquear algumas das situações que vão ocorrendo, acho que tem tido um papel muito proactivo. (...) existem grupos de trabalho onde envolvemos os parceiros que dão respostas ao nível da freguesia a este nível e esses parceiros é que nos estão a ajudar, estão eles próprios a fazer parte do projeto, a fazer o mapeamento das respostas que têm nas suas instituições e depois, conjuntamente, levantamos os problemas em cada uma destas áreas, um problema prioritário, para tentarmos trabalhar esse problema.</p>	<p><u>Balanco do trabalho do poder local:</u></p> <p>- Avaliação positiva;</p> <p>(a) JFA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de envolvimento/participação; • Disponibilização de espaços comunitários; • Proatividade; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior responsabilidade; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em rede; • Facilitação da identificação de problemas; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <p>- Evolução do grau de envolvimento/participação;</p> <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de</u></p>

		<p><u>Governança</u> - Elaboração colectiva do diagnóstico social; - Elaboração colectiva do plano de ação;</p> <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • PICs; </p>
<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam à sua participação e à participação da população? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p>Se calhar no bairro de Alcoitão, porque durante muitos anos, há sempre uma tentativa das instituições de ir para o bairro, tentar algumas condições do bairro, mas de repente os projetos acabam e tudo fica na mesma e as pessoas sentem-se desacreditadas, com o investimento que é feito. (...) As coisas não são tão rápidas quanto nós imaginamos e acho que estes projetos, às vezes, muito delimitados no tempo, podem correr esse risco porque estamos a gastar recursos durante um determinado tempo e depois isto faz com que as populações fiquem desacreditadas face às instituições. Eu acho que só a pouco e pouco, passando a palavra, ganhando a confiança, tendo alguma esperança que as coisas vão realmente mudar, é que a população se envolve mais. Na Adroana, se calhar tem a ver um bocadinho com questões culturais, tem a ver com as pessoas que ali vivem. As mulheres não estão muito habituadas a tomar decisões, os maridos estão a trabalhar, também é difícil às vezes envolvê-los em algumas atividades. As mulheres, por um lado, vão participando cada vez mais mas depois o poder decisório delas não é ainda uma realidade em alguns aspectos, portanto, paralelamente a alguma formação, elas tem sido empoderadas na literacia, no emprego, em outros aspectos que as possam autonomizar um pouco mais para que elas possam ganhar terreno e algum poder decisório. Se bem que, por outro lado, são as outras questões culturais que às vezes se sobrepõem a isto e é importante também envolver os companheiros. No BCV, eu acho que as pessoas têm vindo gradualmente a participar mas é um bairro difícil e ainda estão um bocadinho aquém daquilo que se desejaria (...). Não lhe sei dizer concretamente porquê é que ainda não existem mais pessoas envolvidas. Sei é que cada vez as salas estão mais cheias!</p>	<p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade desacreditada; </p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) constrangimentos externos: <ul style="list-style-type: none"> • Curta duração dos projetos; (b) por parte da comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Pouca experiência participativa; • Conciliação de horários; • Questões culturais; </p> <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende: <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; </p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação: <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; (b) Educação: <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; </p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências técnicas; • Empowerment individual; </p>

		<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>(a) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de envolvimento/participação;
<p>14. Relativamente à população, é frequente apresentar respostas para esses problemas? E essas soluções são implementadas?</p>	<p>Sim, muito através dos PICs. Foi uma forma de os pôr a pensar sobre o que existe, o que gostariam que existisse e estruturar um projeto para dar resposta às necessidades identificadas.</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; <p>(b) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs;
<p>Sobre as ações de formação</p>		
<p>15.1. Considera-os adaptados às experiências e competências da comunidade</p>	<p>(...) Eu acho que tem havido uma avaliação positiva, pelo menos algumas mulheres já sabem ler e escrever, algumas mulheres já entraram no mercado de trabalho, já conseguem verbalizar algumas questões culturais que eram muito tabu na partilha, questões sobre sexualidade, sobre métodos contraceptivos, sobre DSTs, sobre a importância da vigilância de saúde, sobre hábitos alimentares, sobre violência doméstica no namoro, sobre mutilação genital feminina. Toda essa formação foi sendo dada e acho que foi levantado, abanando um bocadinho a cabeça das pessoas e mexer com isto. Agora, de longe, acho que as pessoas estejam capacitadas para serem líderes nestas áreas, acho que ainda não estamos nessa fase mas acho que já existe um efeito multiplicador de algumas coisas porque seguramente elas vão conversar, vão mobilizar. P.e., no âmbito nos hábitos alimentares saudáveis, acho que já se conseguiu verificar uma mudança significativa porque (...) foram muito as pessoas a organizar o evento no mercado, em Cascais, onde elas reproduziram, com chefes de cozinha, alimentação saudável a baixo-custo, que tinham aprendido no curso, onde fizeram as suas compotas e as expuseram, os azeites aromatizados, onde se empenharam em todo este evento, desde à compra, à organização, à exposição, acho que tudo isto já revela um desenvolvimento pessoal de competências interessante e agora já estão a aplicar workshops, o workshop</p>	<p><u>Eficácia das atividades/formações</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências técnicas; • Reprodução de aprendizagens das formações; • Empowerment individual; • Auto-organização; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formações sobre saúde; <p>(b) Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; <p>(c) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e</u></p>

	de pão saudável (...).	<u>participação da comunidade</u> - Evolução do grau de envolvimento/participação;
15.2. Considera que esses programas são adaptados à comunidade?	Só pode ser assim porque senão não seria eficaz. Passaram por vários momentos formativos onde também se fazia um bocadinho a reflexão dos recursos económicos que as pessoas tinham e adequar uma alimentação saudável dentro daqueles recursos económicos e dentro dos hábitos culturais porque também não podemos descurar o que é que eles estão habituados a comer mas também, por outro lado, não podíamos pactuar com que as pessoas usufríssem do Banco Alimentar, terem verdes e depois deitarem-nos para o lixo porque não sabiam confeccioná-los.	<u>Adaptação das atividades/formações</u> - Adaptadas/pensadas;
16. Se as associações/organizações do bairro fossem embora amanhã, considera que a comunidade tinha capacidade de assegurar as atividades iniciadas?	Umás sim, outras não, depende dos projetos. P.e., a cozinha eco-criativa, a ginástica e não sei quê, acho que continuariam, a dança também, as Alcaimpas, já era um grupo organizado, precisava só de alguns recursos económicos e também acho que sim. Agora, haverá outros PICs que teriam alguma dificuldade em continuar, sem estas instituições, porque exigem mais patrocínios, envolve mais tecido empresarial da zona porque exige uma série de recursos que é necessário e competências técnicas que ainda não estão consolidadas.	<u>Sustentabilidade das ações</u> - Possibilidade de continuação dos PICs; - Alguns processos terminavam; - Sustentabilidade depende: • Experiência técnica da comunidade; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: • PICs;
PERGUNTAS E RESPOSTAS ADICIONAIS		
E como é que avalia a participação das comunidades dos três bairros? Como é que tem sido a sua participação e envolvimento?	Acho que tem vindo a aumentar, acho que tem vindo a melhorar, há uns tempos atrás ainda não estavam envolvidas as associações de moradores. Já haviam muitas ações pontuais, formações com algumas pessoas do bairro mas eu acho que com os PICs e com algumas intervenções que foram sendo realizadas em alguns bairros, alguns fóruns comunitários, as pessoas foram cada vez mais aderindo, passando a palavra. É lógico que ainda estamos um bocadinho longe daquilo que gostaríamos de ter mas com algumas iniciativas locais, as festas, desporto no bairro, jogos tradicionais, eu acho que isso está a aproximar cada vez mais as pessoas das comunidades. A ginástica eco-criativa, que é outro PIC, a cozinha eco-criativa, tentámos aproximar pessoas dos três bairros, também, para diminuir um bocadinho aquela rivalidade "tu és dali, não lidas com este que é daqui", então, agora há laços de amizade criados entre pessoas de bairros diferentes e que vão puxando uns e outros, acho que isto já se começa a revelar muito positivo.	<u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Evolução do grau de envolvimento/participação; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: • PICs; • Fóruns; (b) Informais: • Festas; <u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade • Proximidade entre pessoas da comunidade; • Alargamento da rede de suporte

<p>Que impactes é que têm tido esta dinâmicas participativas no território, na comunidade e nos parceiros?</p>	<p>Eu acho que temos desenvolvido competências imensas, em algumas pessoas, as pessoas sentem-se muito mais capacitadas, muito mais empoderadas. Acho que em termos de autoestima têm melhorado, lembro-me de algumas pessoas com problemas em termos de saúde mental, em termos de isolamento, em termos de fortalecimento de relações de amizade, promoção de estilos de vida saudáveis, caminhadas, sei lá.</p>	<p>informal; <u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Empowerment individual; • Aumento da autoestima; • Alargamento da rede de suporte informal; </p>
--	--	---

ANEXO D. ANÁLISES HORIZONTAIS DAS ENTREVISTAS

D1. Técnicos de instituições locais (T)

Questões/ Entrevistados	Entrevistado T1	Entrevistado T2	Entrevistado T3
1. Sexo	F	F	F
2. Data de nascimento	58 anos.	33 anos.	37 anos.
3. Área de residência	Cascais.	Vila Franca de Xira.	Parede.
4. Grau de escolaridade	Licenciatura.	Mestrado.	Licenciatura.
5. Atividade profissional	Direção técnica e faço parte da direção da cooperativa Torre Guia.	Trabalhei durante dois anos e nove meses e em termos de território, já estou em Cascais há seis anos. Primeiro com uma equipa do CLDS da SCMC, com a CMC, e depois (...) passei para uma equipa da Agência de Empreendedores Sociais.	Coordenação de uma equipa territorial.
6. Há quanto tempo é membro desta instituição?	14 anos.		5 anos.
7. Que tarefas desempenha nesta instituição?	<u>Principais funções desempenhadas</u> - Membro da direção; - Coordenação de serviços;	<u>Principais funções desempenhadas</u> - Coordenação de projetos de intervenção territorial; - Funções de coordenação do eixo 1 - Emprego, Formação e Empreendedorismo, do CLDS de Cascais; - Apoio à implementação de PICs;	<u>Principais funções desempenhadas</u> - Coordenação de equipa territorial; - Gestão de parcerias;
8. O que entende por participação?	<u>Percepções sobre participação</u> - Participação como governança;	<u>Percepções sobre a participação</u> - Participação como governança; - Participação cidadã;	
9. Como avalia e caracteriza a participação da população do território?	<u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços participativos; <u>Canais de participação</u> (a) Espaços formais: • OP; • Espaço Comunitário de Alcoitão; (b) Informais:	<u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende: • Mobilização/entidade mobilizadora; • Valorização da participação; <u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão: • Historial de intervenções falhadas; • Inexistência de identidade colectiva;	<u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade:</u> (a) Adroana: • Retrocesso na facilidade de mobilização; • Retrocesso do grau de envolvimento e participação de um grupo; (b) Geral:

	<ul style="list-style-type: none"> • Festas; • <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>(a) Alcoitão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de envolvimento/participação envolvimento; • Bairro com maior grau de envolvimento/participação; <p>(b) Adroana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de participação e envolvimento; <p>(c) BCV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande grau de envolvimento/participação; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u></p> <p>- Cogestão de um espaço participativo;</p> <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potencial participativo; 	<p>(b) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenções falhadas; <p>(c) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade motivada/dinâmica; <p>(d) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro construído através da aprendizagem de intervenções falhadas nos outros bairros; • Comunidade facilmente mobilizável; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência das decisões públicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; <p>(b) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de envolvimento/participação; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u></p> <p>- Implementação de propostas/projetos da comunidade;</p> <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>(a) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Retrocesso do grau de envolvimento e participação de um grupo; <p>- Grau de participação variável ao longo do tempo;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) da parte dos técnicos:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de valorização da comunidade/território; • Grupos de interesse; • Participação cidadã; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; • Assembleias; • Espaço Comunitário de Alcoitão; • Associação de Moradores de Alcoitão; • PICs • Diagnóstico participativo; <p>(b) Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rua; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro construído de raiz; <p>(b) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenção social; • Potencial participativo; <p>(c) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade fechada; • Bairro abandonado; • Desconhecimento dos serviços/respostas; • Pouca experiência participativa; <p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <p>- Escassez de serviços;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização do Centro de
--	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenções falhadas; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>- Encerramento de um espaço participativo, sem decisão ser partilhada;</p>	<p>Saúde de Alcabideche;</p> <p><u>Balço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização de serviços de saúde; • Investimento na cultura participativa; • Ações de participação comunitária pontuais; • Baixo nível de intervenção; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproximação dos serviços; • Acesso a espaços participativos; <p>- Participação valorizante;</p> <p>- Participação interativa;</p> <p>- Participação cidadã;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decisão sobre o plano de atividades; <p>(b) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; • Desenvolvimento de competências sociais; • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Alargamento da rede de suporte informal; • Proximidade entre pessoas da comunidade; • Reflexão colectiva; • Aumento da autoestima; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de</u></p>
--	--	---	--

			<p><u>governança</u> - Cogestão de um espaço participativo;</p> <p><u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) PICs: <ul style="list-style-type: none"> • Obedecem a diferentes interesses pessoais; </p>
<p>10. Considera que a mobilização da participação da população tem tido influência na identificação e no combate aos problemas emergentes? De que forma?</p>	<p><u>Balço do grau de envolvimento e da participação da comunidade</u> - Participação interativa;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência de decisões <ul style="list-style-type: none"> • Implementação das propostas/projetos da comunidade; </p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social: <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias; </p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros: <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de visão sobre a capacidade da ação da comunidade; (b) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; (c) na influência de decisões: <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; • Envolvimento da comunidade na influência de decisões; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Diagnósticos participativos; • PICs; • Reuniões; • OP; • Fóruns; </p> <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u> - Elaboração colectiva do plano de ação; - Elaboração colectiva do diagnóstico social;</p> <p><u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) PICs: <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação da identificação/resolução de problemas; </p> <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> </p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência de decisões <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; (b) na comunidade <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende: <ul style="list-style-type: none"> • Apoio/suporte prestado à comunidade; </p> </p>

		<p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; • Horizontalidade da relação; • Concretização de intervenções; • Transparência das decisões; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>- Grande grau de envolvimento/participação; - Evolução do grau de envolvimento/participação;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p>(b) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; 	
<p>11. Em que situações é mais comum a comunidade participar? (reuniões, assembleias, encontros informais, etc.)</p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Festas; <p>(b) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleias; • Espaço Comunitário de Alcoitão; • Reuniões de parceiros; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; 	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Festas; <p>(b) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões; • OP; • Fóruns; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilidade da resposta; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p>	<p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização da participação; • Concretização de intervenções; • Utilidade da resposta; • Valorização dos saberes locais; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rua; <p>(b) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Reuniões; • Plenários;

		<p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento da comunidade na influência de decisões; <p>(b) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; • Auto-organização; 	<p><u>Eficácia das atividades/formações</u></p> <p>(a) PICs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação na identificação/resolução de problemas concretos; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Canais de participação (tipo);
<p>12. Quais têm sido os efeitos diretos e indiretos na comunidade, no território e nos parceiros como resultado das dinâmicas participativas locais? O que mudou?</p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas:</u></p> <p>(b) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Validação e valorização da Comissão de Moradores da Adroana; • Auto-organização; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) Comissão de Moradores da Adroana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco formalizada; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Problemas sociais e comportamentais; • Agressividade; • Divisão intracomunidade; • Bairro impenetrável; • Bairro desarticulado; 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) no território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p>(b) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; • Participação interativa; <p>(c) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de envolvimento/participação; • Trabalho em rede; • Capacitação/fortalecimento da rede de parceiros; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; • PICs; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <p>(a) K'Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento/capacitação 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de respostas; • Reflexão colectiva; • Trabalho em rede; • Evolução do grau de envolvimento/participação; • Aumento da diversidade de parceiros; • Proximidade entre parceiros; • Alargamento do plano de ação; • Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade; • Fortalecimento/capacitação organizacional; • Mobilização de parceiros externos; <p>(b) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; • Auto-organização; • Conhecimento/aproximação dos serviços e instituições; • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Desenvolvimento/aumento da capacidade de ação;

		<p>organizacional;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências técnicas; • Empowerment individual; • Aumento da autoestima; • Alargamento da rede de suporte informal; • Valorização do território; <p>(c) no território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização de recursos externos; • Valorização externa do território; <p>(d) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; • Criação/disponibilização de um espaço participativo; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Fóruns; • OP; <p><u>Eficácia das atividades/formações</u></p> <p>(a) PICs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação/resolução de problemas concretos; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de desporto; <p>(b) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias; <p><u>Satisfação das necessidades:</u></p> <p>- Escassez de espaços participativos;</p> <p><u>Balanco do trabalho do poder local:</u></p>
--	--	------------------------	--

			<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento não desejável sobre as dinâmicas participativas; <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio/suporte prestado à comunidade pelo poder local; • Concretização de intervenções; • Utilidade de resposta; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) da parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p>(b) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta;
<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam às dinâmicas participativas da comunidade? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fraca autoestima; • Conciliação de horários; • Desconfiança das intervenções; <p>(b) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Canais de participação (local); <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização da participação; <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro abandonado; 	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de transparência; • Falta de concretização; <p>(b) da parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento da utilidade das respostas; • Pouca experiência participativa; <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de influência nas decisões; • Concretização das intervenções; 	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) da parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca experiência participativa; • Baixa autoestima; • Condicionantes pessoais/familiares; <p>(b) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p>(c) da parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; • Intervenções/metodologias erradas; • Relação hierárquica com a comunidade; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de intervenção; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade:</u> (a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação reivindicativa (não-

			<p>interativa);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação instrumental; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; • Valorização da participação; • Utilidade da resposta; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros:</u></p> <p>- Grau de envolvimento e participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Financiamento das autarquias;
14. Considera que a comunidade gosta e confia na na instituição de que é membro/a?	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) Cooperativa Torre Guia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confiança generalizada; 	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) Agência de Empreendedores Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confiança generalizada; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento de casos de empregabilidade; • Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; • PICs; 	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) K'cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confiança generalizada; <p>(b) Geral:</p> <p>- Confiança depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura organizacional da instituição; <p>(c) CMC:</p> <p>- Confiança depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Departamento/serviço em questão; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros:</u></p> <p>(a) Cascais Envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relação difícil com a comunidade; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; • Pólos comunitários; • Reuniões; • PICs;

			<p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de espaços comunitários; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de espaços participativos; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos burocráticos; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação/disponibilização de um espaço participativo; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário, sem partilha de decisão;
15. Como avalia o envolvimento e a participação dos parceiros que intervêm no território?	<p><u>Balanco do grau de envolvimento e da participação dos parceiros</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Grande grau de envolvimento e participação; - Grande investimento; - Parceiros de continuidade; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Reflexão conjunta de projetos para o território; 	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Grande envolvimento e participação de alguns parceiros; - Envolvimento/participação depende: <ul style="list-style-type: none"> • Cultura organizacional; • Disponibilidade; • Parceiro em questão; <p>(a) K'idade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/fortalecimento organizacional; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fóruns; 	

		<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação na identificação de problemas; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u> - Decisão deliberada, igual para todos os membros;</p> <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Individualização/domínio das ações/decisões; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza/transparência; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; 	
16. A participação em reuniões com outras instituições tem facilitado a identificação/resolução de necessidades/problemas?	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; • Processo de realojamento mal gerido; • Falta de investimento no apoio social; • Encerramento de um espaço comunitário; • Acompanhamento/supervisão técnica; <p>(b) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de concretização; 	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Delegação/descentralização de responsabilidades na JFA; • Investimento na intervenção territorial; • Desinvestimento na intervenção territorial; • Investimento na cultura participativa; • Encerramento de um espaço participativo; <p>(b) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação positiva; <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u> (a) CMC:</p>	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento na intervenção territorial; • Investimento na cultura participativa; • Desinvestimento na intervenção territorial; • Fortalecimento/capacitação organizacional; • Desconhecimento das necessidades do território; • Falta de apoio/suporte prestado à comunidade; • Processo de realojamento mal

	<p><u>Desvantagens da relação em parceria</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de cumprimento nos acordos com parceiros; • Definição de papéis de outras instituições; • Individualização/domínio das acções/decisões; • Trabalho conjunto pouco consistente; • Desinvestimento no processo de reflexão coletiva sobre o território; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro abandonado; • Ressentimento em relação à CMC; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relação de apaziguamento com a comunidade; • Executivo com intenção de aproximação da comunidade; <p>(b) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza nos critérios de decisão; • Ação pouco consultante; <p><u>Sustentabilidade das ações</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Individualização/domínio das acções/decisões; • Falta de horizontalidade na relação; <p><u>Vantagens da relação de parceria</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horizontalidade na relação; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; • Pólos comunitários; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização/entidade mobilizadora; <p><u>Balanco do trabalho dos parceiros</u></p> <p>(a) K'Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento na participação comunitária; 	<p>gerido;</p> <p>(b) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de intervenção territorial; • Cogestão do Espaço Comunitário de Alcoitão; • Descentralização de serviços de saúde; • Descentralização de serviços de apoio social; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; • Assembleias de bairro; • Reuniões de parceiros; • Diagnóstico participativo; • Plenários; • Comissão de Moradores da Adroana; • PICs; • Associação de Moradores de Alcoitão; • Espaço Comunitário de Alcoitão; <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição de papéis de outras instituições; • Individualização/domínio das acções/decisões; <p><u>Vantagens da relação de parceria</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horizontalidade na relação; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p>
--	---	---	--

	<p>- Sustentabilidade depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão da CMC sobre a rede de parceria; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pólos comunitários; • Comissão de Moradores da Adroana; 		<p>(a) por parte do poder local:</p> <p>1. CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Anulação de assembleias de bairro; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração colectiva do plano de ação; - Definição de objectivos comuns; - Decisão deliberativa, igual para todos os membros; - Cogestão de um espaço participativo; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação em informática; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros:</u></p> <p>(a) K'cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento na participação comunitária; • Fortalecimento/capacitação organizacional; <p>(b) Rede de parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parceiros diversificados; • Avaliação positiva; • Grupos de trabalho; <p>- Parceiros de continuidade;</p> <p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Sustentabilidade depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão da CMC sobre o DL; • Visão da CMC sobre a rede de parceria; <p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de espaços comunitários;
--	---	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de respostas para os jovens; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) Associação de Moradores de Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco representativo da comunidade; <p><u>Desvantagens da relação de parceria:</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes percepções sobre participação; <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; • Aproximação da comunidade; • Apoio/suporte prestado à comunidade; <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca experiência participativa; <p>(b) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divisão intracomunidade; • Falta de identidade colectiva; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; <p>(b) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade; <p>(c) no poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de visão sobre a capacidade de ação da
--	--	--	---

			<p>comunidade;</p> <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>(a) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Retrocesso do grau de envolvimento e participação da comunidade de um grupo; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultas de psicologia; <p>(b) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social;
<p>17. As decisões tomadas pela CMC/JFA são partilhadas de forma clara e transparente, havendo também a possibilidade, por parte dos cidadãos, em aceder a documentos onde esteja disponibilizada informação sobre medidas a serem adoptadas? (p.e., através de plataformas online)</p>	<p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de deliberação; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de transparência; 	<p><u>Balanco do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviço de apoio social; <p>(b) geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de concretização; • Processo de realojamento mal gerido; <p>(c) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento da intervenção territorial; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social; • Requalificação física do território; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza/transparência; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões municipais; • Comissão de Moradores da Adroana; • Assembleias de freguesia; • PICs; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; <p>(b) no poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade; <p>(c) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; • Empowerment individual; • Alargamento da rede de suporte informal;

		<p>(a) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) da parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de concretização; • Historial de intervenções falhadas; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleias comunitárias; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transparência das decisões; • Concretização das intervenções; 	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias; • Requalificação física do território; <p><u>Balço do trabalho local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação do território; • Ações de participação comunitária pontuais; <p>(b) JFA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco investimento na participação comunitária; • Investimento na valorização da freguesia; • Investimento na cultura participativa; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ação pouco consulente; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) Por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>- Grupos de interesse;</p>
<p>18. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos</p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaços das instituições; • Ludoteca; • Rua; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; • Pólos comunitários; • PICs; • Associação de Moradores de Alcoitão; 	

<p>públicos da autarquia?</p>	<p>- Encerramento de um espaço comunitário sem decisão ser partilhada;</p>	<p><u>Dimensão deliberativa do modelo de governança</u> - Cogestão de pólo comunitário;</p> <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC: <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário; • Disponibilização de espaços participativos; • Capacitação/fortalecimento organizacional; • Investimento na cultura participativa; </p>	
<p>Sobre as ações de formação</p>			
<p>19.1. Considera-os eficazes para estimular iniciativa e para capacitar as pessoas?</p> <p>19.2. Considera-os adaptados às experiências e competências específicas de cada pessoa?</p>	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção:</u> (a) Emprego e formação: <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento de casos de empregabilidade; • Formação em informática; (b) Educação: <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; <p><u>Adaptação das formações/atividades</u> - Adaptadas/pensadas.</p> </p></p>	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Educação: <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; <p><u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) nos parceiros: <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em rede • Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade; • Capacitação/fortalecimento organizacional; (b) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Desenvolvimento de competências sociais; <p><u>Adaptação das atividades/formações</u> - Adaptadas/pensadas;</p> <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) geral:</p> </p></p>	<p><u>Eficácia das formações/atividades</u> - Eficácia depende: <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem formativa; (a) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências sociais; • Desenvolvimento de competências técnicas; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação: <ul style="list-style-type: none"> • Formação sobre gestão de orçamentos familiares; • Formações para capacitação/entrada para o mercado de trabalho; • Acompanhamento de casos de empregabilidade; (b) Saúde <ul style="list-style-type: none"> • Formação sobre saúde; (c) Educação: <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; </p></p>

		<ul style="list-style-type: none"> Analfabetismo; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Analfabetismo; 	<p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Analfabetismo; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> (a) Agência de Empreendedores Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento de casos de empregabilidade; <p><u>Adaptação das formações/atividades</u> - Adaptadas/pensadas;</p>
20. E relativamente aos <i>workshops</i> e às ações de formação técnica dirigidas aos dirigentes, voluntários e técnicos locais, como avalia a experiência?		<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capacitação/fortalecimento organizacional; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> (a) K'cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento/capacitação organizacional; <p><u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) para dirigentes, voluntários e técnicos locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação positiva; 	<p><u>Eficácia das formações/atividades:</u> (a) para dirigentes, voluntários e técnicos locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Proximidade entre parceiros; Partilha de recursos entre parceiros;
21. Na sua opinião, as dinâmicas participativas na comunidade têm influência no grau de informação que os cidadãos têm? (compreensão/funcionamento das	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas:</u> (a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Proximidade/conhecimento dos serviços e instituições; 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conhecimento/aproximação dos serviços e instituições; Desenvolvimento de competências sociais; <p>(b) no território:</p> <ul style="list-style-type: none"> Proximidade entre a comunidade e as instituições; 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) no território:</p> <ul style="list-style-type: none"> Proximidade entre a comunidade e o poder local; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> Descentralização de serviços de saúde; Descentralização de serviços de

instituições)		<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento de casos de empregabilidade; 	<p>apoio social;</p> <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade da comunidade; <p><u>Vantagens da relação de parceria</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horizontalidade na relação; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plenários; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horizontalidade da relação; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultas de psicologia; <p>(b) Apoio Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social;
22. Julga que as dinâmicas participativas têm potencial para qualificar a cidadania? Se sim, de que maneira a cidadania é estimulada?	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas:</u></p> <p>(a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Desenvolvimento de competências sociais; • Reflexão colectiva; 	<p><u>Percepções sobre participação</u></p> <p>- Participação como democracia;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleias comunitárias; • Assembleias de freguesia; • Assembleias municipais • Reuniões municipais; 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Empowerment individual; • Empowerment colectivo; • Desenvolvimento de competências sociais; • Desenvolvimento/aumento da capacidade de ação; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão;

<p>23. Considera que as decisões implementadas têm condições de ser asseguradas pela própria comunidade, reforçando a sua sustentabilidade?</p>	<p><u>Sustentabilidade das ações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de assegurar atividades e projetos; - Continuação de projetos de voluntários da Culturisol; - Possibilidade de continuação da Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; • Comissão de Moradores da Adroana; 	<p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Muitos processos terminavam; - Continuação de alguns PICs; - Sustentabilidade depende <ul style="list-style-type: none"> • Experiência técnica da comunidade; • Tempo de existência dos projetos; 	<p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sustentabilidade depende: <ul style="list-style-type: none"> • Experiência técnica da comunidade; • Experiência participativa da comunidade; • Apoio/suporte prestado à comunidade, por parte do poder local; • Valorização da participação; - Alguns processos terminavam; - Continuação de lógicas de participação; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) Constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curta duração dos projetos;
---	---	---	--

D2. Técnicos do poder local (PL)

Questões/Entrevistados	Entrevistado PL1	Entrevistado PL2	Entrevistado PL3
1. Sexo	F	F	F
2. Data de nascimento	37 anos	49 anos	45 anos.
3. Área de residência	Seixal	Alcabideche	Parede.
4. Grau de escolaridade	Licenciatura	Licenciatura	Licenciatura
5. Atividade profissional	Técnica superior de psicologia	Coordenadora geral dos programas de educação.	Chefe de divisão.
6. Há quanto tempo trabalha da CMC/JFA?	7 anos (contínuos)	8 anos.	18 anos.
7. Que tarefas desempenha nesta instituição?	<p><u>Principais funções</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio social; - Avaliação de pedidos de habitação 	<p><u>Principais funções</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento de protocolos; - Articulação/acompanhamento de parceiros; 	<p><u>Principais funções</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão de recursos humanos; - Gestão das equipas territoriais;

<p>8. O que entende por participação?</p>	<p>social; <u>Percepções sobre a participação</u> - Participação como governança;</p>	<p>- Organização da calendarização; <u>Percepções sobre a participação</u> - Participação como cidadania; - Participação como governança;</p>	<p><u>Percepções sobre a participação:</u> - Participação obedece a benefícios pessoais; - Participação como igualdade; <u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de processos participativos efetivos; <u>Constrangimentos que se colocam à participação:</u> (a) por parte dos técnicos: • Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos;</p>
<p>9. Como avalia e caracteriza a participação da população do território?</p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC: • Afastamento da comunidade; (b) Instituições de Alcoitão: • Grupos politizados; • Pouca representatividade; <u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão: • Bairro abandonado; (b) BCV • Potencial participativo; (c) Adroana • Bairro construído de raiz; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos: • Historial de intervenções falhadas;</p>	<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Evolução do grau de envolvimento/participação; - Grau de participação variável ao longo do tempo; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: • PIC's; <u>Imagem e representação das instituições</u> (a) K'cidade: • Capacitação/fortalecimento organizacional;</p>	<p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Adroana: • Comunidade facilmente mobilizável; (b) BCV: • Historial de intervenções falhadas; <u>Balanco do tipo e do grau de participação e envolvimento da comunidade</u> (a) Adroana: • Baixo grau de envolvimento/participação; (b) BCV: • Baixo grau de envolvimento/participação; <u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social: • Construção das hortas comunitárias;</p>

	<p>(b) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Domínio do grupo de moradores dos fogos do BCV em processo de realojamento; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fóruns comunitários; • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; <p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de participação e envolvimento; <p>(b) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação negativa; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; <p>(b) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação/disponibilização de um espaço participativo; <p>- Retrocesso do processo de reflexão colectiva sobre o território;</p>		<p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Processos participativos pouco sustentáveis;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Domínio do grupo de moradores dos fogos do BCV em processo de realojamento; <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u></p> <p>(a) K'cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes percepções sobre participação;
10. Considera que	<u>Balanço do tipo e do grau de</u>	<u>Percepções sobre participação</u>	<u>Constrangimentos que se colocam à</u>

<p>a mobilização da participação da população tem tido influência na identificação e no combate aos problemas emergentes? De que forma?</p>	<p><u>envolvimento e participação da comunidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação interativa; - Avaliação positiva <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao estudo; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; 	<p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio/suporte prestado à comunidade; <p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Sustentabilidade depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio/suporte prestado à comunidade; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Evolução do grau de participação/envolvimento; - Grau de participação variável ao longo do tempo; 	<p><u>participação:</u></p> <p>(a) por parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pólo comunitário; • Comissão de Moradores da Adroana; <p>(b) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convívios comunitários; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Encerramento de um espaço participativo; <p><u>Percepções sobre a participação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação reivindicativa; - Processos participativos pouco sustentáveis; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Representatividade parcial da comunidade ao nível da influência de decisões públicas;
<p>11. Em que situações é mais comum a comunidade participar? (reuniões, assembleias, encontros informais, etc.)</p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> • JFA; • Reuniões municipais; • OP; • Reuniões comunitárias; • Comissão de Moradores da Adroana <p>(b) Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento; 	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Festas; <p>(b) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PIC's; • Reuniões; • Assembleias de freguesia; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da autoestima; 	<p><u>Percepções sobre participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilidade das respostas; • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos;

	<p><u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços participativos;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social: • Construção das hortas comunitárias;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade • Proximidade entre pessoas da comunidade; • Auto-organização; (b) no território • Proximidade entre o poder local e a comunidade;</p> <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC • Ação consultiva;</p>	<p><u>Percepções sobre participação</u> - Participação depende: • Valorização da participação;</p> <p><u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços participativos;</p>	
<p>12. Quais têm sido os efeitos diretos e indiretos na comunidade, no território e nos parceiros como resultado das dinâmicas participativas locais? O que mudou?</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) no território: • Proximidade entre a comunidade e o poder local; • Requalificação física do território; (b) na comunidade: • Criação de uma instituição representativa da comunidade (Comissão de Moradores da Adroana); • Reflexão colectiva;</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros: • Trabalho em rede; • Proximidade entre parceiros; (b) na influência de decisões: • Envolvimento da comunidade na tomada de decisões; (c) na comunidade: • Aumento da autoestima; • Desenvolvimento de competências de cidadania;</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros: • Mais conhecimento/informação; • Proximidade entre parceiros; • Reflexão colectiva; (b) no território • Requalificação física do território; (c) na comunidade: • Desenvolvimento de competências técnicas;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p>

	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>- Participação reivindicativa;</p> <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) Comissão de Moradores da Adroana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representatividade; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; 		<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p>(b) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formações sobre saúde; <p>(c) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursos profissionais; <p><u>Eficácia das formações/atividades</u></p> <p>- Avaliação positiva;</p> <p><u>Percepções sobre o território:</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potencial participativo;
<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam às dinâmicas participativas da comunidade? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p><u>Percepções sobre participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; • Concretização de intervenções; • Grau de influência nas decisões; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; 	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Canais de participação (local); <p>(b) por parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; • Processos burocráticos; <p>(c) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamentos pessoais/familiares; • Pouca experiência participativa; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade entre pessoas da comunidade; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação:</u></p> <p>(a) por parte da comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento da utilidade das respostas; • Condicionamentos pessoais/familiares • Baixa autoestima; <p>(b) por parte do poder local</p> <p>1. CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de concretização;

		<p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituição mais próxima da comunidade; <p>(b) K' Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituição mais próxima da comunidade; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>- Avaliação positiva;</p>	
14. Considera que a comunidade gosta e confia na CMC/JFA?	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confiança generalizada; • Quebra do grau de confiança com a comunidade; • Disponibilidade; • Instituição mais próxima da comunidade; <p>- Confiança depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Do bairro em questão; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relativa desconfiança da CMC; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento; <p><u>Tipologia das respostas por área de</u></p>	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confiança relativa; • Quebra do grau de confiança com a comunidade; • Processo de confiança em evolução; 	<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <p>- Confiança depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto em questão; • Equipa técnica;

	<p><u>intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> Assistência social; 		
15. Como avalia o envolvimento e a participação dos parceiros que intervêm no território?	<p><u>Balanço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Envolvimento depende: <ul style="list-style-type: none"> Bairro em questão; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) Instituições do BCV</p> <ul style="list-style-type: none"> Fechamento <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u> (a) Instituições do BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de interesse no trabalho de parceria; Falta de comunicação entre as instituições; <p><u>Balanço do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Avaliação positiva;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros</p> <ul style="list-style-type: none"> Alargamento do plano de ação; Facilitação na identificação de problemas; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança</u> - Elaboração colectiva do plano de ação; - Definição de objectivos comuns;</p>	<p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Grau de envolvimento/participação depende: <ul style="list-style-type: none"> parceiro em questão; Parceiros de oportunidade; <p>(a) Cascais Envolve:</p> <ul style="list-style-type: none"> Pouco centrados no acompanhamento dos processos; <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Delegação de responsabilidades nas outras instituições; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Executivo com intenção de aproximação da comunidade; <p>(b) Centro de Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> Proximidade da comunidade; <p><u>Percepções sobre participação</u> - Participação depende: <ul style="list-style-type: none"> Aproximação da comunidade; </p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos: <ul style="list-style-type: none"> Não-resposta; </p> <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança</u> - Inexistência de decisão deliberativa;</p> </p>	<p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Grande envolvimento/participação; Relativo desconhecimento das necessidades do território; Parceiros de continuidade; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> - Falta de representatividade institucional interna;</p> <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u> (a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> Proatividade; </p>

	- Comunidade fora da rede de parceria;		
16. A participação em reuniões com outras instituições tem facilitado a identificação/resolução de necessidades/problemas?	<p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração colectiva de planos de ação; - Elaboração colectiva do diagnóstico social; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico participativo; 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) nos parceiros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação da identificação de problemas; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) Banco Alimentar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação negativa; <p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Baixo nível de articulação entre parceiros; - Baixo nível de interação entre parceiros; 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação na identificação de problemas; <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de deliberação; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) K'cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos;
17. As decisões tomadas pela CMC/JFA são partilhadas de forma clara e transparente, havendo também a possibilidade, por parte dos cidadãos, em aceder a documentos onde esteja disponibilizada informação sobre medidas a serem adoptadas? (p.e., através de plataformas online)	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento; 	<p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) JFA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleia de Freguesia; • JFA; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento das dinâmicas participativas; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p><u>Imagem e representação das instituições</u></p> <p>(a) JFA:</p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleias municipais; • Pólo comunitário; <p>(b) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • E-mails; • Redes sociais; <p><u>Balanço do trabalho local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de transparência; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento político da comunidade;

		<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento político da comunidade; 	
18. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?	<u>Canais de participação</u> (a) Informais: <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento; (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões comunitárias; • Pólo comunitário; 	<u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Montepio (JFA); • Pólos comunitários; (b) Informais: <ul style="list-style-type: none"> • Escolas; • Ludotecas; • Gabinetes municipais de atendimento; 	<u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Pólos comunitários; <u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na influência das decisões: <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas da comunidade; • Criação/disponibilização de espaços; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos parceiros: <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamentos no acesso a espaços participativos;
Sobre as ações de formação			
19.1. Considera-os eficazes para estimular iniciativa e para capacitar as pessoas?	<u>Eficácia das formações/atividades</u> - Eficácia depende: <ul style="list-style-type: none"> • Programas em questão; • Público-alvo; • Abordagem formativa; 	<u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Desenvolvimento de competências técnicas; • Aumento da autoestima; • Reflexão colectiva; • Auto-organização; 	<u>Eficácia das formações/atividades</u> - Eficácia depende: <ul style="list-style-type: none"> • Programas em questão;
19.2. Considera-os adaptados às experiências e competências específicas de cada pessoa?	<u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de formações; <u>Imagem e representação das instituições:</u> (a) CMC: <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; <u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros:</u>	<u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de formações; <u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Educação: <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; • 9.º e 12.º anos; <u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e</u>	<u>Adaptação das formações/atividades</u> - Adaptadas/pensadas; <u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC: <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em enquadrar a comunidade no mercado de trabalho;

	<p>(a) Instituto do emprego e formação profissional;</p> <ul style="list-style-type: none"> Formações pouco sustentáveis; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Delegação de responsabilidades nas outras instituições; Desinvestimento ao nível da formação; <p><u>Adaptação das formações/atividades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Adaptadas/pensadas; - Baixo nível de sustentabilidade; 	<p><u>participação dos parceiros</u></p> <p>(a) Instituto de Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação negativa; Formações pouco sustentáveis; Formações obedecem a favores interpessoais ("cunhas"). <p><u>Adaptação das formações/atividades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouco adaptadas/pensadas; 	
<p>20. E relativamente aos <i>workshops</i> e às ações de formação técnica dirigidas aos dirigentes, voluntários e técnicos locais, como avalia a experiência?</p>	<p><u>Balanco do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desinvestimento ao nível da formação; <p><u>Imagem e representação das instituições:</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Técnicos com pouca capacidade de inovação; <p><u>Eficácia das formações/atividades</u></p> <p>(a) para dirigentes, voluntários e técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Vontade de ter mais formação; <p><u>Adaptação das formações e actividades</u></p> <p>(a) para dirigentes, voluntários e técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Baixo nível de 	<p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Escassez de formações; <p><u>Eficácia das atividades/formações</u></p> <p>(a) para dirigentes, voluntários e técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Vontade de ter mais formação; 	<p><u>Eficácia das formações/atividades</u></p> <p>(a) para dirigentes, voluntários e técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desvalorização das formações; - Eficácia depende: <ul style="list-style-type: none"> Formação em questão;

<p>21. Na sua opinião, as dinâmicas participativas na comunidade têm influência no grau de informação que os cidadãos têm? (compreensão/função das instituições)</p>	<p><u>sustentabilidade;</u></p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento/aproximação dos serviços e instituições; <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento dos serviços/respostas; • Ideias erradas sobre as instituições; 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento/aproximação dos serviços e instituições; <p>(b) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em rede; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; 	<p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento das instituições; • Conhecimento dos serviços/respostas;
<p>22. Julga que as dinâmicas participativas têm potencial para qualificar a cidadania? Se sim, de que maneira a cidadania é estimulada?</p>	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento na cultura participativa; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Desenvolvimento de competências sociais; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; • Assembleias de freguesia; • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Percepções sobre participação</u> - Participação como igualdade;</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; • Aumento da autoestima; 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências de cidadania; <p><u>Percepções sobre a participação</u> (a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos participativos fechados sobre si mesmos;
<p>23. Considera que as decisões implementadas</p>	<p><u>Sustentabilidade das ações</u> - Processo em evolução; - Comunidade com fragilidades para</p>	<p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade desconfiada/descrente; 	<p><u>Sustentabilidade das ações</u> - Processos participativos terminavam; - Continuação da Comissão de Moradores</p>

<p>têm condições de ser asseguradas pela própria comunidade, reforçando a sua sustentabilidade?</p>	<p>dar sustentabilidade às ações;</p> <p><u>Imagem e representação das instituições</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior responsabilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade desacreditada; • Divisão intracomunidade; • Incapacidade de muitas pessoas pagarem a renda; <p>(b) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade estereotipada; • Divisão intracomunidade; • Comunidade mais autónoma/capacitada; <p>(c) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro construído através da aprendizagem de intervenções falhadas nos outros bairros; • Bairro construído de raiz; • Potencial participativo; <p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de respostas para jovens; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenções falhadas; <p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Sustentabilidade depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Continuação do trabalho realizado pelos parceiros; • Apoio/suporte prestado à comunidade; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Associação de Moradores de Alcoitão; <p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <p>- Escassez de espaços participativos;</p>	<p>da Adroana;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte dos técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana;
---	---	---	---

		<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento dos parceiros</u></p> <p>(a) Professor Rogério Roque Amaro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação positiva; <p>(b) Cascais Envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) Associação de Moradores de Alcoitão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade; <p>(b) Cascais Envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afastamento da comunidade; • Arrogância perante a comunidade; 	
PERGUNTAS E RESPOSTAS ADICIONAIS			
Sobre o processo de realojamento dos 60 fogos do BCV	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo de realojamento mal gerido; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza/transparência; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fóruns comunitários; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte do poder local:</p> <p>1. CMC:</p>		

	<ul style="list-style-type: none"> Anulação de assembleias de bairro; 		
Sobre os canais de participação	<p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> OP; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte do poder local 1. CMC</p> <ul style="list-style-type: none"> Canais de participação municipais pouco generalizados; 		
Sobre a mobilização da população	<p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fóruns comunitários; Reuniões; Assembleia de freguesia; <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Investimento na cultura participativa; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) constrangimentos externos</p> <ul style="list-style-type: none"> Canais de participação (local); 		<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Desvalorização de alguns processos participativos;</p> <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> - Sobreposição de resultados técnicos sobre a participação comunitária;</p> <p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Intervenções técnicas acentuam a exclusão;</p>
Se pudesse mudar algo, para um	<u>Constrangimentos que se colocam à participação</u>		

<p>melhor funcionamento das dinâmicas participativas, o que é que seria?</p>	<p>(a) por parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p>(b) por parte do poder local:</p> <p>1. CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança do executivo; • Falta de concretização; <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desinvestimento na intervenção territorial; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior responsabilidade; <p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Sustentabilidade depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Do apoio/suporte prestado à comunidade, por parte do poder local; <p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de participação e envolvimento; <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de influência nas decisões; 		
<p>Acha que a participação agora é menos reivindicativa, não</p>		<p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Executivo com intenção de aproximação da comunidade; 	

<p>no mau sentido, mas que já se põem como solução, como recurso?</p>		<p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> - Evolução do grau de envolvimento e participação;</p> <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento da comunidade</u> - Evolução do grau de envolvimento e participação;</p> <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão: • Comunidade desconfiada/descrente; (b) Adroana: • Presença de instituições externas;</p> <p><u>Percepções sobre participação</u> - Participação reivindicativa; - Participação interativa;</p>	
<p>Sobre o trabalho da CMC</p>		<p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC: • Avaliação positiva;</p> <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC: • Executivo com intenção de aproximação da comunidade; • Distanciamento interno entre executivo e técnicos; • Individualização/domínio das ações/decisões;</p> <p><u>Desvantagens da relação de parceria</u> (a) CMC: • Arrogância perante os parceiros; • Diferenciação de parceiros; • Superioridade de alguns técnicos;</p>	

		<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização da CMC; • Canais de participação (local); <p>(b) por parte do poder local:</p> <p>1. CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações centradas em Cascais; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; 	
--	--	---	--

D3. Grupo de moradores (M) e observador privilegiado (O)

Questões/ Entrevistados	Entrevistado M1	Entrevistado M2	Entrevistado O	Entrevistado M3	Entrevistado M4
1. Sexo	F	M	F	M	M
2. Data de nascimento	47 anos.	30 anos.	51 anos.	69 anos.	55 anos.
3. Área de residência	Adroana.	Alvide, perto do BCV (morador durante muitos anos no BCV).	Estoril.	Alcoitão.	Adroana.
4. Grau de escolaridade	9.º ano.	9.º ano.	Licenciatura.	9.º ano.	9.º ano.
5. Atividade profissional	Empregada doméstica.	Segurança.	Enfermeira.	Reformado.	Assistente operacional.
6. Faz parte de alguma associação, organização ou PIC do bairro onde vive?	- Cozinha Eco-Criativa; - Ginástica Eco-Criativa; - Costura Origens da Linha; - Comissão de Moradores da Adroana;	- Associação Mais Cultura; - Cascais Fight Center;	- Comité de Acompanhamento dos PICs.	- Associação de Moradores de Alcoitão.	- Comissão de Moradores da Adroana;
6.1. Há quanto tempo?	- Um ano.	- Um ano.	- Um ano.	- 19 anos.	- Um ano.
6.2. Porquê é que decidiu tornar-se membro/a?	- Falta de atividades;	- Oportunidade de a comunidade interagir com outras pessoas; - Alteração de dinâmicas negativas do bairro;	- Apoio/suporte à comunidade;	- Convívio entre a comunidade; - Resolução de problemas do bairro;	- Resolução de problemas do bairro;
7. Para o desenvolvimento das iniciativas da população, a comunidade tem acesso a equipamentos públicos da autarquia?	<u>Canais de participação</u> (a) Formais: • Pólo comunitário; (b) Informais: • Ludoteca; <u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços participativos;	<u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) JFA: • Disponibilidade; (b) CMC: • Desinteresse pelas propostas apresentadas pela comunidade; <u>Balanço do trabalho do</u>	<u>Canais de participação</u> (a) Formais: • Pólos comunitários; • Pavilhão da JFA; (b) Informais: • Espaços das instituições; <u>Abertura, clareza e transparência</u>	<u>Balanço do trabalho do poder local</u> (a) CMC: • Encerramento de um espaço comunitário; <u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços participativos;	<u>Balanço do trabalho do poder local</u> (a) CMC: • Encerramento de um espaço comunitário; <u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de

	<p><u>Tipologia de respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Emprego e formação: Formação em informática;</p>	<p><u>poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário; <p>(b) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proatividade; <p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <p>- Escassez de espaços participativos;</p> <p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio/suporte prestado à comunidade; • Credibilidade da comunidade face ao poder local; <p><u>Tipologia das ações por área de intervenção</u></p> <p>(a) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação em informática; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais: PICs;</p>	<p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário, sem decisão ser partilhada; <p><u>Balço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário; 	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Café; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Alcoitão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade motivada/dinâmica; <p><u>Balço sobre o tipo e o grau de envolvimento e participação da comunidade:</u></p> <p>- Participação interativa;</p>	<p>espaços comunitários;</p> <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento;
<p>8. É comum a CMC/JFA consultarem a população? (p.e.: relativamente aos problemas do bairro, soluções</p>	<p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ação pouco consulente; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p>	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u></p> <p>- Falta de concretização;</p> <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>- Ação pouco consulente;</p> <p><u>Canais de participação</u></p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupos do RODA; • Fóruns; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e</u></p>	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desinvestimento na intervenção territorial; • Irresponsabilidade; 	<p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>- Relativa ação consulente;</p> <p><u>Imagem e representação das instituições</u></p> <p>(a) CMC:</p>

<p>identificadas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; 	<p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OP; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade desconfiada/descrente; 	<p><u>participação dos parceiros</u></p> <p>- Envolvimento/participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade; • Projectos em questão; <p>(a) K'Cidade:</p> <p>Instituição mais proactiva;</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de executivo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fechamento; • Aproveitamento político da comunidade; <p><u>Satisfação das necessidades</u></p> <p>- Necessidade de requalificação das casas;</p> <p>- Necessidade de requalificação dos espaços verdes;</p> <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vandalismo;
<p>9. As decisões tomadas pela JFA/CMC são partilhadas de forma clara e transparente? i.e., as pessoas conseguem encontrar informação sobre medidas adoptadas ou a serem adoptadas?</p>	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias; • Requalificação física do território; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte da comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analfabetismo; <p>(b) por parte dos técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenções/metodologias erradas; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>- Construção de uma autoestrada à frente do bairro, sem que a decisão fosse partilhada;</p>	<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pólos comunitários; • Fóruns; • PICs; <p>(b) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes municipais de atendimento; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas da comunidade; 	<p><u>Balço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário; • Irresponsabilidade; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de transparência; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte do poder local:</p>	<p><u>Abertura, clareza e transparência</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário, sem que a decisão fosse partilhada; • Falta de clareza; <p>- Clareza e transparência das decisões depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • envolvimento da comunidade

	<p>(a) na influência de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas da comunidade; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento político da comunidade; <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário; • Requalificação física do território; <p><u>Abertura, clareza e transparência:</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário, sem decisão ser partilhada; 		<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação sobre atividades; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento dos serviços/respostas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Processos burocráticos; 	<p>;</p> <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário;
10. O que entende por participação?	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Empowerment individual; 	<p><u>Percepções sobre participação</u></p> <p>- Participação como governança;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p>	<p><u>Percepções sobre participação</u></p> <p>- Participação como governança;</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade entre pessoas da comunidade; 	<p><u>Percepções sobre participação</u></p> <p>- Participação reivindicativa;</p> <p><u>Canais de participação</u></p>

	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte do poder local 1. CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos burocráticos; <p><u>Imagem e representação das instituições</u> (a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciclismo; <p><u>Satisfação das necessidades:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenções direccionadas para públicos exteriores; • Escassez de atividades para crianças; 	<p>(a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais conhecimento/informação; 		<ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões comunitárias; 	<p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana;
<p>11. Como avalia o trabalho das associações e organizações que estão a atuar no(s) bairro(s)?</p>	<p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros:</u> - Avaliação positiva;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e</p>	<p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Intervenção disfuncional; - Falta de intervenção direta; (a) K' Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação positiva; 	<p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Evolução do grau de envolvimento/participação - Aumento do número de respostas; - Envolvimento/participação</p>	<p><u>Balanço sobre o tipo e o grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Avaliação positiva;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) constrangimentos externos:</p>	<p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Avaliação postiva;</p> <p><u>Impacte das dinâmicas participativas</u></p>

	<p>formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento de casos de empregabilidade; 	<p><u>Percepções sobre a participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> Grau de confiança estabelecido com os técnicos; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> Comunidade motivada/dinâmica; <p>(b) Alcoitão</p> <ul style="list-style-type: none"> Historial de intervenções falhadas; 	<p>depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade; Projetos em questão; <p>(a) K'cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento/capacitação organizacional; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) nos parceiros</p> <ul style="list-style-type: none"> Trabalho em rede; 	<ul style="list-style-type: none"> Curta duração dos processos; 	<p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Mais conhecimento/informação; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> PICs; Reuniões de parceiros; Comissão de Moradores da Adroana; <p>(b) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Gabinetes municipais de atendimento; <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u></p> <p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Encerramento de um espaço comunitário; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Apoio ao estudo;
12. E o trabalho da	<u>Imagem e representação dos</u>	<u>Balanço do trabalho do poder local</u>	<u>Balanço do trabalho do poder local:</u>	<u>Imagem e representação dos parceiros</u>	<u>Balanço do trabalho do poder local</u>

<p>JFA/CMC, como avalia?</p>	<p><u>parceiros</u> (a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> Boa imagem do presidente; <p><u>Abertura, clareza e transparência</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de transparência; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desconhecimento das dinâmicas participativas; Língua; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reuniões de parceiros; Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Satisfação das necessidades</u> - Necessidade de requalificação das casas; - Escassez de atividades para as crianças;</p>	<p>(a) JFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> Apoio/suporte prestado comunidade; <p>(b) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de apoio/suporte prestado à comunidade; 	<p>- Avaliação positiva; (a) JFA</p> <ul style="list-style-type: none"> Evolução do grau de envolvimento/participação; Disponibilização de espaços comunitários; Proatividade; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC</p> <ul style="list-style-type: none"> Maior responsabilidade; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) nos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> Trabalho em rede; Facilitação da identificação de problemas; <p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Evolução do grau de envolvimento/participação;</p> <p><u>Dimensão deliberativa do modelo de Governança</u> - Elaboração colectiva do diagnóstico social; - Elaboração colectiva do</p>	<p>(a) Poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de apoios/patrocínios externos; 	<p>(a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Encerramento de um espaço comunitário; Retrocesso da intervenção territorial; Requalificação física do território; <p><u>Satisfação das necessidades</u> - Necessidade de requalificação das casas;</p> <p><u>Imagem e representação das instituições</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> Requalificação física do território;
------------------------------	--	--	---	--	--

	<p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vandalismo; • Divisão intracomunidade; <p><u>Balanco do tipo e do envolvimento e participação da comunidade</u> (a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade reivindicativa (não-interativa); <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Balanco do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; 		<p>plano de ação;</p> <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; 		<p><u>Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Participação instrumental;</p>
--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; • Mobilização entre a comunidade; 				
<p>13. Que tipo de constrangimentos se colocam à sua participação e à participação da população? Quais os principais obstáculos e dificuldades que enfrentam?</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conciliação de horários; • Desconhecimento das dinâmicas participativas; <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divisão intracomunidade • Comunidade fechada; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Pólo comunitário; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização; • Proximidade entre pessoas 	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenções/metodologias errada; <p>(b) por parte da comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa autoestima; • Língua; <p>(c) constrangimentos externos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curta duração dos projectos; 	<p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Alcoitão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade desacreditada; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curta duração dos projetos; <p>(b) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca experiência participativa; • Conciliação de horários; • Questões culturais; <p><u>Percepções sobre a participação</u> - Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grau de confiança estabelecido com os técnicos; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação:</p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p>(b) por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; <p><u>Balço sobre o tipo e o grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Evolução do grau de envolvimento/participação ;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultas de psicologia; <p>(b) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social; <p><u>Balço sobre o tipo e o grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Aumento do número de respostas;</p> <p><u>Percepções sobre a</u></p>	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conciliação de horários; • Analfabetismo; <p><u>Percepções sobre o território</u> (a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro mais aberto; • Desemprego; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana;

	<p>da comunidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização entre a comunidade; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Emprego e formação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação sobre gestão de orçamentos familiares; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>- Avaliação positiva;</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; <p>(b) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências técnicas; • Empowerment individual; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>(a) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de envolvimento/participação; 	<p><u>participação</u></p> <p>- Participação depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproximação dos serviços; • Acesso a espaços participativos; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões comunitárias; <p>(b) Informais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ludoteca; 	
<p>14. Relativamente à população, é frequente apresentar respostas para problemas? E essas soluções são implementadas ?</p>	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na influência de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas da comunidade; <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; • Auto-organização; <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade motivada/dinâmica; • Historial intervenção social; 	<p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; <p>(b) na influência de decisões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de propostas/projetos da comunidade; <p><u>Eficácia das</u></p>		<p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-organização;

	<p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de hortas comunitárias; • Requalificação física do território; <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação física do território; <p><u>Imagem e representação das instituições</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento político da comunidade; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento das dinâmicas participativas; 	<p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não-resposta; 	<p><u>atividades/formações</u> (a) PICs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação positiva; <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; 		<ul style="list-style-type: none"> • Reflexão colectiva; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte do poder local:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de executivo; <p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Participação instrumental;</p> <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; • Distanciamento interno entre executivo e técnicos; <p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> (a) Cascais Envolve:</p>
--	---	--	--	--	---

					<ul style="list-style-type: none"> • Relação difícil com a comunidade; <p><u>Desvantagens da relação em parceria</u> (a) Cascais Envolvente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desrespeito perante a comunidade; <p><u>Balanço do trabalho do poder local</u> (a) CMC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encerramento de um espaço comunitário;
<p>15.1. Considera-os adaptados às experiências e competências da comunidade?</p> <p>15.2. Considera que esses programas vão de encontro aos seus interesses e aos interesses da comunidade?</p>	<p><u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências técnicas; • Empowerment individual; <p><u>Adaptação das atividades/formações</u> - Adaptadas/pensadas;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação em inglês; 	<p><u>Adaptação das formações/atividades</u> - Pouco adaptadas/pensadas;</p> <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação em informática; <p><u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de formações;</p> <p><u>Balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros</u> - Falta de intervenção direta;</p>	<p><u>Eficácia das atividades/formações</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências técnicas; • Reprodução de aprendizagens das formações; • Empowerment individual; • Auto-organização; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formações sobre saúde; 	<p><u>Eficácia das formações e atividades</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências técnicas; • Capacitação para o mercado de trabalho; • Proximidade entre pessoas da comunidade; • Mobilização entre pessoas da comunidade; <p><u>Tipologia das respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação:</p>	<p><u>Eficácia das formações/atividades</u> (a) na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação para o mercado de trabalho; <p><u>Adaptação das formações/atividades</u> - Adaptadas/pensadas ;</p> <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; <p><u>Tipologia das</u></p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em informática; <p>(b) Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 9.º ano; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa autoestima; <p>(b) constrangimentos exteriores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação de pessoas que não se juntam à comunidade; <p><u>Imagem e representação dos parceiros</u></p> <p>(a) Professor Rogério Roque Amaro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação positiva; <p>(b) Instituições da Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação positiva; 		<p>(b) Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aulas de literacia; <p>(c) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; <p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u></p> <p>- Evolução do grau de envolvimento/participação ;</p> <p><u>Adaptação das atividades/formações</u></p> <p>- Adaptadas/pensadas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; • Formação em informática; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curta duração dos processos; 	<p><u>respostas por área de intervenção</u></p> <p>(a) Apoio/intervenção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência social; <p>(b) Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultas de psicologia; <p>(c) Emprego e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação/entrada no mercado de trabalho;
<p>16. Se as associações/organizações do bairro fossem embora amanhã, considera que a comunidade</p>	<p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Sustentabilidade depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio/suporte prestado à comunidade; 	<p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Continuação de PICs;</p> <p><u>Canais de participação</u></p> <p>(a) Formais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PICs; 	<p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Possibilidade de continuação dos PICs;</p> <p>- Alguns processos terminavam;</p> <p>- Sustentabilidade depende:</p>	<p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Processos continuavam;</p> <p><u>Impactes das dinâmicas participativas</u></p> <p>(a) na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais 	<p><u>Sustentabilidade das ações</u></p> <p>- Sustentabilidade depende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto em questão; <p>- Continuação da Comissão de</p>

<p>tinha capacidade de assegurar as atividades iniciadas?</p>	<p><u>Tipologia de respostas por área de intervenção</u> (a) Emprego e formação: <ul style="list-style-type: none"> • Formação em informática; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; </p>		<ul style="list-style-type: none"> • Experiência técnica da comunidade; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • PICs; 	<p>conhecimento/informação;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) constrangimentos externos: <ul style="list-style-type: none"> • Curta duração dos processos; (b) por parte do poder local: <ul style="list-style-type: none"> • Mudança do executivo; • Processos burocráticos; </p>	<p>Moradores da Adroana;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Analfabetismo; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Moradores da Adroana; </p>
---	---	--	---	---	---

PERGUNTAS E RESPOSTAS ADICIONAIS

<p>Sobre o grau de participação das pessoas.</p>	<p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Avaliação positiva;</p> <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento das ações participativas; </p>	<p><u>Percepções sobre o território</u> (a) BCV: <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade facilmente mobilizável; (b) Alcoitão: <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade motivada/dinâmica; (c) Adroana: <ul style="list-style-type: none"> • Presença de instituições externas; <u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • Espaço Comunitário de Alcoitão; <u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte da comunidade</p>	<p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Evolução do grau de envolvimento/participação ;</p> <p><u>Canais de participação</u> (a) Formais: <ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Fóruns; (b) Informais: <ul style="list-style-type: none"> • Festas; <u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade entre pessoas da </p>		<p><u>Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade</u> - Avaliação positiva;</p> <p>(a) Adroana: <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do grau de participação da comunidade; • Comunidade reivindicativa (não interativa); <u>Canais de participação</u> (a) Formais:</p>
--	--	---	---	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> • Língua; 	<ul style="list-style-type: none"> • comunidade; • Alargamento da rede de suporte informal; 		<ul style="list-style-type: none"> • PICs; • Comissão de Moradores da Adroana; <p><u>Constrangimentos que se colocam à participação</u></p> <p>(a) por parte da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conciliação de horários; <p>(b) constrangimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Canais de participação (local); <p><u>Percepções sobre o território</u></p> <p>(a) Adroana:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desemprego; • Divisão intracomunidade; <p>(b) BCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade fechada; <p><u>Eficácia das atividades/formações</u></p> <p>(a) PICs:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reprodução de aprendizagens das formações; • Facilitação
--	--	---	---	--	---

					na identificação/resolução de problemas concretos; <u>Percepções sobre a participação</u> - Participação reivindicativa; - Participação depende: <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização/entidade mobilizadora;
Sobre o encerramento do Clube de Jovens do BCV		<u>Constrangimentos que se colocam à participação</u> (a) por parte dos técnicos <ul style="list-style-type: none"> • Historial de intervenções falhadas; 			
Sobre impactes na comunidade, no território e nos parceiros			<u>Impactes das dinâmicas participativas</u> (a) na comunidade: <ul style="list-style-type: none"> • Empowerment individual; • Aumento da autoestima; • Alargamento da rede de suporte informal; 		
Sobre experiência associativa					<u>Satisfação das necessidades</u> - Escassez de espaços comunitários;

					<u>Canais de participação</u> (a) Informais: <ul style="list-style-type: none"> Gabinetes municipais de atendimento; (b) Formais: <ul style="list-style-type: none"> Reuniões;
--	--	--	--	--	---

ANEXO E. DIMENSÕES E INDICADORES DAS ENTREVISTAS

E1. Codificação das dimensões e indicadores das entrevistas

Tipologia das respostas por área de intervenção

(a) Apoio/intervenção social:

- Assistência social; - 5
- Ciclismo; - 1
- Construção de hortas comunitárias; - 5
- Divulgação sobre atividades; - 1
- Requalificação física do território; - 8

(b) Emprego e formação:

- Acompanhamento de casos de empregabilidade; - 4
- Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; - 5
- Formação em informática; - 5
- Formação em inglês; - 1
- Formação para capacitação/entrada para o mercado de trabalho; - 1
- Formação sobre gestão de orçamentos familiares; - 2

(c) Educação:

- 9.º e 12.º anos; - 2
- Apoio ao estudo; - 2
- Aulas de literacia; - 5
- Cursos profissionais; - 1

(d) Saúde:

- Consultas de psicologia; - 3
- Formação sobre saúde; - 3
- Projetos de desporto; - 1

Codificação:

- Capacitação/entrada para o mercado de trabalho = Capacitação/entrada para o mercado de trabalho + Formação para capacitação/entrada para o mercado de trabalho
- Formação técnica diversa = Formação em informática + Formação em inglês

Satisfação das necessidades

- Escassez de espaços comunitários; - 2
- Escassez de espaços participativos; - 6
- Escassez de formações; - 3
- Escassez de processos participativos efetivos; - 1
- Escassez de respostas para crianças; - 1
- Escassez de respostas para jovens; - 2
- Escassez de serviços; - 1

- Intervenções direcionadas para públicos exteriores; -1
- Necessidade de requalificação das casas; - 2
- Necessidade de requalificação dos espaços verdes; - 1

Codificação:

- Necessidade de requalificação = Necessidade de requalificação das casas + Necessidade de requalificação dos espaços verdes
- Escassez de respostas para crianças/jovens = Escassez de respostas para crianças + Escassez de respostas para jovens
- Escassez de espaços participativos/comunitários = Escassez de espaços participativos + Escassez de espaços comunitários

Canais de participação

(a) Espaços formais:

- Assembleias comunitárias; - 2
- Assembleias de freguesia; - 4
- Assembleias municipais; - 4
- Assembleias; - 2
- Associação de Moradores de Alcoitão; - 2
- Comissão de Moradores da Adroana; - 6
- Diagnósticos participativos; - 4
- Espaço Comunitário de Alcoitão; - 4
- Espaço Montepio (JFA); - 1
- Fóruns; - 5
- Grupos do RODA; - 1
- JFA; - 2
- OP; - 5
- Pavilhão da JFA; - 1
- PIC's; - 6
- Plenários; - 1
- Pólos comunitários; - 8
- Reuniões comunitárias; - 2
- Reuniões de parceiros; - 4
- Reuniões municipais; - 1
- Reuniões; - 4

(b) Informais:

- Café; - 1
- Convívios comunitários; - 1
- E-mails; - 1
- Escolas; - 1
- Espaços das instituições; - 2
- Festas; - 4
- Gabinetes municipais de atendimento; - 4
- Ludoteca; - 4
- Redes sociais; - 2
- Rua; - 2

Codificação:

- Colectividades de moradores = Associação de Moradores de Alcoitão + Comissão de Moradores da Adroana
- Mecanismos participativos online = E-mails + redes sociais

Percepções sobre o território

- Agressividade; - 1
- Analfabetismo; - 2
- Bairro abandonado; - 3
- Bairro construído através da aprendizagem de intervenções falhadas nos outros bairros; - 2
- Bairro construído de raiz; - 2
- Bairro desarticulado; - 1
- Bairro impenetrável; - 1
- Bairro mais aberto; - 1
- Comunidade com pouca representatividade ao nível da influência de decisões; - 1
- Comunidade desacreditada; - 2
- Comunidade desconfiada/descrente; - 2
- Comunidade diversa; - 2
- Comunidade estereotipada; - 1
- Comunidade facilmente mobilizável; - 3
- Comunidade fechada; - 3
- Comunidade fragilizada; - 2
- Comunidade mais autónoma/capacitada; - 1
- Comunidade motivada/dinâmica; - 4
- Conhecimento dos serviços/respostas; - 1
- Desconhecimento das dinâmicas participativas; - 1
- Desconhecimento das instituições; - 1
- Desconhecimento dos serviços/respostas; - 3
- Desemprego; - 1
- Divisão intra-comunidade; - 6
- Falta de identidade colectiva; - 1
- Historial de intervenção social; - 2
- Historial de intervenções falhadas; - 3
- Ideias erradas sobre as instituições; - 1
- Incapacidade de muitas pessoas pagarem a renda; - 1
- Potencial participativo; - 5
- Pouca experiência participativa; - 2
- Presença de instituições externas; - 2
- Problemas sociais e comportamentais; - 1
- Quantidade/diversidade de serviços; - 1
- Relativa desconfiança da CMC; - 1
- Ressentimento em relação à CMC; - 1
- Vandalismo; - 2

Codificação:

- Desconhecimento das dinâmicas participativas e/ou respostas/serviços = Desconhecimento das dinâmicas participativas + Desconhecimento dos serviços/respostas

- Desconhecimento das instituições = Desconhecimento das instituições + Ideias erradas sobre as instituições
- Divisão entre e na comunidade = Comunidade fechada + Divisão intra-comunidade + Bairro mais aberto
- Bairro à margem da intervenção autárquica = Bairro abandonado + bairro desarticulado + bairro impenetrável
- Bairro construído através da aprendizagem de intervenções falhadas nos outros bairros = Bairro construído através da aprendizagem de intervenções falhadas nos outros bairros + Bairro construído de raiz
- Comunidade desacreditada = Comunidade desacreditada + Comunidade estereotipada
- Potencial participativo = Potencial participativo + Comunidade mais autónoma/capacitada + Comunidade motivada/dinâmica + Comunidade facilmente mobilizável
- Dificuldades económicas = Desemprego + Incapacidade de muitas pessoas pagarem a renda
- Problemas sociais e comportamentais = Agressividade + Vandalismo
- Ressentimento/desconfiança em relação à CMC = Relativa desconfiança da CMC + Ressentimento em relação à CMC
- Pouca experiência participativa = Pouca experiência participativa + Falta de identidade colectiva

Percepções sobre participação

- Participação cidadã; - 2
- Participação como democracia; - 1
- Participação como governança; - 5
- Participação como igualdade; - 1
- Participação interativa; - 1
- Participação reivindicativa - 1
- Participação valorizante; - 1
- Participação obedece a benefícios pessoais; - 1
- Processos participativos pouco sustentáveis; - 1
- Processos participativos fechados sobre si mesmos; - 1
- Participação depende:
 - Acesso a espaços participativos; - 2
 - Apoio/suporte prestado à comunidade; - 3
 - Aproximação da comunidade; - 2
 - Aproximação dos serviços; - 2
 - Concretização de intervenções; - 4
 - Grau de confiança estabelecido com os técnicos; - 6
 - Grau de influência nas decisões; - 1
 - Horizontalidade da relação; - 2
 - Mobilização/entidade mobilizadora; - 2
 - Transparência das decisões; - 2
 - Utilidade da resposta; - 3
 - Valorização da participação; - 4
 - Valorização dos saberes locais; - 1

Codificação:

- Processos participativos pouco efetivos = Participação obedece a benefícios pessoais + Processos participativos pouco sustentáveis + Processos participativos fechados sobre si mesmos; - 1

- Valorização da comunidade = Valorização da participação + Valorização dos saberes locais
- Grau de influência nas decisões = Grau de influência nas decisões + transparência das decisões
- Relação com os técnicos = Aproximação da comunidade + Grau de confiança estabelecido com os técnicos + Horizontalidade da relação
- Exequibilidade das intervenções = Concretização de intervenções + Utilidade da resposta
- Apoio/suporte prestado à comunidade = Acesso a espaços participativos + Apoio/suporte prestado à comunidade + Aproximação dos serviços

Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade

- Avaliação negativa; - 1
- Avaliação positiva; - 3
- Baixo grau de envolvimento/participação; - 2
- Comunidade reivindicativa (não-interativa); - 2
- Evolução do grau de envolvimento/participação; - 9
- Grande grau de envolvimento/participação; - 2
- Grau de participação variável ao longo do tempo; - 2
- Grupos de interesse; - 1
- Grupos de valorização da comunidade/território; - 1
- Participação cidadã; - 1
- Participação instrumental; - 2
- Participação interativa; - 4
- Participação reivindicativa (não-interativa); - 3
- Participação reivindicativa; - 3
- Retrocesso do grau de envolvimento e participação de um grupo; - 3
- Retrocesso na facilidade de mobilização; - 1

Codificação:

- Baixo grau de envolvimento/participação = Baixo grau de envolvimento/participação + Avaliação negativa
- Grande grau de envolvimento/participação = Grande grau de envolvimento/participação + Avaliação positiva
- Retrocesso do grau de participação e envolvimento = Retrocesso do grau de envolvimento e participação de um grupo + Retrocesso na facilidade de mobilização

Impactes das dinâmicas participativas

(a) na influência de decisões

- Criação/disponibilização de um espaço participativo; - 3
- Decisão sobre o plano de atividades; - 1
- Envolvimento da comunidade na influência de decisões; - 2
- Implementação das propostas/projetos da comunidade; - 7

(b) na comunidade

- Alargamento da rede de suporte informal; - 2
- Aumento da autoestima; - 3

- Auto-organização; - 7
- Criação de uma instituição representativa da comunidade; - 1
- Desenvolvimento de competências sociais; - 4
- Desenvolvimento de competências de cidadania; - 6
- Desenvolvimento de competências técnicas; - 3
- Desenvolvimento da capacidade de ação; - 1
- Empowerment colectivo; - 1
- Empowerment individual; - 3
- Mais conhecimento/informação; - 2
- Mobilização entre a comunidade; - 1
- Participação interativa; - 1
- Proximidade entre pessoas da comunidade; - 7
- Proximidade/conhecimento dos serviços e instituições; - 5
- Reflexão colectiva; - 9
- Validação e valorização da Comissão de Moradores da Adroana; - 1
- Valorização do território; - 1

(c) nos parceiros:

- Alargamento do plano de ação; - 2
- Aumento da diversidade de parceiros; - 1
- Aumento do número de respostas; - 1
- Capacitação/fortalecimento organizacional; - 2
- Evolução do grau de envolvimento/participação; - 2
- Facilitação na identificação de problemas; - 5
- Mais conhecimento/informação; - 1
- Mobilização de parceiros externos; - 1
- Mudança de visão sobre a capacidade da ação da comunidade; - 2
- Proximidade entre parceiros; - 3
- Reflexão colectiva; - 2
- Trabalho em rede; - 4

(d) no território:

- Proximidade entre a comunidade e as instituições; - 1
- Proximidade entre a comunidade e o poder local; - 2
- Requalificação física do território; - 4

(e) no poder local

- Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade; - 1

Codificação:

- Envolvimento da comunidade na influência de decisões = Envolvimento da comunidade na influência de decisões + Decisão sobre o plano de atividades
- Proximidade entre pessoas da comunidade = Proximidade entre pessoas da comunidade + Alargamento da rede de suporte informal + Mobilização entre a comunidade
- Empowerment = Empowerment individual + Empowerment colectivo + Aumento da auto-estima
- Desenvolvimento da capacidade de ação = Desenvolvimento da capacidade de ação + Criação de uma instituição representativa da comunidade + Validação e valorização da Comissão de Moradores da Adroana
- Proximidade/conhecimento dos serviços e instituições = Proximidade/conhecimento dos serviços e instituições + Mais conhecimento/informação
- Reflexão colectiva = Reflexão colectiva + Participação interativa

- Alargamento da rede de parceiros e do plano de ação = Alargamento do plano de ação + Aumento do número de respostas + Aumento da diversidade de parceiros
- Trabalho em rede = Trabalho em rede + Reflexão colectiva
- Capacitação/fortalecimento organizacional = Capacitação/fortalecimento organizacional + Mais conhecimento/informação

Constrangimentos que se colocam à participação

(a) por parte da comunidade:

- Analfabetismo; - 3
- Conciliação de horários; - 4
- Condicionantes pessoais/familiares; - 3
- Desconfiança das intervenções; - 1
- Desconhecimento da utilidade das respostas; - 2
- Desconhecimento das dinâmicas participativas; - 1
- Domínio do grupo de moradores dos fogos do BCV em processo de realojamento; - 2
- Fraca autoestima; - 5
- Língua; - 2
- Pouca experiência participativa; 4
- Questões culturais; - 1

(b) constrangimentos externos:

- Canais de participação (local); - 4
- Canais de participação (tipo); - 1
- Curta duração dos processos; - 4
- Falta de apoios/patrocínios externos; - 1
- Localização da CMC; - 1
- Participação de pessoas que não se juntam à comunidade; - 1

(c) por parte do poder local:

- Ações centradas em Cascais; - 1
- Anulação de assembleias de bairro; - 2
- Canais de participação municipais pouco generalizados; - 1
- Falta de concretização; - 2
- Falta de transparência; - 1
- Historial de intervenções falhadas; - 1
- Mudança de executivo; - 2
- Não-resposta; - 5
- Processos burocráticos; - 1

(d) por parte dos técnicos:

- Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; - 2
- Historial de intervenções falhadas; - 4
- Intervenções/metodologias erradas; - 2
- Não-resposta; - 4
- Processos burocráticos; - 1
- Relação hierárquica com a comunidade; - 1

Codificação:

- Condicionantes pessoais/familiares = Condicionantes pessoais/familiares + Questões culturais

- Desconhecimento das dinâmicas participativas = Desconhecimento das dinâmicas participativas + Desconhecimento da utilidade das respostas
- Canais de participação = Canais de participação (local) + Canais de participação (tipo) + Localização da CMC + Ações centradas em Cascais + Canais de participação municipais pouco generalizados
- (CMC): Não-resposta = Não-resposta + Falta de concretização
- Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos = Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos + Condicionamentos no acesso a espaços participativos

Balanco do grau de envolvimento e da participação dos parceiros

- Algumas intervenções técnicas acentuam a exclusão; - 1
- Aumento do número de respostas; - 2
- Avaliação positiva; - 5
- Baixo nível de articulação entre parceiros; - 1
- Baixo nível de interação entre parceiros; - 1
- Evolução do grau de envolvimento/participação; - 1
- Falta de intervenção direta; - 1
- Grande grau envolvimento e participação de alguns parceiros; - 1
- Grande grau de envolvimento e participação; - 2
- Grande investimento; - 1
- Grupos de trabalho; - 1
- Intervenção disfuncional; - 1
- Parceiros de continuidade; - 3
- Parceiros de oportunidade; - 1
- Parceiros diversificados; - 1
- Relativo desconhecimento das necessidades do território; - 1
- Envolvimento/participação depende:
 - Cultura organizacional; - 1
 - Disponibilidade; - 2
 - Parceiro em questão; - 2
 - Financiamento das autarquias; - 1
 - Projetos em questão; - 1

(a) K'City:

- Avaliação positiva; - 1
- Fortalecimento/capacitação organizacional; - 4
- Instituição mais proactiva; - 1
- Investimento na participação comunitária; - 2

(b) Cascais Envolvente:

- Não-resposta; - 1
- Pouco centrados no acompanhamento dos processos; - 1

(c) Agência de Empreendedores Sociais:

- Acompanhamento de casos de empregabilidade; - 1

(d) Instituto do emprego e formação profissional:

- Formações pouco sustentáveis; - 1

(e) Professor Rogério Roque Amaro:

- Avaliação positiva; - 1

Codificação:

- Baixo nível de interação entre parceiros = Baixo nível de articulação entre parceiros + Baixo nível de interação entre parceiros
- Grande grau de envolvimento e participação = Avaliação positiva + Grande grau de envolvimento e participação + Grande grau envolvimento e participação de alguns parceiros + Grande investimento
- Avaliação negativa = Falta de intervenção direta + Intervenção disfuncional + Relativo desconhecimento das necessidades do território

Balanco do trabalho do poder local

- Ações de participação comunitária pontuais; - 1
- Avaliação positiva; - 3
- Baixo nível de intervenção; - 1
- Delegação de responsabilidades nas outras instituições; - 4
- Descentralização de serviços de apoio social; - 1
- Descentralização de serviços de saúde; - 2
- Desconhecimento das necessidades do território; - 1
- Desinvestimento ao nível da formação; - 1
- Desinvestimento na intervenção territorial; - 5
- Dificuldade em enquadrar a comunidade no mercado de trabalho; - 1
- Disponibilização de espaços comunitários/participativos; - 2
- Encerramento de um espaço comunitário; - 7
- Evolução do grau de envolvimento e participação; - 2
- Falta de apoio/suporte prestado à comunidade; - 2
- Falta de concretização; - 3
- Falta de investimento no apoio social; - 1
- Fortalecimento/capacitação organizacional; - 1
- Inexistência de intervenção territorial; - 1
- Investimento na cultura participativa; - 4
- Investimento na intervenção territorial; - 2
- Investimento na valorização da freguesia; - 1
- Irresponsabilidade; - 1
- Posicionamento não desejável sobre as dinâmicas participativas; - 1
- Pouco investimento na participação comunitária; - 1
- Proactividade; - 2
- Processo de realojamento mal gerido; - 5
- Requalificação física do território; - 5
- Serviço de apoio social; - 1

Codificação:

- Pouco investimento da cultura participativa = Ações de participação comunitária pontuais + Pouco investimento na participação comunitária
- Desinvestimento na intervenção territorial = Desinvestimento na intervenção territorial + Baixo nível de intervenção + Inexistência de intervenção territorial

- Falta de apoio/suporte prestado à comunidade = Falta de apoio/suporte prestado à comunidade + Dificuldade em enquadrar a comunidade no mercado de trabalho + Falta de investimento no apoio social
- Investimento na intervenção territorial = Investimento na intervenção territorial + Investimento na valorização da freguesia + Serviço de apoio social
- Descentralização de serviços = Descentralização de serviços de apoio social + Descentralização de serviços de saúde

Imagem e representação dos parceiros + Desvantagens da relação + Vantagens da relação

= Imagem e representação dos parceiros

- Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; - 2
- Falta de representatividade institucional interna; - 1
- Sobreposição de resultados técnicos sobre a participação comunitária; - 1
- Confiança depende:
 - Cultura organizacional da instituição; - 1

(a) Comissão de Moradores da Adroana

- Pouco formalizada; - 1
- Representatividade; - 1

(b) Cooperativa Torre Guia:

- Confiança generalizada; - 1

(c) CMC

- Afastamento da comunidade; - 1
- Aproveitamento político da comunidade; - 3
- Arrogância perante os parceiros; - 1
- Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; - 1
- Confiança generalizada; - 1
- Definição de papéis de outras instituições; - 2
- Desinteresse pelas propostas apresentadas pela comunidade; - 1
- Desinvestimento no processo de reflexão coletiva sobre o território; - 1
- Diferenciação de parceiros; - 1
- Diferentes percepções sobre participação; - 1
- Disponibilidade; - 1
- Distanciamento interno entre executivo e técnicos; - 2
- Executivo com intenção de aproximação da comunidade; - 2
- Falta de horizontalidade na relação; - 1
- Fechamento; - 1
- Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; - 3
- Individualização/domínio das ações/decisões; - 3
- Instituição mais próxima da comunidade; - 1
- Maior responsabilidade; - 2
- Quebra do grau de confiança com a comunidade; - 1
- Relação de apaziguamento com a comunidade; - 1
- Superioridade de alguns técnicos; - 1
- Técnicos com pouca capacidade de inovação; - 1
- Trabalho conjunto pouco consistente; - 1

- Confiança depende:
 - Departamento/serviço em questão; - 1
 - Projeto em questão; - 1
 - Equipa técnica; - 1
 - Bairro em questão; - 1

(d) JFA:

- Aproveitamento político da comunidade; - 1
- Boa imagem do presidente; - 1
- Confiança relativa; - 1
- Disponibilidade; - 4
- Horizontalidade na relação; - 2
- Instituição mais próxima da comunidade; - 1
- Processo de confiança em evolução; - 1
- Proximidade da comunidade; - 1
- Quebra do grau de confiança com a comunidade; - 1

(e) Agência de Empreendedores Sociais:

- Confiança generalizada; - 1

(f) K'Ciade:

- Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; - 1
- Confiança generalizada; - 1
- Instituição mais próxima da comunidade; - 1
- Diferentes percepções sobre participação; - 1

(g) Associação de Moradores de Alcoitão:

- Pouco representativo da comunidade; - 1

(h) Instituições de Alcoitão:

- Disponibilidade; - 1
- Grupos politizados; - 1
- Pouca representatividade; - 1

(i) Instituições do BCV:

- Fechamento; - 1
- Falta de comunicação entre as instituições; - 1
- Falta de interesse no trabalho de parceria; - 1

(j) Centro de Saúde:

- Proximidade da comunidade; - 1

(l) Banco Alimentar

- Avaliação negativa; - 1

(m) Instituto de Emprego e Formação Profissional:

- Avaliação negativa; - 1
- Formações obedecem a favores interpessoais ("cunhas"); - 1
- Formações pouco sustentáveis; - 1

(n) Cascais Envolvente:

- Afastamento da comunidade; - 1

- Arrogância perante a comunidade; - 1
- Relação difícil com a comunidade; - 2
- Desrespeito perante a comunidade; - 1

(o) Professor Rogério Roque Amaro:

- Avaliação positiva; - 1

(p) Instituições da Adroana:

- Avaliação positiva; - 1

(q) Poder local:

- Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; - 1

Codificação:

- Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos = Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos + Sobreposição de resultados técnicos sobre a participação comunitária
- (CMC): Afastamento da comunidade = Afastamento da comunidade + Desinteresse pelas propostas apresentadas pela comunidade + Fechamento + Quebra do grau de confiança com a comunidade
- (CMC) Proximidade da comunidade = Confiança generalizada + Disponibilidade + Instituição mais próxima da comunidade
- (CMC) Falta de horizontalidade na relação = Arrogância perante os parceiros + Falta de horizontalidade na relação + Superioridade de alguns técnicos
- (CMC) Individualização/domínio das ações/decisões = Individualização/domínio das ações/decisões + Trabalho conjunto pouco consistente + Desinvestimento no processo de reflexão coletiva sobre o território
- (JFA) Proximidade da comunidade = Proximidade da comunidade + Instituição mais próxima da comunidade + Disponibilidade
- (K'cidade) Proximidade da comunidade = Confiança generalizada + Instituição mais próxima da comunidade
- (IEFP) Avaliação negativa = Avaliação negativa + Formações obedecem a favores interpessoais ("cunhas") + Formações pouco sustentáveis
- (Cascais Envolvente) Dificil relação com a comunidade = Afastamento da comunidade + Arrogância perante a comunidade + Relação difícil com a comunidade + Desrespeito pela comunidade
- (Instituições do BCV) Desinteresse no trabalho em parceria = Fechamento + Falta de comunicação entre as instituições + Falta de interesse no trabalho de parceria
- (Instituições de Alcoitão) Pouca representatividade = Grupos politizados + Pouca representatividade

Abertura, clareza e transparência

- Ação consultiva; - 1
- Ação pouco consultiva; - 4
- Construção de uma autoestrada à frente do bairro, sem que a decisão fosse partilhada; - 1
- Encerramento de um espaço comunitário sem decisão ser partilhada; - 6
- Escassez de espaços de partilha de decisões - 1
- Falta de clareza/transparência; - 1

- Falta de clareza/transparência; - 1
- Falta de clareza; - 3
- Falta de transparência; - 4
- Relativa ação consulente; - 1

Codificação:

- Falta de clareza e/ou transparência = Falta de clareza/transparência + Falta de clareza + Falta de transparência + Escassez de espaços de partilha de decisões;
- Decisões não-partilhadas = Construção de uma autoestrada à frente do bairro, sem que a decisão fosse partilhada + Encerramento de um espaço comunitário sem decisão ser partilhada

Dimensão deliberativa do modelo de governança

- Cogestão de um espaço participativo; - 3
- Comunidade fora da rede de parceria; - 1
- Decisão deliberativa, igual para todos os membros; - 1
- Definição de objectivos comuns; - 2
- Elaboração colectiva do diagnóstico social; - 3
- Elaboração colectiva do plano de ação; - 4
- Inexistência de deliberação; - 3
- Reflexão conjunta de projetos para o território; - 1
- Representatividade parcial da comunidade ao nível da influência de decisões públicas; - 1
- Retrocesso do processo de reflexão colectiva sobre o território; - 1

Codificação:

- Elaboração colectiva do diagnóstico social/plano de ação = Elaboração colectiva do diagnóstico social + Elaboração colectiva do plano de ação + Reflexão conjunta de projetos para o território
- Pouco envolvimento da comunidade na tomada de decisões = Comunidade fora da rede de parceria + Representatividade parcial da comunidade ao nível da influência de decisões públicas

Sustentabilidade das ações

- Alguns processos terminavam; - 2
- Continuação de alguns PICs; - 1
- Continuação de lógicas de participação; - 1
- Continuação de PICs; - 1
- Continuação de projetos de voluntários da Cultursol; - 1
- Muitos processos terminavam; - 1
- Possibilidade de assegurar atividades e projetos; - 1
- Possibilidade de continuação da Comissão de Moradores da Adroana; - 3
- Possibilidade de continuação dos PICs; - 1
- Processos continuavam; - 1
- Sustentabilidade depende:
 - Apoio/suporte prestado à comunidade, por parte do poder local; - 2
 - Apoio/suporte prestado à comunidade; - 2

- Continuação do trabalho realizado pelos parceiros; - 1
- Experiência participativa da comunidade; - 2
- Experiência técnica da comunidade; - 3
- Projeto em questão; - 1
- Tempo de existência dos projetos; - 1
- Valorização da participação; - 1
- Visão da CMC sobre a rede de parceria; - 2
- Visão da CMC sobre o DL; - 1

Codificação:

- Alguns/muitos processos terminavam = Alguns processos terminavam + Muitos processos terminavam
- Possibilidade de assegurar algumas ações = Possibilidade de assegurar atividades e projetos + Possibilidade de continuação da Comissão de Moradores da Adroana + Possibilidade de continuação dos PICs
- Continuação de algumas ações = Continuação de PICs + Continuação de projetos de voluntários da Cultursol + Processos continuavam
- Apoio/suporte prestado à comunidade = Apoio/suporte prestado à comunidade + Apoio/suporte prestado à comunidade, por parte do poder local + Valorização da participação + Continuação do trabalho realizado pelos parceiros
- Experiência da comunidade = Experiência participativa da comunidade + Experiência técnica da comunidade
- Visão da CMC = Visão da CMC sobre a rede de parceria + Visão da CMC sobre o DL
- Projeto em questão = Projeto em questão + Tempo de existência dos projetos

Eficácia das atividades/formações

- Avaliação positiva; - 1
- Eficácia depende:
 - Abordagem formativa; - 2
 - Programas em questão; - 2
 - Público-alvo; - 1

(a) PICs:

- Facilitação da identificação/resolução de problemas; - 3
- Obedecem a diferentes interesses pessoais; - 1
- Reprodução de aprendizagens das formações; - 1

(b) nos parceiros:

- Capacitação/fortalecimento organizacional; - 1
- Mudança de visão sobre a capacidade de acção da comunidade; - 1
- Trabalho em rede - 1

(c) na comunidade:

- Aumento da autoestima; - 1
- Auto-organização; - 1
- Capacitação para o mercado de trabalho; - 3
- Desenvolvimento de competências sociais; - 1

- Desenvolvimento de competências de cidadania; - 3
- Desenvolvimento de competências técnicas; - 4
- Empowerment individual; - 1
- Mobilização entre pessoas da comunidade; - 2
- Proximidade entre pessoas da comunidade; - 2
- Reflexão colectiva; - 1

(d) para dirigentes, voluntários e técnicos locais:

- Avaliação positiva; - 1
- Desvalorização das formações; - 1
- Partilha de recursos entre parceiros; - 1
- Proximidade entre parceiros; - 1
- Vontade de ter mais formação; - 2
- Eficácia depende:
 - Formação em questão; - 1

Codificação:

- Empowerment = Aumento da auto-estima + Empowerment individual
- Proximidade entre pessoas da comunidade = Proximidade entre pessoas da comunidade + Mobilização entre pessoas da comunidade
- Desenvolvimento da capacidade de acção = Auto-organização + Reflexão colectiva

Adaptação das formações/atividades

- Adaptadas/pensadas; - 8
- Baixo nível de sustentabilidade; - 1
- Pouco adaptadas/pensadas; - 2

(a) para dirigentes, voluntários e técnicos locais:

- Baixo nível de sustentabilidade; - 1

Mobilização de recursos locais

- Intervenções direcionadas para públicos exteriores; -1
- Mobilização de parceiros externos; - 1
- Partilha de recursos entre parceiros; - 1
- Presença de instituições externas; - 1

Codificação:

- Mobilização de recursos externos; - 3

E2. Apresentação das dimensões e indicadores codificados das entrevistas

Tipologia das respostas por área de intervenção

(a) Saúde:

- Consultas de psicologia; - 3
- Formação sobre saúde; - 3
- Projetos de desporto; - 1

(b) Apoio/intervenção social:

- Assistência social - 5
- Ciclismo; - 1
- Construção das hortas comunitárias; - 6
- Divulgação sobre atividades; - 1
- Requalificação física do território; - 7

(c) Emprego e formação:

- Acompanhamento de casos de empregabilidade; - 4
- Capacitação/entrada para o mercado de trabalho; - 5
- Formação sobre gestão de orçamentos familiares; - 2
- Formação técnica diversa - 5

(d) Educação:

- 9.º e 12.º anos; - 2
- Apoio ao estudo; - 2
- Aulas de literacia; - 5
- Cursos profissionais; - 1

Satisfação das necessidades

- Escassez de espaços comunitários/participativos; - 8
- Escassez de formações - 2
- Escassez de processos participativos efetivos; - 1
- Escassez de respostas para crianças/jovens; - 3
- Escassez de serviços; - 1
- Intervenções direcionadas para públicos exteriores; - 1
- Necessidade de requalificação - 2

Canais de participação

(a) Formais:

- Assembleias de bairro; - 2
- Assembleias de freguesia; - 4
- Assembleias municipais - 2
- Assembleias; - 2
- Colectividades de moradores - 8
- Diagnóstico participativo; - 3
- Espaço Comunitário de Alcoitão; - 5
- Espaço Montepio (JFA); - 1
- Fóruns - 4
- Grupos do RODA; - 1

- JFA; - 2
- OP - 5
- Pavilhão da JFA; - 1
- PICs - 8
- Plenários; -2
- Pólos comunitários - 9
- Reuniões - 2
- Reuniões comunitárias - 4
- Reuniões de parceiros; - 4
- Reuniões municipais; - 4
- Reuniões; -2

(b) Informais

- Café; - 1
- Convívios comunitários; - 1
- Escolas; - 1
- Espaços das instituições; - 2
- Festas; - 4
- Gabinetes municipais de atendimento; - 4
- Ludoteca - 4
- Mecanismos *online* - 2
- Rua; - 2

Percepções sobre o território

- (Adroana) Bairro construído através da aprendizagem de intervenções falhadas nos outros bairros - 3
- (Alcoitão) Bairro à margem da intervenção autárquica - 4
- Analfabetismo - 2
- Comunidade desacreditada - 2
- Comunidade desconfiada/descrente; - 2
- Desconhecimento das instituições - 2
- Desconhecimento dos serviços e respostas; - 4
- Dificuldades económicas - 2
- Divisão entre e na comunidade - 5
- Historial de intervenção social; - 1
- Historial de intervenções falhadas; - 3
- Historial intervenção social;
- Potencial participativo; - 8
- Pouca experiência participativa - 2
- Presença de instituições externas; - 2
- Problemas sociais e comportamentais - 3
- Ressentimento/desconfiança em relação à CMC; - 2

Percepções sobre a participação

- Participação cidadã - 3
- Participação como governança - 6
- Participação como igualdade; - 2
- Participação reivindicativa; - 1

- Processos de participação pouco efetivos - 1
- Participação depende:
 - Apoio/suporte prestado à comunidade - 4
 - Exequibilidade das intervenções - 4
 - Grau de influência nas decisões - 2
 - Mobilização/entidade mobilizadora - 2
 - Relação com os técnicos - 7
 - Valorização da comunidade - 3

Imagem e representação dos parceiros

(a) K' Cidade:

- Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; - 1
- Diferentes percepções sobre participação; - 1
- Proximidade da comunidade - 2

(b) CMC:

- Afastamento da comunidade; - 4
- Aproveitamento político da comunidade; - 3
- Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; - 1
- Definição de papéis de outras instituições; - 2
- Diferentes percepções sobre participação; - 1
- Distanciamento interno entre executivo e técnicos; - 3
- Executivo com intenção de aproximação da comunidade; - 2
- Falta de horizontalidade na relação - 2
- Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; - 3
- Individualização/domínio das ações/decisões; - 4
- Maior responsabilidade - 2
- Proximidade da comunidade - 1
- Relação de apaziguamento; - 1
- Técnicos com pouca capacidade de inovação; - 1

(c) JFA:

- Afastamento da comunidade- 1
- Aproveitamento político da comunidade; - 1
- Boa imagem do presidente; - 1
- Confiança relativa; - 1
- Horizontalidade na relação; - 2
- Proximidade da comunidade - 6

(d) Cascais Envolvente:

- Difícil relação com a comunidade; - 3

(e) Professor Rogério Roque Amaro:

- Avaliação positiva; - 2

(f) Associação de Moradores de Alcoitão:

- Pouco representativo - 1
- Disponibilidade - 1

(g) Comissão de Moradores da Adroana - 1

- Pouco formalizada; - 1

- Representatividade; - 1
- (h) Instituições de Alcoitão:
 - Pouca representatividade; - 1
- (i) Instituições da Adroana:
 - Avaliação positiva; - 1
- (j) Instituições do BCV:
 - Desinteresse no trabalho em parceria - 1
- (l) Cooperativa Torre Guia
 - Confiança generalizada; - 1
- (m) Agência de Empreendedores Sociais:
 - Confiança generalizada; - 1
- (n) Centro de Saúde:
 - Proximidade da comunidade; - 1
- (o) Banco Alimentar
 - Avaliação negativa;
- (p) Instituto de Emprego e Formação Profissional:
 - Avaliação negativa; - 1
- (q) Poder local:
 - Incapacidade de intervir devido a dificuldades económicas; - 1

Balço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros

- Alargamento da rede de parceiros e do plano de ação - 2
- Baixo grau de interação entre os parceiros - 1
- Evolução do grau de envolvimento/participação - 1
- Grande grau de envolvimento e participação - 7
- Grupos de trabalho; - 1
- Parceiros de continuidade; - 4
- Relativo desconhecimento das necessidades do território; - 1
- Grau de envolvimento e participação depende:
 - Cultura organizacional; - 1
 - Disponibilidade; - 2
 - Financiamento das autarquias; - 1
 - Parceiro em questão; - 2
 - Projetos em questão; - 1
- (a) K'cidade:
 - Investimento na participação comunitária; - 2
 - Fortalecimento/capacitação organizacional; - 4
 - Avaliação positiva; - 2
- (b) Agência de Empreendedores Sociais:
 - Acompanhamento de casos de empregabilidade; - 1
- (c) Cascais Envolvente:
 - Avaliação negativa - 1

(d) Instituto do emprego e formação profissional;

- Avaliação negativa - 1

Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação do poder local

- (CMC) Delegação de responsabilidades nas outras instituições - 3
- Avaliação positiva; - 1
- Capacitação/fortalecimento organizacional; - 2
- Descentralização de serviços - 2
- Desconhecimento das necessidades do território; - 1
- Desinvestimento na intervenção territorial - 6
- Disponibilização de espaços comunitários; - 3
- Encerramento de um espaço comunitário - 8
- Evolução do grau de envolvimento/participação; - 2
- Falta de apoio/suporte prestado à comunidade - 3
- Investimento na cultura participativa; - 3
- Investimento na intervenção territorial; - 2
- Não-resposta - 3
- Posicionamento não desejável sobre as dinâmicas participativas; - 1
- Pouco investimento da cultura participativa - 2
- Proactividade; - 3
- Processo de realojamento mal gerido; - 4
- Requalificação física do território; - 4

Balanco do tipo e do grau de envolvimento e participação da comunidade

- Baixo grau de envolvimento/participação - 2
- Evolução do grau de envolvimento/participação; - 7
- Grande grau de envolvimento e participação - 6
- Grau de participação variável ao longo do tempo; - 2
- Grupos de interesse; - 1
- Grupos de valorização da comunidade/território; - 1
- Participação cidadã; - 1
- Participação instrumental; - 2
- Participação interativa; - 3
- Participação reivindicativa (não-interativa); - 3
- Participação reivindicativa; - 3
- Retrocesso do grau de envolvimento e participação; - 2

Impactes das dinâmicas participativas

(a) na influência de decisões

- Criação/disponibilização de um espaço participativo; - 3
- Envolvimento da comunidade na tomada de decisões - 4
- Implementação de propostas da comunidade; - 7

(b) na comunidade

- Auto-organização; - 8
- Conhecimento/aproximação dos serviços e instituições; - 7
- Desenvolvimento/aumento da capacidade de ação - 4
- Desenvolvimento de competências sociais; - 4

- Desenvolvimento de competências de cidadania - 6
- Desenvolvimento de competências técnicas - 5
- *Empowerment* - 5
- Proximidade entre pessoas da comunidade; - 6
- Reflexão colectiva - 10
- Valorização do território;

(c) nos parceiros:

- Alargamento da rede de parceiros e do plano de ação - 2
- Capacitação/fortalecimento organizacional; - 3
- Evolução do grau de envolvimento/participação; - 3
- Facilitação da identificação de problemas; - 4
- Mobilização de parceiros externos; - 1
- Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade; - 2
- Proximidade entre parceiros; - 3
- Trabalho em rede - 6

(d) no território:

- Mobilização de recursos externos; - 1
- Proximidade entre a comunidade e as instituições; - 3
- Requalificação física do território; - 4
- Valorização externa do território; - 1

Constrangimentos que se colocam à participação

(a) constrangimentos externos:

- Canais de participação - 6
- Curta duração dos processos - 4
- Falta de apoios/patrocínios externos; - 1
- Participação de pessoas que não se juntam à comunidade; - 1

(b) da parte dos técnicos:

- Condicionamento e/ou manipulação dos processos participativos; - 1
- Condicionamentos no acesso a espaços participativos; - 1
- Historial de intervenções falhadas; - 4
- Intervenções/metodologias erradas; - 2
- Não-resposta; - 1
- Processos burocráticos; - 1
- Relação hierárquica com a comunidade; - 1

(c) da parte do poder local:

- Anulação de assembleias de bairro; - 2
- Falta de transparência; - 1
- Historial de intervenções falhadas; - 1
- Mudança de executivo; - 3
- Não-resposta - 6
- Processos burocráticos; - 3

(d) da parte da comunidade:

- Analfabetismo - 3
- Conciliação de horários; - 4
- Condicionamentos pessoais/familiares - 4
- Desconfiança das intervenções; - 1
- Desconhecimento das dinâmicas participativas - 4
- Domínio do grupo de moradores dos fogos do BCV em processo de realojamento; - 2
- Fraca autoestima; - 5
- Língua; - 2
- Pouca experiência participativa; - 4

Dimensão deliberativa do modelo de governança

- Cogestão de pólo comunitário - 4
- Decisão deliberativa, igual para todos os membros; - 2
- Definição de objectivos comuns; - 2
- Elaboração colectiva do diagnóstico social/plano de ação; - 4
- Inexistência de decisão deliberativa; - 3
- Pouco envolvimento da comunidade na influência de decisões - 2
- Reflexão conjunta de projetos para o território; - 1
- Retrocesso do processo de reflexão colectiva sobre o território; - 1

Abertura, clareza e transparência

- Ação consultiva; - 1
- Ação pouco consulente; - 4
- Decisões não-partilhadas - 7
- Falta de clareza/transparência - 8
- Relativa ação consulente; - 1

Eficácia das atividades/formações

- Eficácia depende:
 - Programas em questão; - 2
 - Público-alvo; - 1
 - Abordagem formativa; - 2

(a) PICs:

- Obedecem a diferentes interesses pessoais; - 1
- Facilitação na identificação/resolução de problemas; - 3
- Reprodução de aprendizagens das formações; - 2

(b) na comunidade:

- Auto-organização;
- Capacitação para o mercado de trabalho; - 2
- Desenvolvimento de competências de cidadania; - 1
- Desenvolvimento de competências sociais; - 2
- Desenvolvimento de competências técnicas; - 3
- *Empowerment*; - 1
- Proximidade entre pessoas da comunidade; - 1

(c) nos parceiros:

- Capacitação/fortalecimento organizacional; - 1
- Mudança de visão sobre a capacidade de ação da comunidade; - 1
- Partilha de recursos entre parceiros; - 1
- Proximidade entre parceiros; - 1
- Trabalho em rede - 1

(d) para dirigentes, voluntários e técnicos locais:

- Avaliação positiva; - 2
- Vontade de ter mais formação - 2

Adaptação das formações/atividades

- Adaptadas/pensadas; - 4
- Pouco adaptadas/pensadas; - 2

(a) para dirigentes, voluntários e técnicos:

- Baixo nível de sustentabilidade; - 1
- Adaptadas/pensadas; - 3
- Pouco adaptadas/pensadas; - 1

Sustentabilidade das acções

- Alguns/muitos processos terminavam; - 4
- Continuação de algumas ações - 6
- Continuação de lógicas de participação; - 1
- Possibilidade de continuação de algumas ações - 2
- Sustentabilidade depende:
 - Apoio/suporte prestado à comunidade; - 4
 - Experiência da comunidade; - 3
 - Projeto em questão - 2
 - Visão da CMC - 1

ANEXO F. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

F1. Plenário do Grupo RODA

23 de Junho, 9h30, Escola n.º 3 de Alcoitão (BCV)

Ordem de trabalhos

- CAF (com a presença de Tito Morais, da Associação das Comunidades Autofinanciadas);
- Planeamento territorial;
- Informações;

Início do plenário

A reunião concretizou-se no ginásio da escola, onde várias cadeiras se encontravam dispostas em forma de "U", para que as pessoas se sentassem. Desde logo, esta disposição de cadeiras representa alguma horizontalidade entre os vários parceiros, visto que ninguém ficava de costas para ninguém, assim como ninguém assumia lideranças, ao colocar-se em frente.

A maioria das pessoas, assim que chegava, cumprimentava e falava com as restantes, sentando-se ao lado de quem pareciam ser as pessoas mais chegadas. Antes de se iniciar a ordem de trabalhos, decidiu-se colectivamente esperar por mais cogestores mas, por volta das 10h, deu-se início à apresentação.

Breve introdução ao CAF RODA

Breve apresentação, por parte de uma técnica de desenvolvimento comunitário do RODA, sobre o CAF RODA, um projeto de microfinanças que acuta em três áreas de intervenção: (1) qualificação e apoio às famílias; (2) desenvolvimento económico e físico do território e (3) sustentabilidade dos cidadãos e das famílias. A apresentação foi feita com auxílio de um PowerPoint bastante simples, sem muito texto e com esquemas e grafismos que facilitavam a leitura do mesmo [balanço do tipo e do grau de envolvimento e participação dos parceiros - linguagem acessível].

Os principais tópicos da apresentação foram os seguintes:

- Apresentação de um *brainstorming* de como o projeto pode ser integrado na RODA, explorando-se as necessidades e os desafios não cobertos, na área dos transportes, da saúde, da geração de rendimento e relativamente a questões ligadas com a legalização;
- Apresentação da premissa do que é CAF (Comunidades Autofinanciadas);
- Apresentação de como o projeto poderia ser executado, enquanto projeto-piloto, no espaço de um ano;

A apresentação terminou com a técnica a deixar espaço para questões, dúvidas e comentários mas nenhum dos cogestores tinha dúvidas ou quis manifestar-se relativamente à apresentação, seguindo-se a intervenção de Tito Morais.

Intervenção de Tito Morais

- Apresentação da metodologia e da proposta das CAF;
- Contextualização do caso português relativamente às CAF (CAF Talude em Ação – Loures, CAF Casa da Guiné – Queluz, CAF Mãos Unidas – Galinheiras, CAF São Brás – Amadora, IBISCAF – Apelação);
- Apresentação da organização interna (n.º de pessoas, funções e responsabilidades);
- Explicação mais detalhada de como o projeto funciona como poderia vir a funcionar, sobretudo refletindo-se sobre os beneficiários, a rede de partilha e sobre possíveis estratégias de atracção de empresas para a responsabilidade social.

Discussão - momento para dúvidas, questões e comentários

A premissa do projeto é um pouco complexa pois combina diferentes níveis de articulação. Por esta razão, embora a explicação de Tito Morais tenha sido clara, alguns dos cogestores quiseram perceber como o projeto poderia funcionar em termos práticos, manifestando-se nesse sentido. Tito Morais explicava todos os procedimentos, destacando sempre a importância de este ser um projeto de valor social, tendo impactes na vida das pessoas da comunidade. Tito Morais insistia sempre bastante nesta questão, argumentando que o projeto permitiria não apenas resolver problemas emergentes como também criar negócios através de empréstimos, sendo um investimento a longo-prazo e um processo de *empowerment*.

Neste sentido, uma técnica da CMC interveio, dizendo que a CMC já tinha programas de apoio semelhantes aos do projeto relativamente a problemas emergentes, mostrando-se preocupada com a possibilidade de surgir uma sobreposição de apoios. Perante isto, não apenas Tito mas também outros cogestores argumentaram o facto de, independentemente da CMC ter esta função (sobretudo no que respeita a pagamentos de deslocações de transportes ou de contas de eletricidade, água, etc.), essa resposta era insuficiente, sendo as CAF um projeto que poderia complementar a ação da CMC. As pessoas que se encontravam nesta discussão acharam que seria pertinente, neste sentido, pensar como se poderiam articular estes diferentes apoios e quem seriam os beneficiários. Mais uma vez, Tito Morais tenta transmitir a mensagem de que um dos grandes objectivos do projeto é potenciar situações de transição, funcionando a longo-prazo, e não apenas para resolver problemas emergentes. Ao reforçar esta ideia, a técnica da CMC ficou claramente incomodada e preocupada com a imagem da instituição, afirmando que os cogestores estavam a ver a ação da CMC como assistencialista e não como de capacitação, partindo-se novamente para a discussão sobre o facto de as CAF surgirem como um complemento a essa ação e não para a substituir.

Após isto, os cogestores mostraram-se sobretudo preocupados com a definição de vinculação da entidade, com a definição dos representantes e com o sistema de governança, tendo sido estas as questões que menos ficaram esclarecidas. Tito Morais explicara, então, que todos estariam em pé de igualdade ("cada pessoa, um voto") e que as decisões seriam colectivas, independentemente dos abonos em questão ("uma empresa que dê 1000 euros será igual a uma empresa que dá 50"). No entanto, ainda assim, alguns cogestores ficaram com a sensação de que existia uma dissonância

entre os valores proclamados e o que se encontra no protocolo, receando o facto de apenas as empresas poderem delegar os cargos. Tito Morais afirma que tudo está em aberto e que a ideia do projeto não é estanque, possibilitando desta forma a alteração de algumas regras, com exceção das "regras de ouro da metodologia das CAF" tais como, p.e., só ser aceite 50% dos investimentos da empresa doadora, de forma a quebrar a situação de uma empresa querer assumir o papel principal, tomando as decisões isoladamente. Tito Morais salienta mais uma vez que, independentemente do montante, as empresas estariam em pé de igualdade, tendo todas elas os mesmos direitos. Durante esta conversa, reparei que a técnica da CMC ficara a conversar com outra técnica, também da CMC, em voz baixa, sussurrando.

Depois desta discussão, uma das técnicas do K'Cidade mostrou-se principalmente preocupada não com o papel das empresas mas dos beneficiários. A técnica afirmou que estes pareciam pouco ativos e afastados dos centro de decisão argumentando a importância da sua participação no processo, sobretudo na fase piloto, de maneira a que também fosse possível compreender as suas percepções e ideias, sugerindo a criação de um grupo consultivo. A maioria dos cogestores concorda com a técnica. Foi possível perceber que, à medida que algumas pessoas iam colocando dúvidas e questões, outras iam-se sentindo mais confortáveis para também dar a sua opinião, tendo o nível de participação dos cogestores aumentado.

Mais uma vez, a técnica da CMC volta a intervir, desta vez para questionar se as reuniões mensais do projeto seriam suficientes, argumentando que determinadas situações de emergência deveriam ter resposta imediata ("se as pessoas precisam do transporte para amanhã, como é que lhe seria dado esse apoio?"). Esta questão mereceu algum tempo de reflexão; a maioria das pessoas concordou com a observação da técnica mas, por outro lado, muitas argumentavam que era importante manter as decisões em assembleia, para que fossem decisões colectivas, embora concordassem que era complicado conciliar horários entre todos para que existisse mais do que uma reunião mensal. Durante algum tempo debateu-se esta questão mas Tito Morais encerra-a reafirmando o facto do processo e da gestão do projeto estar "totalmente em aberto para ser construído pelos parceiros e pelas empresas". Durante a conversa, uma das técnicas do K'Cidade abre um pacote de bolachas e oferece a todos os cogestores, passando-o entre todos.

Já no fim da discussão do projeto, uma técnica do Cascais Envolvente mostra-se preocupada em assumir a responsabilidade de transmitir todas estas informações à sua chefia, afirmando que as chefias poderiam não estar de acordo, por um lado, e que também ela poderia não conseguir explicar da melhor forma o projeto, por outra. Desta forma, sugere uma reunião entre o grupo e as chefias dos interessados. Todos concordaram com esta observação. Após isto, uma outra cogestora, do grupo de interesse responsável pelo CAF, afirma que apenas irão trabalhar no projeto se todo o plenário estiver de acordo e participe, recordando a importância de lerem o protocolo e o regulamento do projeto.

Fim da apresentação e discussão do CAF

Foi decidido que:

- Se iria manter a proposta inicial do regulamento do projeto embora com abertura suficiente para observar casos específicos, não sendo muito rígido na sua formulação;
- Todos os cogestores iriam pensar no projeto a fim de ser decidido o seu avanço ou não;
- Deveria marcar-se uma reunião entre as chefias, empresas e cogestores;
- O dia da próxima reunião de plenário (a acontecer num espaço da CMC) iria ser votado *online*, sendo decidido o que apresentasse mais votos.
- A apresentação PowerPoint deveria ser partilhada, sendo enviada *online* a todos os cogestores.

Uma vez que a apresentação e discussão das CAF ultrapassaram o tempo previsto, o segundo ponto da ordem de trabalhos (planeamento territorial) foi adiado, deixando-se espaço para a divulgação de informações. Tito Morais despediu-se, assim como algumas pessoas que iam abandonado o espaço.

Informações

- Sugestão de as atas das reuniões do plenário serem realizadas por cada um dos cogestores e serem elaboradas durante a reunião, sistematizando-se apenas os principais tópicos de conversa e decisões. Todos concordam com esta sugestão, lembrando-se também a importância de, durante as reuniões de plenário, ser distribuída uma folha de presenças e de ser elaborado um arquivo dessas atas, possivelmente da função do Grupo de Acompanhamento;
- Divulgação de uma sessão de esclarecimento para a população na área da violência doméstica, sobretudo direcionado para mulheres emigrantes, a decorrer no Espaço V;
- Reagendamento da reunião de alfabetização informal;
- Discussão sobre o Arraial da Criança, a decorrer no bairro da Adroana, em Setembro, no sentido de incluir as famílias africanas.

No final, os cogestores disponibilizaram-se para arrumar o espaço. Depois, a grande maioria das pessoas foi embora, já por volta das 13h00, ficando alguns a conversar.

F2: Reunião de Partilha entre PICs

15 de Julho, 18h, Ludoteca de Alcoitão

Início da reunião

A reunião foi realizada numa das salas da Ludoteca, tendo os parceiros organizado a disposição das cadeiras em forma de "U". No entanto, desta vez foram também colocadas algumas mesas em frente às cadeiras, onde foram deixados biscoitos, fruta, sumos e água.

A reunião começou perto das 18h30 com umas breves palavras do ex-presidente da JFA, o qual elogiou o trabalho dos parceiros e dos moradores relativamente aos PICs. Preparando-se para sair, deu a palavra ao atual presidente da JFA que, por sua vez, deu a palavra a uma das técnicas do

K'cidade. Durante isto, alguns técnicos pediram para que todos escrevessem o seu nome e respectiva organização/PIC numa folha e a colocassem à sua frente, garantindo que todos se poderiam tratar pelo nome. Ao contrário da última reunião, do grupo do RODA, os parceiros eram bastante diversificados; encontravam-se moradores, líderes de associações e comissões de moradores, participantes dos PICs, técnicos de diferentes organizações e representantes do poder local. Estavam representadas as seguintes organizações e/ou PICs:

- PIC Costura Origens da Linha;
- PIC Ginástica Eco-Criativa (do grupo informal Cozinha Eco-Criativa);
- PIC Cascais Fight Center;
- PIC Jogos Com Todos;
- PIC Projeto Dança e Teatro;
- PIC Pensar os Jovens do BCV;
- Associação de Moradores de Alcoitão;
- Comissão de Moradores da Adroana;
- K'cidade;
- Torre Guia - Cooperativa de Solidariedade Social;
- Centro de Saúde de Alcabideche;
- Comité de Acompanhamento dos PICs;
- Cascais Envolvente;
- JFA.

Partilha de PICs

A técnica do K'cidade explicou resumidamente o objectivo da reunião, esclarecendo que a ideia era que todos os participantes dos PICs conversassem sobre as suas atividades, explorando-se desta forma os principais ganhos e dificuldades atravessadas. Antes de dar início a esta discussão, a técnica pediu para que todos se apresentassem, sugerindo depois que um dos participantes dos PIC sintetizasse a sua participação nestes projetos. A participante, membro do grupo informal Cozinha Eco-Criativa (PIC Ginástica Eco-Criativa) sentiu-se algo constrangida para falar, sugerindo que outras pessoas comesçassem na sua vez, mas logo outra moradora do grupo informal a confortou, prometendo ir acrescentando algumas percepções sobre a experiência participativa.

Assim, a participante começou por referir como os projetos têm sido importantes para ela, nomeadamente, através da ocupação de tempos livres, do desenvolvimento de competências, bem como pela proximidade que agora sente com outras pessoas (neste último ponto, foi bastante manifesto a importância que a senhora dava ao facto de ter feito novas amizades, sendo visível a cumplicidade entre as duas participantes). Depois, quando a técnica que dinamizava a reunião a questionou sobre possíveis obstáculos, a participante ficou pensativa, sublinhando o facto de o projeto estar "a correr bem"; contudo, pouco depois, a participante mostrou-me preocupada pela falta de participantes nas atividades dos projetos em causa, sugerindo a criação de cartazes mais apelativos e uma comunicação mais atualizada sobre as atividades, nas redes sociais. Foi referido, conseqüentemente, que se aproximaria uma formação especificamente orientada para a criação de

cartazes, sendo possível nessa altura construir os cartazes para divulgação. Uma das participantes sublinhou como seria fundamental estarem presentes nesses cartazes informações sobre os preços aplicados à participação nas atividades; segundo a mesma, a razão pela qual as pessoas não aderiam à atividade poderia estar relacionada com o facto das mesmas não terem conhecimento sobre as atividades, destacando o preço das mesmas (1€ por mês). Por fim, as participantes - por esta altura já ambas falavam, visivelmente mais descontraídas - referiram que as músicas para o PIC Ginástica Eco-Criativa deveriam ser alteradas embora elas não soubessem como o fazer. De imediato, um dos membros do PIC Cascais Fight Center, propôs a sua ajuda nessa questão, dizendo-lhes que ele poderia mudar as músicas e, durante alguns momentos, conversaram sobre tipos de música que poderiam escolher.

Entretanto, outras pessoas começaram a falar sobre os seus projetos. Um dos representantes da Associação 24 de Setembro (PIC Projeto Dança e Teatro) mostrou-se particularmente preocupado com a escassez de espaços para as atividades de dança, teatro e música, referindo o facto de um espaço ter sido encerrado sem a decisão ter sido comunicada ao grupo.

Assim que este encerramento foi referido, outros manifestaram-se no mesmo sentido, afirmando que a CMC não só tinha encerrado este espaço com outras duas lojas, verificando-se alguma tensão e algum desagrado dos participantes face à ação do poder local. Confrontados com esta questão, uma representante da JFA afirmou o facto de a instituição ter cedido um espaço para o desenvolvimento dessas atividades mas o representante da associação afirmava a sua disfuncionalidade pois, para além do desenvolvimento das atividades ser desequilibrado face ao tempo que o espaço era disponibilizado ("duas horas não são suficientes para treinarem"), o espaço localizava-se numa zona longe, condicionando a participação dos grupos, sobretudo das crianças. A partir daí, começaram a surgir algumas propostas de possíveis soluções, apresentadas por vários participantes presentes na reunião: uma das soluções correspondia à passagem das atividades para a Escola de Música de Alcoitão, embora essa ideia fosse logo colocada de parte uma vez que a utilização do espaço dependia de um pagamento (a representante da JFA afirmava que a própria JFA teve de pagar o aluguer do espaço); outra das soluções apresentadas foi a cedência de transportes, por parte da JFA, para os participantes deslocarem-se ao novo espaço. Uma das participantes de um dos PIC (Origens da Linha), por seu turno, ofereceu-se ainda para dar boleia a alguns dos participantes.

Ficou acordado, porém, o representante da Associação 24 de Setembro (Adroana) deslocar-se até à CMC para debater esta situação, junto com outro participante, dirigente da Associação de Moradores de Alcoitão, o qual ficou particularmente empolgado quando começou esta discussão. Esta solução foi apresentada por uma representante da Comissão de Moradores da Adroana, sendo acolhida de forma bastante positiva pelos dois atores em questão como também pelos parceiros.

O representante da Associação de Moradores de Alcoitão afirmava que muitas vezes os moradores tinham de se reunir em cafés, queixando-se dos processos burocráticos que a CMC impunha para a cedência de espaços, queixava-se da falta de apoio e suporte que lhe era dado ("é tudo muito bonito enquanto se falam de associações mas quando se falam de dificuldades..."), embora distinguindo a ação do poder local ("a JFA sempre funcionou bem, a CMC não"). Na verdade,

o dirigente da Associação de Moradores de Alcoitão decidiu juntar-se a esta discussão pois enfrentava um problema semelhante: dentro de pouco tempo, iria ser realizada uma festa no bairro de Alcoitão e, uma vez que era um dos principais organizadores da festa, o dirigente questionava-se sobre os processos obrigatórios para a realização da mesma, mostrando-se preocupado com a burocracia dos processos. O dirigente continuou a falar uma vez que pertencia, também, ao PIC Jogos Com Todos; na partilha deste PIC, porém, o morador apresentava uma atitude completamente diferente da anterior, não referindo qualquer tipo de constrangimento ao projecto e salientando as vantagens da criação do mesmo ("antigamente não havia nada, não conhecíamos ninguém, íamos para casa e só nos víamos nos transportes mas agora é diferente").

O dirigente, visivelmente satisfeito com o PIC, passou depois a palavra a outra participante de PICs, nomeadamente, das Costura Origens da Linha. A participante, também evidentemente satisfeita com o projeto, referiu a importância do mesmo no desenvolvimento de competências ("havia pessoas que não sabiam pegar numa agulha e hoje já fazem bolsas sozinhas") mas sobretudo pela forma como este desenvolvimento de competências ocorria, assente numa abordagem de aprendizagem mútua, onde os participantes partilhavam os seus conhecimentos. Quando questionada sobre o futuro rumo do projeto, a participante disse que todos decidem o que querem ou não fazer, manifestando assim o facto de uma mesma atividade obedecer a diferentes funções e interesses, argumentando que a costura poderia ser utilizada de diversas formas: quer para apenas aprender/ensinar, quer para o arranjo de roupas, para uso próprio, quer para o arranjo de roupas enquanto um serviço, i.e., enquanto fonte de rendimento alternativa.

Após esta participante terminar o seu discurso, foi a vez de um dos representantes do PIC Cascais Fight Center conversar sobre o mesmo. Apesar de já existir um espaço destinado para a atividade, o representante afirmava que o projeto não poderia avançar já pois havia a necessidade de fazer obras no espaço. Assim que o representante colocou esta dificuldade, outros disponibilizaram-se logo para ajudar nas obras do espaço; no entanto, o representante argumentou que essa solução não era suficiente, embora já tivesse reunido um grupo de voluntários para isso, pois era necessário um engenheiro para o início das obras (estava em causa, p.e., a instalação de balneários, sendo imprescindível conhecimentos técnicos para o serviço em questão). Embora o representante partilhasse as suas dificuldades, o mesmo parecia já ter soluções preparadas pois, para além do grupo de voluntários que conseguiu mobilizar, encontrava-se naquele momento à procura de engenheiros que, solidariamente, poderiam ajudar (i.e., a custo-zero), tendo também mencionado a ideia de criar parcerias com escolas do território para que o projeto pudesse começar mais cedo e não estar dependente da conclusão das obras, utilizando infraestruturas escolares para a atividade. Nesse sentido, outros participantes valorizaram a ideia do mesmo e sugeriram outro tipo de parcerias, como p.e., com empresas que estivessem dispostas a financiar alguns materiais.

A partilha de PICs fechou com a partilha de um dos jovens do BCV (PIC Pensar os Jovens no BCV), o qual apresentou as suas dificuldades com o arranque do processo de mobilização dos jovens do bairro, para a discussão de futuras atividades, dada a escassez de respostas existentes para este grupo etário. Segundo o jovem, o arranque deste processo estava a ser dificultado pelos acontecimentos que têm surgido no bairro, tais como a morte de alguns moradores. Por outro lado, o

jovem revelava alguma preocupação com recursos financeiros, tendo sido sugerida uma angariação de fundos.

Final da reunião

Assim que todos terminaram a sua partilha de experiências, e porque também a reunião já excedia o tempo de duração definido, alguns parceiros encerram a reunião com algumas informações e breves palavras, nomeadamente, os técnicos do K'idade e o professor Rogério Roque Amaro, consultor externo do Comité de Acompanhamento dos PICs. As informações comunicadas diziam respeito aos futuros *workshops* agendados, cujas temáticas incidiam sobre as empresas solidárias e a elaboração de cartazes.

F3. Análise das observações

As percepções recolhidas através das observações mostram-nos que as reuniões foram muito diferentes entre si.

A primeira diferença corresponde ao tipo de reunião e, necessariamente, ao tipo de conteúdo da mesma: na primeira, i.e., num plenário, foi apresentado um projeto para o território, discutindo-se sobretudo a implementação do mesmo; na segunda, uma reunião informal, foram partilhadas experiências participativas com o objectivo de desenvolver um balanço das mesmas.

A segunda diferença, decorrente da segunda, corresponde ao tipo de atores presentes. Na primeira reunião, apenas se encontravam parceiros formais (na sua grande maioria técnicos), enquanto na segunda se encontrava uma grande diversidade de atores (desde técnicos a intervirem em instituições do território, a moradores, dirigentes associativos, representantes institucionais, técnicos e dirigentes do poder local, etc.). Apesar de ter sido mencionado por um entrevistado que os plenários são abertos a todos, verifica-se na observação o que o mesmo disse relativamente a este tipo de espaço participativo:

[Entrevistado T3]: "(...) plenários muito grandes, depende, só funcionam para algumas coisas, não é? Mais vale criar dinâmicas de pequenos grupos de trabalho, onde as pessoas sintam-se mais confortáveis; é mais fácil ganhar voz e ter palavra num grupo de 5 do que numa assembleia de 30, as pessoas bloqueiam".

Assim, é possível compreender que o tipo de local pode também ser um constrangimento à participação. Contudo, e ainda sobre esta questão, foi interessante verificar que em ambas as reuniões as pessoas - quer os técnicos como a comunidade - têm um maior grau de participação quando outras pessoas participam, o que significa que a participação é dependente da participação do grupo presente, influenciando-se mutuamente.

A terceira diferença, na mesma linha de sentido das anteriores, manifesta-se pela análise do tipo de envolvimento e participação dos atores. Enquanto na primeira reunião o tipo de participação dos parceiros foi mais contido, na segunda, verificou-se um grau de participação muito superior com o passar do tempo.

Na primeira observação, muitos dos técnicos faziam questões ou comentários embora também muitos outros fossem "espectadores" pelo seu envolvimento ser mais passivo, ao não expressarem preferências. Na segunda reunião, por sua vez, também foi verificada uma participação passiva por parte de alguns atores, tais como da Cascais Envolvente, mas a maioria dos atores expressava as suas preferências, reconhecendo formas de as conseguir desenvolver. Por essa

razão, foi possível distinguir diferentes tipos de envolvimento da comunidade, sendo a participação reivindicativa e a participação interativa (transformativa) significativamente visíveis. Em ambas as reuniões foi visível a horizontalidade na relação e a deliberação entre os atores; contudo, na segunda reunião, foi possível também constatar um grande grau de entreatajuda entre os atores.

Relativamente à primeira reunião, foi observado que alguns parceiros questionavam aspectos como o sistema de governança e a representatividade, bem como a inclusão da comunidade no projeto. Isto revela que os parceiros mostram-se preocupados com a implementação de projetos baseados numa governança democrática, onde se articulem os diferentes interesses dos diferentes atores.

Uma das situações que talvez mereça algum destaque refere-se à intervenção de uma técnica da CMC. A par da discussão sobre a resolução de problemas emergentes, a técnica da CMC partiu para a discussão da intervenção geral da CMC, contrapondo as abordagens assistencialista e de capacitação. Quando os parceiros referiram que a intervenção social da CMC era insuficiente, a técnica colocou a questão do ponto de vista da sobreposição de apoios.

Da forma como a técnica se posicionou perante a situação, pareceu que a mesma se preocupava com a imagem que os parceiros tinham da CMC e com a possibilidade de a instituição perder poder, nomeadamente, pela transferência de algumas tarefas. Ficou subentendido, desta forma, que a técnica parecia sentir a necessidade de defender a ação da CMC, questionando-se assim se intervenção da CMC será pouco orientada para a capacitação comunitária, sobrepondo-se uma ação mais assistencialista, e que a partilha de poder da instituição com outras entidades era mal vista pela técnica. De certa forma, se pensarmos que a comunidade sente algum apoio e suporte da CMC para a resolução dos seus problemas emergentes (ao nível das necessidades básicas) e essa resposta passaria a ser oferecida por outro tipo de entidades, poderia surgir uma quebra da legitimação da instituição, justificando-se desta forma a atitude da técnica com base nos seus argumentos.

Na segunda reunião, três importantes aspectos devem ser tomados em consideração.

Em primeiro lugar, a grande maioria dos participantes atravessaram e/ou atravessam dificuldades, continuando a insistir nos seus projetos. Isto significa que estamos perante uma comunidade envolvida que acredita nas suas capacidades e que os obstáculos à implementação e/ou desenvolvimento dos projetos não são um constrangimento ao seu envolvimento.

Em segundo lugar, a atitude de entreatajuda entre as pessoas da comunidade é bastante visível. Sempre que um dos participantes referia obstáculos, os outros participavam com ideias, com alternativas e oferecendo ajuda pessoal. Presenciou-se então, pelo menos naquele momento, um tipo de participação bastante interativo, onde as pessoas pensavam problemas e soluções em conjunto, portanto, uma participação assente na reflexão colectiva. Em determinados momentos, foi também possível verificar um tipo de participação mais instrumental, nomeadamente através da ajuda oferecida, e um tipo de participação reivindicativo, indicado pela mobilização entre as pessoas da comunidade para se deslocarem à CMC para reivindicarem espaços participativos. Desta forma, poder-se-á inferir que a participação é influenciada pela relação entre a comunidade: se a relação for

de apoio, valorização e mobilização (no sentido de se "puxarem" uns aos outros), o grau de envolvimento e participação é maior.

Em terceiro lugar, foi possível verificar que apenas no início da reunião os técnicos dinamizavam a reunião. A partir do momento em que o primeiro participante partilhou a sua experiência, os outros ficaram claramente mais confortáveis para também participarem e a reunião acabou por ser dinamizada pela própria comunidade. Isto indica-nos que a comunidade, apesar de precisar de algum apoio, já tem consolidadas competências organizacionais, provavelmente adquiridas através de dinâmicas participativas.

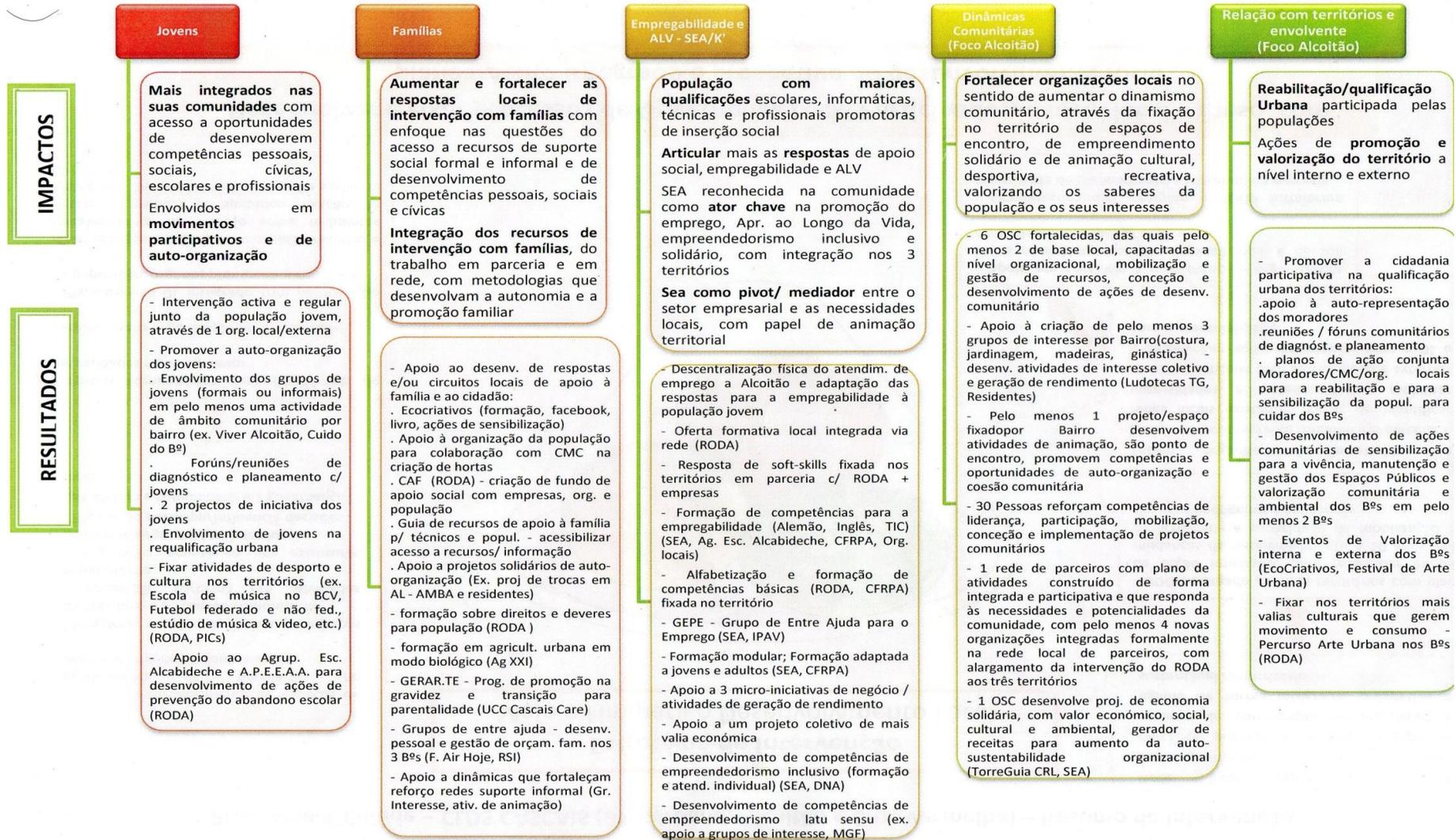
ANEXO G

Programa K' Cidade – CLDS CASCAIS (Bº Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha) – Resumo da Intervenção



ANEXO H

Operacionalização – Prioridades de Intervenção Territorial



ANEXO I

Resumo de balanço de ações realizadas até Março 2014

Eixo I Emprego, Formação e Qualificação	Eixo II Famílias na Comunidade	Eixo III Fortalecimento da Comunidade e Org	Eixo IV Informação e Acessibilidades
<p>Em Curso/Realizado</p> <ul style="list-style-type: none">- Formação de Competências para a empregabilidade (4 formações modelares de Inglês e Alemão para Hotelaria e Restauração, atendimento e serviços)- Sessão de formação de competências empreendedoras SEA + DNA- Implementação de negócio de engomadoria na Adroana- Atendimento de emprego- Atendimento Empreendedorismo Inclusivo- Alfabetização não formal – 4 turmas- 1 Formação de competências básicas/alfabetização formal (CFRPA, parceiros locais)- GEPE- Formação de Competências de Empreendedorismo Lato senso (MGF, Grupos de Interesse) <p>Em desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none">- Atendimento de emprego em Alcoitão-foco: jovens- 2 formações adaptadas – público juvenil e adulto- Programa de desenvolvimento de soft-skills para a empregabilidade- Apoiar projeto transversal e estratégico economicamente (Cozinha Comunitária, com formação profissional e incubadora de negócios inclusivos/micro-iniciativas de geração de rendimento, indiv. ou coletivos) (RODA)	<p>Em Curso/Realizado</p> <ul style="list-style-type: none">- Apoio Grupos Interesse (Costura, madeiras, jardim., ginástica) - Ludos e ecos;- 2 Grupos entreajuda (F. Agir, RSI)- Parceria / Consórcio Projecto MGF- Projecto Eco-Criativos (Formação Cozinha Eco-Criativa, FB, livro, evento comunitário, sessões de sensibilização na comunid.) (DIIS, UCC, CVP, Cascais Envolvente, RSI)- Apoio à org. da população para colaboração com CMC na criação de hortas (CMC + Agenda XXI)- Futebol federado (Fontainhas) e não federado (Ludo AL)- Quinzena Cultural e Desportiva - Criação de prog. de ativ. regulares (de desporto, cultura, serigrafia, Ciclo-oficina) - RODA- Ballet Guinnense – Ass. 24 Setembro/AD- Escola de Música – Igreja Nazareno, BCV-Cultursol: animação da participação juvenil- Agrup. Escolas Alcabideche - oferta formativa para adultos na sede- Saberes da comunidade (RAP, Artes urbanas...) partilhados na escola com ligação a ativ. curriculares- Ténis no Ag. Esc. Alcabideche (Academia dos Champs) <p>Em desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none">- Guia de infor./recursos para técnicos e população (RODA)- Apoio ao estudo: Comissão Moradores AD- Projeto de troca de bens (Alcoitão)- CAF (RODA)- Prog. de promoção na gravidez e transição para a parentalidade (UCC)- Desportos de combate para jovens (Cascais Fight Centre, CRL)	<p>Em Curso/Realizado</p> <ul style="list-style-type: none">- Apoio Comissão de moradores da Adroana- Ludoteca de AD e de AL + Apoio à auto-organização de grupos de interesse- Grupo de jovens ativos da Adroana- Apoio a grupos de interesse - Grupo de ginástica Eco Criativos (BCV)- Apoio Ass. Moradores de Alcoitão + Prj. Animação intergeracional - Jogos Trad. em espaço publico- Formação em Psicologia Positiva e Metodologias Apreciativas na Intervenção com Famílias para técnicos- Desenvolvimento de projeto com valor económico, social, cultural, ambiental gerador de receitas para Coop. TorreGuia (restauração e/ou lavanderia)- “Eu cuido do meu bairro” (DIIS/EMAC, CVP, Ludo, Cultursol, Cascais Envolvente)- RODA-3 Bº, Planeam. integrado a 10 anos,- Actualização participada do diagnóstico- “Pensar Alcoitão” – diagn. e planeamento participado moradores e org. locais- Festa comunitária “Viver Alcoitão”, c/ planeamento local- PIC's, Comité Local de acompanhamento de PICs- Sessões e fóruns comunitários de diagnóstico e planeamento nos 3 Bºs- Apoio à organização do evento “Cozinha Eco-Criativa” no mercado de Cascais <p>Em Desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none">- Apoio a 1 org. de trabalho com jovens- Fixar mais-valias económicas, culturais e ambientais (Festival de Arte Urbana e percurso) – RODA	<p>Em Curso/Realizado</p> <ul style="list-style-type: none">- Utilização do acesso livre e ações de formação TIC no Espaço @ BCV- Formação TIC- Formação Eco-Criativos – gestão do FB <p>Em Desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none">- Criação de respostas de formação de acesso livre e ações TIC no Espaço Comunitário de Alcoitão- Formação TIC para 25 líderes locais, colaboradores, voluntários e técnicos (com conteúdos adaptados à gestão das OSC, imagem e comunicação, etc.)- Fortalecimento de parceiro local para animação de espaço @BCV (Ilg. Nazarenos)